



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Marlon Silveira da Silva

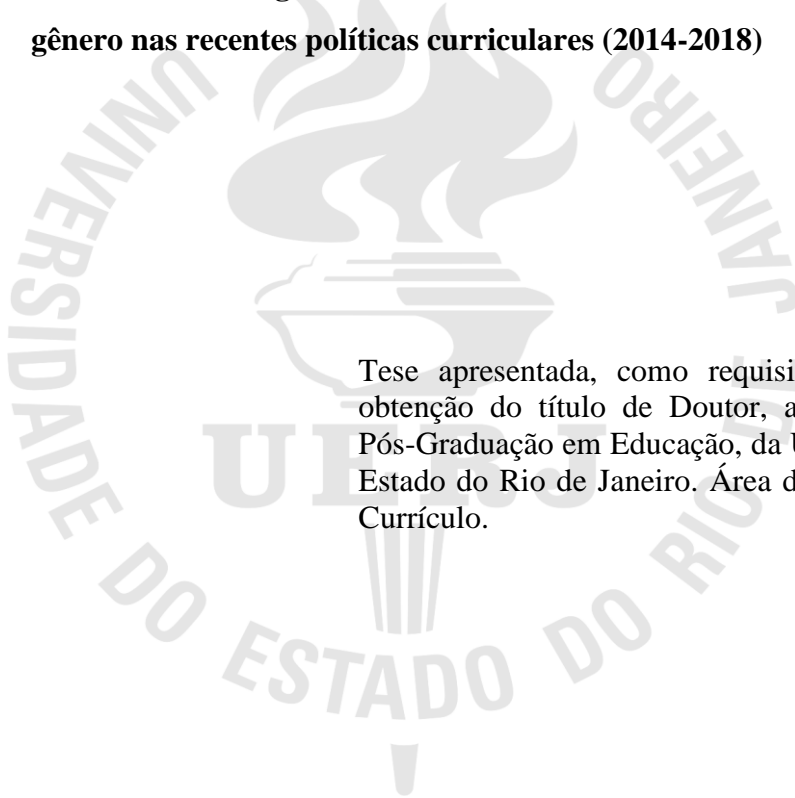
Brasil, mostra a tua cara! A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018)

Rio de Janeiro

2022

Marlon Silveira da Silva

Brasil, mostra a tua cara! A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018)



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Currículo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Fernandes de Macedo

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Marlon Silveira da.
Brasil, mostra a tua cara! A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018) / Marlon Silveira da Silva. – 2022.
188 f.

Orientadora: Elizabeth Fernandes de Macedo
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Neoliberalismo – Teses. 2. Neoconservadorismo – Teses. 3. Teoria do Discurso – Teses. I. Macedo, Elizabeth Fernandes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marlon Silveira da Silva

Brasil, mostra a tua cara! A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014 – 2018)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Currículo.

Aprovada em 05 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Fernandes de Macedo (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva
Universidade Federal do ABC – UFABC

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy
Faculdade de Educação – UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Aos meus sobrinhos Rafael, Raul e Pedro.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Beth, pela dedicação, confiança, carinho e paciência com que ajudou a construir esta tese.

Aos componentes da banca, pelo aceite do convite e pela generosidade de suas contribuições.

Aos colegas de grupo de pesquisa, pelas ricas discussões e debates proporcionados ao longo destes mais de 4 anos de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pela bolsa de doutorado concedida a mim, que possibilitou minha dedicação exclusiva em grande parte do desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo acolhimento.

Aos amigos e familiares, por serem suporte e rede de apoio.

Sorte é se abandonar e aceitar essa vaga ideia de paraíso que nos persegue, bonita e breve,
como borboletas que só vivem 24 horas. Morrer não dói.

Cazuza

RESUMO

SILVA, Marlon Silveira da. *Brasil, mostra a tua cara!* A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018). 2022. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O descontentamento das elites econômicas dominantes e da classe média brasileira diante das (ainda que) incipientes reformas de redistribuição de renda dos governos Lula e Dilma, somado ao avanço de algumas demandas dos coletivos de LGBTI+, feministas e demais movimentos sociais, levaram à rearticulação e ao fortalecimento de grupos de extrema direita. Tal movimento se fez presente nos discursos que disputaram as atuais políticas curriculares PNE e BNCC. Se, antes, discutir gênero e sexualidade restringia-se à esfera privada, no momento em que esse tipo de discussão passa a conformar uma agenda progressista e, mais que isso, uma agenda de interesses inclusivos, denunciando o quão pública e democrática a escola deveria ser, isso passa a ser foco da atenção de neoconservadores alinhados e somados aos interesses neoliberais de diminuição do papel do Estado, ao mesmo tempo que se torna espaço privilegiado de ataque às minorias sexuais dissidentes. Assim, orientado pela perspectiva pós-estrutural, neste trabalho defendo a tese de que os discursos neoconservadores mobilizados por fundamentalistas religiosos cristãos como maneira de frear as discussões de gênero e sexualidade nas políticas curriculares e educacionais não se explicam somente pelo viés da moralidade; devem ser pensados também como elementos fundamentais do recrudescimento de uma agenda neoliberal, no Brasil e fora.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Neoconservadorismo. Discurso. Políticas Curriculares.

ABSTRACT

SILVA, Marlon Silveira da. *Brasil, show your face!* The neoliberal and neoconservative emergence in discussions about gender on recent curriculum policies (2014-2018). 2022. 188f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The discontent of the dominant economic elites and the Brazilian middle class in the face of the (albeit) incipient income redistribution reforms of the Lula and Dilma governments, added to the advancement of some demands from LGBTI+ collectives, feminists and other social movements, led to the rearticulation and strengthening of extreme right groups. This movement was present in the speeches that disputed the current curricular policies PNE and BNCC. If, before, discussing gender and sexuality was restricted to the private sphere, at the moment that this type of discussion starts to form a progressive agenda and, more than that, an agenda of inclusive interests, denouncing how public and democratic the school should be, this becomes the focus of attention of neoconservatives aligned and added to the neoliberal interests of diminishing the role of the State, at the same time as a privileged space for attacking dissident sexual minorities. Thus, guided by the post-structural perspective, in this work I defend the thesis that the neoconservative discourses mobilized by Christian religious fundamentalists as a way to stop the discussions of gender and sexuality in curricular and educational policies, are not explained only by the bias of morality, but should be thought of as fundamental elements of the resurgence of a neoliberal agenda, in Brazil and abroad.

Keywords: Neoliberalism. Neoconservatism. Speech. Curriculum Policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HIV	Human Immunodeficiency Virus
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Intersexo +
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MBL	Movimento Brasil Livre
MESP	Movimento Escola sem Partido
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PSDB	Partido da Social-democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura

SUMÁRIO

	A TUA PISCINA TÁ CHEIA DE RATOS! SITUANDO A PESQUISA	11
1	OS MEUS SONHOS FORAM TODOS VENDIDOS... QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	21
1.1	Sobre a metodologia	22
1.2	Michel Foucault: neoliberalismo e governamentalidade	26
1.3	Wendy Brown: neoliberalismo e desdemocratização	31
1.4	Um <i>Frankenstein</i> ou um <i>Pierrô-Retrocesso</i> à brasileira	37
2	EU VEJO O FUTURO REPETIR O PASSADO. EU VEJO UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES...: POLÍTICAS CURRICULARES/EDUCACIONAIS, SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM DISPUTA	55
2.1	Políticas educacionais, sujeitos e subjetividades em disputa	56
2.2	PNE e BNCC: sobre os documentos	63
2.3	PNE e BNCC: reverberações dos discursos fundamentalistas nas políticas educacionais	72
3	VAMOS PEDIR PIEDADE. SENHOR, PIEDADE PRA ESSA GENTE CARETA E COVARDE...: DISCURSOS RELIGIOSOS FUNDAMENTALISTAS E O ATAQUE À AGENDA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PNE E NA BNCC	81
3.1	Discurso, enunciado e arquivo	82
3.2	Ideologia de gênero e doutrinação marxista: um encontro nada acidental	87
3.3	“Meus filhos, minhas regras!”: defesa da educação como dever único e exclusivo da instituição familiar	96
3.4	Apropriação do discurso científico biológico pelo discurso religioso fundamentalista	100
3.5	O Brasil como um país “cristão” e a tese de perseguição cristofóbica	109
4.	BRASIL, QUAL É O TEU NEGÓCIO? A BÍBLIA, O BOI E A BALA	116
4.1	A Bíblia: Bíblia sim, Constituição não!	117
4.2	O boi: passando a boiada	127
4.3	A bala: direitos humanos para humanos <i>de direita</i>	134
4.4	Convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo	142
5	VAMOS PRA RUA!(?): DAS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA	153
5.1	Da aposta nas pautas identitárias	154

5.2	Algumas considerações sobre o resistir: ética/estética da resistência e políticas de aliança	162
6	<i>PRO DIA NASCER FELIZ...</i> ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	172
	REFERÊNCIAS	179

A TUA PISCINA TÁ CHEIA DE RATOS! SITUANDO A PESQUISA

Nos últimos anos, assistimos no Brasil a um movimento intenso de agentes e grupos religiosos ligados tanto à Igreja Católica quanto às igrejas evangélicas disputando a produção e o agenciamento das políticas públicas em Educação. O avanço desse movimento caracterizado como neoconservador não se restringiu ao campo curricular e educacional; pode ser percebido disputando espaço em outras áreas, como na Psicologia e no Direito.

Tal movimento, liderado pelos fundamentalistas religiosos, seja na forma de organização civil, seja nas casas legislativas, buscou diferentes maneiras de operar e estabelecer suas verdades através da elaboração de projetos como o da “cura gay”¹ e opondo-se a outros, como o da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o da criminalização da violência motivada por lesbo/homo/bi/transfobia e a descriminalização do aborto. Em ambos se tornando um entrave no estabelecimento da garantia de direitos democráticos e uma ameaça ao que entendo como Estado laico.

O pânico moral² desencadeado por esses setores neoconservadores em torno da chamada “ideologia de gênero” entre 2013 e 2014 colocou a escola e as políticas curriculares no centro das discussões midiáticas. A polêmica em torno da supressão da cláusula que versava sobre a promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual nas escolas públicas como compromisso e meta do Plano Nacional de Educação (PNE)³ 2014-2024 e as discussões a respeito do kit anti-homofobia⁴, ainda em 2011, dividiram a sociedade brasileira e seus representantes parlamentares.

A derrubada, pela Câmara dos Deputados, de termos como “gênero” e “livre orientação sexual” no novo Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC), o veto ao kit anti-homofobia e o desaparecimento da possibilidade de discussão das questões de

¹ Decreto Legislativo nº 234, encaminhado pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO), que propunha sustar a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

² Esse conceito receberá maior atenção na seção 3, na qual será central na reflexão proposta.

³ Segundo o portal do MEC: “O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia ao acesso, à universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da Educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao Ensino Superior” (em <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2017).

⁴ Para Cruz (2014, p. 20), “O material educativo do Escola sem Homofobia – que ficou mais conhecido como ‘kit gay’, ‘kit anti-homofobia’ ou simplesmente ‘kit’ – segundo a nota oficial das organizações responsáveis pela sua elaboração –, é composto por um caderno teórico, seis boletins, um cartaz, uma carta de apresentação e três guias de discussões sobre os três vídeos dos DVDs: *Torpedo*, *Boneca na mochila* e *Medo de quê?*”.

gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular evidenciaram o ataque aos Direitos Humanos e às políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e de sexualidade e aos tímidos avanços conquistados nas últimas décadas que, defendendo, possibilitaram, ainda que superficialmente, uma reflexão sobre as diferenças e as desigualdades sexuais e de gênero ao abordar esses temas em sala de aula.

A escola pública, ainda que estivesse longe de um ideal do que entendo como espaço democrático e inclusivo, mediante a organização das demandas dos chamados grupos minoritários e dos movimentos sociais, e o avanço de algumas pautas, a exemplo das questões de raça, de gênero e sexualidade, a partir de 2003 se tornou alvo da atenção de grupos conservadores⁵. A discussão e o avanço de tais pautas, somados a uma agenda por demasiada “democrática”, chamaram a atenção para o “perigo” que a escola representava.

Diante do exposto, no que diz respeito à mobilização e ao avanço da chamada bancada neoconservadora no cenário político nacional, viu-se também nos últimos anos um *corpus* significativo de trabalhos (de diferentes perspectivas teóricas⁶) voltados para a análise dos discursos proferidos por representantes desses grupos. Logo, já é consenso, ao menos entre grande parte dos pesquisadores em Educação, que esses discursos neoconservadores influenciaram e tiveram certo êxito na elaboração de documentos, a exemplo do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, não somente no que diz respeito à retirada de temas sensíveis como gênero e orientação sexual, mas também estabelecendo um currículo centralizado, subordinado a avaliações internacionais e de larga escala, além de pautado por interesses mercadológicos.

Se, conforme indicado pelo projeto de doutorado submetido em 2017 para admissão neste programa, eu me propunha a analisar os discursos da bancada conservadora em torno das discussões de gênero/sexualidade no PNE e que tais análises estejam na tese, foi preciso um esgarçamento dessa empiria, vistas as modificações que o projeto sofreu quando das reflexões propostas pelas disciplinas do Programa e pelas leituras realizadas no grupo de pesquisa Currículo, Cultura e Diferença, coordenado pela professora Elizabeth Macedo.

⁵ Obviamente, não foi a partir de 2003 que a escola ganhou a atenção de grupos entendidos como conservadores. Em trabalhos anteriores (SILVA, 2016) demonstrei o quanto a escola e os processos educativos foram alvo desse tipo de investimento. Porém, entendo que o ano de 2003, a partir da eleição do presidente Lula e da maneira como certas pautas ganharam mais abertura, houve alguma intensificação no ataque e nas críticas feitas pela oposição reacionária e conservadora.

⁶ Em um primeiro contato em *sites* de busca por artigos acadêmicos que se relacionavam com meu projeto, além de trabalhos enviados e sugeridos por colegas, pude me aproximar de aproximadamente 30 trabalhos que, em linhas gerais, abordavam em suas análises questões relacionadas à “ideologia de gênero”, discursos conservadores, ataque às políticas públicas laicas etc.

Dentre essas leituras, as que mais possibilitaram deslocamentos, estranhamentos e incômodos (na escrita e em mim) foram aquelas que colocavam em suspenso a sempre presente necessidade de uma empiria seguida de uma metodologia rigorosa tão poderosa e eficiente que me possibilitasse encontrar uma verdade. As reflexões propostas pela professora Elizabeth A. St. Pierre nas pesquisas que vem desenvolvendo nos últimos anos na University of Georgia (EUA), ao questionar o empirismo tão presente nas ciências sociais e humanas (mesmo após anos da recusa dos pressupostos fundamentais das ciências sociais pelo pós-estruturalismo), me fizeram abandonar compreensões prévias sobre o trajeto a ser perseguido e, inclusive, questionar o meu suposto “problema de pesquisa” e “a tese” que deveria sustentar.

Obviamente, como historiador e oriundo de uma formação teórica mais vinculada às teorias tradicionais, em muitos momentos durante a escrita desta tese senti certo desconforto em abandonar o sistemático e exaustivo trabalho (inclusive já iniciado quando da elaboração do projeto) das pesquisas qualitativas humanistas convencionais no que diz respeito ao desenvolvimento de metodologia, pesquisa/coleta dos dados e a elaboração de um “arquivo” fechado, bem definido e delimitado, que servisse como objeto a ser investigado e que suspostamente me traria respostas e certezas.

Esse deslocamento ou redirecionamento me fez olhar para os diferentes discursos que havia encontrado até então, organizado e sistematizado quando de minhas buscas e pesquisas, apenas como parte de “algo maior”, manifestações de um momento. A partir daí, o movimento proposto foi menos pensar esses discursos e documentos como um *corpus* empírico com limites bem definidos e mais utilizá-los como uma das (muitas) expressões que ajudam a refletir sobre o momento político atual, que possibilitou que eles fossem produzidos.

Utilizo-me desse “arquivo” como detonador das reflexões que pretendo fazer, uma empiria difusa e não fixa, rígida, que não se esgota em si mesma. Se, ainda assim, tiver que responder à sempre presente interpelação nas pesquisas por uma definição precisa de uma empiria, eu diria isso: ela, minha empiria, é esse “momento”, esse “período”, esse “imaginário”. Meu objeto é esse espaço-tempo que fez emergir discursos, atitudes e gestos conservadores, retrocessos que, irmanados com políticas neoliberais, conseguiram se impor e impactar as políticas públicas – dentre elas e principalmente as políticas curriculares e educacionais.

Sendo assim, a pesquisa em questão, além de trazer e analisar alguns dos discursos neoconservadores nos embates e disputas políticas em curso durante a elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e da Base Nacional Comum Curricular, busca

compreender como e através de que tipo de articulações as agendas e demandas de grupos neoconservadores no Brasil foram mobilizadas pelo dispositivo da normatividade neoliberal, impactando tais políticas educacionais. Interessa-me refletir teoricamente sobre o contexto que faz emergir os discursos que circularam durante a elaboração do PNE e da BNCC. Em outras palavras, refletir sobre o processo de produção de políticas curriculares e educacionais no contexto de recrudescimento do neoliberalismo no Brasil e o quanto tais políticas mobilizaram argumentos neoconservadores em suas defesas.

Assim, concentrei-me no período que vai do ano de 2014 (ano das acaloradas discussões sobre a retirada ou permanência do gênero e sexualidade dos planos municipais, estaduais e nacional) até 2018 (ano em que muitos dos discursos sobre gênero voltaram a circular, em função da eleição presidencial), não com o objetivo de delimitar o início e o fim, definindo uma “baliza temporal”, mas por entender esse período como uma espécie de “ápice” dessa aproximação entre interesses de grupos políticos neoconservadores e neoliberais. Tanto que, em alguns momentos, eu abro mão dessa temporalidade, como quando utilizo documentos da década de 1990 para fazer contrapontos.

Embora este trabalho não se proponha a discutir as questões relacionadas ao gênero/sexualidade ou as políticas públicas diretamente, utilizarei tais documentos e discussões para pensar sobre a emergência de alguns discursos neoconservadores e a maneira como eles atacaram algumas políticas educacionais, sob a bandeira do sintagma da “ideologia de gênero”, tornando-se importante para pensarmos sobre a aderência desses discursos, no Brasil e fora, e o que eles podem nos dizer e nos mobilizar a refletir, no campo da teoria e da prática, sobre a aproximação entre neoconservadorismo e neoliberalismo.

Diante do exposto, as páginas que se seguem, ao trazer alguns dos discursos produzidos e reproduzidos por alguns parlamentares para a análise, busca entender como as políticas neoliberais das décadas de 1990 e as das duas primeiras décadas dos anos 2000, ancoradas por um discurso de Direitos Humanos, de cidadania, de preservação ambiental, de abertura para temas que eram até então considerados tabus na sociedade brasileira, cederam espaço, se transformaram em um neoliberalismo neoconservador, de ataque às pautas identitárias e da diferença, afastando-se de um certo modelo de democracia liberal e que parece cada vez mais se caracterizar por políticas presentes em regimes totalitários. Em outras palavras, entender como um neoliberalismo não intervencionista se transformou também em um Estado regulador das moralidades e dos valores (alguns valores).

Ainda que entenda que o contexto de elaboração de tais documentos seja complexo e extenso, com singularidades, diferenças e até mesmo levando a uma infinidade de fontes

documentais, defendo a utilização do processo de confecção deles por entender que significaram um importante marco na mudança de direção seguida pelas políticas educacionais no que concerne às discussões de gênero, sexo, sexualidade, seja no que diz respeito aos discursos e enunciados mobilizados durante a elaboração do Plano Nacional de Educação, que estabeleceria as metas educacionais para o decênio 2014-2024 (cujo trâmite fora iniciado em 2010, sendo sancionado então em 2014), seja nos debates ocorridos quando da elaboração do documento da Base Nacional Comum Curricular, ocorrida entre 2015 e 2017. Além disso, ao lançar luz sobre os discursos em questão que emergiram durante a elaboração dessas políticas, é possível encontrar discursos e enunciados que, ao se retroalimentarem, atacavam com diferentes argumentos qualquer possibilidade de avanço ou abordagem das questões relativas a gênero e sexualidade em sala de aula, buscando disputar, construir e hegemonizar sentidos para o que seja Educação e, mais ainda, o que poderia/deveria ser ensinado no espaço escolar.

Assim, acredito que tais discursos podem ter muito a nos dizer, uma vez que não acidentalmente pertencem ao mesmo enquadramento sociopolítico que compreende a rearticulação das forças políticas do pré-Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de 2016 e o fortalecimento de uma extrema direita, tornando-se potente e revelador ao conectar o declínio de um certo projeto/modelo de neoliberalismo mais progressista a uma nova forma de performance do neoliberalismo, qual seja, neoconservadora.

Ao lado desse avanço e fortalecimento da pauta neoconservadora e moralizadora na Educação, a exemplo da defesa de uma educação doméstica (*homeschooling*), do ataque à suposta “ideologia de gênero”, da criminalização e perseguição de pesquisadores e professores “doutrinadores”, do ataque à produção científica mediante o corte de bolsas de fomento, vimos avançar e ganhar força questões e interesses outros, como aqueles relacionados à demarcação das terras indígenas e quilombolas, a tentativa de criminalização dos movimentos sociais, as reformas da previdência e trabalhista etc.

Assim, defendo a tese de que os discursos neoconservadores moralistas, mobilizados por fundamentalistas religiosos cristãos como maneira de frear as discussões de gênero e sexualidade nas políticas curriculares e educacionais, não se explicam somente pelo viés da moralidade; devem ser pensados como elementos fundamentais para o fortalecimento de uma agenda neoliberal, ao mesmo tempo que neoconservadora. Os discursos e argumentos mobilizados durante o processo de produção das políticas educacionais, representadas pelo PNE e pela BNCC, não podem ser descontextualizados dos interesses de um projeto de recrudescimento neoliberal em marcha na sociedade brasileira e em outros países. Nessa

direção, mais do que refletir sobre os ataques às agendas e demandas entendidas como da “minoría” (incluindo aqui as políticas de enfrentamento ao racismo, machismo e combate à lesbo/homo/bi/transfobia no espaço escolar etc.), é preciso perceber que isso ocorre em paralelo ao avanço de projetos de educação voltados para a capacitação técnica, formação de mão de obra e avaliação por competência.

Isso posto, a presente tese está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo, *Os meus sonhos foram todos vendidos: questões teóricas e metodológicas*, me proponho a fazer uma discussão sobre o neoliberalismo a partir de autores como Michel Foucault (2008a; 2008b), Wendy Brown (2005; 2006; 2015; 2019) e Judith Butler (2018), inicialmente apresentando suas compreensões para, em seguida, refletir sobre uma nova forma de neoliberalismo e o avanço de uma agenda de extrema direita, tanto no Brasil como em países como os EUA. Contextualizo o neoliberalismo do caso brasileiro de forma a entender como se deram as articulações políticas no nível macro, usando o Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de 2016 como um evento que, ao mesmo tempo que simboliza o fim dos governos petistas e toda uma forma de governar, evidencia alianças entre grupos com interesses antagônicos ao projeto neoliberal tradicional. Ainda nesse capítulo apresento e exploro outros conceitos teóricos e metodológicos que fundamentam e orientam este trabalho.

No segundo capítulo, busco identificar as negociações sobre educação e currículo no Brasil contemporâneo, que levaram a uma tentativa de hegemonização de certos sentidos sobre eles e à elaboração do PNE e da BNCC, por entender a centralidade que tais documentos assumiram nesse contexto de disputa discursiva entre neoconservadores e progressistas, entendendo que tais discursos sobre a escola, o currículo e a educação tentam exercer poder sobre os processos de educabilidades e na produção de subjetividades. Para isso, me apoio em autores como Michel Foucault (2008a; 2008b) e suas reflexões em torno dos processos de subjetivação, entre outros autores que também partem do filósofo para pensar os processos educativos, por entender que tais pesquisas auxiliarão a compreender essas educabilidades e as pedagogias culturais contemporâneas, balizadas pelos ideais de governo e como constituidoras dos sujeitos.

Intitulado *Vamos pedir piedade. Senhor, piedade pra essa gente careta e covarde...: discursos religiosos fundamentalistas e o ataque à agenda de gênero e sexualidade no PNE e na BNCC*, o terceiro capítulo busca analisar alguns dos discursos produzidos em torno do sintagma “ideologia de gênero” e as moralidades religiosas que sustentaram essa teoria. Para isso, me apoio em autores como Joanildo Burity (2008) e em suas pesquisas sobre a articulação entre religião e Estado, além de Wendy Brown (2015; 2019), Michel Foucault

(1999) e Judith Butler (2003; 2018), para pensar a constituição da sexualidade e do gênero como dispositivos de controle e de governamentalidade a serviço do neoliberalismo.

No quarto capítulo: *Brasil, qual é o teu negócio? A Bíblia, o boi e a bala*, busco, além de caracterizar os grupos da denominada “Bancada BBB”, entender a emergência da união entre grupos neoconservadores reacionários e uma agenda política econômica neoliberal, em que as pesquisas de Wendy Brown (2019) são indispensáveis para essa leitura, de forma a evidenciar a arquitetura que fez emergir esse *Frankenstein* à brasileira ou, melhor dizendo, um *Pierrô-retrocesso*.

Denominado *Vamos pra rua! (?): Das possibilidades de resistência*, o quinto capítulo busca compreender teoricamente as possibilidades de resistência e enfrentamento a esse avanço neoconservador e neoliberal, bem como os limites e as fragilidades da aposta em uma democracia pautada por questões identitárias e inclusivas. Para essa reflexão, faço uso das pesquisas de Judith Butler (2015; 2018), Wendy Brown (2019) e Foucault (2008a; 2008b).

Nunca considerei que introduzir um trabalho é uma tarefa das mais fáceis. Ainda mais ao assumir que essa introdução foi feita em diferentes momentos: conforme o desenvolvimento da tese ela ia se tecendo. Ao usar como ponto de partida alguns dos discursos neoconservadores, refletia que a dificuldade de realização de uma pesquisa como essa que se dá praticamente no período que compreende a campanha eleitoral (e a vitória do atual presidente) e a concretização e o fortalecimento de um projeto neoliberal e neoconservador para a sociedade brasileira.

Da mesma maneira que foi doloroso me distanciar do projeto inicial da tese e abrir mão de certa organização sistemática e exaustiva a respeito de um *corpus* empírico mais fechado, das muitas outras dificuldades que se apresentaram desde o início desta tese, talvez pela minha formação inicial como licenciado em História, chamou a atenção também a dificuldade de pesquisar e produzir conhecimento sobre o tempo presente. Ou seja, a análise de acontecimentos sobre os quais não tenho o distanciamento sugerido outrora pelos cânones referenciais da historiografia mais ortodoxa me pareceu uma tarefa das mais complicadas.

No momento em que escrevo esta (parte da) introdução, os protestos e a convulsão social que sacudiram o Chile nos últimos dias⁷ como resposta ao avanço de políticas econômicas neoliberais, seguido da eleição da chapa de esquerda para o governo argentino, me levam a questionar a insuficiência de algumas análises que previam ou projetavam a

⁷ Protestos civis que ocorreram em outubro de 2019 em decorrência do aumento da tarifa de ônibus e que, posteriormente, como resposta à violência do Estado para com os manifestantes, levou mais de um milhão de pessoas às ruas. Para mais informações, ver: <https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>

América Latina como, mais uma vez, um espaço de avanço conservador neoliberal, ao mesmo tempo que no Brasil somos surpreendidos pela fala de um deputado que, sem pudor algum, deixa claro a volta, se “necessário” for, de um ato institucional, a exemplo do AI-5⁸. Tudo isso, somado a muitas outras questões que estão acontecendo⁹, fizeram com que me aproximasse também da chamada Genealogia do Presente, à qual o próprio Foucault é associado.

Assumo também as questões que me afetam como pesquisador, professor e sujeito cujas práticas e orientação sexuais ocupam lugar de marginalidade no contexto de implementação de políticas que carregam muito dos discursos analisados que, outrora, pareciam apenas devaneios de uma extrema direita conservadora e raivosa, mas que agora parecem cada vez mais próximos de serem executados, fazendo-me questionar os limites de nossa atuação em uma sociedade cada vez mais distópica¹⁰.

Assim, considero que a pesquisa que se apresenta é importante por inúmeras razões, sejam as que dizem respeito ao entendimento do fenômeno complexo da atuação das estruturas religiosas no espaço público e nos debates sobre temas relacionados aos direitos sexuais, reprodutivos e as políticas de educação, seja por tentar compreender a atuação desses grupos nas legislaturas dos últimos anos e os interesses que orientam a defesa e o avanço de pautas neoconservadoras. Além disso, torna-se necessário e urgente ampliar os estudos a respeito da complexa rede de interesses que aproxima neoliberalismo e neoconservadorismo, não apenas como fenômenos locais, mas também como resultado de processos e interesses transnacionais que tentam ganhar espaço e se hegemônizar.

Acredito ser importante justificar minha escolha por batizar a tese e seus capítulos com letras de músicas do compositor, poeta e cantor Agenor de Miranda Araújo Neto, mais conhecido como Cazuza. Cazuza nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1958 e faleceu em

⁸ Referente à fala do deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL) ao referir-se a um possível avanço radical da esquerda no País. Ver na matéria: <https://veja.abril.com.br/videos/giro-veja/giro-veja-a-fala-de-eduardo-bolsonaro-sobre-o-ai-5/>. Posteriormente, no contexto de aniversário do Golpe de 64, em abril de 2022, o mesmo parlamentar fez falas ironizando e debochando da tortura sofrida pela jornalista Miram Leitão, quando foi presa e torturada grávida.

⁹ Neste momento, o país atravessa uma pandemia. Desde março de 2020 até hoje (04/05/2020), o número de pessoas atingidas pela Covid-19, bem como o de vítimas fatais, é alto e os hospitais de todo o País apontam para o colapso caso não sejam respeitadas as orientações da Organização Mundial da Saúde de que as pessoas fiquem isoladas e evitem aglomerações. Ainda assim, ontem o Presidente Jair Bolsonaro mais uma vez desrespeitou tais orientações, indo ao encontro da população que fazia um ato antidemocrático, pedindo, inclusive, o fechamento do congresso e uma intervenção militar.

¹⁰ Termo que, inclusive, já foi utilizado para dar nome à pesquisa, como a desenvolvida por Barzotto (2020), intitulada *Distopia à Brasileira: a (re) produção do discurso antigênero no contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019)*.

1990, vítima da pandemia de HIV/AIDS. Dos 32 anos de sua vida, 21 foram vividos sob a égide do regime da Ditadura Civil-Militar que se instalou no Brasil entre 1964 e 1985.

No início da carreira como compositor e cantor da jovem banda carioca Barão Vermelho, em meados dos anos 1980, as letras de suas composições falavam de declarações e decepções amorosas, além de crises pertinentes à sua idade. No final da década de 1980, houve um redirecionamento nas suas músicas que, aprofundado na descoberta e nas complicações em decorrência da AIDS, somado às suas decepções políticas e ideológicas com um período de transição política, manifestavam suas angústias pessoais e criticavam a política nacional de um período marcado pela instabilidade (política, econômica e social).

Mesmo que de origem abastada (“*Pobre de mim que vim do seio da burguesia. Sou rico, mas não sou mesquinho*”), pois era filho do reconhecido empresário e produtor musical João Araújo, o poeta dedicou parte da sua vida como letrista e compositor a fazer críticas às muitas injustiças vividas no Brasil, principalmente às relacionadas aos abismos entre classes e às violências agudizadas durante o truculento período ditatorial. Álbuns como *Ideologia* (1988, Universal Music), *O tempo não para* (1989, Universal Music) e *Burguesia* (1989, Universal Music) são bons exemplos dessa expressão que, mais do que entreter, se tornava uma importante manifestação política daquele contexto e representava, de certa maneira, a euforia e os anseios de uma geração que há tempos clamava por democracia e eleições diretas.

Opto por fazer uso de Cazuza para introduzir esta tese e também batizá-la por (além de ser fã e um profundo apreciador de sua história) acreditar que sua biografia, brevemente apresentada acima, lança as bases para pensar um país em período de transição democrática e que, apesar de algumas respostas terem sido dadas aos anseios feitos pelo poeta e à sua geração em relação ao avanço de algumas discussões, que à sua época saíam de um lugar marginal e ganhariam certa visibilidade nos anos seguintes, como as questões sobre orientação sexual e identidade de gênero e as próprias políticas públicas voltadas ao tratamento de pessoas que convivem com HIV/AIDS, hoje parecem sucumbir diante de grupos neoconservadores, empenhados no esfacelamento de qualquer política que possibilite o questionamento e a desestabilização de certas moralidades.

Usar Cazuza talvez me ajude também a promover um deslocamento temporal, ou seja, diminuir os riscos de que se caia na armadilha de pensar a produção dos discursos e políticas analisados aqui como algo novo, circunscrito a um contexto específico. Não! Se é verdade afirmar que desde as décadas de 1970 e 80 a aparição em público de um homem assumidamente bissexual parecia já ser, de certa maneira, subversivo e desestabilizador do *status quo*, e que havia pessoas que se identificavam com isso, também é verdade que uma

“*gente careta e covarde*” sempre esteve ali, disposta a denunciar os inadequados e minar as possibilidades de suas incômodas existências. Em outros termos, não foram as chamadas “políticas de inclusão” dos governos de FHC ou de Lula/Dilma que possibilitaram que certas identidades político/sexuais desviantes ganhassem visibilidade, ao mesmo tempo que essa ação articulada de grupos conservadores não nasceu como resposta a essas políticas. Ambas parecem ter sido apenas agudizadas num período posterior – o atual – e que aqui busco analisar por meio dos discursos daqueles que foram eleitos para representar e serem porta-vozes daqueles cujas ideias não correspondem aos fatos.

E é com a ajuda da estética dos versos do poeta que visio responder aos objetivos a que me proponho neste trabalho, numa tentativa de que a beleza de sua arte, ainda que por vezes crítica e pesada, ajude não somente a diminuir as fronteiras entre um conhecimento “mais duro”, erguido sob as bases rígidas de metodologias acadêmicas que parecem separar e até se colocar em oposição à vida, mas também a não sucumbir diante de análises de períodos como o proposto aqui, de incertezas e pouca esperança para aqueles que ainda acreditam e apostam nela.

1 OS MEUS SONHOS FORAM TODOS VENDIDOS... QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Como uma racionalidade expressamente amoral, tanto no nível dos fins como no dos meios (o neoliberalismo), intersecta com uma racionalidade formalmente moral e regulatória (o neoconservadorismo)? Como um projeto que esvazia o mundo de sentido, que desenraiza e diminui o valor da vida e que explora abertamente o desejo se cruza com um projeto cujo eixo é o restabelecimento e a imposição do sentido, a proteção de certos modos de vida, a repressão e a regulamentação do desejo?
(BROWN, 2006, p. 692)

Os questionamentos propostos pela cientista política Wendy Brown logo no início deste trabalho servem como uma provocação, um pontapé inicial na busca por uma reflexão que me ajude a compreender as muitas nuances e formas como chegam até nós os diferentes sentidos e compreensões sobre o neoliberalismo, o neoconservadorismo, o moralismo e a racionalidade e a maneira como eles convergem e divergem, deslizando sentidos em diferentes espaços-tempos. Afinal, seria possível um governo fundamentado em princípios liberais/neoliberais se aproximar de (ou ser legitimado por) grupos conservadores? Ou até mesmo poderia um governo autoritário seguir princípios neoliberais? Qualquer tentativa de compreensão e leitura do atual momento político, no Brasil e fora, nos leva a esbarrar nesses questionamentos, uma vez que compreensões prévias sobre esses conceitos parecem não dar mais conta de explicar as contradições oriundas do nosso tempo.

Ao buscarmos uma definição para o neoliberalismo, é muito comum esbarrarmos em explicações que, em linhas gerais, como nas palavras de Boito (1999, p. 23), definem-no como “um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade da iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia” ou ainda como “uma doutrina econômica, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a liberdade de mercado e restringe a intervenção do Estado sobre a economia aos interesses imprescindíveis e em um grau mínimo” (ANUNCIAÇÃO, 2012, p. 31-32). Sem negar tais compreensões e ao mesmo tempo me afastando delas, de maneira a alargar esses entendimentos, é importante sinalizar que, embora haja certo consenso em relação à natureza e à definição do que seja o neoliberalismo como doutrina econômica, ressalto que são variadas as possibilidades de análises que dividem pesquisadores de diferentes áreas e de distintas vertentes teóricas.

Neste capítulo, além de apresentar a metodologia que orientou a produção de alguns dados e as fontes utilizadas para a reflexão proposta, me proponho a fazer uma discussão teórica a respeito do neoliberalismo baseada na perspectiva pós-estrutural, por entender que

ele emerge como conceito central para as análises que aqui objetivo. Inicialmente, busco em diferentes autores, a exemplo de Michel Foucault (2008a; 2008b), Wendy Brown (2006; 2015; 2019) e Judith Butler (2018), caracterizar o que entendo como neoliberalismo para, em seguida, refletir sobre o atual contexto do Brasil. Assim, meu objetivo é explicitar as contradições oriundas do neoliberalismo brasileiro (e global), em que interesses considerados característicos do neoliberalismo cedem espaço para interesses neoconservadores e totalitários, antagônicos a muitas das compreensões desenvolvidas sobre o próprio neoliberalismo. Além disso, busco também apresentar e discutir conceitualmente a caracterização do que viemos entendendo como neoconservadores/neoconservadorismo.

1.1 Sobre a metodologia

Eu recomendo que não pensem sobre seus estudos usando a metodologia qualitativa e a sua grade de conceitos humanistas normalizadores, muitos dos quais positivistas: “indicação do problema”, “questões de pesquisa”, “desenho de pesquisa”, “processo de pesquisa”, “entrevista”, “observação”, “dados”, “levantamento de dados”, “análise de dados”, “teoria fundamentada nos dados”, “representação”, “sistematicidade”.

(ST. PIERRE, 2018, p. 1.053)

Pensar em metodologia talvez suponha imediatamente pensar em um caminho, uma rota, traçada e perseguida, entre um ponto de partida e um de chegada. Tal compreensão parece-me demasiadamente otimista, para não dizer ingênua, uma vez que tomo como partida para as análises propostas aqui os referenciais pós-estruturalistas, mais especificamente os referenciais da crítica pós-estruturalista em Educação, que colocam em suspenso o caráter totalizante das metanarrativas, os saberes alicerçados na Modernidade e até mesmo a própria concepção de sujeito.

Reconhecendo a importância do incômodo gerado por essa perspectiva, ao mesmo tempo que identificando a necessidade de uma metodologia que ajude a entender os caminhos percorridos durante o processo de construção desta tese (ainda que difusos, diversos e alterados), na sequência buscarei apresentar algumas das ferramentas que auxiliaram a elaboração e o desenvolvimento desta pesquisa. Nessa direção, me adianto a ressaltar que cada capítulo exigiu uma metodologia específica, tendo em vista os diferentes objetivos traçados por mim para cada um e as diferentes necessidades que foram se apresentando.

Diante da vasta produção em torno da problemática aqui proposta como pesquisa, o primeiro movimento constitui-se de uma pesquisa exploratória da bibliografia produzida nos últimos anos, pautada nos referenciais da pesquisa bibliográfica, considerada como

elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com *todo* material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54, grifos meus).

Ainda que esse movimento tenha me levado a um número substancial de trabalhos desenvolvidos nos últimos anos em diferentes áreas, ao contrário do afirmado na citação, não entrei em contato com “todo” o material encontrado, por uma questão de delimitação e impossibilidade, priorizando o que foi produzido em áreas como Sociologia da Religião, História, Ciência Política e Educação. Na sua maioria, esses materiais tinham como objetivo refletir sobre a relação entre Estado e religião, direitos sexuais e reprodutivos, gênero e sexualidade no currículo escolar, porém poucos propunham uma interlocução entre essas questões com o desenvolvimento do neoliberalismo.

A análise dessa literatura, além de me auxiliar na compreensão do contexto e dos temas que pretendia pesquisar, somada às contribuições das leituras e reflexões desenvolvidas no grupo de pesquisa, me levou a perceber que as demandas daquele momento (que eu me propunha a pesquisar inicialmente) e as articulações que emergiram se transformaram em uma *outra coisa*, denunciando a dinâmica e a complexidade desse processo e até a insuficiência de algumas análises, como as que se voltaram apenas para o entendimento do conservadorismo pelo viés religioso e moral da cultura.

Sem querer abrir mão de minha intenção inicial, que era a análise dos discursos conservadores de parlamentares durante a elaboração dos documentos das políticas educacionais, ao mesmo tempo que sabendo das muitas pesquisas que para esse mesmo material já se voltaram, propus uma mudança de rota. Se antes tais discursos ocupavam a centralidade no sentido de serem utilizados como fontes, como objeto a ser analisado, agora eles passavam a ser uma espécie de alegoria, expressões de um tempo, ainda que de tempo sem início e sem fim com limites muito definidos.

A epígrafe que introduz este subcapítulo, por si só, acredito, gera desconforto e questionamentos em muitos de nós, pesquisadores que alicerçamos anos de estudos utilizando tais expressões. Como pensar em pesquisas que não falem de “problema de pesquisa”, “levantamento de dados”, “análise de dados”? A minha sincera resposta a essa interpelação é: Não sei! Ainda não sei. A própria utilização de muitos desses termos ao longo desta pesquisa denuncia essa dificuldade (muitos deles presentes nos capítulos voltados para as políticas educacionais e para os discursos).

Apesar disso, e assumindo que esta tese tenha passado longe de conseguir fazê-lo, entendo que as provocações trazidas por Elizabeth St. Pierre em suas problematizações feitas às metodologias utilizadas em pesquisas qualitativas provocaram em mim deslocamentos e a iniciativa de propor algo diferente do que até então vinha utilizando em minhas pesquisas. As críticas mobilizadas por ela em relação ao que chama de “metodologia qualitativa humanista convencional” repousam na defesa da “incomensurabilidade” (ST. PIERRE, 2018) entre as perspectivas “pós” (pós-modernas, pós-estruturais, pós-humanistas) e essa metodologia. Nas palavras dela:

não afirmo que a estrutura da metodologia qualitativa humanista é errada ou incerta. Argumento que, no entanto, seus pressupostos sobre a natureza da pesquisa baseiam-se na descrição iluminista e humanista do ser humano, da linguagem, do material, do empírico, do real, do conhecimento, do poder, da liberdade e assim por diante e, portanto, são incomensuráveis com as descrições de tais conceitos nos pós (ST. PIERRE, 2018, p. 1.048).

Essa quase contradição entre tais perspectivas leva a autora a defender a utilização das críticas ontológicas presentes nos “pós”. Como métodos de investigação, propõe pensar a partir do “neoempirismo” ou do “neomaterialismo” da chamada virada ontológica, apresentando, inclusive, novos métodos de investigação, como o que chama de “pesquisa pós-qualitativa” e/ou “pós-investigação”. Assim:

A pergunta, penso eu, é por que privilegiamos palavras em alguns textos (por exemplo, transcrições de entrevista e notas de campo) sobre palavras em outros (por exemplo, um documento de política, uma lei federal, um livro de história, um roteiro de filme)? Essa é, naturalmente, uma questão empírica e uma questão ontológica. Se pensarmos com pós-ontologias, não faz sentido separar nossa análise das palavras “coletadas” em documentos usados em uma seção chamada “revisão da literatura” das palavras “coletadas” em transcrições de entrevistas e notas de campo em uma seção chamada “resultados”. No entanto, o fazemos. E eu diria que essa separação torna mais fácil o desalinhamento entre epistemologia, ontologia e metodologia na metodologia qualitativa humanista convencional. [...] Em suma, a primeira possibilidade que eu ofereço para a investigação pós-qualitativa é usar as pós-análises que temos há décadas para, com elas, pensar sobre o que nos intriga (ST. PIERRE, 2018, p. 1.055).

Em diálogo com o que foi proposto por St. Pierre e pensando sobre aquilo que me intriga (me motiva, me move, me atravessa), à guisa de aproximar os estudos de gênero e sexualidade que venho desenvolvendo, entendi que aquilo que desde os primeiros anos do século XXI vem sendo desenvolvido em torno do que alguns autores chamam de Metodologia *Queer* talvez se apresentasse como uma maneira de pensar sobre a composição desses diferentes elementos, tanto da coleta dos dados quanto das análises que se seguiram, diante da apresentação dessa metodologia como “uma variedade de contribuições com orientações metodológicas distintas, mas que desembocam no esforço de rejeitar a adoção acrítica a

qualquer instrumento metodológico, como também de renunciar a adotá-los de forma crítica” (RANNIERY, 2016, p. 33).

Sob o risco da acusação de que o trabalho, ao utilizar em seus capítulos diferentes procedimentos de análise, não possui um *corpus* de análise bem definido, abrindo mão de uma coerência científica metodológica, me adianto a defender que a metodologia *Queer*, a partir da bricolagem de distintas concepções teóricas e de procedimentos, como os que citei acima, me possibilitou esse trânsito, essa mobilidade, uma vez que tal proposta metodológica subverte e problematiza também as bases sobre as quais foram produzidos conhecimentos, discursos e saberes a respeito da construção dos corpos/gêneros/sexos/sexualidade.

Ao assumir tais perspectivas teórico-metodológicas, esta tese emerge como uma tentativa de borrar, desestabilizar essas fronteiras, uma vez que este trabalho, ao se ancorar na Análise do Discurso e nos teóricos da Ciência Política e da Educação, faz emergir uma metodologia própria, singular, que se fez/faz durante o processo de sua construção e de produção do conhecimento. Não mais um conhecimento fechado, mas híbrido, arejado, aberto, inclusive àquilo que não pode ser previsto. Ou, no mínimo, tomando emprestado de Foucault:

Que sejamos obrigados a dissociar as obras, ignorar as influências e as tradições, abandonar definitivamente a questão da origem, deixar que se apague a presença imperiosa dos autores; e que assim desapareça tudo aquilo que constituía a história das ideias. O perigo, em suma, é que, em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios linhas esboçadas, em lugar de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrihado e na direção de um final que não é fácil prever. O que, até então, velava pela segurança do historiador e o acompanhava até o crepúsculo (o destino da racionalidade e da teleologia das ciências, o longo trabalho contínuo do pensamento através do tempo, o despertar e o progresso da consciência, sua perpétua retomada por si mesma, o movimento inacabado mas ininterrupto das totalizações, o retorno a uma origem sempre aberta e, finalmente, a temática histórico-transcendental), tudo isso não corre o risco de desaparecer, liberando à análise um espaço branco, indiferente, sem interioridade nem promessa? (FOUCAULT, 2008c, p. 44).

Se é verdade afirmar que o sensível momento político atual desafia compreensões prévias sobre política, economia e sociedade e a dinâmica das relações de poder entre elas, também é correto dizer que outros olhares e percepções devem ser potencializados. Reduzir as complexas lutas políticas atuais a disputas entre demandas de esquerda *x* demandas de direita, ou a uma polarização política entre pró-Bolsonaro (extrema direita, confabuladores do “marxismo cultural”, da ideologia de gênero etc.) *x* anti-Bolsonaro (esquerda, marxistas, defensores de Direitos Humanos, minorias etc.) é invisibilizar outras tantas lutas e disputas que estão ocorrendo simultaneamente.

E é com esse convite a um olhar estranho, incerto, suspenso, que as próximas páginas se apresentam. Menos como a busca por um lugar de chegada confortável e certo, e mais como pontos de inflexão para o que, por ser dinâmico e impreciso, torna-se até mesmo imprevisível.

1.2 Michel Foucault: neoliberalismo e governamentalidade

Dentre as muitas contribuições do filósofo Michel Foucault que ajudam a pensar sobre política, economia e sociedade e diferentes relações de poder presentes nessas relações, elegi como central nessa discussão as reflexões suscitadas nas obras *Segurança, Território, População*¹¹ e *O nascimento da biopolítica*¹². Nesses livros, frutos de seus cursos ministrados no Collège de France entre 1977 e 1979, Foucault analisa o liberalismo clássico como uma forma histórica de governamentalidade biopolítica, introduzindo conceitos centrais como governo e governamentalidade. Segundo autores como Hamann (2012) e Candiotti (2010), nos cursos em questão Foucault faz uma análise premonitória do neoliberalismo contemporâneo, o que, acredito, irá me auxiliar no exercício de compreender o contexto internacional em que o Brasil se insere. Ainda que entenda a centralidade dessas obras, para compreendê-las acredito ser importante refletir também sobre obras anteriores e posteriores que apresentaram conceitos que ajudam a entender, inclusive, a governamentalidade proposta pelo filósofo.

Enquanto a Idade Média foi marcada pela punição corporal, mediante diferentes espécies de torturas como forma de demonstração de poder político sobre os indivíduos, ou seja, o chamado poder soberano, a transição para a Idade Moderna, o contato com outras culturas e sociedades e a emergência do Mercantilismo alteraram de forma significativa as relações de poder e ampliaram a arte de governar na Europa Ocidental. Em obras anteriores¹³, Foucault, a partir da introdução de conceitos como disciplina e biopoder, já havia chamado a atenção para a nova configuração de poder sobre a vida que, entre meados do século XVII e XVIII, emergiu no mundo ocidental moderno com duas estratégias: o poder disciplinar e o biopoder, em que a primeira estaria voltada para a docilização e disciplinarização dos corpos – de maneira mais específica, dos corpos em espaços como a fábrica, o asilo psiquiátrico,

¹¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹² FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Coleção Tópicos. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Título original: Naissance de la biopolitique.

¹³ Ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, e FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

instituições prisionais, escolas etc., numa perspectiva de controle do tempo e das atividades e condicionamento, não só dos corpos, mas também das condutas; e a segunda pela tentativa de controle do corpo vivo, da anatomia; em outras palavras, do controle e do cuidado dos processos biológicos da população. Ainda que tendamos a observar essas transformações de forma linear e numa perspectiva evolutiva, vale destacar que não se trata da substituição imediata de uma pela outra, mas do processo de aperfeiçoamento e implementação de técnicas que vão se complementando.

Aos poucos, o poder jurídico soberano ia cedendo espaço para essas novas artes de governo que se voltavam para o corpo biológico da população ou, nas palavras do próprio Foucault, “a velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 131).

A complexificação da sociedade e a necessidade de gestão da população passaram a ser entendidas como um problema. A ciência da estatística populacional tornou-se fundamental para que fossem pensadas e elaboradas ações políticas dentro dessas novas formas de poder. A partir da quantificação e reflexão sobre os dados populacionais e a quantificação de seus fenômenos (a exemplo da natalidade, da mortalidade, monitoramento de epidemias etc.), passa-se a governar para “melhorar a vida e a saúde da população, assim como para aumentar sua riqueza e bem-estar” (CANDIOTTO, 2010, p. 38). A possibilidade desse desbloqueio da arte de governar levou ao que Foucault chamou de governamentalidade.

Se, com a Modernidade Ocidental, é possível perceber o poder disciplinar e o biopoder como complementares e essenciais na consolidação da chamada sociedade de normalização, a governamentalidade pode ser explicada:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144).

Nos já citados cursos do Collège de France, ao chamar a atenção para as modernas e ocidentais artes de governar, ao introduzir esse neologismo, Foucault analisa três diferentes

formas históricas de governamentalidades políticas: a Razão de Estado (século XVI e XVII), o Liberalismo (século XVIII) e o Neoliberalismo (século XX) dos casos alemão e americano¹⁴.

De forma sintética, a Razão de Estado refere-se a um certo tipo de racionalidade, ou seja, ao abandono de algumas formas de poder soberano muito características da Idade Média. A especificidade plural do Estado demandaria novas maneiras de governar, assim como instituições que sustentassem e legitimassem essa nova arte de governo. Para Foucault, podemos destacar três aspectos que juntos fortaleceram a Razão de Estado: o mercantilismo (organização comercial e fortalecimento monetário e populacional), a polícia (gestão interna de organização urbana) e o exército (relacionado às relações diplomático-militares). Nas palavras de Foucault: “São três maneiras, solidárias de resto umas das outras, [de] governar de acordo com uma racionalidade que tem por princípio e por domínio de aplicação o Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 8).

Embora não se possa dizer que esses princípios organizaram o mundo europeu de tal forma que fossem evitados conflitos e disputas (comerciais e territoriais, por exemplo), para Foucault essa nova arte de governar baseada na Razão de Estado auxiliou na formação e no fortalecimento dos aparelhos diplomáticos, bem como na autogestão dos Estados. Assim, até mesmo os embates entre nações passaram a ser pautados por certos princípios. Nesses termos, a Razão de Estado estaria relacionada à garantia de “paz”, externa e interna, do Estado, em que sua finalidade era ele próprio e o seu fortalecimento. Objetivos como a “salvação” (da alma), introduzidos e fortalecidos outrora pelo pastorado cristão, foram substituídos pela “preservação da vida”. Tal preservação (e governo) estava relacionada ao aumento de sua produtividade e, conseqüentemente, ao poder econômico do Estado.

Essa compreensão da população como um dos pilares elementares na produção de riquezas fez emergir o que Foucault chamou de Economia Política. Segundo Candiotti (2010), a articulação entre o surgimento da população e o nascimento da Economia Política possibilitou a transição de uma arte de governo soberana para uma ciência política. A introdução da Economia Política, em meados do século XVIII, e a ideia de um equilíbrio entre o máximo e o mínimo da arte de governar colocaram limite ao princípio do governo ilimitado do Estado, um dos pilares da já citada Razão de Estado. Ou seja, um governo que antes era entendido como responsável pela direção e governo das condutas (através de mecanismos estatais) não poderia mais ser um fim em si mesmo. Surge então o liberalismo como nova racionalidade governamental:

¹⁴ O caso francês também é apresentado, porém o alemão e o americano ganham mais relevância nas análises de estudo de caso.

O liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, à regra interna da economia máxima. Enquanto toda racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo (entendido no sentido político tanto quanto no sentido econômico), a racionalização liberal parte do postulado de que o governo (trata-se, é claro, não da instituição “governo”, mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade. Ele não tem em si sua razão de ser, e sua maximização, ainda que nas melhores condições possíveis, não deve ser seu princípio regulador. Nisso, o liberalismo rompe com essa “Razão de Estado” que, desde o fim do século XVI, havia procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

Ao questionar a necessidade do governo do Estado, pela introdução do conceito de sociedade civil, em detrimento do conceito de população da Razão de Estado, a crítica liberal vê o Estado como um excesso da sociedade. Nessa direção, seria necessário reduzir as intervenções estatais para diminuir também sua intervenção na economia. Dito de outro modo: para o liberalismo, o mercado é como que conduzido por “leis naturais”, em que a troca e a dinâmica das necessidades humanas o organizariam naturalmente. Ao fazer essa análise, o filósofo demonstrou um deslocamento entre o liberalismo clássico elaborado por Adam Smith (2009) e uma nova forma de liberalismo: o neoliberalismo. Tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto no que tange ao exercício de sua racionalidade governamental, o neoliberalismo apresenta algumas novidades importantes que possibilitaram esse deslocamento.

Foucault centrou suas análises a respeito do neoliberalismo no que fora desenvolvido pelos intelectuais alemães da Escola de Friburgo a partir da década de 1930 e como resposta a uma série de políticas colocadas em prática durante a República de Weimar¹⁵, a experiência do nazismo e o pós-guerra. O neoliberalismo norte-americano, oriundo do pensamento econômico da Escola de Chicago, é entendido como uma reação às políticas de intervenção estatal promovidas pelo New Deal (1933-1937), durante o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o intuito de conter os efeitos da crise de 1929, nos Estados Unidos.

Fortemente influenciadas pelas ideias do economista britânico John Maynard Keynes, que defendiam a necessidade de intervenção estatal para recuperar a economia, tais políticas receberam duras críticas por parte desses intelectuais neoliberais. Para eles, a planificação e o

¹⁵ Bruna Della Torre, em artigo para o *Blog da Boitempo*, chama a atenção para as mudanças no campo do gênero (ou “sexo”, de modo a evitar anacronismos): “A Constituição de Weimar foi, na década de 1920, uma das mais avançadas em termos de gênero na Europa. Além do sufrágio feminino, ela garantia direitos de maternidade e igualdade civil no âmbito matrimonial. Vale lembrar também a atuação de Clara Zetkin, que integrou o Parlamento alemão de 1920 a 1933, no feminismo do período. Também na esfera sexual, essas foram décadas de liberação. Berlim era uma das cidades com a maior cena *queer* do mundo” (Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/05/31/o-patriarcado-e-um-tigre-de-papel-fascismo-genero-e-luta-de-classes/>).

dirigismo econômico caracterizavam certa irracionalidade, o que seria nocivo ao bom andamento do mercado. Logo, o Estado de Bem-Estar Social, de certa maneira, faz com que os indivíduos sejam vistos de maneira desigual para que se possa ter resultados mais equânimes, “justos”, o que fere o princípio neoliberal de não interferência do Estado na economia. Tanto o neoliberalismo alemão quanto o americano podem ser lidos como uma crítica aos excessos de governo, denunciando sua irracionalidade e propondo uma tecnologia governamental voltada ao livre mercado.

Se antes, no liberalismo, o mercado agia de forma “natural”, sendo a base sobre a qual se assentava a economia para fins de regulação e ajuste das diferenças, no neoliberalismo essa base é deslocada do mercado para a concorrência: “Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial” (FOUCAULT, 2008b, p. 201), dinâmica essa que, por perder seu adjetivo de “natural”, deveria ser motivada e estimulada. Se antes o Estado deveria ser mínimo, agora ele passa a ter papel estratégico na garantia do bom funcionamento da economia.

Estado mínimo, porém aliado do mercado e facilitando a sua ação. Para Foucault, essa dinâmica concorrencial estaria ligada diretamente a uma lógica empresarial; assim, a governamentalidade teve como objetivo a produção estratégica de condições sociais que levaram à constituição de uma nova subjetividade, a um sujeito específico, o *Homo Oeconomicus*, em que “O *Homo Oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008b, p. 201). Assim como a economia política do século XVIII surgiu como instrumento intelectual do cálculo governamental, junto à introdução do conceito de sociedade civil surge e se consolida esse personagem central na teoria de Foucault, o *Homo Oeconomicus*.

A subjetivação e produção desse sujeito demandará uma regulação e uma normatização mais sofisticadas, uma governamentalidade biopolítica neoliberal, em que tais indivíduos sejam orientados por princípios econômicos. Assim, os sujeitos passariam a ser orientados por uma espécie de *empresarização* de diferentes instâncias da vida, uma subjetivação administrada e calculada por princípios racionais.

Se a teoria de Foucault e a suas contribuições a respeito do neoliberalismo foram pioneiras e até certo ponto visionárias em alguns aspectos, servindo de base para muitos que viriam depois dele, também é correto afirmar que a teoria não dá conta de uma série de outras questões. Seja pela fragilidade das análises contemporâneas e que exigem certo distanciamento temporal para serem compreendidas, seja por questões que são dinâmicas demais para se tornarem previsíveis, ainda mais em se tratando de algo tão plástico e

metamórfico como o neoliberalismo. Nesse sentido, trago na sequência algumas reflexões que, ainda que partam de Foucault, fazem críticas e acrescentam conceitos que se somam à sua teoria, tornando-a mais pecuniosa e potente.

1.3 Wendy Brown: neoliberalismo e desdemocratização

Ao entender a complexidade do neoliberalismo, bem como as múltiplas tentativas de explicá-lo e compreendê-lo, acredito ser importante trazer para este diálogo as reflexões apresentadas pela cientista política norte-americana Wendy Brown. Nos últimos anos, a pesquisadora tem direcionado seus estudos para a análise da governamentalidade neoliberal nas sociedades contemporâneas, além de seus efeitos e desdobramentos em muitas democracias.

Para ela, a conceitualização de Foucault, tal como algumas ferramentas oferecidas por ele, é fundamental para a compreensão do fenômeno do neoliberalismo. Além disso, também se alia aos demais autores que acreditam que Michel Foucault teria projetado o neoliberalismo nos moldes contemporâneos ao fazer uma análise das primeiras décadas do século XX, mais precisamente do período entre guerras, e suas consequências políticas e econômicas, distanciando-se de compreensões convencionais muito fundamentadas no liberalismo clássico. Ainda assim, Brown destaca alguns limites dessa análise, uma vez que, para ela, Foucault não teria como antecipar muitos dos desdobramentos ocorridos no mundo euro-atlântico nas últimas décadas do século XX e que merecem uma análise mais cuidadosa.

Diante dos objetivos a que se propõe este trabalho, entendo que sejam indispensáveis as contribuições feitas por Brown nos livros *American Nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization*¹⁶, *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*¹⁷ e *Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente*¹⁸.

Na primeira obra, a autora tece algumas considerações sobre as possíveis convergências entre os discursos do neoliberalismo e do neoconservadorismo norte-americano na primeira década do século XXI. Para ela, ainda que elas sejam racionalidades políticas de natureza distintas, e até mesmo contraditórias, nos últimos anos têm convergido seus

¹⁶BROWN, Wendy. *American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization*. *Political Theory*, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006.

¹⁷BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015. A versão utilizada neste trabalho foi a traduzida para o espanhol;

¹⁸BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

interesses em torno da governança baseada em critérios de mercado e da valorização do poder estatal para fins morais, em detrimento das liberdades políticas, da igualdade, da cidadania e do Estado de direito. Todos esses esforços, segundo Brown, levam ao que ela nomeou desdemocratização (*de-democratization*). Em outros termos, é dizer que, por meio de diferentes políticas adotadas por alguns Estados contemporâneos, a exemplo do norte-americano e do brasileiro, estamos assistindo ao esfacelamento e ao enfraquecimento de nossas democracias.

Acredito que o processo de Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de Dilma, já citado como ponto-chave para ajudar a compreender o Brasil atual, seria um bom exemplo dessa desdemocratização proposta por Brown. Um processo que, ainda que dentro da legalidade das instituições democráticas e republicanas, conseguiu colocar no poder um grupo e um projeto político derrotado via processo eleitoral, representando, de certa maneira, o esvaziamento e o enfraquecimento da própria democracia. Uma tomada de poder, nesses termos, poderia ocorrer não mais como (pensando o caso brasileiro do Golpe Civil-Militar de 1964) de forma coercitiva e militarizada, mas de maneira mais sutil, revestido de legalidade.

A força dessa tese defendida por Brown esteve presente em grande parte de seus trabalhos posteriores, dentre eles o já citado *Undoing the demos*. Nessa obra, Wendy Brown assume se opor a entendimentos que enxergam o neoliberalismo como “un conjunto de políticas estatales, una fase del capitalismo o una ideología que libera al mercado con el fin de restaurar la rentabilidad para la clase capitalista” (BROWN, 2015, p. 30). Para ela, assim como para Foucault, é preciso ir além de análises que fixam seus esforços na compreensão de políticas e medidas econômicas. Assim, assume:

me uno a Michel Foucault y a otros en una concepción del neoliberalismo como un orden de razón normativa que, cuando está en auge, toma la forma de una racionalidad rectora que extiende una formulación específica de valores, prácticas y mediciones de la economía a cada dimensión de la vida humana (BROWN, 2015, p. 30).

Para ela, tanto as pessoas quanto os Estados estão sendo construídos sob uma lógica baseada num modelo de negócios. Para ilustrar essa afirmação, Brown cita dois exemplos, a que chama de *Reconstrucción del alma* e *Reconstrucción del estado* (BROWN, 2015). O primeiro exemplo relaciona-se à crítica que a autora faz com base nas universidades europeias e americanas, que nas últimas décadas teriam perdido o apoio do Estado, que privatizou suas universidades e incorporou um conjunto de medidas baseadas em produtividade, em que ações de qualidade profissional são substituídas por medidas voltadas para a colocação profissional e melhoria da renda (BROWN, 2015). No segundo exemplo, a cientista analisa o

discurso do presidente Barack Obama em janeiro de 2013 para defender a tese de que no neoliberalismo o comportamento do governo e a conduta comercial se confundem. Em outras palavras, a pesquisadora afirma que, em oposição aos princípios democráticos da Modernidade europeia, a nova construção neoliberal está levando a um esvaziamento desses princípios em que “la neoliberalización traspone los principios políticos democráticos de justicia en un léxico económico, transforma al Estado mismo en un administrador de la nación sobre el modelo de la empresa” (BROWN, 2015, p. 35).

Na linha do que vem sendo desenvolvido por Brown e outros pesquisadores como Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo tem se expandido e ganhado força, dentre outros fatores, pela eficiência com que impõe princípios como o de concorrência e de livre mercado para diferentes instâncias da vida social. Esse empreendedorismo de si que produz uma nova forma de subjetividade, personificado por Foucault na figura do *Homo Oeconomicus*, também será útil para as análises de Brown.

Embora, como já sinalizado, Brown se aproxime e utilize as teorias elaboradas por Foucault, ela tece algumas considerações e críticas às compreensões do filósofo em relação às suas formulações a respeito do neoliberalismo. Uma delas repousa na denúncia da insuficiência do *Homo Oeconomicus*, apresentada por ele. Na seção intitulada *Correcciones a Foucault: Homo Politicus y Homo Oeconomicus*¹⁹, ainda em *Undoing the demos*, Brown se propõe a tratar da teorização feita por Foucault sobre o *Homo Oeconomicus*, bem como refletir sobre sua morfologia e possíveis posicionamentos variáveis entre ele e o *Homo Politicus* no que se refere à história do pensamento político ocidental, de forma a entender como a figura do *Homo Oeconomicus* emerge e consegue triunfar sobre outras dimensões do humano. Para ela, a emergência do *Homo Oeconomicus* na teoria foucaultiana, conduzido e orientado por questões unicamente econômicas, teria invisibilizado o *Homo Politicus*.

Ainda na sequência das críticas movidas por Brown a Foucault encontramos as que se referem aos limites dos conceitos de biopoder, disciplina e governamentalidade. Nas palavras dela:

Sin importar si Foucault discute el biopoder y la disciplina, la ley o el edicto soberano, los sujetos se gobiernan o resisten gobernarse como sujetos individuales o como cuerpos disciplinarios. No existe un cuerpo político, no hay *demos* que actúe en concierto (ni siquiera por episodios) o exprese una soberanía aspiracional; existen pocas fuerzas sociales desde abajo y no hay poderes de gobierno compartidos o luchas compartidas por la libertad. Estas ausencias son una restricción perenne en la obra de Foucault para la teoría política, pero resultan especialmente significativas en las ponencias en torno al neoliberalismo. El individuo es liberado, o liberado para ser gobernado, y el gobierno es la medida del dominio de lo político, por lo que hay sujetos — producidos, gobernados y en resistencia — pero no hay ciudadanos en las

¹⁹ Na versão em inglês, “*Revising Foucault: Homo Politicus and Homo Oeconomicus*”.

genealogías y teorías del gobierno, gubernamentalidad y biopolítica de Foucault (BROWN, 2015, p. 73-74).

Enquanto para o filósofo o neoliberalismo teria surgido como uma reprogramação da governamentalidade liberal, inicialmente organizado e pensado intelectualmente na Alemanha em resposta a uma série de crises da governamentalidade, para Wendy Brown tais formulações não são suficientes para entender os efeitos do neoliberalismo nas diferentes esferas da vida contemporânea, dentre elas a política. Para Brown, assim como para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, mais do que uma política econômica, ideologia ou mesmo uma reelaboração do capitalismo do *laissez-faire*, seria uma razão política normativa e global, defendendo que:

Se trata entonces de una paradoja. El neoliberalismo es un modo distintivo de razón, de producción de sujetos, una “conducta de la conducta” y un esquema de valoración. Da nombre a una reacción económica y política específica contra el keynesianismo y el socialismo democrático, así como a la práctica más generalizada de “economizar” esferas y actividades que hasta entonces estaban regidas por otras tablas de valor. Sin embargo, en sus diferentes ejemplificaciones a través de países, regiones y sectores, en sus varias intersecciones con culturas y tradiciones políticas existentes y, sobre todo, en sus convergencias con otros discursos y desarrollos, así como en su absorción de ellos, el neoliberalismo toma formas diferentes y engendra contenidos y detalles normativos diversos, incluso dialectos diferentes. Es globalmente ubicuo, aunque no está unificado ni es idéntico a sí mismo en el espacio y el tiempo (BROWN, 2015, p. 21).

Essa plasticidade do neoliberalismo, essa capacidade de se modificar, que possibilita que se adapte à realidade de diferentes situações, permite-nos pensar sobre a potencialidade de agir de maneiras distintas em diferentes contextos internos, como no caso proposto aqui, no Brasil, uma vez que um neoliberalismo mais “liberal” (no sentido clássico) como o experienciado por muitos países ocidentais na década de 1990 cede espaço a uma nova forma de neoliberalismo: neoconservador, tradicional e moralista.

Em sua última obra, intitulada *Nas ruínas do neoliberalismo*, ao dialogar com a teoria foucaultiana e a neomarxista, Brown teoriza sobre a racionalidade neoliberal e seus contornos assumidos na atualidade, refletindo sobre as questões que aproximam moralidades (na sua maioria, religiosas) e mercado, fazendo emergir nas democracias neoliberais uma extrema direita com uma nova face. Nas palavras dela, é preciso

repensar os elementos e efeitos da racionalidade neoliberal e ampliar nossa compreensão dessa racionalidade para contemplar seu ataque multifacetado à democracia e sua promoção da moralidade tradicional em detrimento da justiça social legislada (BROWN, 2019, p. 32).

Ainda que Wendy Brown faça uma análise a partir do neoliberalismo do seu contexto, o norte-americano, cujo modelo de democracia e de configuração política muito se afasta do que entendemos sobre eles aqui no Brasil, é possível encontrar muitas semelhanças que ajudam a entender o caso brasileiro, uma vez que o que acontece lá, de alguma maneira, ecoa

em muitos países ocidentais, como o Brasil. O avanço de uma extrema direita e as campanhas de ataque às políticas sociais que desafiam a reprodução social das hierarquias, tanto de sexo e gênero quanto raciais, caras à sociedade norte-americana, são exemplos disso e ajudam a refletir sobre o levante neoconservador que nos últimos anos vem ganhando espaço e disputando as políticas educacionais também no Brasil.

Autores como Moll (2015) e Apple (2000) apontam as décadas de 1960 e 1970, nos EUA, como o período de surgimento do que chamarei e entenderei aqui como neoconservadores. Eles seriam parte do que na literatura estadunidense e europeia passou-se a chamar de “nova direita” (MOLL, 2015). Para Moll,

nos anos 1960 e 1970, a desilusão com o liberalismo estadunidense e com o conservadorismo moderado, somada à oposição ao comunismo, promoveu uma nova geração de conservadores, que mesclavam os ideais do liberalismo clássico com uma perspectiva moral da sociedade. Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade e, mais do que isso, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto, afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Acima de tudo, o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato, e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços supostamente naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista). Por isso, além de medidas econômicas, seria necessário reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados (MOLL, 2015, p. 2-3).

Nessa perspectiva, qualquer benefício/programa social oferecido pelo Estado (como as políticas liberais do Pós-Guerra) passavam a ser vistas como responsáveis pela degeneração da sociedade, uma vez que retiravam de instituições tradicionais como a família e a igreja certo controle moral sobre os indivíduos. Grupos diretamente beneficiados por tais políticas (mulheres, negros/as etc.) figuravam como desajustados e dependentes do Estado.

Assistimos nas últimas décadas ao fortalecimento dos neoconservadores que, somados aos e aliados aos grupos neoliberais, buscaram culpar o excesso de Estado pelo fracasso da economia, ao mesmo tempo que pela degenerescência da sociedade. Essa aliança e os interesses possibilitados pela normatividade neoliberal fizeram emergir uma “nova direita” ou uma extrema direita que, por vezes, parece mais se aproximar de regimes autoritários, ainda que em seus discursos defenda querer se afastar de expressões totalitárias.

A conjuntura atual, de ascensão em vários países, dentre os quais o Brasil, de uma extrema direita e seus discursos de ataque ao social (ou à justiça social), à democracia e as constantes tentativas de esgotamento desses sentidos talvez nos faça pensar que são fenômenos recentes. Para Brown, o desafio de entender o ponto de encontro entre a

moralidade tradicional e o neoliberalismo nos obriga a voltar às ideias neoliberais difundidas por autores como Friedrich Hayek. A trajetória percorrida por ele inicia com esse esvaziamento e a destruição da ideia do social/sociedade elaborados por Hayek e reforçados pelo neoliberalismo contemporâneo, em que: “‘sociedade’ é um termo pejorativo para a direita hoje, que denuncia os ‘guerreiros da justiça social’ por minar a liberdade com uma agenda tirânica de igualdade social, de direitos civis, de ação afirmativa e até mesmo de educação pública” (BROWN, 2019, p. 38-39).

Esse ataque do neoliberalismo ao social e o dismantelamento da sociedade denunciados por Brown reforçam uma cultura antidemocrática de poder estatal em que a mínima garantia dos Direitos Humanos parece significar uma certa “injustiça” para com aqueles que não dependem diretamente de alguns direitos (sociais, por exemplo), uma vez que, segundo o neoliberalismo de Hayek, essa noção de justiça social não existe por natureza, sendo apresentada por ele como “artificial”.

Outros aspectos apontados por Brown sobre o neoliberalismo, a princípio, não tão evidentes, seria o político e a moral, e que a confluência desses aspectos caracterizaria o fenômeno do neoliberalismo nos moldes atuais: neoconservador e impulsionado pelo rebaixamento da Democracia ou a agudização da desdemocratização. Tais aspectos relacionam-se a certo esvaziamento do político e explicaria, em parte, a ascensão de uma direita muito específica:

Foi desse modo que efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder que não condizem com os sonhos neoliberais de cidadãos pacíficos e ordeiros, economias desnacionalizadas, Estados enxutos e fortes e instituições internacionais focadas em viabilizar a acumulação de capital e estabilizar a concorrência (BROWN, 2019, p. 71).

Os sonhos neoliberais dizem respeito aos ideais propostos pelos primeiros intelectuais neoliberais que, a exemplo de Hayek, não teriam previsto esse movimento neoconservador, que se impõe contra o livre comércio, contra as liberdades individuais de “minorias” (raciais, de gênero/sexo, etc.). Para Brown, esses fatores, somados ao esvaziamento do campo político democrático (de debate e confronto de ideias) resultaram no preenchimento desse vácuo por dispositivos historicamente já característicos do Ocidente: a família, a religião e a tradição.

Assim, a produção de uma ordem inédita – no sentido de muito diferente daquela pensada pelos primeiros teóricos do neoliberalismo – levou à ascensão de uma “criação frankensteiniana” (BROWN, 2019), em que o monstro gestado pelo ambicioso Dr. Victor Frankenstein, do romance de Mary Shelley, seria uma metáfora para a compreensão desse neoliberalismo que vemos ganhar espaço em muitos países, a exemplo do Brasil.

1.4 Um Frankenstein ou um Pierrô-retrocesso à brasileira

A metáfora utilizada por Wendy Brown (2019) para a caracterização do neoliberalismo no contexto americano em seus moldes atuais parece auxiliar também na compreensão do nascimento desse monstro no contexto brasileiro. A metáfora interessa-me, primeiro, por ajudar no entendimento de gestação dele, ou seja, as partes que o completam e lhe dão vida, bem como por entender como seus membros, em *terra brasilis*, são um simulacro de velhos monstros e fantasmas já conhecidos da sociedade brasileira e, portanto, apenas se juntam para ganhar força.

Para alguns autores, a exemplo de Bresser-Pereira (2003), é possível localizar a década de 1990 como referência para a aplicação e o fortalecimento do neoliberalismo no Brasil, enquanto outros, como Fernandes (2008)²⁰, insistem em defender que políticas neoliberais nunca foram colocadas em práticas efetivamente no país e, portanto, não podemos falar de seus impactos nas políticas públicas. Isso demonstra o quanto a discussão pode ser complexa e controversa. Assim, embora abrindo mão de uma compreensão de história linear ou que busque uma suposta origem para determinados processos, acredito ser importante um breve olhar sobre nossa história recente, de modo que seja possível contextualizar o momento político atual e uma melhor compreensão do material que aqui utilizo para potencializar essas reflexões. A proposta aqui é pensar, com base nessa genealogia ou “história do presente” (FOUCAULT, 1987), os limites de nossa democracia neoliberal que possibilitou a correlação de forças sociais antagônicas, disputando diferentes projetos societários e até mesmo a própria ideia de democracia.

Recém-saído da ditadura civil-militar (1964-1985), o Brasil da década de 1990 foi marcado por muitas mudanças políticas e econômicas influenciadas tanto por fatores internos, como a reformulação de direitos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, implementação de eleições diretas etc., quanto por fatores externos, a despeito do acirramento das políticas neoliberais impostas pela primeira ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, e pelo presidente norte-americano Ronald Reagan, seguidos da queda do Muro de Berlin, em novembro de 1989, fatos que afetaram de forma significativa a geopolítica do mundo globalizado.

²⁰ No artigo *O neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil: os equívocos da chamada “literatura crítica”*, o autor faz uma crítica teórica e metodológica à chamada literatura crítica, que, segundo ele, é frágil e possui muitas deficiências em suas análises sobre o neoliberalismo.

O final da década de 1980 e o início da de 1990 também são lembrados pela implementação de um modelo de política econômica imposto aos chamados países de terceiro mundo (ou subdesenvolvidos) pelos órgãos internacionais, dentre eles, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial:

Esse receituário ficou conhecido com o nome de “consenso de Washington” [...]. As medidas impostas — mais do que propostas — aos governos dos países “subdesenvolvidos” (ou “não desenvolvidos”, como escrevia uma das figuras da ortodoxia) eram, entre outras, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária (contrarreforma, a rigor), a abertura cambial, a privatização das estatais, o afrouxamento da legislação trabalhista, a liberdade de movimento do capital²¹.

Sendo o primeiro presidente eleito via eleições diretas após a abertura política, Fernando Collor de Mello teve seu governo (1990-1992) marcado por um programa de desestatização de empresas nacionais e pela abertura do mercado brasileiro às importações, o que, de certa maneira, já sinalizava uma forte adesão do país a uma agenda econômica neoliberal. A recessão econômica, o alto índice inflacionário e o aumento do desemprego, seguidos de escândalos de corrupção, levaram à renúncia do presidente Collor em dezembro de 1992, antes que tivesse andamento o processo de impugnação de seu mandato. Após esse processo, quem assumiu a presidência foi o seu vice, Itamar Franco, que em dois anos conseguiu a estabilização da economia pela implementação do Plano Real, organizado pelo seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que nas eleições de 1994 se candidataria à presidência e seria eleito por dois mandatos (1995-2002).

O governo de Fernando Henrique foi marcado pela privatização de empresas estatais, terceirização e cortes de gastos públicos, abertura do País ao capital estrangeiro e tentativa de elevação do Brasil como emergente mercado financeiro, além do alinhamento ao discurso de globalização, ambos caracterizando fortalecimento das políticas neoliberais daquele contexto.

O discurso da globalização colocado em circulação na década de 1990 ajuda a compreender melhor o avanço neoliberal no Brasil, mais especificamente no que nos interessa: as políticas educacionais e de Direitos Humanos, uma vez que os avanços promovidos em torno delas, posteriormente, animaram os discursos neoconservadores aqui analisados, acirrando conflitos de interesses no campo da moralidade.

Se, como visto, a década de 1990 foi marcada por reformas neoliberais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores, também é verdade afirmar certo avanço no que diz respeito a uma “agenda” de Direitos Humanos. O decreto de criação

²¹ Extraído de: <https://revistarosa.com/2/revolucao-conservadora-e-neoliberalismo-2> . Acesso em 13/05/2019.

do Programa Nacional de Direitos Humanos (nº 1.904, de 13 de maio de 1996)²², em seu prefácio, trazia:

Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem em nosso país. A sociedade brasileira está empenhada em promover uma *democracia verdadeira*. O governo tem um compromisso real com a promoção dos Direitos Humanos (BRASIL, 1996, p. 5, grifos meus).

Essa primeira versão do PNDH firmava diferentes compromissos, a exemplo do combate à violência contra a mulher, valorização das culturas indígena e negra e educação para os Direitos Humanos, entre outros. Vale ressaltar que tais compromissos buscavam “fortalecer a cooperação com organismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos”, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, demonstrando já certo alinhamento com as demandas de cunho internacionalista que vinham sendo debatidas por esses organismos.

A “ruptura” política ocorrida com o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, diferente das apostas mais otimistas da época, não pôs fim ao avanço de uma agenda política e econômica neoliberal. Ao contrário, ocorreu alinhamento e aperfeiçoamento de algumas políticas econômicas e sociais de maneira que continuassem respondendo às exigências do jogo da economia neoliberal.

Se é verdade afirmar que as exigências impostas pelos organismos internacionais aos países emergentes dependentes a respeito de uma agenda de Direitos Humanos foram respondidas pelo governo de FHC, também é verdade que as políticas públicas implementadas a partir de 2003 pelo governo do então presidente Lula seguiram respondendo às exigências dessa agenda internacionalista, comprometida com uma “democracia verdadeira”. Houve ampliação e maior abertura para que as demandas levadas pelos coletivos da sociedade civil organizada fossem de certa maneira respondidas.

Como exemplo do avanço de algumas dessas demandas, cito as políticas voltadas para o espaço escolar, como a Lei nº 10.639/03, que tinha como objetivo ampliar a discussão sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, a criação do Bolsa Família, também em 2003 e do Programa Universidade Para Todos (ProUni), em 2005. Em 2006, houve o oferecimento de cursos como o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE), bem como o nascimento da própria Secretaria de Educação

²² Pode ser acessado em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>.

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2011, como uma ampliação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade nascida em 2004.

Para Gallo, utilizando também a perspectiva foucaultiana, é possível caracterizar o período que compreende o processo de redemocratização do pós-ditadura civil-militar até os governos petistas como regido por uma “governamentalidade democrática”:

De modo especial, temos um marco na década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar que durou duas décadas: assistimos então a um grande esforço de constituição de um Estado democrático, centrado na afirmação dos direitos humanos e civis dos cidadãos, na construção de seus marcos legais, mas também, e sobretudo, na construção de uma forma de governar nitidamente inscrita na biopolítica, no governo das populações, mais do que territórios. Nesse contexto, tenho defendido a hipótese de que podemos analisar a constituição política brasileira das últimas três décadas em torno da perspectiva de uma “governamentalidade democrática”, centrada na afirmação da cidadania, uma vez que é preciso ser cidadão para que se possa ser governado democraticamente e não de forma autoritária (GALLO, 2017, p. 86-87).

O autor chama a atenção para esse processo por ele apresentar certas características que possibilitam a aproximação dos conceitos de biopolítica e de governo, levando em consideração o caráter de construção da Carta de 1988, apresentada como modelo de instituição de um governo democrático, sendo a “cidadania” um dos pilares fundamentais. Como exemplo de biopolítica enquanto governo das populações, para Gallo, o desenvolvimento de políticas públicas nas mais diferentes áreas após o processo de redemocratização, em que todos os cidadãos deveriam estar incluídos, é uma forma de constituição de governo populacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a própria Base Nacional Comum Curricular são citadas por ele como modelos dessa governamentalidade biopolítica.

Assim, podemos compreender como exemplos da governamentalidade democrática tanto as políticas da década de 1990, a exemplo da LDBEN, passando pelos PCN, quanto as produzidas nas primeiras décadas do novo milênio, já durante os governos de Lula e Dilma, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão, de 2013, e a BNCC.

Sem tirar o mérito e a importância que esses significativos avanços de uma agenda inclusiva tiveram/têm em países como o Brasil, historicamente marcados por uma cultura racista, classista, machista e patriarcal, e que foram conquistados mediante lutas dos movimentos que os reivindicavam, as chamadas políticas de inclusão que marcaram os governos Lula e Dilma podem e devem ser compreendidas como parte da estratégia do jogo neoliberal daquele contexto e merecem um olhar crítico e atento de quem tem o compromisso ético e político de pensar as políticas de Educação – mais do que isso, as políticas públicas em educação que se apresentavam como inclusivas.

Nesse sentido, autores voltados para a leitura desse contexto de abertura para pautas “progressistas” parecem oferecer conceitos, chaves de entendimento que possibilitem uma maior compreensão desse período de “transição”. Coloco o termo “transição” bem entre aspas por acreditar que ele, por vezes, nessa literatura interessada, parece sugerir o final de um período (marcado por políticas inclusivas, portanto mais “democrático” ou “progressista”) e início de outro (conservador, totalitário, austero e, portanto, em oposição ao anterior). Como exemplo, cito a expressão há pouco usada “governamentalidade democrática”, de Gallo (2017), ou o “neoliberalismo progressista” de Nancy Fraser (2019, p. 46), caracterizado por

uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de alto nível “simbólico” e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood).

Tais compreensões, ainda que respeitadas as singularidades e as distintas filiações teóricas que as sustentam, parece ter algo em comum: o reconhecimento de um período recente marcado pelo avanço de determinadas políticas “inclusivas”. De maneira a diminuir as diferenças que por vezes parecem colocar em oposição um neoliberalismo adjetivado como progressista ou democrático e um neoliberalismo mais conservador, sem desconsiderar que esse antagonismo seja importante para a compreensão das diferenças que marcam a transição de uma performance para a outra, é importante refletir sobre o quanto, por meio das políticas públicas apresentadas e disputadas por ambas as performances, corresponde a essa mesma normatividade: a racionalidade neoliberal.

Apesar desses avanços, ainda que incipientes e insuficientes para a promoção de uma verdadeira ruptura com as distintas injustiças e desigualdades que marcam a sociedade brasileira, as diferentes políticas identitárias e de inclusão dos últimos anos, na escola e fora dela, tiveram algumas conquistas dentro do espaço institucional legal. Tais conquistas, mesmo que mínimas, foram suficientes para promover uma resposta reativa por parte daqueles que se sentiram “injustiçados” por elas e viram seus privilégios serem ameaçados. Uma das defesas de Wendy Brown (2019) a respeito da ascensão de forças políticas de extrema direita repousa na ideia de que esses avanços, ao ocorrerem, desafiaram a hegemonia do homem branco e heterossexual, mas não apenas.

Ao nos voltarmos para o contexto brasileiro e os eventos políticos dos últimos anos, é possível perceber o quanto a desestabilização de certos privilégios provocou uma reação articulada de diferentes forças políticas. O processo de Golpe de Dilma Rousseff, votado em 2016, o qual prefiro denominar como Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático (por

razões que se evidenciarão na sequência), é fundamental para a compreensão desse fenômeno que levou à rearticulação de distintos grupos em torno de algo comum, em outras palavras, o nascimento do monstro de Frankenstein do contexto brasileiro: o nosso *Pierrô-Retrocesso*.

Utilizo-me do episódio do Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de 2016 por compreender que ele, o processo formal, ainda que dentro da legalidade institucional, foi apenas o ápice, o ato simbólico que desnudou as fragilidades de nossa democracia contemporânea e o acirramento do processo de desdemocratização que se seguiu. Defendo que tal evento é fundamental para pensar sobre a rearticulação de forças políticas, sociais e econômicas do país, ao mesmo tempo que evidencia as contradições e a complexidade do nosso momento político atual e a necessidade de compreendê-lo e explicá-lo. De alguma maneira, as quatro eleições que atravessam os governos de Lula e Dilma (2002, 2006, 2010 e 2014), bem como as alianças políticas estabelecidas com diferentes forças em nome da vitória eleitoral e da governabilidade, já demonstravam a dificuldade de compreensão e análise daquele momento.

Mesmo que liderados por um autointitulado partido de esquerda, tanto os mandatos de Lula quanto os de Dilma destacaram-se por coalisões políticas que abrangiam partidos de centro e até mesmo de direita. Isso levou o Partido dos Trabalhadores (PT) a frequentemente ser criticado tanto por partidos de extrema direita quanto de esquerda e extrema esquerda. A criação do PSOL em 2004, por dissidentes do PT, que nos anos seguintes fizeram forte oposição a ele, pode ser apontada como sintomática da crise interna do partido naquele contexto. Ao mesmo tempo que o PT foi eleito com bandeiras caras aos movimentos sociais e demais partidos de esquerda, como a diminuição da desigualdade social e das injustiças históricas que marcam o país, esses outros partidos e movimentos se posicionaram criticamente, fosse diante dos escândalos de corrupção envolvendo o PT, fosse na acusação de incapacidade dele em produzir transformações sociais mais radicais.

Disputas políticas como as que serão apresentadas neste trabalho, no que se refere às questões morais e religiosas, são um bom exemplo das muitas pautas que ora fizeram com que o PT fosse acusado de implementação de um projeto comunista, de destruição de instituições como a família e a igreja (ou igrejas cristãs), ao promover o mínimo de avanço em relação a pautas como as de gênero e sexualidade através de políticas públicas, ora fosse acusado de se render à moralidade de partidos conservadores, recuando na aprovação de projetos como o “Escola sem Homofobia” e na inércia diante da pauta da legalização do aborto. Tais contradições pareciam apontar para os limites da política de coalizão e, até mesmo, da própria ideia de que já dispúnhamos de uma democracia representativa consolidada.

Na esteira das críticas mobilizadas por ambos os lados, a por vezes chamada de Jornada de Junho ou Ciclo de Protestos surge como um evento que

apresenta uma significativa vinculação com a destituição presidencial de 2016 em, pelo menos, dois aspectos. De um lado, o Ciclo de Protestos de 2013 produziu um abalo importante no apoio social ao governo da presidenta Dilma, em função do acirramento e da difusão de críticas progressistas e conservadoras, à esquerda e à direita. De outro lado, no Ciclo de Protestos de 2013 emerge pela primeira vez um ativismo extrainstitucional conservador com importante capacidade de mobilização social. Se as grandes manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016 não estavam predeterminadas em/por 2013, não se pode desconsiderar que atores, redes e recursos centrais para a produção daquelas manifestações foram gestados ou fortalecidos no/pelo Ciclo de Protestos de 2013 (SILVA, 2018, p. 93-94).

Assim como Silva, entendo que essa apropriação do movimento e que possibilitou que se transformasse em algo muito diferente do que se propunha inicialmente (em muitas capitais, contra o aumento da passagem do transporte público, contra a realização da Copa do Mundo de 2014 e tendo à frente coletivos e movimentos sociais ligados a partidos políticos de esquerda e centrais sindicais), de alguma maneira, foi uma estratégia facilitada pelo descontentamento com o Governo Federal. Ainda que motivados por razões muito diferentes, movimentos de esquerda e de direita (estes últimos muitas vezes disfarçados de “sem partido”), ao se unirem, demonstravam certo esgotamento do governo de Dilma e os limites da política de coalizão presente desde o primeiro mandato de Lula.

Ao analisar o ciclo de protestos ocorridos em 2013, buscando caracterizá-lo, localizar os atores políticos envolvidos e as mudanças ocorridas entre o início dos protestos e a fase final, Silva (2018) aponta algumas considerações importantes para a compreensão daquele movimento que, ao que tudo indica, foi fundamental para a deposição de Dilma em 2016. Um dos argumentos defendidos pelo autor e que contribui para essa hipótese é de que a ação contenciosa de movimentos sociais progressistas, que caracterizou a primeira fase do ciclo de protestos de 2013, é identificada e interpretada por contramovimentos conservadores como uma oportunidade para sua própria mobilização (SILVA, 2018).

As Jornadas de Junho, nesse sentido, parecem ter sido a soma de muitos desses descontentamentos e indicam como a sua força soube ser canalizada por grupos políticos desde há muito descontentes com as políticas econômicas do governo Dilma. Tais jornadas, no ano anterior às eleições presidenciais de 2014, devem ser compreendidas como parte do movimento denominado de Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de 2016, visto que marcou um intenso ataque sistemático ao governo de Dilma Rousseff por diferentes meios, numa demonstração do descontentamento dos setores empresariais e das elites econômicas do país, além do descontentamento de grupos defensores de valores morais e religiosos – portanto, grupos conservadores.

Nesse mesmo contexto, emergem e ganham força grupos e movimentos como o Movimento Escola Sem Partido (MESP)²³ e o Movimento Brasil Livre (MBL)²⁴, grupos que, embora não fizessem parte dos quadros políticos democraticamente eleitos diretamente, se aproximaram deles e forneceram um aparato midiático capaz de mobilizar a opinião pública a favor de seus interesses. A própria trajetória do MESP, que teria nascido sem grande força política e ao longo dos anos teria reunido e somado forças com outros grupos conservadores, a ponto de se tornar uma bandeira na chamada luta contra a doutrinação marxista nas escolas e a ideologia de gênero, já aponta para seu fortalecimento.

Uma aliança estava formada. Era preciso proteger as crianças e alertar pais e mães sobre o perigo que uma agenda de “esquerda” representava. A força semântica dos termos “doutrinação” e “ideologia”, fortemente utilizados por esses grupos e seus apoiadores, já sinalizava o tom alarmista e ameaçador que se impunha, fosse para promover um limite a qualquer possibilidade de aula orientada por uma leitura crítica da sociedade, fosse para destituir os estudos de gênero e sexualidade da condição de estudos científicos.

Ainda que o MESP se apresentasse como um movimento apartidário, sem ligação com siglas político-partidárias ou subordinado a elas (como o próprio nome já sugere), ao defender posicionamentos como o que deveria/poderia ser ensinado nas escolas, já estava encharcado de interesses. Ao mesmo tempo que defendia um Estado mínimo em relação às políticas econômicas, defendia maior autonomia por parte da família em relação às pautas que dizem respeito à manutenção e ao fortalecimento de certos valores morais – na sua maioria valores e moralidades de origem religiosa. Tanto o MESP quanto o MBL pautavam suas críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores partindo da denúncia de um suposto aparelhamento das estruturas do Estado em que, com base em diferentes políticas públicas (dentre elas e principalmente as de educação), estariam colocando em prática um movimento ideológico com determinados fins.

Muito utilizado e difundido pelo estrategista de Donald Trump e Steve Bannon e pelo escritor brasileiro Olavo de Carvalho²⁵, o termo “marxismo cultural” representaria e

²³ Projeto de Lei nº 867/15, apresentado em 23 de março de 2015 na Câmara dos Deputados pelo deputado Izalci (PSDB/DF). Segundo alguns críticos, além de vigiar e censurar a prática docente limitando a liberdade de cátedra, o projeto também se caracteriza, segundo Ciavatta (2017), como: “o Escola sem Partido tenta inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual (na escola e na sociedade), o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia”. Também há uma ofensiva destrutiva em relação aos livros didáticos, em tons de “denúncia e alarmismo”. No entanto, ressaltam os autores, existe todo um campo de estudo de apoio aos docentes e que pode propiciar instrumentos aos alunos para conhecer e discutir ‘o ensino de questões sensíveis’” (p. 13).

²⁴ Ver: <https://mbl.org.br/>.

²⁵ Considerado o ideólogo do atual presidente da República, o escritor e ensaísta é reconhecido como um dos representantes da extrema direita no país.

sintetizaria as intenções do movimento de uma esquerda que, abrindo mão de estratégias de revolução armada, passaria a combater o capitalismo e buscar o controle dos meios de produção por meio de uma guerra cultural. Assim, seus ideais estariam sendo propagados e difundidos por políticos e intelectuais por meio do próprio Estado, no qual instituições públicas, dentre elas e principalmente as universidades federais e as escolas, seriam uma espécie de laboratório para a implementação desse projeto conspiratório. O governo do Partido dos Trabalhadores no Executivo nacional entre 2003 e 2016 teria sido fundamental nesse processo, pela introdução e o desenvolvimento de diferentes políticas públicas e do aparelhamento das instituições subordinadas.

Tal agenda considerada e denunciada como de esquerda referia-se à adoção e ao alinhamento do Brasil às já citadas agendas de compromissos firmadas junto a órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) nas últimas décadas. Perpassando uma gama de assuntos, dentre eles questões ambientais, diminuição das desigualdades sociais, sexuais e de gênero, Direitos Humanos etc., esses compromissos foram interpretados por alguns grupos como um movimento ideológico internacional de esquerda, embora, como já sinalizado, já fizessem parte das políticas de governos anteriores, reconhecidos como partidos de direita.

A aproximação desses grupos e a eclosão de seus discursos em diferentes plataformas (principalmente na *web*), que buscavam articular a denúncia de um projeto ideológico de esquerda ao avanço de uma agenda de destruição dos valores familiares, ao mesmo tempo que denunciar a corrupção do governo, se aproveitando do ciclo de protestos de 2013, não foi suficiente para a derrota de Dilma Rousseff nas urnas. Apesar dessa ofensiva, em 2014, Dilma foi eleita no segundo turno da eleição presidencial com 51,64% dos votos válidos.

As crises econômicas agudizadas posteriormente por fatores como ajuste fiscal recessivo, aperto monetário, realinhamento tarifário, variação da taxa de intercâmbio, e oscilação abrupta dos preços das *commodities*, aumento da taxa de desemprego, etc., e a inconformação do PSDB diante do resultado das eleições de 2014 (que levou o candidato derrotado Aécio Neves a entrar com recurso junto ao STJ, contestando o resultado das eleições), e o constante e sistemático ataque midiático promovido por diferentes grupos de comunicação que lançavam luz sobre escândalos de corrupção do Governo, principalmente, sobre a Operação Lava Jato que posteriormente julgou e prendeu o principal líder do partido, levaram ao enfraquecimento político e institucional do Partido dos Trabalhadores. A soma de todos esses fatores, ofereceu o cenário perfeito para a instauração de processo de Golpe

jurídico, parlamentar, civil e midiático de Dilma²⁶, levando a seu afastamento provisório já em maio de 2016, após o Senado decidir pela abertura do processo.

Dando sequência ao andamento do Golpe, o vice de Dilma, Michel Temer (PMDB), toma posse e lança o Programa “Ponte para o futuro” em 2015, colocando em andamento um plano de governo rejeitado nas últimas quatro eleições diretas. Um plano de governo assumidamente austero e de diminuição do papel do Estado. A exemplo, cito a aprovação da PEC 241 que, em linhas gerais, congelaria e limitaria os gastos públicos por vinte anos. Além do corte orçamentário e a redução de investimentos em áreas como saúde e educação, o governo de Temer representou o avanço de projetos como o da reforma trabalhista, demonstrando o seu alinhamento aos interesses dos setores empresariais e financeiros. Ao mesmo momento, fortaleciam-se relações e interesses firmados entre o executivo e grupos políticos identificados com a bancada religiosa cristã.

Embora o período do pós-Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático deva ser compreendido como de fortalecimento desses grupos e interesses, é importante destacar o fato de que muitos dos interesses das bancadas que representam esses grupos, de alguma maneira, foram correspondidos já pelos governos petistas, quando representantes dessas bancadas e interesses faziam parte daquela grande coalização citada anteriormente, e que permeou tanto o governo do presidente Lula quanto o da presidenta Dilma. O veto ao kit anti-homofobia por pressão da bancada fundamentalista cristã em 2011, a criminalização dos movimentos sociais e, até mesmo, a presença de representantes dessas bancadas ocupando ministérios, são apenas alguns exemplos da forte presença e influência desses grupos nos governos petistas.

Autoras como Ballestrin (2017) localizam o processo de Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático sofrido por Dilma Rousseff como um dos eventos que apontam para os limites da democracia representativa liberal no Ocidente, ao lado de outros como a eleição de Donald Trump nos EUA e o plebiscito que decidiria sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, também em 2016. Para citar exemplo mais próximo, cito a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, em 2015. Ambos representando, respeitadas as particularidades de cada contexto, um avanço em políticas caracterizadas pelo nacionalismo, isolacionismo, racismo e xenofobia, em outras palavras, o fortalecimento de demandas de extrema direita, as vezes assumindo características de regimes totalitários e fascistas. A própria guinada conservadora ou onda conservadora que nos últimos anos se fortaleceu no Brasil também deve ser pensada, como alguns autores sugerem, como transnacional, uma vez que ocorreu num processo

²⁶ A cronologia do Golpe pode ser encontrada em: <https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>.

simultâneo e simbiótico a esse recrudescimento político/econômico, chamado muitas vezes de “trumpização”.

Nos EUA e no Brasil, esse movimento é marcado pelo ataque aos Direitos Humanos e agudização do discurso de ódio, seja para com os imigrantes, seja para com os coletivos de LGBTI+. No Brasil, o avanço desmedido desse investimento pode ser percebido na campanha eleitoral para a presidência, em 2018, quando diferentes discursos sobre a “ideologia de gênero” voltaram a circular e serem utilizados em forma de crítica e ataque às políticas educacionais dos governos Lula e Dilma, na ocasião representadas pelo candidato Fernando Haddad²⁷, do mesmo partido.

A mobilização desses discursos e sua capilaridade na sociedade, de alguma maneira, impactaram no resultado das eleições, levando à presidência o candidato Jair Messias Bolsonaro (então, filiado ao Partido Social Liberal), representante que mais sintetizava em seus discursos de campanha (e de vida política também²⁸) a união de uma agenda política/econômica neoliberal e a defesa de valores neoconservadores²⁹. Esses discursos e ataques não se limitaram a agenda de campanha do candidato, mas estiveram presentes em seu pronunciamento de posse e se concretizaram nos primeiros dias de governo. A exemplo, cito a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)³⁰, logo após sua posse.

Obviamente, essa ofensiva “antigênero”³¹ no seio dessa onda neoconservadora e fortalecida por ela não nasceu na segunda década do século XXI, mas já existia desde meados da década de 1970, quando estava mais voltada para as alterações em legislações no que se referia ao conceito de família ou em relação aos direitos reprodutivos, e com mais força na década de 1990, quando a Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Pequim, 1995) passaram a usar a expressão “gênero” em suas discussões e os documentos que delas resultaram³², gerando manifestações contrárias, inclusive e principalmente por parte da Igreja

²⁷ Foram circuladas informações que visavam a desqualificar a atuação de Fernando Haddad enquanto fora Ministro da Educação, como atribuindo a ele e a seu ministério a tentativa de distribuição do “kit gay”, livros de educação sexual que, segundo seus críticos, incentivavam e introduziam as crianças na vida sexual. Além disso, foram circuladas *Fake News*, dentre estas, a que buscava associar o candidato à distribuição de mamadeiras em formato fálico para crianças.

²⁸ No decorrer da pesquisa, alguns desses discursos aparecerão, visto que Jair Bolsonaro era deputado Federal no período trazido para análise.

²⁹ Além da conhecida postura racista, homofóbica e machista.

³⁰ Sobre a SECADI e suas contribuições ver Cruz, 2019.

³¹ Uso aspas por assumir o risco do anacronismo da expressão, uma vez que “gênero” aparece com mais força na década de 1990.

³² Conforme será verificado no capítulo 3.

Católica. Ainda assim, o novo desenho da complexa ofensiva atual neoconservadora, bem como os novos atores sociais e forças políticas envolvidas, chamam a atenção para a necessidade de entender esse movimento.

Não quero defender que grupos neoconservadores nasceram ou ganharam força (no caso brasileiro) ao se tornarem oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores, tampouco, que o mesmo partido não tivesse sido formado e defendido interesses desses grupos em vários momentos. A própria base aliada do governo do PT, ao longo desses anos, como já destacado, estava composta por grupos e pessoas com interesses antagônicos, mesclando partidos que se apresentavam como de esquerda (como o PC do B) e outros de direita, ou do chamado “Centrão” (como do PMDB), o que fazia com que o executivo tivesse que, muitas vezes, dialogar e ceder aos interesses de grupos mais conservadores.

A eleição presidencial de 2018 ajuda a perceber o avanço desse movimento de ataque ao pouco que fora conquistado nos últimos anos pelas chamadas “minorias” políticas, ao mesmo tempo que evidencia o fortalecimento de grupos políticos e seus projetos conservadores para a sociedade brasileira. Apesar disso, entendo que para a compreensão do “como chegamos a esse ponto?”, reflexão que parece ocupar o pensamento de muitos de nós, é imprescindível localizar o Brasil no cenário político internacional de modo a perceber o quanto tal movimento está relacionado ao avanço de uma agenda maior, e não apenas a certames políticos internos, que disputam valores e moralidades das políticas curriculares de educação.

A chamada “Bancada BBB” (Bíblia, Boi e Bala) representada pelos parlamentares evangélicos, ruralistas e da segurança pública, respectivamente, e que foi determinante, inclusive, no já citado Golpe de 2016³³, tem tido uma importante atuação na defesa e avanço de alguns interesses em comum. Quais sejam, projetos que preveem a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a redução da maioria penal, a criação do Estatuto da Família, do Estatuto do Nascituro, alterações no Estatuto do desarmamento, além do já referido “Projeto da Cura Gay”. A defesa desses interesses e a maneira como ganharam eco entre os parlamentares da Bancada BBB fizeram com que esta se tornasse um bloco político forte, nos últimos anos, através da criação da Frente Parlamentar Evangélica e Católica, da Frente Parlamentar da Agropecuária, etc.

Isso nos leva a buscar entender o neoconservadorismo no campo do debate político e econômico, ou seja, os discursos conservadores ou neoconservadores articulados com o poder

³³ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762237-bancada-bbb-do-boi-bilbia-e-bala-engrossa-derrota-de-dilma-na-camara.shtml>.

público. Essa articulação ganha maior visibilidade quando observamos alguns projetos de lei apresentados por políticos da bancada fundamentalista religiosa, através das Frentes parlamentares Católica e Evangélica que, na maioria das vezes, retroalimentam os argumentos e denúncias levantados pelo Movimento Escola Sem Partido, inclusive no que diz respeito a retirada do gênero e da sexualidade do PNE e da BNCC. Ainda que essa articulação ocorra internamente na política nacional, Macedo (2018) defende a também articulação desses grupos e suas demandas conservadoras a “amplas e poderosas redes internacionais, redes essas que vem atuando diretamente em diferentes frentes nas políticas latino-americanas” (MACEDO, 2018, p. 8).

Durante os últimos anos, muitos trabalhos acadêmicos se voltaram para a análise das questões de gênero e sexualidade na escola e nas políticas de educação, porém, embora este trabalho também faça uso dos discursos que atacaram e perseguiram a “agenda de gênero”, proponho aqui uma reflexão teórica sobre o processo de produção e agenciamento das políticas públicas curriculares e de educação no Brasil, no contexto de recrudescimento do neoliberalismo neoconservador. Ainda assim, uma das muitas questões que emergem nesse cenário, intrigando pesquisadores de diferentes áreas, dentre elas a Educação, é a capacidade de articulação desses grupos neoconservadores em torno de diferentes pautas e a maneira como tais discursos ganham aderência na sociedade, formando uma legião de apoiadores e seguidores, daí a utilização de alguns desses discursos como ponto de partida para as reflexões que aqui proponho.

Na linha do que vem sendo discutido por Brown, o neoliberalismo é antidemocrático, e o que assistimos emergir nos últimos anos foi uma anomalia gerada pela crise do neoliberalismo que, através da tentativa de normalização das condutas e dos dispositivos e técnicas que organizam os sujeitos, de alguma maneira, esvaziou as possibilidades de ação política. O neoliberalismo então desponta como racionalidade, mais especificamente, como a razão do capitalismo contemporâneo. Tal capacidade de se modificar teria possibilitado também à racionalidade neoliberal sair de uma economia produtiva para uma mais financeira, ainda que não se limitasse a isso. Dito de outra maneira, o poder diretamente ligado a vida dos sujeitos (e que as submete) está subordinado também a um modelo econômico, o capitalista:

Enquanto o neoliberalismo busca manifestamente emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constringe o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo

processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e desmantela aquela clássica solidariedade, própria do século XX, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital (BROWN, 2018, p. 7-8).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que o neoliberalismo se vende como ideal e possibilidade de autonomia e liberdade, tais sentidos são limitados a determinadas ordens, que minam benefícios sociais adquiridos, entre outros bens públicos. Para Foucault (2008b), essa liberdade estaria no núcleo da arte de governo liberal, logo, tornando-se essencial para o exercício de seu poder. Assim, essa liberdade não apenas estaria submetida à normatividade neoliberal, mas também seria fundamental para o seu funcionamento e manutenção. A chamada democracia moderna liberal seria afetada por um paradoxo: “[...] o ímpeto libertário e o desejo de liberdade que animam seu gesto inaugural não podem ser desvencilhados das práticas de poder que eles visam combater” (ADVERSE, 2014, p. 17).

A ideia do sujeito como “empreendedor de si mesmo”, responsável pelos seus fracassos e sucessos, e independente de “benefícios” sociais, de seguridade, fortalece o conceito de Capital Humano. Deste modo, ao transformar os sujeitos em capital humano, o neoliberalismo acaba normalizando as desigualdades sociais ao naturalizá-las.

Ao trazer o conceito de performatividade mobilizado por Butler, Brown faz com que entendamos essa razão neoliberal como algo que só existe quando colocado em prática. Ao ser colocado em prática, esse neoliberalismo vai se constituindo como tal, vai existindo. Para ela, o contraponto desse neoliberalismo seria a própria democracia. Ou seja, o que produz a possibilidade de não saturação total dessa racionalidade neoliberal é a própria democracia.

No Brasil, tal processo se concretizou e se agudizou com a eleição de Bolsonaro, ainda que a burguesia nacional há muito já estivesse ferozmente avançando sobre diferentes temas, dentre eles a Educação. Mais do que isso, esse processo desmascarou a falsa ideia de liberdade e ampla participação cidadã gerada pela democracia neoliberal nos últimos anos, além da fragilidade das instituições ditas democráticas e o esgotamento de um suposto discurso de conciliação, intensificado pela polarização política das últimas eleições. Isso nos aproxima de alguma maneira da tese de Wendy Brown, que defende que o avanço do neoliberalismo e a oscilação de forças entre o nível político e o econômico acontece de tal modo que o movimento passa a ser a destruição do político, do diálogo e da conciliação, fortalecendo a dimensão econômica.

Nos moldes da promessa norte-americana da democracia, essa promessa precisa ser reforçada porque ela é o contraponto para o neoliberalismo. Em outros termos, na lógica de Brown, essa normatividade satura os limites de outras possibilidades em que essa saturação nunca é e nunca será completa. No momento em que “satura tudo” (dá conta de tudo, incluindo e reconhecendo a “diferença”), ela deixa de existir, ou seja, para ela existir como norma é preciso estar ali agindo a todo momento. Se parar de saturar, ela desaparece como norma; assim a democracia produz o que desloca o saturamento do neoliberalismo. Essa compreensão é sustentada pela ideia de normatividade de Butler (2015), em que não existiria nada que não estivesse enquadrado nessa inteligibilidade, nesse movimento. Assim, a razão neoliberal só existe porque posta em ação e, ao ser colocada em prática, vai se constituindo como neoliberal.

Para Brown (2015), ao opor neoliberalismo à democracia ou à democracia liberal, o neoliberalismo se apresenta como uma exacerbação do liberalismo não regulado pela democracia. Quando o neoliberalismo avança e se expande, ele tende a sufocar a possibilidade de democracia. Para ela, o neoliberalismo está corroendo a democracia e esvaziando a ideia do político. Assim como para Foucault (2008b), ela não apresenta modelo econômico alternativo. Ela opera como essa tentativa e possibilidade de controle do neoliberalismo pela via democrática, mesmo que, nessa perspectiva, essa promessa democrática nunca tenha acontecido e nunca aconteça, pois não é possível dentro desses moldes, uma vez que, por mais que se apresente como “inclusiva”, “politicamente correta”, ela sempre exclui e deixa de fora muitos sujeitos não contemplados pelo discurso da cidadania, por exemplo. Do mesmo modo, entendo que compreender e aceitar que nunca acontecerá não pode significar que não se deve lutar por ela e sua constante manutenção.

Aproximando essa compreensão do contexto brasileiro descrito antes e das políticas educacionais produzidas nos últimos anos, uma questão se impõe: as promessas de educação emancipatórias do projeto de “esquerda” não deram conta de cumprir o que foi prometido ou sucumbiram ao projeto neoliberal, integrando-se a ele, uma vez que a promessa de uma educação emancipadora não ocorreu nos moldes do neoliberalismo progressista?

A promessa e a esperança de uma educação libertadora que não ocorreu (e nunca ocorrerá) nos governos Lula e Dilma ainda demonstraram a fragilidade e os limites de políticas educacionais dependentes e submetidas a diretrizes de órgãos internacionais. Essa “crise” seria, então, a crise do neoliberalismo progressista, que, mais do que agudizar a dependência do Brasil ao capital financeiro internacional, também se voltou contra políticas públicas inclusivas identitárias, ambientais, trabalhistas e previdenciárias, valores defendidos

outrora pelo “neoliberalismo progressista” de Fraser ou a “governamentalidade democrática” de Gallo (2017).

A crise desse neoliberalismo progressista ou dessa governamentalidade democrática (no caso brasileiro, conduzido pela esquerda neoliberal) após a crise econômica mundial de 2008, que atingiu diretamente os EUA, colocou em suspenso o modelo de neoliberalismo do Pós-Guerra, baseado em acordos e políticas de inclusão. Para Brown,

isso significava gritar contra o Estado Islâmico, contra os imigrantes ilegais, contra os mitos acerca das ações afirmativas e, acima de tudo, culpar o governo e o Estado social pela catástrofe econômica, sorrateiramente transferindo a culpa de Wall Street para Washington, porque o governo limpava a lambança resgatando os bancos, deixando pessoas comuns na mão. *Por conseguinte, nasceu uma segunda onda de reação ao neoliberalismo, mais rebelde, populista e repulsiva.* [...] O novo populismo de extrema direita sangrou diretamente a ferida do privilégio destronado da branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém (BROWN, 2019, p. 12 e 13, grifos meus).

Para além de culpabilizar os excessos do Estado pelo fracasso da economia, esse grupo se volta contra políticas e avanços sociais mobilizados por um discurso de reivindicação da liberdade (inclusive, a de “expressão”). Mais do que expandir o poder do capital, é preciso “reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã” (BROWN, 2019, p. 16). Para Brown, a formação dessa direita seria inédita, diferenciando-se de autoritarismos e conservadorismos de outras épocas. Esse entendimento seria a chave para compreender a ascensão de uma extrema direita nacionalista, xenófoba, racista, heterossexista, classista e conservadora nos EUA, no Brasil e em outros países ocidentais. Assim como ela, acredito ser fundamental colocar em relevo essa nova arquitetura que emerge a partir do elo entre neoliberalismo e moralidade tradicional, dando vida a um monstro autoritário, um *frankenstein*. Ou seja, “uma forma política original”, que “combina autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada”³⁴. O que é preciso é reconhecer e esmiuçar essa nova forma de exercício de poder que emerge como resposta a uma crise gerada pelo próprio neoliberalismo.

A expressão cunhada por Cazuza (juntamente com Renato Ladeira) na letra de *Faz parte do meu show*, que integra o álbum *Ideologia*, em seu contexto remete à confusão vivida pelo amante quanto em relação ao que sente pela amada: “Vivo num clip sem nexo/**Um pierrô-retrocesso**/meio bossa nova e rock’n roll”. Ainda que tais figuras de linguagem, como ressaltado, ajudem a chamar a atenção para a desordem de sentimentos anunciada pelo eu

³⁴ Extraído de: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em 20/01/2021.

lírigo dos versos, ao tomar emprestado da *Comédia dell'Arte*³⁵ o personagem Pierrô, seguido da expressão “retrocesso”, os autores me auxiliam na busca por uma figura que, assim como a metáfora do Frankenstein utilizada por Wendy Brown, nos remete a essa “coisa”, essa ficção distópica, esse momento que busco entender no contexto brasileiro.

O personagem do teatro francês Pierrô não é um monstro (tampouco um personagem brasileiro), é uma adaptação francesa do personagem Pedrollino, da comédia italiana. A sua utilização nesta tese tem como objetivo (além de continuar a seguir a poesia das letras de Cazuza) evocar o romance, a história de amor vivida pelos três personagens: Colombina, Arlequim e Pierrô, em que:

Entre enredos divertidos e cheios de críticas sociais, os protagonistas contam a história de uma charmosa serviçal dividida entre o amor platônico e a paixão ardente de dois homens. Colombina é a bela jovem responsável por despertar o amor de Pierrot, um empregado introspectivo e muito honesto, mas que não tem coragem de se declarar à amada. Ele escreve cartas que jamais são entregues e sofre calado ao ver Colombina partir com Arlequim. Este, por sua vez, é sedutor, carismático e namorado. Afável, rouba as atenções de Colombina, que decide casar-se com ele – partindo o coração de Pierrot. No entanto, a dupla passa a viver momentos difíceis e de muita escassez na nova vida. É nessa hora que Colombina encontra uma das cartas escritas por Pierrot e descobre o seu amor secreto por ela. Ao perceber a pureza do sentimento de Pierrot, Colombina deixa Arlequim e reencontra seu grande admirador. Os dois passam a viver juntos em um relacionamento feliz, porém a volúvel personagem ainda espera encontrar Arlequim nos carnavais³⁶.

A relação (ou “história de amor”) que se desdobra na sociedade brasileira a partir da normatividade neoliberal, o conservadorismo e certo progressismo parecem se aproximar do triângulo amoroso narrado, em que, após um tempo vivendo um “caso” com políticas mais progressistas, o neoliberalismo vive momentos difíceis, redescobre o amor do/pelo Pierrô, reencontra-o e passam a viver felizes. Embora o Pierrô por vezes seja apresentado como ingênuo e bobo, também é caracterizado como “lunático, distante e inconsciente da realidade” (características que, não por acaso, poderiam também ser a descrição fiel de muitos representantes políticos que hoje se encontram à frente dos processos decisórios).

Tal narrativa, somada às características do personagem e associada ao substantivo “retrocesso” da letra de Cazuza, me fazem refletir sobre ao que assistimos nos últimos anos no Brasil no que concerne a essa aparente “contradição” da aproximação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, como um “Pierrô-Retrocesso”, ou seja, a reaproximação, o reencontro entre duas partes que, ainda que separadas por um tempo, redescobrem um amor “secreto”, que nunca deixou de existir, sempre esteve presente de alguma forma.

³⁵ Expressão teatral popular do período renascentista italiano.

³⁶ Extraído de: <https://www.evidenceballet.com.br/noticias/conheca-historia-de-pierrot-colombina-e-arlequim/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Assim, reconhecendo as limitações da linguagem e a possibilidade de ser traído por ela, reforço a compreensão de que esse “novo neoliberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016) não pode ser visto como oposição a um neoliberalismo de um estágio anterior, mais atrelado a um viés progressista, conforme tomei emprestado de Fraser (2019), para falar de um período em que algumas pautas “das minorias” foram minimamente correspondidas, ainda que dentro de um enquadramento neoliberal. Pelo contrário, ambos atendem aos mesmos interesses e possuem os mesmos objetivos, ainda que com performances distintas.

Opto neste trabalho pela utilização da expressão neoliberalismo autoritário ao invés de “novo neoliberalismo”, conforme utilizado por Dardot e Laval, como tentativa de afastar compreensões e leituras que possam vir a entender essa performance de neoliberalismo atual, que mescla autoritarismo e neoconservadorismo com práticas econômicas neoliberais, como um “novo neoliberalismo”. Ou seja, quando da agudização de aspectos que ultrapassam compreensões de um certo quadro de inteligibilidade de outras épocas, qual seja, um neoliberalismo menos aliado a setores conservadores, mais próximo de uma agenda de compromissos do pós-guerra, caracterizado pela social-democracia, em contraposição a um neoliberalismo aliado ao conservadorismo religioso, ferozmente preocupado em resgatar supostos valores morais, submetendo inclusive a Constituição Federal a seus dogmas e crenças ligadas à fé cristã, somado ao ataque às políticas sociais e a uma agenda humanista.

2 EU VEJO O FUTURO REPETIR O PASSADO. EU VEJO UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES...: POLÍTICAS CURRICULARES/EDUCACIONAIS, SUJEITOS E SUBJETIVIDADES EM DISPUTA

O neoliberalismo não deve ser entendido como um universal a priori a partir do qual se pode estender as análises sobre o Estado e a sociedade. Ao contrário, na perspectiva de Foucault, é preciso tomá-lo em sua singularidade e fazê-lo funcionar como uma grade de inteligibilidade que possibilita problematizar a contemporaneidade, nomeadamente as estratégias de governamentalidade que incidem nos processos de subjetivação, sobretudo àqueles atinentes à educação e às pedagogias culturais
(ANDRADE E SILVA, 2017, p. 48)

Após ter oferecido as bases teóricas para a compreensão do neoliberalismo enquanto pano de fundo que ajuda a localizar as disputas das políticas públicas, a seguir busco identificar as negociações sobre educação e currículo no Brasil contemporâneo, bem como contextualizar as políticas educacionais PNE e BNCC como documentos disputados e produzidos durante o processo de transição de um modelo de neoliberalismo progressista para outro mais conservador, em que essas políticas tornaram-se fundamentais para o estabelecimento e formação de um tipo específico de sujeito.

Entendendo que tais discursos sobre a escola, o currículo e a educação tentam exercer poder sobre os processos de educabilidades e na produção de subjetividades dos sujeitos em idade escolar, apoio-me em autores como Michel Foucault (2008a; 2008b), Elizabeth Macedo (2014; 2017) e Veiga-Neto (2003; 2007), entre outros, por entender que tais pesquisas auxiliarão a entender as educabilidades e pedagogias culturais contemporâneas, balizadas pelos ideais de governo e como constituidoras dos sujeitos a serviço do neoliberalismo.

A escola e tudo o que a partir dela se produz – seja a partir do que é vivenciado nesse espaço, seja no que é produzido sobre/para ela – há muito vêm sendo utilizados em áreas como a História da Educação e a própria Teoria Curricular como detonadores de reflexões. Assim, entendo que o universo que envolve a escola e seus processos formativos apresentam-se como uma maneira de se aproximar e fazer leituras da sociedade em que se inserem. Neste capítulo, traçarei um diálogo baseado na relação intrínseca entre o que fora elaborado de documentação legislativa para o currículo e a escola e o quanto tais proposições refletem as muitas disputas (políticas, econômicas, sociais, culturais) entre diferentes grupos. Dessa forma, nas linhas que se seguem, deter-me-ei em alguns documentos voltados para a educação escolar, mais especificamente aqueles cujas proposições se aproximam do fortalecimento de um programa neoliberal, ainda que por vezes compreendidos como uma inflexão ou até

mesmo uma ruptura com uma educação neoliberal e voltada ao mercado, como os produzidos sob a perspectiva da inclusão e da diversidade.

2.1 Políticas educacionais, sujeitos e subjetividades em disputa

O panorama conceitual oferecido por Foucault e suas reflexões em torno das práticas modernas de governo apresentado no capítulo anterior a respeito do neoliberalismo já ajuda a explicar o motivo pelo qual com frequência o filósofo é aproximado das discussões do campo da educação, por evidenciar os diferentes processos pelos quais os sujeitos tornam-se foco de investimento de instituições e as redes de poder/saber presentes nesses espaços. Nos últimos anos, muitos pesquisadores vêm se utilizando das contribuições teóricas de Foucault para pensar a escola como espaço privilegiado de investimento de uma governamentalidade (VEIGA-NETO, 2007; SILVA, 2016). Assim, o quadro conceitual apresentado pelo filósofo, tanto em torno do sujeito e das relações de poder quanto em torno da governamentalidade neoliberal, torna-se fundamental para a compreensão das instituições escolares atuais e dos processos e agenciamentos do aparato legislativo que se voltam para elas.

Pensar o sujeito, a subjetividade e os processos de subjetivação (ou os modos de subjetivação) exige antes que se assumam quão complexos são esses temas, que atravessam e marcam grande parte das discussões das Ciências Humanas atuais. Neste trabalho, entendo como sujeito, subjetividade e processos de subjetivação o que fora proposto por Michel Foucault, muito embora na própria trajetória do filósofo seja possível localizar importantes deslocamentos em torno desses conceitos.

Em obras como *Vigiar e punir* (1987) e *A História da sexualidade I: a vontade de saber* (1987), Foucault pensa a subjetividade como objeto de práticas de coerção, ou seja, a partir da imposição de uma trama de relações de poder em diferentes espaços como a escola, o asilo psiquiátrico, a prisão. Os sujeitos, nesses espaços, estariam submetidos a processos de coerção disciplinar. Conforme já abordado no capítulo anterior, desde o século XVII a disciplina era investida em diferentes locais para fins de controle e docilização dos corpos dos sujeitos:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Enquanto o século XVIII foi marcado por práticas de exclusão mediante a reclusão dos sujeitos indesejados, a partir do século XIX a reclusão passa a ser atravessada por práticas de inclusão, ou seja, por meio de sofisticadas estratégias de administração dos considerados anormais. Como demonstrei em trabalhos anteriores (SILVA, 2016), ancorado em Foucault é possível perceber a escola como espaço fundamental para o desenvolvimento de investimentos disciplinares que visassem à construção de corpos saudáveis e normais, onde, com a elaboração de políticas de Estado, investiam-se sobre os corpos dos sujeitos em idade escolar certas normas e condutas legitimadas e respaldadas pelo saber científico de então, a exemplo dos manuais do Direito, da Medicina e até mesmo da Pedagogia.

Se antes a subjetividade para Foucault era um produto do poder disciplinar, a partir do desenvolvimento das noções de governamentalidade e de governo, localizadas em obras como *Segurança, território e população* (2008a) e *Nascimento da biopolítica* (2008b), é possível perceber uma mudança significativa, tanto teórica quanto política, nas reflexões a respeito da subjetividade. Ferreira Neto (2017, p. 22) indica que

a subjetivação passou a ser pensada então a partir de dois vetores: as práticas de assujeitamento e as práticas de si. O segundo vetor foi aprofundado a partir de 1980, estando associado à atitude crítica em relação à governamentalidade, tendo um caráter coletivo, institucional e político.

Para Ferreira Neto (2017), uma análise atenta das sociedades contemporâneas teria levado Foucault a repensar os processos de dominação e as relações de poder, demonstrando o quanto eles podem se mostrar ineficientes diante da emergência de muitos movimentos e organizações sociais, tanto individuais quanto coletivas, como o percebido no maio francês de 1968 e o movimento de jovens americanos que se posicionavam e resistiam à convocação para a guerra, em que

essa recusa a empunhar as armas aparece como uma conduta ou uma contraconduta moral, como uma recusa da educação cívica, como uma recusa dos valores apresentados pela sociedade, como uma recusa, igualmente, de certa relação considerada obrigatória com a nação e com a salvação da nação, como certa recusa do sistema político efetivo dessa nação, como uma recusa da relação com a morte dos outros ou da relação com sua própria morte. Vocês estão vendo, portanto, que temos aí o aparecimento de um fenômeno de resistência de conduta que já não tem, de modo algum, a forma da velha deserção e que tem certa analogia com certos fenômenos de resistência de conduta religiosa (que vimos na) Idade Média (FOUCAULT, 2008b, p. 261-262).

A arte de governar tinha que lidar com o fato de que as pessoas faziam suas próprias escolhas, levando assim Foucault a discutir a subjetividade a partir da perspectiva da

autonomia, baseada nas práticas de si e na condução de práticas de liberdade (ou possibilidade de resistência³⁷). Nesses termos, a liberdade deveria ser pensada como:

a “liberdade de escolher” se identifica de fato à obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora no interior de um quadro legal, institucional, [...] relacional, que deve justamente ser construído para que o indivíduo escolha “com toda liberdade” aquilo que ele deve obrigatoriamente escolher em nome de seu próprio interesse (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300).

A suposta liberdade de escolha individual estaria prevista e, portanto, constringida de forma indireta pela governamentalidade. Para que isso ocorresse, foi preciso colocar em prática uma série de dispositivos de poder por meio dos quais as condutas dos sujeitos e o próprio processo de subjetivação fossem contínua e progressivamente modelados.

Essa analítica de Foucault a respeito dos modos de subjetivação e de governo contemporâneos coloca a escola e as políticas que para ela se voltam como lócus centrais na produção de sujeitos e suas subjetividades, em que a constituição do sujeito como capital humano passa a ser a forma subjetiva dominante, não mais através de práticas disciplinares coercitivas, mas do reforço de uma noção de liberdade esmaecida e condicionada a determinados fins.

Diante da complexidade que o estudo das políticas educacionais e curriculares assumem na contemporaneidade (inclusive as muitas diferenças entre ambas), destaco que neste trabalho utilizarei como definição de política educacional

o conjunto de diretrizes, decisões, ações, sob controle estatal, visando promover a educação formal, que é aquela obtida nas instituições reconhecidas pela sociedade e, portanto, em condições de oferecer, avaliar e certificar a conclusão de um processo educativo. A política educacional comporta, pois, além das diretrizes, normas, obrigatoriedade em certos níveis, definição e criação de condições de acesso, mecanismos de controle e certificação (PIRES, 2005, p. 45).

Amparado por essa definição, somada aos objetivos deste capítulo, destaco a publicação, no contexto brasileiro na década de 1990, dos chamados Parâmetros Curriculares Nacionais, documento elaborado pelo Ministério da Educação e que servia, como o próprio nome sugere, como parâmetro, referência de direção que tinha como meta auxiliar as escolas na construção de seus próprios currículos. Dentre essas contribuições estava a inserção de alguns temas, os chamados “temas transversais”, que eram: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual, temas que poderiam ser abordados de forma interdisciplinar por diferentes disciplinas.

No campo da teoria curricular, há pesquisadores que compreendem que os PCN estavam alinhados com as teorias críticas e pós-críticas do currículo, uma vez que, tomando

³⁷ Aspectos que serão desenvolvidos no capítulo 5.

como exemplo a disciplina de História, simbolizavam um ponto de inflexão importante entre o que fora produzido durante o regime militar e o que se produzira após a redemocratização (BITTENCOURT, 2004). Fundamenta esse tipo de leitura sobre os PCN a mudança de perspectiva que, antes pautada pela abordagem tradicional, a partir deles tornou-se interdisciplinar e aberta à “diversidade”.

A esse respeito, podemos lembrar que o compromisso da teoria crítica no final da década de 1980, com o fim do período ditatorial e abertura política, muito influenciada pelos movimentos sociais de então, era de enfrentamento da insegurança material e existencial e o combate às injustiças sociais geradas pela intensificação do fenômeno da globalização e implementação do neoliberalismo de então. Assim, a discussão de tais pautas, como as identitárias, era vista como menor, por ainda não terem recebido a atenção que receberiam posteriormente, tanto dentro quanto fora dos espaços acadêmicos ou em instâncias responsáveis pela discussão e elaboração de políticas públicas, como as questões de gênero e sexualidade, que ganharam mais fôlego a partir da década de 1990. Conforme lembrado por Prado:

Já na década de 90 teremos o momento de reflorescimento do movimento homossexual brasileiro que culminará no início do século XXI em uma articulação nacional de centenas de grupos, associações, ONGs e Paradas de Orgulho que se organizam em torno da luta por reconhecimento e visibilidade dos direitos LGBT. Essa articulação possibilitou o surgimento de espaços de sociabilidade e de formação de identidades políticas através do processo de identificação coletiva, da transição da relação de subordinação para o ganho de consciência da situação de opressão e da delimitação de fronteiras políticas entre os grupos sociais através de um discurso de “nós *versus* eles” (PRADO, 2002, p. 58).

Desse modo, os compromissos da teoria crítica e dos movimentos sociais que até então se voltavam mais para as urgentes reivindicações por justiça social passaram a ser incorporados pelas lutas por reconhecimento das chamadas minorias, com a articulação e fortalecimento dos movimentos negro, feministas e LGBTI+, entre outros. Ainda que incipientes, as políticas internacionalistas de Direitos Humanos eram uma resposta a essas reivindicações. O próprio espaço que as discussões sobre gênero ocuparam em conferências internacionais na década de 1990 (que serão mais bem abordadas na sequência) são um bom exemplo disso.

De alguma maneira, essa abertura para a abordagem de determinados temas até então considerados “marginais”, ou seja, uma agenda que trazia muito das pautas dos movimentos sociais (feminista, LGBTI+, indígena, negro, ambientalista etc.) de então, logo após anos de uma educação subordinada a um ensino voltado para a obediência cívica, mostrava-se no mínimo progressista. Porém acredito ser importante salientar que essa abertura se desenvolvia junto ao fortalecimento das políticas neoliberais; mais do que isso, faziam parte delas. Eram

uma extensão, um desdobramento das políticas neoliberais que estavam sendo implementadas em países como o Brasil.

O caráter fortemente inclusivo de tais políticas, como os PCN na década de 1990, seguido da criação e do fortalecimento de secretarias voltadas a uma educação para a “diversidade”, como a Secad/Secadi, já nos governos do PT, são um bom exemplo da problematização que pretendo fazer a despeito da implementação de políticas educacionais voltadas para a inclusão e o quanto elas serviam à governamentalidade neoliberal daquele contexto. Nas palavras de Lopes,

inclusão na Contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza, de falta de educação básica e de ampla miserabilidade humana talvez se modifique em curto e médio prazo. A promessa da mudança de *status* dentro de relações de consumo — uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta —, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm o Estado na parceria com o mercado e que *mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo*. Afinal, no jogo do mercado, o *Homo Oeconomicus* e a sociedade civil formam parte de um mesmo conjunto de tecnologias da *governamentalidade* (LOPES, 2009, p. 167).

Se, como visto no capítulo anterior, a década de 1990 reiterou no Brasil a influência e o fortalecimento de órgãos internacionais, isso pode ser percebido de forma significativa também na educação. Determinações baseadas em acordos internacionais reforçavam uma visão produtivista e empresarial do processo educativo como resposta às necessidades impostas pela nova ordem econômica baseada no capital.

Dessa maneira, as políticas educacionais consideradas inclusivas, orientadas por princípios de mercado, ao se voltarem para o empresariamento de si, não são inclusivas no sentido de alterar substancialmente as diferenças de classe, raça, gênero/sexo, antes o contrário. Reforçam as injustiças sociais e ainda culpam os sujeitos pelos seus fracassos. Além disso, mantêm os sujeitos minimamente como consumidores dentro de um sistema produtivo, em que *investir* (e aqui cabe pensar a própria semântica do verbo que é fortemente utilizado inclusive por grupos que tentam disputar sentidos mais “progressistas” para uma suposta educação crítica e emancipadora) em educação ou cidadania está respaldado pela ideia de investir em sujeitos consumidores ou, para usar a linguagem de Foucault, investir no *Homo Oeconomicus*.

Essa governamentalidade democrática (GALLO, 2017), ainda que contemplando um discurso de inclusão, pautava-se pela diversidade, excluindo uma real possibilidade de entender e considerar a diferença; afinal, a manutenção dessa diversidade é que garantiria e

sustentaria a governamentalidade, uma vez que reafirma o lugar do universal. Tomando como base o documento *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão*, publicado em 2013 pelo MEC, Gallo afirma:

Para garantir a universalidade do direito à educação, é preciso incluir a todos; toda a diversidade humana precisa ser abarcada. Chamo a atenção para o fato de que o documento, em qualquer momento, trata de *diferenças*; é sempre a *diversidade* que é afirmada. Isto pode parecer de menor importância, mas penso que precisamos examinar com um pouco mais de atenção. A diversidade permite remeter ao direito universal como aglutinador de tudo aquilo que é diverso. Ela está implicada no conjunto daquilo que compõe o universal. Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de *não se suportar a alteridade*. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com *o totalmente outro* (GALLO, 2017b, p. 1.512-1.513, grifos meus).

A referência ao “totalmente outro” destacado ainda na citação de Gallo, bem como as tensões provocadas pelo risco da aposta na diferença, parecem remeter à reflexão proposta por Derrida (2004; 2009) em torno da ética e da alteridade, em que, ao fazer uma crítica à ética de Lévinas (1987, 1999), atravessada pelo antropocentrismo, esse “outro totalmente outro” (*tout autre est tout autre*) emerge como uma abertura irrestrita, imprevisível, ao Outro que se apresenta. Considerar essa diferença (irrestrita, imprevisível, incalculável), em detrimento da diversidade, possibilitaria a desestabilização “de condução das condutas em meio à liberdade” (GALLO, 2017b, p. 1.513).

Macedo (2009), ancorada na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985; 1998; 2000), demonstrou o quanto as demandas da diferença acirraram uma cadeia de equivalências entre discursos universalistas que tinham como objetivo preencher o significante vazio “qualidade da educação” na década de 1990. Assim, os temas transversais propostos pelos PCN, ao preencher o significante *qualidade* com a promessa de uma educação para a cidadania, jogavam “as demandas da diferença para a margem numa articulação que permite o controle desse espaço, já em si marginal, por discursos universalistas” (MACEDO, 2009, p. 104).

Na esteira dessa problematização, Macedo (2017) vem demonstrando o quanto distintas tradições curriculares, ainda que colocadas como em campos opostos, mobilizam um sentido comum em torno de certa projeção de sujeito. Assim, tanto as tradições apresentadas como críticas por justiça social – ao cristalizarem em seu horizonte a possibilidade de um sujeito crítico e emancipado – quanto as que se voltam para a formação e subjetivação de um sujeito cuja formação deve ser voltada para demandas de mercado são tentativas de controle sobre os fins que visam à formação de um sujeito específico, em que, ao investir na

universalização e no esgotamento de certos sentidos, seguem excluindo e jogando para fora a possibilidade da diferença e a imprevisibilidade do processo educativo. Macedo defende

que isso ocorre porque as demandas críticas por justiça social, ao projetarem um sujeito abstrato, acabam por instrumentalizar o conhecimento. Embora o significativo “objetivos” materialize demandas neoliberais por *accountability*, ele é reforçado, em sua luta por hegemonia, pelas demandas por justiça social. Assim, o jogo político entre demandas críticas por justiça social e demandas neoliberais por *accountability* explicita afastamentos e aproximações entre elas. Se nos acostumamos a vê-las como antagônicas, sugiro que a defesa da necessidade de uma base curricular em nível nacional — de um currículo com certo nível de universalidade — as tem aproximado, criando equivalências (MACEDO, 2017, p. 514).

Nessa direção, a atuação e o fortalecimento das demandas neoconservadoras durante a elaboração dos documentos aqui trazidos como expressão de um momento de agudização de políticas neoliberais parecem deslocar ainda mais essa disputa entre progressistas e neoliberais “no sentido do controle que exclui a diferença, ao mesmo tempo que torna explícita essa exclusão” (MACEDO, 2017, p. 509-510).

A respeito dos documentos Plano Nacional de Educação e Base Nacional Comum Curricular, Macedo (2017) afirma que as negociações em curso durante a elaboração de tais documentos colocavam em funcionamento (e trabalhavam a serviço de) uma normatividade neoliberal. Ainda que tais investimentos sejam imprevisíveis, uma vez que não há como garantir que eles tenham os resultados esperados, como lembra Lopes (2009, p. 165), “o Estado tem de lançar mão de determinadas estratégias educacionais, de preferência articuladas com o próprio mercado, para que outras formas de subjetivação constituam os sujeitos de modo a dirigi-los em favor do mercado”. Mesmo que imprevisíveis, os processos de subjetivação, por meio de diferentes estratégias, atuam sobre os sujeitos com objetivos específicos.

Nesse sentido, a educação torna-se um espaço profícuo para esse tipo de investimento. A partir dessa perspectiva, é possível localizar tanto o Plano Nacional da Educação quanto a Base Nacional Comum Curricular como resultado de muitas disputas orquestradas por diferentes atores/atrizes e que, embora impositivos, de caráter obrigatório e com força de lei, não estão fechados, mas abertos a resistências e enfrentamentos.

Como Lopes e Macedo (2011), entendo o currículo

não mais como uma seleção de conteúdos ou mesmo como seleção de cultura, mas como uma produção cultural. O currículo é uma produção cultural por estar inserido nessa luta pelos diferentes significados que conferimos ao mundo. O currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção de significados (LOPES, MACEDO, 2011, p. 93).

O currículo, suas políticas e o que se diz sobre eles também se tornam um espaço de luta por produção de significados e deslocamentos. Defendo, assim, que tais políticas, ao

serem oferecidas pelo Estado, se voltam para a produção dos sujeitos em idade escolar e suas subjetividades. Abrindo mão de estratégias autoritárias e coercitivas, são mobilizadas tecnologias sutis, inclusive se apropriando e oferecendo uma outra ideia sobre liberdade.

Nesse contexto, não coincidentemente, ganham força e emergem interesses em torno da defesa e necessidade de documentos como o Plano Nacional de Educação e, posteriormente, da Base Nacional Comum Curricular, disputados por diferentes agentes e forças políticas. Ganham expressão nessa disputa demandas políticas neoconservadoras, dispostas a colocar fim na possibilidade de abordagem de certos temas em sala de aula. Mais do que retirar expressões como gênero e orientação sexual desses documentos, era preciso garantir que certos privilégios continuassem sendo respeitados, fossem os que dizem respeito às questões identitárias, fossem os que dizem respeito aos interesses de um processo educativo voltado ao mercado e para a manutenção de uma economia capitalista.

A partir do que foi exposto acima a respeito do que estava em jogo quando do processo de elaboração das políticas educacionais aqui em destaque, é possível perceber que o currículo escolar e, mais do que isso, os processos de subjetivação e educabilidades dos sujeitos em idade escolar estiveram/estão em disputa. A imposição de um currículo padronizado, centralizado e normativo surge como resposta às demandas neoliberais de um contexto de transição.

Como mencionado já na introdução deste trabalho, não tenho a ousadia de usar os documentos PNE e BNCC como uma empiria rígida, no sentido de usá-los como fonte documental de informações, mas antes apreciá-los (eles e os discursos que os embasaram) como detonadores de discussões e reflexões que ajudam a compreender o contexto que marca a transição de uma série de respostas progressistas oferecidas pela normatividade neoliberal para uma outra mais conservadora, possibilitada e agenciada por essa mesma normatividade. Assim, na sequência, meu objetivo é mais apresentar as proposições desses documentos, suas contradições, críticas e problematizações e menos me atentar à burocracia oriunda do contexto de elaboração deles.

2.2 PNE e BNCC: sobre os documentos

Na primeira década do século XXI foram organizados os chamados Planos Nacionais de Educação, a partir da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e que já estavam previstos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Em seu Art. 214, a Constituição Federal indicava a sua elaboração e aprovação. O Art.

9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) ressalta que “A União incumbir-se-á de: I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios” (BRASIL, 1996).

Esses planos foram aperfeiçoados e receberam maior detalhamento a partir da Emenda Constitucional nº 59/09, que os apresentava como “diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas” (BRASIL, 2009, p. 9), visando, assim, a partir das discussões com estados e municípios, a orientação e o planejamento, a fim de estabelecer metas e estratégias para a educação nacional. Na esteira dessas legislações, em 09 de janeiro de 2001 foi aprovada a Lei nº 10.172/2001, o Plano Nacional de Educação referente ao decênio 2001-2009; posteriormente, em 25 de junho de 2014, aprovou-se a Lei nº 13.005/14, referente ao PNE do decênio 2014-2024, estabelecendo legalmente as metas educacionais para a década, sendo sancionado no mesmo ano, fruto de muitas discussões entre os chamados entes federados e servindo de base para os Planos Estaduais e Municipais de Educação.

A lacuna percebida entre 2010 e 2013 pode ser explicada pelas alterações nos calendários das audiências públicas de discussão e debate do documento, além das disputas e negociações que atravessaram o processo de sua construção, fazendo com que sua aprovação acontecesse somente em 2014. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 ganhou centralidade nesta tese em função do que foi mobilizado nessas negociações e tensionamento, em torno dos termos gênero e sexualidade.

O debate sobre Educação no Brasil é complexo e materializa os diferentes interesses em torno do projeto de sociedade e de formação que se espera. Essa tensão mobiliza distintas concepções, desde perspectivas teóricas que fundamentem o que esteja sendo defendido até questões ideológicas ligadas aos projetos societários defendidos por grupos políticos diversos. Algumas dessas tensões podem ser percebidas em disputas como as que se referem ao financiamento destinado à escola pública e que em alguns momentos geraram questionamentos e tentativas de que tal investimento também se voltasse para a educação privada, só para citar um exemplo. Além, claro, das que se referem às polêmicas advindas da retirada e permanência das questões de gênero e sexualidade na versão final do documento.

As disputas impetradas durante a aprovação do PNE no que diz respeito à retirada dos termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” ganharam fôlego também durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Tais disputas em torno das questões de

gênero e sexualidade estiveram no centro das discussões que ocorreram entre as três versões do documento.

Para entender o contexto de nascimento do documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), é necessário perceber que, apesar do processo apurado, a motivação e a justificativa que respaldavam a necessidade do documento me levam a percorrer um breve caminho sobre a história recente da Educação nacional ou, ao menos, aos documentos que antecederam e até previam o nascimento da BNCC.

Um dos argumentos com frequência trazido por quem defende a necessidade da BNCC refere-se ao fato de ela estar prevista na Constituição Federal de 1988, que versa:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Capítulo III, Seção I, Art. 205).

Se tais princípios para a Educação ainda se apresentavam de forma ampla e genérica no documento, foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), no Art. 9, Inciso IV, que surgiu a primeira menção a um currículo nacional, que deveria orientar a educação básica no país:

[...] estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, p. 10).

Na versão que se refere ao já citado PNE do decênio 2014-2024, na estratégia 2.2 fica determinada a criação da Base:

[...] pactuar entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º desta lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental (PNE, 2014, p. 51).

O documento da Base Nacional Comum Curricular, desde a primeira versão até a terceira, sofreu muitas modificações, resultando numa quarta versão, conforme será verificado. Na introdução da última versão, o documento se apresenta:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter *normativo* que define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens* essenciais que *todos os alunos devem desenvolver* ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus *direitos de aprendizagem e desenvolvimento*, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este *documento normativo* aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma *sociedade justa, democrática e inclusiva*, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, p. 7, grifos nossos).

Obviamente, as transformações e possíveis efeitos que um documento de tamanha proposição tem na Educação do país traz consigo uma série de discussões e problematizações que divide pesquisadores e profissionais da Educação. Conforme o trecho contido na introdução do documento (e também perpetuado pelo Movimento pela Base³⁸), este se apresenta como uma iniciativa que tem como um de seus objetivos homogeneizar a educação nacional, “assegurando” os direitos de aprendizagem a todos os estudantes da educação básica. Tal argumento repousa na ideia de que a proposição de um documento como a Base resolveria ou diminuiria as desigualdades entre as diferentes propostas curriculares encontradas Brasil afora, o que, em minha concepção, já é em si problemático, por não considerar uma série de questões relacionadas a uma visão limitada tanto de Currículo quanto de Educação, reafirmando o caráter salvacionista da Educação e reduzindo o processo educativo a níveis de aprendizagem, em que a qualidade da Educação é associada a resultados positivos em exames nacionais e internacionais.

Tal compreensão, inclusive, se contrapõe à uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem desenvolvidos pelo próprio PNE, conforme apontado por Macedo (2017). Além disso, a defesa desse tipo de argumento negligencia e desconsidera outros tantos fatores que certamente ajudam a explicar o suposto “fracasso” da escola pública, como a precarização das escolas públicas, baixos salários dos profissionais da Educação, a insegurança alimentar de muitos jovens em idade escolar e o descaso do poder público com o financiamento da Educação.

Outro argumento que parece fundamentar a defesa da Base é o de que o documento estaria em consonância com o que há de mais “moderno” em outros países no que diz respeito à Educação. É verdade que tais modelos de políticas já foram implantadas em outros países, mas também é verdade que não atingiram os resultados esperados. Ainda que os defensores da Base tragam com frequência dados a respeito da eficiência de um currículo nacional, a literatura a respeito do tema desenvolvida nos últimos anos indica que “não há estudos conclusivos dos impactos de currículos nacionais, seja sobre a qualidade da educação oferecida, seja sobre a redução das desigualdades e a ampliação da justiça social” (MACEDO, 2017, p. 510), levando-nos a crer que somente a médio e longo prazo poderemos tecer reflexões e conclusões mais precisas nesse sentido.

³⁸ https://observatorio.movimentopelabase.org.br/bncc-e-avaliacao-guia-apoia-desenvolvimento-de-instrumentos-avaliativos-alinhados-a-bncc/?gclid=CjwKCAjwjbcDBhAwEiwAiudBy3sXXN0VQjNnNnNYR5v1j2XFXF4iuP7ypnuxGEGpHymvAZkvrGtzfhoCtKAQAvD_BwE.

Ainda a respeito das críticas, chamam a atenção também aquelas relacionadas à concepção restrita de educação e currículo centrada nas habilidades e competências, concepções muito difundidas pelos organismos internacionais já na década de 1990 e que ganharam mais força nos anos seguintes, merecendo uma atenção maior aqui, pois estão intimamente ligadas às demandas neoliberais, foco desta tese.

Algumas autoras, como Ciavatta e Ramos (2012), defendem que as políticas neoliberais iniciadas no governo FHC marcam, dão início ao que chamam de Era das Diretrizes, ou seja, a introdução de um discurso a respeito da necessidade de orientações explícitas e normativas em forma de documentos que deveriam orientar o trabalho pedagógico no Brasil. Nessa perspectiva, a década de 1990 teria sido um marco e um acirramento desse tipo de documento, correspondente e orientado por organismos internacionais e subordinados às exigências das chamadas agências multilaterais (Unesco, BIRD, OIT etc.), conforme apontado por Lopes (2008, p. 21):

parte-se do reconhecimento de que, com o advento das políticas econômicas genericamente denominadas neoliberais, há acentuada submissão das políticas educacionais aos mecanismos de definição e de avaliação dos conteúdos curriculares pelo Estado, bem como aos mecanismos de regulação do mercado.

O estabelecimento de competências e habilidades passava a ser uma máxima e, como tal, buscava também ferramentas “eficazes” capazes de avaliar o processo educativo, levando ao reforço do que alguns autores chamam de “Estado avaliador”. Para Peroni, Vidal e Oliveira (2009, p. 286), “esse passou a ter o papel mais de coordenação e controle de resultados do que de responsabilidade pela execução e materialização dos direitos sociais. E a ênfase no controle de qualidade tendo como parâmetro o mercado”.

Assim, o Estado passava a avaliar em larga escala a educação nacional por meio de diferentes provas – na década de 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Ainda que muitas críticas a esses mecanismos tenham sido levantadas, chamo a atenção para as que denunciam o caráter mercadológico desse tipo de proposta:

Nesse contexto, a função social da escola tem sido, predominantemente, enfraquecer as perspectivas ético-políticas que afirmam a responsabilidade social e coletiva e a solidariedade e reforçar o ideário de uma ética individualista, privatista e consumista. O objetivo é produzir um cidadão mínimo, consumidor passivo que se sujeita a uma cidadania e a uma democracia mínimas, formais (FRIGOTTO, 2005, p. 234).

Fundamentados em bases da teoria crítica, alguns autores descrevem as transformações ocorridas nos últimos anos nas políticas educacionais como diretamente

ligadas às transformações econômicas, mais precisamente àquelas que ligam o Brasil ao capital financeiro internacional e à sua dependência.

A maneira como as negociações e grupos políticos disputaram o documento da BNCC apontam para a influência desses aspectos na elaboração do documento. Afinal, as alterações entre suas quatro versões, se comparadas, são significativas, sendo a segunda versão considerada mais “progressista”, por, apesar das ainda muitas restrições a alguns sentidos, como o da própria educação e de currículo, parecer impor algumas pautas e demandas levantadas pelos movimentos sociais e as forças políticas que se aglutinaram em torno da “justiça social”.

Essa “abertura” para determinados assuntos levou a uma reação e ao fortalecimento de atores e grupos políticos irmanados por demandas conservadoras em comum, a exemplo do Movimento Escola sem Partido. Tal reação ganhou força política entre a transição da segunda para a terceira versão, uma vez que, após o Golpe de 2016 o “ESP passou a ser um dos interlocutores do MEC, em forte associação com deputados da bancada evangélica neopentecostal” (MACEDO, 2017, p. 514), levando assim a uma substancial e reacionária alteração na última versão do documento³⁹.

O ataque frontal e central do ESP aos direitos, no intuito de reduzir a BNCC a um conjunto de conteúdos a ser ensinado, desloca, potencialmente, o jogo político na direção do fortalecimento das demandas neoliberais por *accountability* (MACEDO, 2017, p. 514).

Como já visto, no decorrer da década de 1990 as demandas dos chamados grupos minoritários (de raça, de gênero, identidades político-sexuais, de classe, pessoas com deficiências etc.) por representação foram sendo incorporadas e associadas às demandas críticas por justiça social, tanto na educação quanto na luta por políticas públicas em diferentes espaços (ainda que sem atingir centralidade, nem nas políticas educacionais, nem em outros ambientes).

Ao colocarem em relevo conhecimentos e afirmações sobre temas que antes estavam respaldados por uma ciência hegemônica moderna (metódica e sistematizada), como aquilo que se dizia e se afirmava sobre os corpos, sobre homens e sobre mulheres, a Ciência passa a ser desqualificada, desacreditada e negada em nome da manutenção e conservação de saberes modernos iluministas que mascaravam e alimentavam diferenças e assimetrias como as trazidas pelos estudos de gênero e sexualidade. Os saberes produzidos pelos/com os considerados dissidentes (de classe, de raça, de gênero, de sexo etc.), ao atingirem o *status* de

³⁹ Essas alterações podem ser vistas na subseção 2.3 – PNE e BNCC: reverberações dos discursos fundamentalistas nas políticas educacionais.

saberes e ensinados nas escolas, passam a desafiar a hegemonia de saberes que outrora legitimavam tais hierarquias sociais, levando assim a uma disputa pelo que deveria ou não ser ensinado nas escolas.

Nagib, em uma crítica feita à BNCC durante a transição entre a segunda e a terceira versão, chama a atenção:

O último desabamento foi provocado pela proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dias atrás, o historiador Marco Antonio Villa demonstrou, em artigo publicado no jornal *O Globo*, que, se a proposta do MEC for aprovada, os estudantes brasileiros que quiserem aprender alguma coisa sobre o antigo Egito, a Mesopotâmia e a Grécia; o Império Romano e o nascimento do cristianismo; a Idade Média, o Renascimento, a Revolução Industrial e até mesmo a Revolução Francesa serão obrigados a se virar por conta própria. Na sala de aula, terão de estudar os mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros; interpretar os movimentos sociais negros e quilombolas; valorizar e promover o respeito às culturas africanas e afro-americanas. É um assombro⁴⁰.

A tentativa de silenciamento e apagamento dessas questões no documento da BNCC e, conseqüentemente, dos currículos vai em direção ao fortalecimento, à manutenção dos privilégios historicamente estabelecidos e hegemônicos, ao tentar impor um conhecimento e um saber universal ao currículo, sem considerar (de forma proposital, talvez) que a imposição de certos conhecimentos em detrimento de outros faz parte dessa manutenção que apaga as diferenças e as lutas por seu reconhecimento.

Não é de hoje que a teoria curricular vem questionando os interesses que orientariam a seleção e a validação de certos conhecimentos como “mais válidos”. Macedo (2017) lembra que a *reconceptualização* do campo na década de 1970 já fazia esse movimento, ainda que em base estrutural e orientada pela teoria crítica de então.

Diante dessas críticas específicas às fragilidades da BNCC no que diz respeito a sua compreensão e concepção sobre o currículo, argumento que essas visões não podem ser pensadas de forma isolada, sem levar em consideração outros aspectos que estiveram presentes quando da elaboração tanto do PNE quanto da BNCC, uma vez que dialogam e servem à manutenção de certos privilégios, sejam os que dizem respeito às questões de gênero e sexualidade e étnico/raciais, sejam os de classe.

Do mesmo modo que o avanço de pautas antidiscriminatórias chegaram à escola levando a uma resposta reacionária por parte de grupos fundamentalistas empenhados na retirada dessas questões, tal avanço representou, ainda que timidamente, maior participação da sociedade civil (por meio de movimentos sociais, sindicatos de professores etc.) sobre a escola pública. A força dessa organização civil e os riscos que tal avanço poderia representar

⁴⁰ Texto de Miguel Nagib na página do movimento. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/576-quem-deve-aprovar-a-bncc>.

também não passariam despercebidos pelos setores e grupos empresariais ligados ao capital financeiro. Assim,

a questão com a qual o capital passou a se defrontar foi: como liberar um pouco mais de conhecimento para as camadas populares sem abrir mão do controle ideológico da escola, sem correr o risco de eventualmente abrir espaço para as teorias pedagógicas mais progressistas, comprometidas com as transformações da escola para além da versão tecnicista e escolanovista. Como, em um quadro de escassez de mão de obra barata, incorporar cada vez mais as camadas populares na escola básica, submetendo-a à preparação para o mercado de trabalho? É esta contradição entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos (FREITAS, 2014, p. 1.089).

Logo, somam-se a essas críticas voltadas ao currículo proposto pela BNCC aquelas que denunciam e desmascaram os reais interesses de grupos que investiram e sustentaram o documento. A forte presença do setor empresarial, por meio de fundações e instituições como o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Unibanco, entre outros, quando de sua proposição e elaboração junto ao MEC, já é uma demonstração da influência direta dos interesses do mercado sobre a educação. Segundo Adrião e Peroni (2018, p. 51), é

importante frisar que essa política nacional de reforma curricular resultou de uma ação coordenada pelo setor empresarial, ainda que associado diretamente a agentes governamentais. Esta é a primeira e mais ampla dimensão da privatização, um “movimento” de base empresarial que, “por fora” do Estado, é investido de prerrogativas de governo.

Destaco, nesse processo, a influência e o crescimento dos chamados *think tank* pró-mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto em alguns países latino-americanos. No caso do Brasil, destaca-se a atuação do Todos Pela Educação (TPE) e, em nível de América Latina, o Reduca (Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação). Segundo Caetano e Mendes, “Os *think tanks* são organizações que têm como propósito produzir conhecimento em diferentes áreas para exercer influência na execução das políticas governamentais e na formação da opinião pública” (2020, p. 3). Ainda que por vezes dissimulados de interessados pelos resultados positivos na educação, as autoras destacam que “uma formação escolar para o exercício da autonomia não está no horizonte de organizações que, ao responderem aos interesses do capital, defendem o mérito, a liderança, o esforço individual, como requisitos essenciais à formação do cidadão” (CAETANO; MENDES, 2020, p. 3).

Mascarados de defensores de uma escola de qualidade e sempre dispostos a apresentar soluções para o suposto “fracasso” da educação, movimentos como o Todos pela Educação,

somado aos institutos citados, além dessa influência direta na definição da reforma curricular, também se beneficiam de diferentes maneiras com a produção de materiais didáticos e cursos voltados para a “capacitação” dos professores, que deveriam se adaptar à nova Base, recebendo verba pública.

A nefasta Reforma do Ensino Médio, ao lado do PNE e da BNCC, embora não tenha sido trazida para este trabalho, também deve ser pensada como projeto de manutenção dessa hegemonia que prioriza interesses do mercado em detrimento de uma gestão democrática da escola pública e de seu financiamento. Criticada por profissionais da Educação⁴¹ preocupados em apontar suas muitas fragilidades, a Medida Provisória nº 746/16, que posteriormente se transformou na Lei nº 13.415/17, é uma das maiores expressões desse investimento neoliberal. Com ênfase em termos como “empreendedorismo”, “projeto de vida” (em outras palavras, um “empreendedorismo de si”) e disfarçado de inovador e tecnológico, além de apresentado como possibilidade de liberdade de escolha para alunos que se encontram nos últimos anos da educação básica, o Novo Ensino Médio mascara a falta de financiamento público na educação, além de uma formação deficitária em áreas como as Ciências Humanas, agudizando os abismos que separam estudantes da rede pública dos estudantes da rede privada.

2.3 PNE e BNCC: reverberações dos discursos fundamentalistas nas políticas educacionais

Michel Temer se comprometeu hoje, em reunião com 33 pastores evangélicos no Palácio do Planalto, a analisar dois pleitos caros ao segmento: o combate à chamada "ideologia de gênero" e a defesa da família tradicional. Liderados pelo bispo Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra, os pastores da Confederação do Conselho de Pastores (Concepab) pediram que o Ministério da Educação e as políticas públicas em geral do governo levem em conta esses dois nortes⁴².

Neste subcapítulo, buscarei demonstrar o processo de invisibilização que os termos gênero, sexualidade e orientação sexual sofreram durante a elaboração do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, por entender que esse processo se tornou a ponta de lança que aglutinou e fortaleceu grupos políticos no cenário federal, tornando-se uma chave de entendimento importante (mas não a única) na compreensão desse imaginário, desse momento político anômalo para o qual me volto.

Antes, acredito ser importante também refletir sobre o contexto que fez aparecer pela primeira vez nos documentos da educação nacional expressões como gênero, sexualidade, ou

⁴¹ A exemplo: <https://diplomatique.org.br/a-farsa-do-ensino-medio-self-service/>. Acesso em 15/02/2022.

⁴² Em matéria de 8 de julho de 2016¹, intitulada: *Temer promete a pastores que MEC vai analisar combate a 'ideologia de gênero'*, Por Guilherme Amado. Disponível em: *Temer promete a pastores que MEC vai analisar combate a 'ideologia de gênero'* | Lauro Jardim - O Globo

orientação sexual, até mesmo pela necessidade de lembrar que tais demandas, outrora, foram elaboradas como políticas de governos assumidamente neoliberais, sendo nos governos seguintes (“progressistas”, de Lula e Dilma) apenas mais desenvolvidas. Para isso, me volto ao documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), tendo em vista sua importância no que diz respeito à introdução e à abertura para a abordagem de temas até então considerados tabus na educação brasileira, ainda que, quando abordados pela “educação sexual”, fossem respaldados pelo discurso da Ciência Biológica.

Mesmo que se possa perceber a expressão “gênero (Relações de)” no documento, é preciso destacar que, no contexto de sua implementação, as pesquisas realizadas pela comunidade científica nacional e internacional sobre o gênero⁴³ ainda restringiam-se ao espaço da academia, o que nos permite dizer que, quando abordadas em sala de aula, as questões de gênero e sexualidade eram apresentadas ainda muito relacionadas à materialidade anatômica sexual, de certa maneira como resposta aos desafios impostos pelo avanço da epidemia de HIV/AIDS, dentre outras infecções sexualmente transmissíveis, além do também aumento de casos de gravidez na adolescência. Nesse sentido, a abordagem de tais temas em sala de aula era autorizada pelo seu caráter utilitarista, ou seja, como necessária para a administração de certos problemas, respaldada pela Biologia e ligada ao sistema reprodutivo. Apesar disso, é necessário o reconhecimento de que os PCN, no tema transversal “Orientação Sexual” foi uma importante abertura tanto para a atuação dos professores em sala de aula (num contexto em que quase não existiam cursos de formação com essa temática) quanto para as pesquisas que buscavam aproximar educação e os estudos de gênero/sexo/sexualidade, que ganharam mais força na primeira década dos anos 2000.

Salvo as muitas críticas contundentes feitas aos PCN⁴⁴ e às políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), Machado (2018) chama a atenção para a elaboração das políticas públicas voltadas para o segmento feminino e a instituição do já citado Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) como política governamental, fundamentais para o que seria desenvolvido posteriormente na área dos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo.

Mesmo que reconheçamos a importância dos PCN para as discussões de gênero e sexualidade na educação, bem como o estabelecimento de políticas de Direitos Humanos, foi com as políticas públicas implementadas a partir de 2003 pelo governo do então presidente

⁴³ A exemplo de: SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

⁴⁴ A exemplo das críticas feitas por Macedo (2006, 2009) e Sierra e César (2014) e que serão apresentadas e melhor desenvolvidas no capítulo V.

Lula, a exemplo do Brasil Sem Homofobia⁴⁵ e o projeto Escola Sem Homofobia (ambos subordinados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), ligada ao MEC) que foi possível perceber maior abertura para as questões de gênero e sexualidade, na escola e fora dela. Ainda na esteira das políticas voltadas para o enfrentamento das diferentes violências sofridas pela população LGBTI+ na educação, foram criados em 2006 dois cursos voltados para a capacitação de professores e profissionais da Educação: o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Tais políticas de reconhecimento estavam respaldadas pelas contribuições dos chamados estudos feministas e de gênero.

Embora meu foco neste subcapítulo, no que concerne ao PNE, sejam as discussões e discursos que emergiram durante a elaboração do chamado segundo PNE, correspondente ao decênio 2014-2024⁴⁶, é importante destacar que a primeira versão já trazia, ainda que de forma tímida, algumas menções a gênero. Como exemplo, lembro das metas e objetivos para o ensino fundamental ao estabelecer a adoção de critérios para a seleção dos livros didáticos, ao citar que fossem consideradas “a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio” (BRASIL, 2001). Ou ainda no que diz respeito à inclusão, nas diretrizes dos cursos de formação de docentes, de temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais apresentados nos PCN, especialmente no que se refere à abordagem de “gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais” (BRASIL, 2001).

Tais referências, não apenas ao gênero e à educação sexual, mas a questões outras, como a citação de termos como pluralidade cultural e meio ambiente, ajudam a desmistificar a ideia tão difundida pelo senso comum a respeito de que seriam demandas e interesses de uma agenda de esquerda. Ainda que posteriormente tenham ganhado mais atenção nos governos que sucederam a FHC e que se apresentavam como de esquerda, essas questões foram introduzidas nos documentos da educação durante a década de 1990 com os PCN, chegando até o PNE de 2001, demonstrando o quanto tais pautas também deslizam pelos diferentes

⁴⁵ Elaborado pelo Ministério da Justiça (Secretaria de Estado de Direitos Humanos) em 2002, como atualização do PNDH adotado pelo governo brasileiro em 1996, com o objetivo de “promover valores de paz e não discriminação por orientação sexual, através da estimulação da produção de materiais educativos sobre orientação sexual”; “apoiar e divulgar a produção de materiais para a formação de professores”; e “divulgar informações científicas sobre sexualidade humana” (BRASIL SEM HOMOFobia, 2004, p. 22).

⁴⁶ BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

grupos e que outrora já foram demandas ligadas à manutenção da normatividade neoliberal, ainda que com outra roupagem.

Considerando que o currículo escolar é “um importante espaço em nossa sociedade em que [...] práticas produtivas de gênero marcam sua presença” (PARAÍSO, 2011, p. 158), o conceito de gênero a partir da perspectiva dos Estudos *Queer* é entendido como uma forma discursiva/cultural de produzir corpos sexuados considerados naturais e pré-discursivos (BUTLER, 2007). Nesse caso, o gênero não é entendido como uma construção cultural a partir de um dado, o sexo biológico, que seria natural, mas como um conjunto de normas que produz o próprio sexo, que produz o corpo sexuado do homem ou da mulher como masculino ou feminino (BUTLER, 2007).

Ao desestabilizar os conceitos prévios sobre diferentes binarismos como homem/mulher, natural/cultural e até mesmo sexo/gênero, distanciando-se, inclusive, de algumas teorias feministas da segunda metade do século XX, Adrienne Rich (1980) e Judith Butler (2007) apresentam e problematizam o conceito de heterossexualidade compulsória, no qual tanto sexo quanto gênero seriam atos normativos reforçados pela repetição de valores heterossexuais. Ou seja, as categorias identitárias, segundo elas, são normativas. Para Butler (2003, p. 38-39), “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural”. Nesse sentido, um currículo heteronormativo que não se proponha a problematizar os papéis sociais atribuídos aos sexos/gêneros com base em uma rede de estratégias se apresenta como uma alternativa de manutenção dessa norma. Logo, o avanço desses temas como políticas públicas não passaria discreto ao olhar atento de alguns setores neoconservadores do cenário político nacional. Esforços no sentido de manutenção dessa norma se fizeram presentes nas discussões que antecederam a versão final do documento do PNE e que serviu de base para os debates sobre a BNCC.

Conforme consta no documento que aprova o PNE⁴⁷ 2014-2024, no Inciso III do Art. 2º do substitutivo proposto pelo Senado Federal: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” e como uma das estratégias da meta 3 do mesmo documento: “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”; essas menções, de acordo com o indicado pela vasta bibliografia determinada a compreender o

⁴⁷ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3985453&disposition=inline>. Acesso em: 08 abr. 2021.

processo de desaparecimento de tais questões no segundo PNE, parece ter sido o estopim das sucessivas discussões ocorridas em diferentes casas legislativas Brasil afora.

A partir do levante orquestrado pelas bancadas fundamentalistas, ancorado na difusão de uma suposta “ideologia de gênero” presente nos documentos, tais atores políticos promoveram um evidente ataque às políticas de promoção da igualdade de gênero e sexualidade, reivindicada historicamente pelos coletivos de LGBTI+ e feministas.

As discussões e debates que se seguiram como resposta a essas menções no documento buscavam rejeitar o Inciso III do texto original do PNE e mantido pela Câmara dos Deputados, conforme visto na fala de um dos deputados:

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no Plano Nacional de Educação que não é necessária por parte deste Parlamento. Ela não é necessária porque ela muito mais nos divide do que nos aproxima. É o que eu disse: como alguém que pode ter, na *sua base cristã*, o amor, a ética, a compreensão vai ser defensor de qualquer que seja o *modelo discriminatório*? Não é esse o ponto. É o ponto da *manutenção da família tradicional* e dos valores *que todos nós aqui defendemos*. Não há, nesta Casa, um ringue montado. Não há, nesta Casa, um ringue para que se discuta de maneira agressiva nem de maneira discriminatória. Há, sim, uma oportunidade de nós *deixarmos o gênero na discussão do Plano Nacional de Educação para fora* (Deputado Luiz Fernando Machado, PSDB/SP, 08 abr. 2014, grifos meus).

O argumento do deputado, ancorado na retórica de que a discussão sobre a abordagem do gênero no documento seria discriminatória, é problemático por diferentes aspectos. Primeiro, por tentar invisibilizar o fato de que as manifestações contrárias à abordagem de gênero e sexualidade em sala de aula são discriminatórias por si. Segundo, o excerto acima faz afirmações que são fundamentadas por dados como a defesa da existência única e absoluta de apenas um modelo familiar, desconsiderando as muitas configurações familiares existentes na sociedade brasileira. Chamo a atenção também para o aspecto de tentativa de universalização da opinião a respeito do silenciamento da discussão, de modo que o tensionamento pautado pelos parlamentares na tentativa de esgotar a discussão, como se ela fosse “artificial” ou forçosa, já não fosse uma maneira autoritária, ao essencializar o que seja família.

Em um dos subcapítulos do PNE, denominado “Polêmicas em Destaque”, assumem-se as tensões e os embates que foram presenciados durante a sua elaboração, tanto nas instâncias municipais quanto nas estaduais e nacional:

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (Inciso III do Art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto (PNE, 2014, p. 22).

Obviamente, a utilização desse tipo de argumento usado no ataque frontal às políticas de gênero e sexualidade no PNE ocorreu também em algumas discussões municipais Brasil afora, em que foi possível perceber a organização de bancadas neoconservadoras disputando a retirada desses temas nos planos municipais⁴⁸. Mais do que isso, o pânico moral mobilizado a partir dessas questões levou a retrocessos que podem ser percebidos na criação e na aprovação de algumas leis municipais, a exemplo da Lei nº 4.576, de 15 de fevereiro de 2016, do município fluminense de Nova Iguaçu, que “veda a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino da rede pública de Nova Iguaçu”⁴⁹. Destaco ainda que esse tipo de argumentação conservadora e extremista não ficou restrito aos círculos políticos. Tal retórica também foi utilizada por alguns escritores e supostos intelectuais⁵⁰, representando uma ação coordenada entre representantes políticos neoconservadores e fundamentalistas, líderes religiosos e pessoas comuns, publicamente identificadas com alguma religião.

Como visto, após intenso processo de disputa no que diz respeito ao Plano Nacional, o Senado Federal alterou o texto para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da *cidadania* e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014). Ainda que essa alteração pareça ser mais abrangente e sugerir dar conta e justificar a retirada da igualdade de gênero e orientação sexual do PNE e, posteriormente, da BNCC, cabe assinalar que essa “abrangência” não é suficiente para o enfrentamento das muitas violências sofridas por LGBTI+ no espaço escolar. Defendo que ela vai além, pois invisibiliza processos que denunciam zonas de privilégio pela incessante tentativa de controle e silenciamento de corpos que não correspondem à cisheteronormatividade presente na escola. A esse respeito, Macedo defende:

Minha recusa a aceitar tal retórica como garantia de uma educação de qualidade ou como algo a se almejar diz respeito à mesmidade que ela produz ao abstrair a diferença que não pode, assim, ser reconhecida como tal. E aqui não estou falando apenas de diferenças nomeadas (de raça, gênero, religião), que defino como diversidade, na esteira de Bhabha (2003), mas da diferença em si. Como demonstro em outro lugar (MACEDO, 2013), não são apenas os “diferentes” que são privados de suas vidas para se enquadrar na mesmidade universal; todos perdem o seu direito

⁴⁸ Conforme demonstrado por Barzotto (2020) na sua dissertação de mestrado, *Distopia à brasileira: a (re)produção do discurso antigênero no contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019)*.

⁴⁹ Conforme segue: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/legislacao-municipal/leis-ordinarias/2016/lei-4576-2016.pdf>.

⁵⁰ Além do já citado Jorge Scala, com o livro *Ideologia de gênero – neototalitarismo e a morte da família*, publicado em 2011, no mercado editorial brasileiro é possível encontrar também os livros *E por falar em preconceito de gênero* e *A ideologia de gênero na educação – como essa doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais*, de Justino Vero e Marisa Lobo, respectivamente, ambos publicados em 2016. Essas obras foram analisadas no artigo “*Ideologia de gênero*”: *estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso* (LIONÇO; ALVES; MATTIELO; FREIRE, 2018).

à diferença ao serem integrados na promessa do todos como um. Não se trata de não reconhecer o papel relevante que o compromisso com direitos universais teve na luta contra a discriminação e o eugenismo de direita. Argumento, no entanto, que isso se deu às custas de abstrações e exclusões que não podem ser justificadas e que se tornam cada dia mais insustentáveis. Um exemplo típico que temos vivido no Brasil, e que provoca reações acirradas, refere-se às demandas das religiões pentecostais contra a escola laica – baseada no indivíduo abstrato e útil contra tanta discriminação – que precisamos entender para além da acusação de intolerância religiosa. Ela expõe a recusa à secularização necessária à criação do indivíduo de direito abstrato e não cessará com respostas universalistas. Minha posição não é, portanto, de simples recusa ao universalismo, até porque isso não está ao alcance de qualquer um de nós, mas de, de dentro dele, expor seus limites e as exclusões paradoxais em que ele se alicerça (MACEDO, 2015, p. 898).

O texto da primeira versão da BNCC foi divulgado em setembro de 2015 pelo MEC. Nessa primeira versão, minha ferramenta de busca localizou 77 vezes a palavra “gênero”; na maior parte das vezes, a palavra foi empregada como “gêneros textuais” ou “gêneros orais”, por exemplo. Já a expressão “orientação sexual” aparece uma vez nessa primeira versão. Na acepção de gênero como categoria que me interessa neste estudo, é possível encontrá-la em alguns locais do texto, como em um dos objetivos dos princípios orientadores da BNCC:

Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos (BNCC, 2015, p. 7).

Nessa mesma direção, ou seja, gênero como alternativa para a promoção do respeito e reconhecimento das diferenças, aparece em outros momentos no texto do documento⁵¹, demonstrando, de certa maneira, a intenção de abordagem numa perspectiva de diminuição das violências de gênero na escola. O texto dessa primeira versão, após entrar em consulta pública e receber mais de doze milhões de contribuições⁵², foi sistematizado por uma equipe da Universidade de Brasília e reencaminhado ao grupo de redatores, resultando na segunda versão do documento, divulgada em maio de 2016.

Nessa segunda versão, a ferramenta de busca pela palavra gênero localizou 334 vezes a expressão (da mesma forma que na primeira, a expressão na maior parte das vezes também é encontrada sendo empregada com diferentes significados) e três vezes a expressão orientação sexual, sendo que na maior parte das vezes é possível localizá-la junto da palavra gênero, como segue:

As crianças, adolescentes, jovens e adultos sujeitos da educação básica têm direito: ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de

⁵¹ Por exemplo, nas páginas 19, 33, 68, 86, 100, 187, entre outras.

⁵² Segundo divulgado em: <http://pne.mec.gov.br/noticias/473-consulta-publica-sobre-base-nacional-comum-recebeu-mais-de-12-milhoes-de-contribuicoes#:~:text=Mais%20de%2012%20milh%C3%B5es%20de%20contribui%C3%A7%C3%B5es.,de%20oda%20a%20sociedade%20brasileira>.

discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (BNCC, 2016, p. 34, grifos meus).

É inegável a atenção que o gênero e a orientação sexual receberam nessa segunda versão da BNCC e até mesmo o tom progressista que tais expressões ganharam no texto. Segundo o MEC, essa segunda versão teria rodado o país, sendo discutida e agregando contribuições através de seminários estaduais, resultando, em abril de 2017, na terceira versão, que novamente foi disponibilizada para consulta pública e aberta a contribuições.

Em dezembro do mesmo ano a versão final foi aprovada (por vinte votos contra três⁵³) pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo MEC. Ao buscar pelas palavras gênero e orientação sexual nessa quarta e última versão do documento da BNCC foi possível localizar 448 vezes a palavra gênero, porém restrita a “gênero literário”, “gênero do discurso” etc., enquanto nenhuma vez foi localizada a expressão orientação sexual.

Chamo a atenção para esse espaço de tempo que separa a segunda versão da terceira por entender que as significativas alterações ligadas à retirada do gênero no documento não podem ser pensadas como mera coincidência, ao levarmos em consideração que ocorreram no contexto de desdobramento do Golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e que levou à alteração também dos quadros do MEC, simbolizando uma guinada significativa na direção das políticas educacionais. A epígrafe utilizada para introduzir este subcapítulo, que demonstra o fortalecimento do elo entre o governo de Michel Temer e grupos religiosos, ilustra a força dessa aliança.

Nesse sentido, é importante questionar o que teria levado, durante o processo de elaboração da segunda versão para a terceira, ao apagamento de tais expressões, que, acredito, poderiam ser uma possibilidade de reflexão sobre o reconhecimento da diferença no espaço escolar e consequente diminuição das violências motivadas por intolerância. Cabe destacar ainda que, embora meu recorte tenha se voltado para essas questões, foi possível perceber também a diminuição e até desaparecimento de expressões como diversidade e classe social, me levando a refletir sobre até que ponto essas questões estavam imbricadas em um mesmo movimento (ou grupo) político, denunciando a aproximação entre grupos e interesses em torno de algo em comum.

⁵³ Acredito ser importante a compreensão das razões apresentadas pelas referidas conselheiras contrárias a aprovação. Sugere-se a leitura do artigo “Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos”, disponível em: AGUIAR, Márcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. Recife: Anpae, 2018.

Embora a BNCC se afaste do Plano Nacional da Educação em alguns aspectos, ela se aproxima no que diz respeito à invisibilidade das questões de gênero, reforçando os discursos cisheteronormativos presentes nos currículos, através do reforço dos estereótipos de sexo, ancorados numa lógica binária, limitados ao discurso das ciências biológicas, conforme sustentado pelos detratores da “ideologia de gênero”.

Se compararmos a BNCC aos PCN, mesmo que com proposições diferentes, é possível perceber um retrocesso no que se refere às discussões sobre gênero e sexualidade no currículo. Ao aceitarmos que nas disputas pelos princípios que deveriam direcionar o Plano Nacional de Educação foi vitoriosa uma compreensão restrita e normativa de currículo, fica nítido que as pautas e demandas construídas historicamente pelos movimentos sociais, visando uma educação democrática e inclusiva, também não foram incorporadas à BNCC.

Tentar invisibilizar ou desconsiderar tais discussões sobre gênero e sexualidade na sala de aula é negligenciar os conhecimentos produzidos por diferentes áreas do saber, tanto nacional quanto internacionalmente, em detrimento de concepções e ideologias conservadoras e de base moral religiosa, afastando-nos de um Estado verdadeiramente laico e democrático.

Ao mesmo tempo que o Estado neoliberal interfere cada vez menos na vida privada, esse espaço é preenchido pela religião e seus valores. A mesma Constituição que por vezes é invocada para justificar a necessidade da BNCC também nos lembra da nossa condição de Estado laico, embora esse dado seja desconsiderado com frequência. Essa cristianização das estruturas do Estado via Educação simboliza a tentativa de retorno dos valores religiosos (cristãos) que de alguma forma foram perdidos e deixados para trás pelo processo de secularização e laicização das sociedades modernas, apontadas como culpadas pela degradação moral e destruição dos valores da família tradicional. Tais grupos neoconservadores emergem então como responsáveis pela transformação e restauração desses valores.

Outrossim, é preciso interpretar tais discursos neoconservadores não apenas como motivados por questões morais e religiosas, mas somados a uma série de fatores relativos ao ataque a uma agenda de Direitos Humanos que emerge como antagônica ao projeto de neoliberalismo atual (no Brasil, pós-2016). Logo, parece fazer mais sentido que um neoliberalismo progressista de um estágio anterior tenha se metamorfoseado em neoconservador e de ataque aos direitos conquistados antes.

Conforme demonstrado sobre o processo de produção dos documentos em questão aqui, esse movimento se deu em meio a muitas disputas e contradições. Além de colocar em evidência a polarização política oriunda desse contexto, foi atravessado por um Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático (caso da BNCC), fazendo com que os grupos neoconservadores se

beneficiassem na condução desse processo, tornando esses documentos parte da ofensiva da aliança neoliberal e neoconservadora, daí a necessidade de eles serem utilizados como parte da compreensão dessa arquitetura.

As reflexões realizadas até aqui contribuem para a compreensão dos movimentos que hoje disputam as políticas curriculares no país, chamando a atenção ainda para a importância da problematização das relações que envolvem a agenda neoliberal e os interesses neoconservadores, uma vez que, mesmo antagônicos, encontram-se atualmente aliados e com força política. Essa complexa relação, bem como os argumentos e interesses que os aproximaram, ganharão maior atenção nos capítulos seguintes.

3 VAMOS PEDIR PIEDADE. SENHOR, PIEDADE! PRA ESSA GENTE CARETA E COVARDE...: DISCURSOS RELIGIOSOS FUNDAMENTALISTAS E O ATAQUE À AGENDA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PNE E NA BNCC

[...] quando as lutas por igualdade e liberdade são entendidas como ameaças violentas à segurança do Estado (*Black Lives Matter*) ou quando o “gênero” é retratado como uma bomba nuclear apontada contra a família (movimentos que denominam o gênero como uma ideologia), estamos atuando em meio a formas de fantasmagoria politicamente consequentes. Para expor a artimanha e a estratégia desses posicionamentos, temos de identificar os caminhos pelos quais a violência é reproduzida no nível de uma lógica defensiva imbuída de ódio e paranoia (BUTLER, 2021, p. 35).

Como verificado no capítulo anterior, a emergência da necessidade do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, implementados pelo Ministério da Educação e que deverão orientar os currículos escolares nos próximos anos no Brasil, bem como o processo de elaboração deles colocaram em relevo uma série de discursos que buscaram dizer o que deveria ou não ser contemplado por tais legislações. Ao concluir que foi vitorioso o grupo político que buscou retirar as discussões de gênero e sexualidade dos documentos, o capítulo que segue busca colocar em evidência alguns dos discursos e os argumentos que os sustentaram, demonstrando o quanto esses discursos neoconservadores e moralistas se fundiram com discursos e argumentos da ordem do dia da agenda neoliberal.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo trazer à tona alguns dos discursos e enunciados empenhados na retirada e na invisibilização desses temas, bem como os argumentos utilizados por deputados, senadores e até mesmo por cidadãos de modo a sustentar tal defesa, numa demonstração direta do avanço de interesses tradicionais e neoconservadores sobre as políticas de educação.

Destaco também que a maior parte dos discursos aqui trazidos concentra-se no período que vai de 2014, ano das acaloradas discussões sobre a retirada ou permanência de gênero e sexualidade dos planos municipais e nacional, até o ano de 2018, quando muitos dos discursos sobre gênero voltaram a circular com força em função da eleição presidencial, demonstrando o quanto também estavam empenhados na defesa de interesses de um projeto político maior, em que o candidato que mais sintetizava os interesses neoconservadores, no que diz respeito aos valores morais tradicionais, também trazia pra si a defesa de uma agenda política e econômica neoliberal. Cabe destacar ainda que essa baliza temporal contempla também o processo de elaboração da BNCC desde sua primeira versão até a última, bem como o desenvolvimento do Golpe já citado e o início da Operação Lava-Jato, tornando tais discursos importantes expressões desse momento.

No que diz respeito aos diferentes discursos que trago neste capítulo, as principais fontes que me possibilitaram acessá-los foram as páginas virtuais do Senado Federal e do Congresso Nacional⁵⁴, a partir das ferramentas de busca utilizando as expressões “gênero”, “sexualidade”, “Ideologia de Gênero”, “doutrinação” e “Escola sem Partido”. Tal busca trouxe um número considerável de material, na sua maioria em formato de Projetos de Lei⁵⁵, requerimentos⁵⁶ e as chamadas “ideias legislativas”⁵⁷, além de posicionamentos e falas de deputados e senadores quando em relação aos temas buscados.

Além de Foucault para a reflexão a respeito desse material encontrado, para a problematização e análise de tais discursos e cadeias enunciativas me apoiou também em autores como Judith Butler (2003) e Wendy Brown (2015; 2019) para pensar a constituição da sexualidade e do gênero como dispositivos de controle e de governamentalidade a serviço do neoliberalismo, bem como em algumas teóricas feministas para a reflexão do peso desses discursos sobre as mulheres. Para a reflexão a respeito das estratégias utilizadas em muitos desses discursos, trago também o conceito de “pânico moral” aperfeiçoado por Richard Miskolci (2007), por entender que tais discursos e estratégias foram eficazes na disseminação de medos e receios, tabus caros à cultura da sociedade brasileira, fazendo com que eles encontrassem terreno fértil em meio a grande parte do tecido social.

3.1 Discurso, enunciado e arquivo

As questões relacionadas ao discurso de certa maneira atravessam grande parte das obras do filósofo Michel Foucault em diferentes perspectivas, mas para as análises propostas aqui me concentrei nas obras *A ordem do discurso* (1996) e *A arqueologia do saber* (2008c), com o intuito de problematizar a rede de discursos escritos ou falados no contexto em questão aqui. Na primeira obra, Foucault apresenta a análise do discurso como ferramenta metodológica, com destaque aos procedimentos que são exercidos no interior e no exterior

⁵⁴ Respectivamente disponíveis em: www.senado.gov.br e www.camara.gov.br.

⁵⁵ “Um projeto de lei pode ser apresentado por qualquer deputado ou senador, comissão da Câmara, do Senado ou do Congresso, pelo presidente da República, pelo procurador-geral da República, pelo Supremo Tribunal Federal, por tribunais superiores e cidadãos”. Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/573454-SAIBA-MAIS-SOBRE-A-TRAMITACAO-DE-PROJETOS-DE-LEI>.

⁵⁶ Espécie de proposição por meio da qual o parlamentar formaliza, por escrito ou verbalmente, pedido a ser decidido pelo presidente da Casa ou de comissão, pelo Plenário ou pelas Comissões. Fonte: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario/-/definicoes/termo/requerimento>.

⁵⁷ Permite a qualquer pessoa apresentar à Câmara dos Deputados suas ideias, que são publicadas para consulta e aproveitamento dos parlamentares e das entidades da sociedade civil, em bit.ly/bancoIdeiasCD. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/transparencia/servicos-ao-cidadao/participacao-popular/banco-de-ideias-legislativas>.

dos discursos, enquanto na segunda o filósofo se concentra nas questões relacionadas aos documentos e arquivos.

Considerando a densidade e complexidade dessas obras, tentar eleger uma definição para discurso a partir de seu autor não é tarefa das mais simples, porém chamo a atenção para as compreensões que ajudarão na reflexão e análise do material aqui proposto. Assim, sobre o discurso, ele propõe pensar:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas e destacar-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. "As palavras e as coisas" é o título – sério – de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse "mais" que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008c, p. 54-55).

O discurso, nessa perspectiva, não pode ser limitado a um conjunto de palavras, de coisas ditas ou escritas. Ele opera como uma maneira de construir a realidade na qual se insere, ou seja, é construído historicamente e está intrinsecamente relacionado à posição que os sujeitos ocupam. Assim, o discurso constrói o conhecimento ao mesmo tempo que possibilita que algo seja afirmado como verdadeiro ou não, a partir da autoridade de quem o produz, relacionando-se diretamente às relações de poder.

Interrogar a linguagem, aquilo que está posto e legitimado pelas relações de poder de determinado espaço-tempo histórico, não pode ser confundido com interpretações ideológicas simplistas e reducionistas. Deve-se explorar os discursos em sua peculiaridade, problematizando o dito e o escrito e, na atualidade, o publicado, e compreender que eles, ao mesmo tempo que nomeiam, também "inventam" as coisas que enunciam. Assim:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008c, p. 31).

Partindo dessa reflexão, em um segundo contato com o que havia sido selecionado nas plataformas de busca, foi possível perceber e agrupar esses discursos por enunciados, trazendo para este trabalho aqueles que reuniam e sintetizavam o que estava sendo defendido pelos integrantes daquele grupo de parlamentares, sendo percebida nos discursos encontrados nas buscas virtuais realizadas por mim a recorrência de alguns enunciados.

Assim, baseado em Foucault e seus pressupostos a respeito da Arqueologia do Saber e da Análise do Discurso, foi possível agrupar o que fora encontrado nos seguintes enunciados: A) Defesa de uma suposta “ideologia” (de gênero) e associação das questões de gênero e sexualidade a uma agenda marxista; B) Defesa e reforço da materialidade biológica dos corpos, a partir da fusão do discurso religioso com o científico, além do acionamento do medo em relação a uma possível extinção da espécie humana; C) Defesa da educação (inclusive e principalmente “a sexual”) como dever único e exclusivo da instituição familiar, restringindo à escola o ensino de (apenas alguns) conteúdos; D) O Brasil como um país “cristão” que estaria sofrendo perseguição “cristofóbica” e utilização da simbologia religiosa cristã como estratégia de sensibilização e terror.

Por uma questão de organização e melhor compreensão, utilizei o que foi encontrado de falas, textos e pronunciamentos oficiais nesses grupos e nomeei os subcapítulos que seguem.

Entendo que esses enunciados, bem como o uso que faço do referencial teórico escolhido para as análises, não preexistem ao meu olhar e não são fixos, visto que outros olhares e pesquisas que por ventura venham a utilizá-los como fontes podem acabar encontrando outras linhas enunciativas percebidas nesses mesmos discursos. Essa delimitação ou enquadramento representa a necessidade de escolhas e algumas renúncias, tornando-se assim apenas uma das muitas possibilidades de observá-los, apreciá-los e analisá-los.

A escolha desses enunciados não ocorreu preliminarmente; deu-se muito em razão de que vários desses discursos e seus argumentos⁵⁸ foram com frequência trazidos pelas mídias (televisiva e cibernética) e utilizados em diferentes discussões no período analisado. Através da defesa e sustentação desses argumentos, formou-se uma rede de discursos que, embora tenha sofrido resistência, ganhou força e aderência popular, tendo em vista os embates que ocorreram em muitas casas legislativas municipais e estaduais, formando uma legião com ar de “cruzada” no país. Para Foucault,

trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado,

⁵⁸ A respeito desses eixos e argumentos, a seção 3.3 se propõe a apresentá-los e analisá-los.

abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas *está aberto à repetição, à transformação, à reativação*; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, *a enunciados que o precedem e o seguem* (FOUCAULT, 2008c, p. 31-32, grifos meus).

Nessa perspectiva, é necessário que interpretemos os discursos encontrados por mim e aqui trazidos para análise como enunciados já pertencentes a uma rede discursiva, ainda que singulares. Ou seja, um emaranhado de informações que não pode existir isoladamente, mas associado e relacionado a outros enunciados do mesmo discurso que se retroalimentam, encontrando condições para que surjam e ganhem legitimidade.

Em *Microfísica do poder* (2005), Foucault apresenta dois métodos pelos quais é possível se voltar para o discurso como objeto de análise, quais sejam, o método arqueológico e o genealógico. Para ele, “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (FOUCAULT, 2005, p. 172).

Dessa maneira, através do método arqueológico é possível analisar os discursos e enunciados apresentados aqui como parte do jogo que possibilita o seu aparecimento, ou seja, ao tomar de empréstimo a nomenclatura do fazer do arqueólogo, o filósofo propõe “escavar” de modo a conseguir localizar o contexto em que certos discursos se inserem e que ofereceram as condições para sua emergência.

Diante da vasta possibilidade de materiais encontrados na *web*, o conceito de “arquivo” na teoria de Foucault (2008c) merece maior atenção, posto que acredito que oferece instrumentos que ajudaram na seleção e organização e até mesmo um novo olhar para o tratamento do material a ser analisado.

Sobre o documento, o filósofo afirma:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e

em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2008c, p. 7-8, grifos do autor).

Assim, pode-se se dizer que Foucault retira ou, ao menos, desestabiliza as noções de história e memória da noção de verdade com que outrora eram encarados os documentos considerados “históricos”. A análise de Foucault também permite ao pesquisador um deslocamento dos chamados documentos “oficiais”, “científicos” para aqueles produzidos fora dessa lógica positivista. Diferente também de outras perspectivas e interpretações sobre a história, para ele a história não é uma questão de verdade, mas sim de diferentes relações de poder, em que há a imposição do discurso vencedor e que, por isso, pelo seu caráter transitório e histórico, pode ser questionado.

Diante das múltiplas ferramentas digitais que contribuem na disseminação de informações fazendo circular “arquivos” (vídeos, textos, *memes* etc.) através de diferentes redes sociais, defendo de antemão a necessária reflexão sobre esses tipos de mídias contemporâneas que auxiliam na propagação de discursos, ao levarmos em consideração a centralidade que essas mídias digitais possuem na sociedade brasileira atual e a rapidez com que atingem grande número de pessoas em pouco tempo. A própria plataforma onde busquei minha empiria, ao disponibilizar digitalmente áudios e documentos, já aponta para a facilidade desse tipo de acesso e circulação.

O conceito de “capitalismo de vigilância” oferecido por Shoshana Zuboff (2019) nos ajuda a compreender como essa nova tecnologia atua a serviço do neoliberalismo e seus interesses. As declarações de Edward Snowden, em 2013⁵⁹, e que geraram perplexidade por parte da sociedade americana e do mundo revelaram um poderoso esquema de vigilância e invasão de privacidade sob o pretexto de proteção e enfrentamento ao terrorismo, após o episódio do 11 de setembro, nos EUA.

Nos últimos anos, o fortalecimento do *lobby* formado pelas grandes empresas de tecnologia (FAMGA: *Facebook, Apple, Microsoft, Google e Amazon*) junto ao governo norte-americano serviu de base para esse modelo neoliberal de regulação chamado de capitalismo de vigilância, marcado pela falta de regulamentação tanto do mercado financeiro quanto do setor tecnológico, demonstrando o quanto esse Estado passou a defender interesses privados em detrimento dos direitos civis. Podemos dizer que essa falta de intervenção e regulação por parte do Estado também é característica da performance do neoliberalismo atual.

⁵⁹ Para mais, ver: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>.

A utilização de algoritmos inteligentes tornou eficiente essa vigilância, mapeamento a captura de dados para diferentes fins. Assim, informações pessoais de milhões de usuários seriam utilizadas, para influenciar hábitos de consumo, moldar opiniões e até mesmo preferências políticas. Segundo Caribé, ao trazer Zuboff,

essa é uma nova fronteira comercial composta de conhecimento sobre o comportamento em tempo real que cria oportunidades para intervir e modificar o comportamento visando o lucro. Como resultado, as pessoas são reduzidas à mera biomassa humana, inclinadas a servir às novas regras do capital, impostas a todo comportamento, através de uma implacável relação algorítmica que produz um *feed* em tempo real, baseado em fatos e onipresente (CARIBÉ, 2019, p. 127-128).

Embora alguns autores problematizem todo esse poder do capitalismo digital, ao trazer para a discussão a autonomia dos sujeitos, suas experiências de vida, sua relação com outras redes de poder e até mesmo uma resistência consciente em relação a essa vigilância, é inegável o fato de que essas empresas, mesmo diante da complexidade dos processos individuais de subjetivação, influenciam ou ao menos tentam influenciar nas escolhas dos indivíduos.

Nas últimas eleições presidenciais no Brasil isso ficou muito evidente, pela circulação de plataformas de campanhas políticas, acusações e até mesmo das chamadas *fake news* e da atuação de “robôs”⁶⁰ nesse processo. Logo, acredito que boa parte das análises que me proponho neste trabalho passam também pelo entendimento do funcionamento desse novo tipo de mídia e a maneira como faz circular certos discursos com muita eficiência e velocidade. Tomando emprestado a linguagem de Foucault, proponho pensar esse capitalismo digital como um novo modelo de panóptico, atualizado e eficiente, uma espécie de “panoptismo digital” trabalhando a serviço da normatividade neoliberal.

3.2 Ideologia de gênero e doutrinação marxista: um encontro nada acidental

Ideia legislativa: Tornar crime distribuir, ministrar, publicar ou divulgar por qualquer meio conteúdo de ideologia de gênero para criança ou adolescente. A ideologia de gênero é uma teoria que não leva em conta a ciência, a cultura e as religiões do país. Relatos mostram que, após a aplicação da ideologia de gênero em escolas do Reino Unido, houve um aumento de 1.000% no tratamento de crianças com distúrbios devido à ideologia de gênero⁶¹. A ideologia de gênero também promove a erotização das crianças gerando um ambiente propício a crimes como a pedofilia e a exploração sexual. Um dos casos mais conhecidos sobre as

⁶⁰ Perfis falsos responsáveis pela divulgação em massa de notícias falsas ou que incentivam o ódio. Em 2019 foi instaurada a chamada CPPI das *Fake News*. Segundo o *site* do Senado, a CPPI se apresenta com a finalidade de “Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”. Fonte: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>.

⁶¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=49248>. Acessado em: 01 set. 2018. A ideia legislativa não apresenta em seu corpo as fontes e as pesquisas que fundamentariam tais dados.

consequências da ideologia de gênero é o caso da família Reimer, que ocasionou o suicídio de David Reimer.
*(Ideia legislativa proposta por Felipe Silva dos Santos – DF)*⁶²

Ainda que o excerto acima seja apenas uma ideia legislativa (que segundo o *site* recebeu 766 apoios), optei por introduzir este espaço da tese com ele pelo fato de ser um importante detonador da discussão proposta por mim para este capítulo, por tocar em muitos pontos que com frequência são apresentados, juntos ou separados, de argumentos contrários à abordagem dos estudos de gênero e sexualidade em sala de aula também por parlamentares, dentre os quais a deslegitimação dos estudos de gênero da área científica, associação das questões de gênero e sexualidade a distúrbios mentais e à erotização de crianças e jovens e ao crime de pedofilia, numa tentativa de que militantes dos direitos sexuais e LGBTI+, além dos pesquisadores desses temas, fossem associados diretamente a crimes sexuais. Outro aspecto que chama a atenção são os dados trazidos, inclusive em forma de números estatísticos e que dão um ar de incontestabilidade, mas que não são comprovados por nenhuma fonte. Ambos os argumentos fazem parte desse arcabouço discursivo voltado para o ataque sistemático às pautas de gênero e sexualidade, visto que acionam uma série de medos, tabus e questões que marcam fortemente a sociedade brasileira e que serão explorados conforme forem aparecendo em outros discursos e enunciados aqui analisados.

Neste subcapítulo me voltarei para alguns dos discursos em que o ataque à “ideologia de gênero” ganhou centralidade, tornando-se um dispositivo capaz de mobilizar outras demandas conservadoras, como aquelas que se referem à denúncia de um suposto projeto comunista/socialista/bolivariano/marxista (para citar algumas das expressões) que estaria em marcha na sociedade brasileira e que, a partir dos governos petistas, teria encontrado uma maneira de se instalar na sociedade brasileira.

Dentre os inúmeros discursos encontrados voltados diretamente para o ataque à agenda de gênero em sala de aula, destaco:

O presente projeto de lei tem o objetivo de impedir que nossas crianças e adolescentes tenham acesso a programas que contenham em seu conteúdo a *apologia à conhecida ideologia de gênero*. De acordo com os princípios dessa *ideologia*, homens e mulheres são criações culturais e sociológicas e não advêm da *natureza biológica do ser humano*; nesse sentido, vários questionamentos podem ser levantados, como por exemplo a razão pela qual uma menina deve usar roupas de cor rosa e um menino roupas de cor azul. Há questões ainda mais profundas que podem *afetar essa vital fase de formação psicossocial da criança e adolescente, principalmente em relação ao conceito de família*, segundo a qual o conceito de família não passa de um estereótipo e que, portanto, os laços de parentesco,

⁶² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=49248>

afinidade etc. não são necessários à formação do núcleo familiar (Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), s/p, grifos meus)⁶³.

De todas das tentativas absurdas de maltratar, de vilipendiar *os valores de família*, a última delas, tão feroz, é a *chamada ideologia de gênero*. E aqui culminamos, no ano passado, numa luta vitoriosa. Quero fazer um registro ao ministro da Educação, Mendonça Filho, pois *conseguimos tirar da nova base curricular*, mais uma vez, a *chamada ideologia de gênero, que não é nada*. O que é gênero, senador José Medeiros? Nada. Você nasce um vegetal. Depois, decide se o menino quer ser menina ou se a menina quer ser menino. Eles dizem, então, que *menino não nasce menina e que menina não nasce menino, mas que homossexual nasce homossexual*. Mamãe, me acuda! Não existe cromossomo homossexual, não existe o terceiro sexo. Ao homossexual nós devemos respeito (senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento realizado em 05 fev. 18, grifos meus)⁶⁴.

Por tudo que foi exposto, entendemos que a criação de uma Comissão Externa específica para acompanhar os resultados da implementação da “ideologia de gênero” nas escolas poderá ajudar o Parlamento e, por conseguinte, toda a população brasileira a entender o que é *essa ideologia*, quais são suas origens e objetivos, como ela se impõe e, finalmente, quais consequências ela já trouxe e trará para sociedade (Deputado federal Marcelo Aguiar (DEM-SP), requerimento 2290/15, p. 2-3)⁶⁵.

É interessante destacar (conforme será verificado quando da apresentação e análise dos discursos de outros enunciados) que frequentemente os discursos voltados para o cerceamento da discussão de gênero nas escolas mobilizavam os mesmos dados para a sustentação de seus argumentos, qual seja, a defesa da materialidade física e biológica como superior à cultura, a ideia de que essa “ideologia” tinha como objetivo a destruição da família e seus valores etc. Isso pode ser demonstrado quando da possibilidade de conseguir pegar qualquer um dos excertos e colocá-lo em outro grupo de enunciado. Apesar disso, nos trechos trazidos, chamo a atenção para a centralidade que “ideologia de gênero” assume como risco social, uma perigosa ideologia que, como tal, mereceria atenção de políticos, pais e demais autoridades.

Numa demonstração direta da falta de conhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade (mais percebida nas grotescas confusões conceituais da fala de Malta, que parecia desconhecer as diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, talvez de maneira proposital), tanto o pronunciamento quanto os textos do projeto e do requerimento em questão buscavam promover um ataque aos estudos de gênero e, principalmente, à possibilidade de eles ocuparem o espaço da escola.

⁶³ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01199wuxoto8lk8e4yvxcInlri5215120.node0?codteor=1648827&filename=PL+9948/2018. Acesso em: 01 fev. 2019.

⁶⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23276>. Acesso em: 01 fev. 2019.

⁶⁵ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0hzjrlvqlmvsclv7oewmr8f23w14810897.node0?codteor=1353629&filename=REQ+2290/2015. Acesso em: 24 abr. 2018.

Conforme exposto no excerto trazido na epígrafe deste capítulo, também é verificável a tentativa de associação dos estudos de gênero e de sexualidade como causadores de erotização infantil e crimes sexuais contra crianças. Muito embora esse tipo de argumento apareça com força em muitos desses discursos e usados como estratégia para alarmar, não só pais e mães, mas a sociedade em geral, cabe destacar que eles não dialogam com a realidade dos dados. Segundo pesquisa apresentada pelo *site* G1⁶⁶, a grande maioria dos casos de violência sexual envolvendo jovens em idade escolar ocorre em casa. Nessa direção, a abordagem da por vezes chamada também de “educação sexual”, diferente do que acusam seus detratores, auxiliaria na identificação por parte dos alunos de qualquer comportamento que denunciasse eventuais abusos sexuais.

A própria Judith Butler, em entrevista dada após o triste episódio ocorrido em 2017 no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, em que foi recebida por grupos contrários às suas discussões sobre gênero (embora a sua vinda ao Brasil naquele momento fosse para falar sobre os rumos da democracia. Tal hostilidade que já era sintomática sobre o delicado momento que vivíamos), ressaltou:

Uma das mulheres que me confrontaram começou a gritar coisas sobre pedofilia. Por que isso? É possível que ela pense que homens *gays* são pedófilos e que o movimento em favor dos direitos LGBTQI nada mais é do que propaganda pró-pedofilia. Então fiquei pensando: por que um movimento a favor da dignidade e dos direitos sexuais e contra a violência e a exploração sexual é acusado de defender pedofilia se, nos últimos anos, é a Igreja Católica que vem sendo exposta como abrigo de pedófilos, protegendo-os contra processos e sanções, ao mesmo tempo que não protege suas centenas de vítimas?⁶⁷

Nessa mesma direção, mais do que alertar para os riscos que esse tipo de abordagem na escola representava (e que poderia ser demonstrado pelo requerimento citado), era preciso criar um aparato jurídico capaz de impedir ou até mesmo criminalizar profissionais que insistissem nesse tipo de abordagem. Assim, emergem também discursos voltados para a intimidação de profissionais da educação, como o que segue:

Ao cair nessa conversa e tratar seus alunos como cobaias da teoria de gênero, esses *professores estão correndo um altíssimo risco*. Refiro-me à *possibilidade de os pais dos seus alunos entenderem que essa prática pedagógica implica algum tipo de dano aos seus filhos* ou ao seu direito de dar a eles a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções – direito previsto no Art. 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Se isso acontecer, os professores *poderão vir a ser processados* por danos morais pelos pais dos seus alunos. Ser *réu numa única ação*

⁶⁶ <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2020.

⁶⁷ Embora a pesquisadora estivesse vindo para um evento denominado *Os fins da democracia: estratégias populistas, ceticismo sobre a democracia e a busca por soberania popular*, ela foi atacada por suas contribuições na teoria de gênero, pela qual sua obra ficou mais conhecida no Brasil. Extraído de: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/judith-butler-escreve-sobre-sua-teoria-e-a-passagem-pelo-brasil/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

judicial já é motivo de dor de cabeça. Imagine figurar como réu em dezenas de processos ajuizados por dezenas de pais de alunos! [...] O professor é pessoalmente responsável pelos danos que causar no exercício das suas funções. Por isso, é melhor ficar esperto e pensar duas vezes antes de seguir as recomendações do MEC. Na dúvida, vale consultar um advogado (NAGIB, 05 set. 2015, grifos meus)⁶⁸.

Na fala de Nagib, um dos fundadores do Movimento Escola sem Partido, é possível perceber tanto o alerta feito aos pais e mães de alunos quanto a intenção de persuadi-los a denunciar professores quando do desenvolvimento de certos assuntos em sala de aula. Através de notificações extrajudiciais⁶⁹, alguns profissionais chegaram a ser censurados por esses instrumentos que, além de servir como punição, também serviram para alertar e intimidar quem ousasse levar a cabo a tarefa de abordar as questões relativas a gênero e sexualidade em sala de aula, limitando a liberdade de cátedra dos profissionais da Educação. A própria página do MESP oferecia uma ferramenta que facilitava esse tipo de denúncia⁷⁰, se apresentando como “arma das famílias contra a doutrinação marxista nas escolas”.

Obviamente, esse tipo de tom com o duplo sentido de alarmar as famílias e censurar e ameaçar profissionais da Educação ganhava eco também em manifestações de políticos em forma de apresentação de projetos de lei. Em nível nacional, é possível perceber alguns discursos como o de Nagib fundamentando projetos nesse sentido:

O que se pretende é inserir no Estatuto da Criança e do Adolescente um dispositivo que *criminalize todo intento* de disseminar, fomentar, induzir ou incutir a deletéria ideologia de gênero pela veiculação de termos e expressões como “orientação sexual”, “identidade de gênero”, “discriminação de gênero”, “questões de gênero” e seus sinônimos em documentos e materiais didático-pedagógicos, bem como em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e programas governamentais (Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), tramitação do PL 3.235/15, grifos meus)⁷¹.

A ideia era forçar a criação de uma intimidação formal mediante a penalização judicial, em que algumas práticas docentes ganhariam *status* de crime. Embora várias tentativas de criminalização dos profissionais da Educação tenham ganhado fôlego e avançado em algumas

⁶⁸ Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶⁹ Uma notificação extrajudicial é um instrumento que visa informar alguém sobre alguma questão que pode se tornar litígio, mas que nesse ponto não está vinculada a nenhuma instância do Poder Judiciário. É comumente utilizada em aviso pré-despejo, contratos comerciais, falta de pagamento em condomínios etc. Para ter validade necessita ser registrada em cartório ou enviada por correspondência com aviso de recebimento. O ideal é que seja registrada em cartório para garantir a oficialização daquilo que pretende informar a quem a recebe. Por vezes é utilizada como instrumento que propõe que a querela entre as partes seja resolvida antes de haver um encaminhamento para um processo judicial, cabendo a quem a recebe decidir se entrará em acordo com a outra parte ou não nesse momento ou se deixa espaço para outras possibilidades de resolução (VENCATO; SILVA; ALVARENGA, 2018, p. 592).

⁷⁰ <https://www.escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

⁷¹ Disponível em:

file:///C:/Users/silve/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Doutorado/Textos/Material%20para%20an%C3%A1lise%20da%20tese/Grupo%20III/Tramitacao-PL%203235_2015.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.

casas legislativas, em abril de 2020 o Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, julgou inconstitucional a lei que visava proibir o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas⁷². Ainda assim, dias depois o então presidente da República demonstrou sua insatisfação com a decisão⁷³.

Cabe destacar que a apropriação desse discurso de ataque sistemático aos estudos de gênero, ainda que tenham ganhado mais força no espaço-tempo aqui analisado, a partir da utilização do sintagma “ideologia de gênero”, não nasce nesse contexto. Ao recorrermos à origem da expressão “ideologia de gênero” e aos elementos que definiriam tal conceito, ao que tudo indica é necessário que nos remetamos à Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento, ocorrida em 1994 no Cairo, e à IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim. Nesses eventos, a referência à expressão *gênero*⁷⁴ ganhou maior relevância e, como pode ser verificado, ganhou eco tanto em pesquisas acadêmicas quanto nas pautas das agendas feministas e de Direitos Humanos das décadas seguintes. Tamanha relevância e repercussão parece ter sido o estopim do que se poderia denominar um combate incessante por parte da hierarquia da Igreja Católica ao que esta denominou de “ideologia de gênero” (COELHO; SANTOS, 2016).

Embora sem utilizar a expressão “gênero” em seus documentos oficiais antes da década de 1990, a hierarquia da Igreja Católica, por meio de seus líderes (papas, bispos, presbíteros etc.) com frequência alertava para os riscos e perigos que ameaçavam a concepção tradicional de família⁷⁵. Porém, em 1998, o termo foi utilizado no próprio título de uma nota da Comisión ad hoc de la mujer e Comisión Episcopal de Apostolado Laical na Conferência Episcopal Peruana: *La ideología de género. Sus peligros y alcances*. Podemos extrair alguns excertos dessa nota que nos dão sinais do tom ameaçador e alarmista que pretendia chamar a atenção da sociedade para os riscos dessa “ideologia”, a exemplo da que segue:

Tem-se ouvido durante estes últimos anos a expressão “gênero” e muitos imaginam que é apenas uma outra maneira de se referir à divisão da humanidade em dois sexos. Porém, por detrás dessa palavra *se esconde toda uma ideologia* que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos acerca desta estrutura bipolar (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 1, grifos meus).

⁷² <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/forum/stf-por-decisao-unanime-enterra-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

⁷³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-stf-barrar-lei-municipal-bolsonaro-promete-enviar-projeto-contra-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 05 jun. 2020.

⁷⁴ Na ocasião, as questões conceituais ainda orbitavam no entendimento do gênero como perspectiva, em que “O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação” (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995, p. 149).

⁷⁵ A exemplo da *Carta às famílias*, escrita por João Paulo II em 1994.

Essa nota, segundo Rosado-Nunes (2015), teria sido a primeira referência de um organismo oficial da Igreja ao que vários documentos posteriores chamaram de “ideologia de gênero”. O termo cunhado pela Igreja Católica e a discussão suscitada por ele não ficaram restritos à instituição, mas somaram-se e foram adotados inclusive por “intelectuais” dispostos a combater e enfrentar discursos que fossem contra a doutrina católica, de forma a reiterar a naturalização da ordem social e moral (JUNQUEIRA, 2018). Dentre esses intelectuais, destacam-se a atuação e as publicações da professora de Filosofia da Clark University (Massachusetts/EUA) Christina Hoff Sommers.

Tendo como destaque o livro *Who stole feminism?*, publicado em 1994, a autora faz duras críticas à agenda feminista, acusando-a de “doutrinação feminista”, ao se opor aos valores da sociedade americana e um risco para a educação de jovens estudantes. Na senda aberta pelos argumentos defendidos por Sommers (1994), ganha notoriedade a escritora estadunidense Dale O’Leary. Reconhecida pelo livro *The gender agenda: redefining equality* (1997), O’Leary esteve nas conferências de Cairo e Pequim defendendo os interesses da Igreja Católica. Para Junqueira (2018, p. 466),

Embora não se possa atribuir a O’Leary a invenção do sintagma “ideologia de gênero”, em *The gender agenda* a autora já adotava “gender” na acepção em que o termo veio a se tornar recorrente no discurso antigênero, isto é, como sinédoque para rotular de maneira polêmica e negativa as visões feministas.

Se, na década de 1990, os chamados estudos de gênero cresceram e ganharam seu espaço nos movimentos sociais e nas pesquisas acadêmicas, fazendo emergir pesquisadoras como Judith Butler e Joan Scott, além das muitas pesquisadoras feministas, é verdade também que o espectro do discurso antigênero não sucumbiu e chegou até nós nos dias de hoje. No contexto da América do Sul, ganha destaque a publicação do advogado argentino e professor de Bioética Jorge Scala. No livro *Ideologia de gênero: El género como herramienta de poder*⁷⁶, publicado em 2010, como o próprio nome já indica, Scala segue na esteira de O’Leary, colocando em xeque os argumentos defendidos pelas feministas e, posteriormente, pelos pesquisadores de gênero, reforçando conceitos tradicionais como corpo e sexo e tentando demonstrar o quanto as discussões de gênero seriam orientadas por interesses ideológicos. Além disso, em entrevista realizada em 2012⁷⁷, Scala, numa tentativa de deslegitimar as pesquisas e estudos de gênero, reduz todo um complexo campo de estudos teórica e

⁷⁶ No Brasil, o livro foi traduzido e publicado em 2011 como *Ideologia de gênero: neototalitarismo e morte da família*.

⁷⁷ SIQUEIRA, Thácio Lincoln Soares de. *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da Família*, 31 de janeiro de 2012 [Entrevista a Jorge Scala]. Disponível em: http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com_content&id=4336:livro-ideologia-de-generoo-neototalitarismo-e-a-morte-da-familia&Itemid=101. Acesso em: 18 jun. 2019.

metodologicamente fundamentados, auxiliando na caracterização de tal campo como um inimigo a ser combatido, dando contornos de ameaça e conspiração internacional contra a família e a humanidade, retórica muito bem apropriada pelos atores políticos neoconservadores brasileiros nas discussões das políticas educacionais.

Assim, cabe destacar que a expressão “ideologia de gênero”, bem como seus argumentos e críticas aos estudos oriundos dela, não ficaram restritos às bandeiras dos movimentos sociais e à produção científica do espaço acadêmico; nos últimos anos ganhou centralidade e potência nos discursos dos políticos identificados com a bancada religiosa fundamentalista, tornando-se uma poderosa bandeira no combate ao avanço das demandas identificadas como de “esquerda”, uma vez que tais pautas eram associadas a movimentos sociais (LGBTI+, feminista etc.).

Não demorou para que essa cruzada se voltasse para a educação nacional e os documentos que buscavam orientá-la, como apontado anteriormente. Da mesma maneira que os estudos de gênero foram associados a um projeto maior de poder (e, portanto, ideológico) por aqueles preocupados com essa denúncia em décadas anteriores, no contexto aqui problematizado esse tipo de associação também foi utilizado para fins de denúncia de um suposto investimento conjunto, ou seja, o de um projeto de sociedade ancorado no marxismo:

Nós estamos vivendo, neste momento, um momento sensível, terrível, de um ataque sistemático, organizado *contra a família*, Deputado Alan. Esse ataque sistemático é o *texto próprio do Karl Marx*, na sua tese, quando começou a discutir o comunismo para o mundo: "Destrua a família. Destrua os seus valores. Exponham as crianças. Erotize as crianças. Mostre às crianças a bestialidade, o sexo com animal". Trata-se da zoofilia, mas o termo mais correto é bestialidade. "Mostre a elas. Homens... Dois, três homens, abusando de uma só criança. Conjunção carnal. Desmoralização. Faça isso. Exponha o nu. E aí, sim, destruiremos esses valores". Disse ele que o grande problema da sociedade é a família, porque elas detêm o patrimônio. "Destrua a família. Aí o *Estado vira Deus. Distribuiremos renda*". Isso é um acinte contra a *natureza* de Deus (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos meus)⁷⁸.

Sabe por quê? Porque somos um país atrasado, sim. Porque essa filosofia que colocaram aqui dentro, de Antonio Gramsci, de *vamos destruir o Estado por dentro*, que era a outra moeda – porque, enquanto Lênin queria destruir pela violência, ele queria destruir por dentro, por dentro das escolas, por dentro da família –, é o que está acontecendo (Senador José Medeiros (Podemos-MT), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos meus)⁷⁹.

Cabe salientar que o contexto em que esses discursos foram proferidos refere-se à exposição *Queer museu: cartografias da diferença na arte brasileira*, no Santander Cultural,

⁷⁸ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437521>. Acesso em: 11 abr. 2018.

⁷⁹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437202>. Acesso em: 11 abr. 2018.

em Porto Alegre, no dia 10 de setembro do mesmo ano⁸⁰, quando grupos de extrema direita, dentre eles o MBL, se mobilizaram exigindo o fechamento da exposição por considerá-la imprópria, alegando apologia à pedofilia, à zoofilia e à erotização de crianças. Tal iniciativa parece ter reacendido as discussões a respeito da necessidade de vigilância sobre o conteúdo que os espaços educativos estavam apresentando. Chamo a atenção também para a data em que tais discursos foram proferidos: período em que a terceira versão da BNCC estava sendo aprimorada. Esse tipo de manifestação demonstra que o ataque à agenda de gênero e sexualidade por fundamentalistas religiosos não se voltou apenas para a educação, mas também para diferentes manifestações culturais (e esportivas, como será visto na sequência), evidenciando um ataque sistemático em diferentes frentes.

Nesses discursos, para além da ameaça que a instituição familiar e seus valores estariam sofrendo em uma ofensiva totalitária internacional através de pautas como as levadas à frente pelos Estudos *Queer*, feminista e de gênero, emergem outros elementos que são importantes para pensarmos a respeito da união dos interesses de fundamentalistas religiosos e os interesses de uma economia neoliberal. A mobilização do recurso do “medo do comunismo” (tão difundido nos EUA no contexto da Guerra Fria e no Brasil para justificar o Golpe Civil-Militar de 1964) é fundamentada pelas desencontradas e incoerentes informações sobre a complexa e densa teoria e obra do pensador Karl Marx, além de frases não referenciadas e que não são encontradas em qualquer das suas obras já publicadas. A ideia central parece ser denunciar um projeto marxista de tomada de poder não mais pela força física (como as experiências revolucionárias de orientação marxista ocorridas no decorrer do século XX), mas através da cultura e das instituições, de forma lenta e sistemática.

Tais elementos convergiriam para a necessidade de defesa não apenas das famílias e seus filhos, mas também dos princípios políticos e de uma economia neoliberal, em que políticas de bem-estar social são apresentadas “contra *natura*”, da mesma maneira que as relativizações propostas pelas teorias de gênero, feminista e *queer* aos papéis sociais de gênero, ambos figurando, portanto, como uma tentativa internacional de imposição de um modelo ideológico de esquerda. Como a nação, a família deveria ser protegida de qualquer ameaça interna (políticas mais progressistas, de bem-estar etc.) ou externa (demandas oriundas de órgãos internacionais, a exemplo da ONU, políticas de reconhecimento da diferença, imigrantes etc.), ao estilo da proposta de nação murada de Trump.

⁸⁰ A exposição, de curadoria de Gaudêncio Fidelis, apresentava obras de diferentes artistas brasileiros, como Lygia Clark. Posteriormente, o banco foi processado pelo Ministério Público e se viu obrigado a pagar indenização de 400 mil, que se voltou para atividades culturais LGBT no estado.

3.3 “Meus filhos, minhas regras!”: defesa da educação como dever único e exclusivo da instituição familiar

O jargão que escolhi para batizar este subcapítulo, empunhado por algumas famílias brasileiras, tem o duplo objetivo de subverter (e ironizar) a palavra de ordem feminista “meu corpo, minhas regras!” e de reafirmar o papel da instituição familiar como a única responsável pela criação dos filhos. Desse modo, na sequência, buscarei analisar alguns dos discursos encontrados sobre o enunciado da defesa da família como autoridade sobre os filhos, ao mesmo tempo que buscavam restringir a escola ao ensino de (alguns) conteúdos, reforçando novamente a ingerência da família sobre a abordagem e o acesso a determinados temas.

Como visto, ao acionar traumas sociais como abuso sexual infantil e pedofilia, a figura da criança ocupou centralidade nos discursos de medo. Por vezes, ela é apresentada como ser acrítico, incapaz de refletir não somente sobre as questões relacionadas à “falácia” da ideologia de gênero, mas também à falácia da doutrinação marxista nas escolas. Nessa perspectiva, a criança/adolescente em idade escolar seria um sujeito passivo e o professor, um ser com poderes sobrenaturais capaz de modificar uma suposta “essência” natural, conforme demonstrado no trecho:

Portanto, o cérebro das crianças... Por que todo esse cuidado? E não sou eu que estou dizendo; são *os médicos*, são *os cientistas*. É porque ele é tênue, ele é frágil, ele está em momento de formação, é como se você *estivesse programando, fazendo a programação*. Se você fizer a *programação errada*, não vai sair *conforme o esperado* (Senador José Medeiros (Podemos-MT), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos meus)⁸¹.

Fica evidente na fala em questão a preocupação com um suposto fluxo natural que seguiria a formação da personalidade da criança, obviamente baseada em uma matriz heterossexual normativa em que a “programação errada” seria proporcionada a partir do contato com discussões e problematizações propostas por teorias como a de gênero, feminista ou *queer*. Tal compreensão traz à tona uma discussão antiga a respeito dos possíveis motivos que levariam à homossexualidade. Esse tipo de fundamentação parece se aproximar de compreensões científicas do final do século XIX e início do século XX, que defendiam a hipótese de que o surgimento da inversão sexual de meninas e meninos poderia ser explicado por uma educação inadequada possibilitada pelo meio e que, para evitar tais “erros”, seria preciso educá-los em hábitos “próprios” do seu sexo desde a tenra infância e principalmente

⁸¹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437202>. Acesso em: 11 abr. 2018.

na puberdade, em que tanto o espaço da escola quanto o da família seriam fundamentais para a afirmação dessa orientação “normal” (SILVA, 2016).

Ora, se a orientação sexual ou o gênero são tão naturais assim, como reivindicado por discursos como o de Medeiros, por que a preocupação com uma suposta educação tão eficiente e capaz de modificar essa programação? Ou ainda por que uma programação “errada” é apresentada como uma ameaça? Para Preciado,

os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles *constroem de antemão como heterossexual e gênero-normado*. [...] A criança que Frigide Barjot pretende proteger é o efeito de um insidioso *dispositivo pedagógico*, o lugar de projeção de todos os fantasmas, o álibi que permite ao adulto *naturalizar a norma* [...]. *A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto*. [...] A norma [...] prepara a reprodução, da *escola* até o *parlamento, industrializa-a*. A criança-a-ser-protegida de Frigide Barjot é a criatura de uma máquina despótica: um naturalista miniaturizado que faz campanha para a morte em nome da proteção da vida (PRECIADO, 2013, p. 2, grifos meus)⁸².

Indo ao encontro de Preciado, Foucault (2008b) e Brown (2015) apontam que no neoliberalismo o comportamento humano é submetido a estratégias e investimentos que visam aumentar sua capacidade produtiva, numa perspectiva de gestão calculada da vida. Logo, as dimensões subjetivas, físicas e corpóreas não passam incólumes a esse investimento. Mais do que isso, busca-se, de diferentes maneiras, também legitimar formas que tentem garantir a manutenção tanto da infância quanto da heterossexualidade e da família “tradicional”.

Assim, a instituição familiar emerge com força como a redentora responsável pela criação “saudável” da criança. Com *slogans* como “Meus filhos, minhas regras!” ou “Não se meta com meus filhos!”⁸³, utilizado no ataque a Judith Butler quando do episódio do aeroporto, algumas famílias tentavam reafirmar a sua autonomia diante da formação dos filhos, de modo a afastar qualquer possibilidade de discussão que buscasse problematizar questões de gênero e de sexualidade em sala de aula.

Desse modo, mais do que proibir e denunciar excessos de uma educação sobre gênero, sexo, ideologia – portanto, doutrinária –, era preciso defender a educação dos filhos como dever e responsabilidade única da família:

Escola, professores podem até dar exemplo, mas é formação, é ensino, para *preparar para a cidadania e para ser útil à sociedade* e à humanidade, desenvolvendo a sua profissão, escolha da sua vocação profissional. Então, não cabe tratar de *impor religião* em sala de aula. Não cabe *tratar de ideologia*, seja de gênero, sejam outras quaisquer, coisas em que pai e mãe saberão conduzir seus filhos, e eles, claro, no futuro, poderão, dependendo das circunstâncias do mundo em

⁸² Extraído de: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18 (43), p. 449-502. 2018.

⁸³ Extraído de: BALIEIRO, F. de F. “*Não se meta com meus filhos*”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53), 2018.

que viverão, adaptá-las. [...] Então venho a esta tribuna para alertar para o perigo que essas coisas trazem para os *princípios da nossa nacionalidade*. É importante dizer que *educação é obrigação de pai e mãe*, é dever de pai e mãe. *Ensino é dever do Estado*. O pai e a mãe passam para os seus filhos princípios, valores, disciplina, tradições. E isso é plantado no *ambiente genético* ao qual a criança pertence. Ela é fruto de uma descendência. Ela vem ao longo de uma família. *O Estado, a escola prestará o ensino*. Não é possível, Sr. Presidente, supor que uma criança será educada por professores (Marcelo Crivella (PRB-RJ), pronunciamento de 26 de maio de 2015, grifos meus)⁸⁴.

Destaco no excerto acima a religião, citada pelo senador Marcelo Crivella. Mesmo que o pronunciamento do então senador pareça ter preocupação no tocante ao ensino religioso como um não dever da escola, cabe destacar que os argumentos trazidos e levantados sobre a retirada da ideologia de gênero dos documentos PNE e BNCC caminharam junto com a defesa do ensino religioso escolar, em que este muitas vezes parece se confundir com o discurso científico, apresentado com *status* de Ciência, conforme será verificado no próximo subcapítulo.

Além de reivindicar a formação dos filhos como dever das famílias, o então senador reforça e limita Educação a uma ideia utilitarista e produtivista, em que os sentidos da escola e da educação estariam restritos à formação de mão de obra. Macedo (2017), ao buscar entender como a teoria curricular tem criado esquemas normativos que tornam certas interpelações como naturais, “apagando possíveis dúvidas sobre a função imediata da escola” (MACEDO, 2017, p. 540), contribui para a problematização do papel do espaço escolar, defendendo, na contramão dos discursos citados que buscam impor um sentido à escola, que “minha resposta à interpelação sobre a função da escola é: não, a escola não tem que ensinar. Ela tem que educar e isso não é ensinar” (MACEDO, 2017, p. 541).

A crítica mobilizada por Macedo a algumas tradições da teoria curricular e que também ajudam a pensar sobre os discursos que limitam a escola a um projeto de reconhecimento que não abrange a diferença, qual seja o reconhecimento de identidades minoritárias que se constituem na luta social por representação (não apenas de gênero, mas de classe, étnico-raciais etc.), dialoga com as contribuições de Butler (2015) e Brown (2015). Segundo Butler, para o reconhecimento do sujeito como cidadão, produzido por esse projeto normativo, o currículo é também “parte da própria prática de ordenar e regular os sujeitos de acordo com as normas preestabelecidas” (BUTLER, 2015, p. 202). Tais projetos de reconhecimento corresponderiam, nos termos de Brown (2015), a uma “economização da vida”, ao traduzir valores econômicos para outras instâncias, ou seja, da formação da própria subjetividade. Assim,

⁸⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/414559>. Acesso em: 11/04/2018.

nesse sentido, a luta por reconhecimento pode operar também na sustentação da normatividade neoliberal quando produz “o horizonte ontológico no qual a coerção estatal parece necessária e justificada [e cria] modos de inteligibilidade que favorecem o funcionamento do estado” (Butler, 2015, p. 213). [...] O reconhecimento é garantido pelo domínio privado do conhecimento como conteúdo. É a propriedade desse conhecimento, que nada mais é do que a propriedade da cultura como objeto epistemológico externo ao sujeito, que permite o seu reconhecimento. Nesse sentido, a educação põe em operação a norma neoliberal e, nas palavras de Bhandar, “proprietariza” a formação do sujeito (MACEDO, 2017, p. 547).

Aspecto importante e até central nesta discussão refere-se ao papel da escola e ao conhecimento com que os estudantes devem ter contato. Ou seja, não somente no tocante a temas como gênero e sexualidade, mas também no reforço de certos assuntos como “verdadeiro conhecimento” que deve ser acessado e qual a função (ou limites) do currículo e da instituição escolar. Assim, tanto os detratores da ideologia de gênero como os da “doutrinação marxista” nas escolas defendem a garantia e a manutenção de um conhecimento alicerçado por valores universais oriundos da Modernidade, sem colocar em suspenso o quanto esses conhecimentos também podem ser “ideológicos” e “doutrinários”, uma vez que reiteram hegemonias e assimetrias, sejam elas sexuais, de gênero, étnico-raciais ou de classe. Além disso, esse tipo de argumento é sustentado por discursos que visam limitar a escola a um espaço de ensino/aprendizagem de conteúdos (alguns conteúdos), onde o professor deveria apenas cumprir o seu papel de “burocrata”:

Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma, mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral é o padre, é o pastor, é o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. *O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo*, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o ponto (NAGIB, 14 fev. 2017, grifos meus)⁸⁵.

A fala do autor do Movimento Escola sem Partido escancara pelo menos duas facetas desse movimento e dos argumentos que visam limitar a escola e a ação docente: seu caráter antipolítico e antidemocrático. Para Penna (2018), a insistência na defesa de que o professor é apenas um burocrata e que, como tal, está ali apenas para seguir a lei e transmitir conhecimento elimina a possibilidade da dimensão política e democrática do processo de escolarização, garantida pela Constituição e pela própria legislação que tanto anima e sustenta os argumentos do autor do Movimento.

Na onda dos argumentos que buscam restringir a escola ao papel de ensinar ou ensinar um conhecimento restrito a certos conteúdos e da família como autoridade sobre a educação

⁸⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZqXM5FHx7g>. Acesso em 15 abr. 2017.

dos filhos, ganha força a defesa, por algumas famílias, através de ações judiciais, e por parlamentares através da apresentação de projetos de lei⁸⁶, do chamado *homeschooling* (traduzido para a língua portuguesa como “educação escolar em casa”), que vem ganhando muitos adeptos nos últimos anos no Brasil e fora⁸⁷.

Das muitas críticas a esse sistema de ensino⁸⁸, como as que chamam a atenção para o risco do enfraquecimento do papel republicano da escola, além do que uma educação doméstica pode representar no sentido de deixar o educando limitado à visão da família, sem a oportunidade de dialogar com outras maneiras de viver e experienciar o mundo, a “diferença”, a partir de distintas formas de sociabilidade, o que considero fundamental para a compreensão e o reconhecimento do outro, chamo a atenção para aquelas que mais uma vez parecem aproximar interesses de neoconservadores religiosos e interesses econômicos neoliberais, uma vez que o direito à educação pública, fruto de lutas de outras épocas, é colocado em suspenso. Além disso, as questões relativas à divisão sexual do trabalho no que pesa à responsabilização das mulheres pela educação e criação dos filhos, também merecem especial atenção.

Essa reflexão sobre o peso da divisão sexual do trabalho e o quanto o retorno da responsabilidade da criação dos filhos recai sobre as mulheres me leva a dialogar também com as contribuições oferecidas pela teoria lesbofeminista, uma vez que entendo não haver como fazer qualquer análise que busque relacionar e problematizar a tentativa de governamentalidade com economia e economia familiar e papéis de gênero, lançando mão de interpretações como as desenvolvidas por Monique Wittig (2006), por exemplo, ao chamar a atenção para o risco que a desestabilização da categoria Mulher representa, uma vez que a instituição família emerge como ponto de convergência importante para as reflexões propostas aqui, aspecto que será mais bem desenvolvido na sequência, quando da análise dos discursos voltados para a reafirmação dos papéis sociais de gênero.

3.4 Apropriação do discurso científico biológico pelo discurso religioso fundamentalista

Se, como visto, um ataque à “ideologia de gênero” foi fundamentado pela autoridade da família diante a criação dos filhos, num reforço sistêmico dessa instituição em detrimento de

⁸⁶ Por exemplo, no Projeto de Lei nº 3.179/12, encontrado em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>. Acesso em: 17 nov. 2020.

⁸⁷ Atualmente, no Brasil, a prática do *homeschooling* é inconstitucional, o que leva as famílias que optaram por educar seus filhos em casa a travar algumas batalhas na justiça.

⁸⁸ Algumas apontadas em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-quem-interessa-o-homeschooling/>.

uma educação pública, democrática e republicana, é preciso perceber qual conceito de “família” foi mobilizado por esses discursos, bem como que modelo de homem e mulher lhes sustentou.

Este subcapítulo lançará luz sobre alguns dos discursos parlamentares que buscaram hegemonizar certos sentidos, a exemplo de categorias como família, homem, mulher, mediante a mobilização de argumentos moralizantes ancorados em dogmas religiosos, ainda que por vezes buscassem também na Ciência, ou seja, na materialidade biológica dos corpos, justificar assimetrias entre homens e mulheres ao mesmo tempo que definir e reafirmar o papel principal do sexo: a procriação.

Essa concepção de família limitada às figuras paterna, materna e prole estaria ligada à ideia preconcebida de família baseada na concepção judaico-cristã, percebida em trechos como:

Temos a Bíblia Sagrada, minha *base de estudo* sobre a família, mostra como se deu o surgimento da família, por meio de Adão e Eva, e não por uma visão reducionista ontológica, que analisa a família apenas na visão sexual, como bem quis Marx, mas por companheirismo e amor ao próximo (Projeto de Decreto Legislativo s/nº, 2015, sem página, grifos meus)⁸⁹.

“Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: *Sejam férteis e multipliquem-se!* Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra”, Gênesis 1:27,28. A ideologia de gênero é um dos grandes engodos para *perverter a família natural* e com isso permitir ao Estado um papel que não lhe cabe: *impor a sua filosofia autoritária sobre a população*. É fato sobejamente conhecido, mediante *dados científicos comprovados e espiritual*, que a suposta orientação sexual é comportamento adquirido *por falta de referencial paterno ou materno* ou mesmo pela influência do meio, bem como resultado de atitudes adultas de pedófilos que tentam perverter crianças indefesas. Assim que é nosso dever preservar a *família natural* e não permitir nenhuma brecha legal para que a malfadada ideologia de gênero prospere em nosso país (PL 10577/18, p. 2-3, grifos meus)⁹⁰.

Além da tentativa de restrição do conceito de “família” a uma visão tradicional, composta inicialmente por homem e mulher, baseada em representações da mitologia bíblica de Adão e Eva, que por si só já seria problemática, uma vez que tenta impor no espaço público uma visão preconcebida a partir de dogmas religiosos, chamo a atenção também para as muitas afirmações presentes no texto do projeto de lei trazido (algumas das quais já analisadas, inclusive), mais especificamente para aquelas que novamente se baseiam em dados e ideias já problematizados pela Ciência, como a afirmação de que a “orientação sexual” seria algo adquirido por influência externa ou pela falta de referência materna ou

⁸⁹ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1386240. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁹⁰ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A389084632252A1039F7E8DF71C8D3C9.proposicoesWebExterno2?codteor=1679891&filename=Avulso+-PL+10577/2018. Acesso em: 10 set. 2019.

paterna, obviamente, referências ancoradas em uma visão restrita às expectativas de gênero que buscavam/buscam afirmar tais categorias como naturais.

Ao mesmo tempo que o PL em questão entende como uma violência estatal a imposição de “tal filosofia”, ele nega ou desconhece a hierarquização heterossexista, naturalizada pela afirmação das categorias Homem e Mulher e até de família, imposta compulsoriamente a todo momento por distintos mecanismos. Essa violência, forçada pelo Estado de diferentes formas, não é reconhecida como violência.

Ao negar discussões de gênero, geralmente por meio de uma leitura rasa e caricaturizada desses estudos, os discursos aqui em questão acabam reforçando o papel construído em torno da figura da mulher como esposa e mãe, limitando-a à reprodução e à criação dos filhos, bem como ao cuidado com o lar. Na concepção da pesquisadora feminista Monique Wittig (2006), a categoria Mulher seria o produto que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reproduzir a sociedade heterossexual. Nela, o contrato do matrimônio torna-se uma das formas pelas quais os homens se apropriam das mulheres legalmente e se fazem homens, assim como as mulheres se constituem em um par complementar e assimétrico intrínseco, uma vez que a esposa pertence ao marido enquanto pessoa física, sujeita ao trabalho não remunerado e à violência sexual e doméstica, entre outras formas de violência e dominação masculina. Em outros termos, “naturaliza-se a história e se passa a crer que homens e mulheres sempre existiram e sempre existirão do mesmo modo” (WITTIG, 1992, p. 10-11).

Nessa perspectiva, a categoria Sexo seria uma categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Essa categoria estabelece como natural a relação que está na base da sociedade (no caso, heterossexual), inclusive economicamente (divisão sexual do trabalho) e, sobretudo, no campo do desejo. Assim, a categoria Sexo ganha *status* de totalitária, pois é legitimada historicamente por instituições tradicionais como o Direito (pela legislação) e a Medicina (no discurso sobre a materialidade dos corpos), entre outras, como a religião, tanto que, através de seus discursos biologizantes sobre essa tão reivindicada natureza dos corpos, exerciam (e ainda exercem) influência na divisão binária homem-mulher.

Por mais que esses grupos tentem com frequência reafirmar o modelo de família baseado nesses referenciais, estudos desenvolvidos por diferentes áreas, ao trazerem a instituição familiar como algo construído culturalmente, nos lembram que ela é artificial – logo, passível de transformação no tempo e no espaço. Não é um universal, como querem seus defensores. Aqui vale lembrar as muitas configurações familiares que existem no Brasil hoje, desafiando qualquer tentativa de limitação conceitual a essa instituição e que, por vezes, é esquecida por aqueles interessados na afirmação de um único modelo de família.

Ainda sobre o peso da Ciência Médica e da Biologia sobre os corpos, o trecho do PL acima, ao mesmo tempo que se pauta pela reafirmação do lugar da religião, também chama a atenção para a maneira como supostos “dados científicos comprovados” são trazidos na tentativa de dar veracidade ao que está sendo afirmado.

Embora, como já visto, com muita frequência as falas e escritos dos críticos da “ideologia de gênero” tragam a Bíblia Sagrada para justificar seus posicionamentos e defesas em torno de uma suposta essência fundadora, a partir de um homem e uma mulher, por vezes a Ciência, como aquela que é autoridade e serve para legitimar o que está sendo dito, também é acionada. No que tange às críticas à “ideologia de gênero”, os referenciais da Biologia, da anatomia dos corpos, parecem ganhar centralidade.

É recorrente entre os argumentos voltados para o ataque à agenda de gênero a utilização de dados baseados na materialidade científica dos corpos, cuja reafirmação de dados genéticos como o DNA e os cromossomos é utilizada para sustentar a superioridade da “natureza”, sem que seja colocada em xeque a construção discursiva do próprio discurso médico. A exemplo do que segue:

Aqui me solidarizo, neste momento, com os clubes de voleibol do Brasil, com as atletas do voleibol do Brasil que se *levantam contra um homem, que se diz mulher*, na liga feminina. Além da *testosterona – isso é biológico, isso é ciência –*, nada tem a ver com discriminação. Aliás, os esquerdopatas podem falar tudo e defender o que querem, porque há o direito à liberdade, à expressão, mas, quando nós defendemos o que acreditamos, *uma verdade científica como essa*, é discriminação. É verdade: os clubes femininos de voleibol precisam fazer pressão na Confederação de Voleibol, porque isso é uma vergonha. Um homem, com testosterona, não pode competir: a musculatura é diferente, o pulmão é diferente. Daqui a pouco, *um homem que se diz mulher* vai querer competir no jiu-jitsu com as mulheres. Nada contra que se faça uma liga de voleibol LGBT para os machos que se sentem fêmeas e que se faça uma liga LGBT para as fêmeas que se sentem machos. Estão tentando inverter a ordem. Quem acredita nessa ordem, a partir do nascituro, *num País majoritariamente cristão*, não pode se calar. A minha solidariedade às jogadoras de vôlei. Senador Jorge, *um macho cheio de testosterona é diferente*. Ele está dizendo que é mulher, *respeita-se o que diz que é, mas não é. Deus não criou um terceiro sexo*, uma constituição física absolutamente diferente competindo com as mulheres. Já se tornou o maior pontuador da liga feminina, mas é um homem. Isso é uma brincadeira de mau gosto. E nós vamos nos calar? (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento em 05 de fevereiro de 2018, grifos meus)⁹¹.

É necessário reprimir as violações e amputações que uma ideologia baseada em *uma mentira* pode trazer para a vida de crianças e adolescentes, uma vez que, mesmo que se realize a cirurgia de modificação de sexo, *o DNA dessas pessoas permanecerá o mesmo do sexo de nascimento* (Deputado federal Carlos Andrade (PHS-RR), Requerimento nº 213/15, s/p, grifos meus)⁹².

⁹¹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/440973>.

⁹² Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1389037&filename. Acesso em: 22 fev. 2019.

Para além da transfobia e das questões relacionadas à tentativa de redução das lutas e conquistas⁹³ caras à comunidade de mulheres e homens transexuais na fala de Magno Malta, resta-nos questionar também que discurso é esse que ora se aproxima dos referenciais científicos da Biologia para sacramentar uma natureza sobre corpos masculinos e femininos e, em outra, nega a cientificidade dos estudos e pesquisas de outras áreas que vão na direção contrária, desestabilizando essas categorias? Mais do que deslegitimar uma ciência em detrimento de “outra”, é possível perceber a tentativa de desqualificar os estudos de gênero e sexualidade, subordinando-os a outras pesquisas que consideram mais importantes e relevantes para a sociedade, além de questionar os investimentos públicos destinados a essas pesquisas, como segue:

Outrossim, necessário é comparar o gasto brasileiro com o estudo acadêmico de gênero, sexualidade e orientação sexual com os gastos com as pesquisas da saúde, agricultura, pecuária, vacinas, robótica, eletrônica, informática, tecnologias de ponta, e outras tantas, necessárias, a fim de dar conhecimento à sociedade brasileira sobre esses gastos conhecendo a qualidade/prioridade de gasto das nossas agências de fomento à pesquisa, a exemplo da Capes e CNPq (Requerimento interno de 2015 do Senador Magno Malta, p. 3).

No requerimento interno em questão, em que o senador Magno Malta cobra do ministro da Educação satisfação a respeito dos investimentos feitos pelas instituições de fomento à pesquisa científica, fica nítida a preocupação em classificar as pesquisas sobre gênero e sexualidade como menos importantes que as demais, como forma de deslegitimar as Ciências Sociais e Humanas e os saberes mobilizados por elas.

Se, como visto, os argumentos científicos de uma Ciência Biológica por vezes são acionados para fundamentar a materialidade anatômica dos corpos, por outra essa ciência é abandonada quando se trata das pesquisas e estudos das diferentes áreas que visam discutir gênero e sexualidade, num esforço de desqualificá-los e diminuí-los. A esse respeito, trago para ilustrar também o desenvolvimento de pesquisas na área da Psiquiatria e Psicologia que levaram à retirada da homossexualidade do código internacional de doenças; mesmo diante disso, é possível perceber com frequência a apresentação de projetos voltados para a possibilidade de tratamento dos comportamentos sexuais (orientação ou sexualidade), como a proposta da “cura *gay*”. Além desse tipo de projeto, chamam a atenção também aqueles que, pautando-se por uma suposta coerência entre sexo biológico, gênero e desejo, associam comportamentos e orientações sexuais não heterossexuais, se não a distúrbios, a desvios de comportamento.

⁹³ A exemplo do direito à cirurgia de readequação sexual e ao tratamento hormonal, oferecido no Brasil pelo Sistema Único de Saúde, e a alteração do nome social.

Assim, as muitas pesquisas e estudos que vêm sendo realizados há muito por distintas áreas do conhecimento, além serem desconsideradas e apresentadas como uma “mentira”, são colocadas como oposição àquelas desenvolvidas por uma “ciência mais verdadeira”, pautada por dados biológicos “naturais”. Mais do que não serem levados em consideração, tais estudos são apresentados como um desrespeito, um afronte, como defendido em audiência pública pelo deputado federal Victorio Galli:

O desrespeito à natureza do ser humano. A natureza não se prova cientificamente, ninguém nasce gay, não existe cromossomo gay, não existe isso. Agora, existe mudança de comportamento, aí é outra coisa, aí é outro campo do debate, tá? A questão da cultura, a cultura está inferior à natureza. No princípio não foi assim, como a professora Lia usou, citou a Bíblia, também posso citar a Bíblia. No começo, a natureza começou foi com o homem e com a mulher, não foi com dois macho nem com duas fêmea, não foi com dois barbudo e nem com duas cara lisa, foi com um homem e com a mulher. E o que essa situação tá querendo fazer, daqui 10, 20 vocês vão ver acontecer com nosso futuro. Está aumentando cada vez mais prisão. Os presídio super lotado, governos desgovernados, cada vez mais se praticando a, a, a corrupção. A corrupção daqui um dia tá pra ficar legalizada no país. E aí? Então, nós temos que zelar pela nossa Constituição, já garante, no artigo quinto, todos nós somos iguais. Agora veja cá, essa questão da, da, da pseudoideologia de gênero, é, é... de repente, lá no colégio, a, a, tua menina, a tua adolescente, encontra, encontra com um homem que se diz se, se, não agora mudei de sexo, o meu gênero agora mudou, de repente tá no banheiro e ele, manipulando o pênis pra fazer, pra urinar, e a menina do lado. Que, que, que vexame é esse? Que desrespeito é esse? (Deputado federal Victorio Galli (PSC-MT), em audiência pública de 10 de novembro de 2015, grifos meus).

Como uma discussão sobre a ideologia de gênero passou a uma sobre corrupção e lotação de presídios não parece estar muito lúcido. Mas, ao que indica, as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade são jogadas no mesmo universo caótico do crime, da corrupção, uma vez que ambos estariam relacionados ao descontrole moral dos costumes e valores. O fato de o discurso que se propunha a fazer um ataque à ideologia de gênero também fazer uso do apelo discursivo anticorrupção menos de um mês após o pedido de *impeachment* de Dilma ser protocolado não é mera coincidência, pois contribui para a hipótese defendida por mim de que ambos, discurso antigênero e discurso anticorrupção, faziam parte de um bloco político empenhado na deposição do governo.

Victorio Galli aproveita-se também da problemática da utilização dos banheiros escolares por alunas travestis e transexuais, em que a presença delas parece simbolizar desrespeito e até violência contra as “meninas de verdade”. Ao fazer tais provocações, o deputado desconsidera as diferentes formas de violência sofrida por travestis e transexuais por sustentarem outras formas de experienciar o sexo e o gênero, em que essas formas dissidentes não são sequer contempladas pela arquitetura escolar, o que denuncia o quanto esses espaços ainda estão carregados de sentidos, tornando-se fundamentais na (re)produção de corpos heteronormatizados.

Historicamente, a Ciência Médica pautada pela Biologia a partir de estudos desenvolvidos em campos como a Endocrinologia e a Anatomia, que por muito tempo sustentaram o discurso da Medicina e até mesmo de áreas como o Direito (criminal, baseado na Medicina forense) ao longo dos séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo que se constituíam como a autoridade máxima sobre patologias e doenças físicas e mentais também definiam as diferenças sexuais pautados em um modelo binário.

Assim, dados de uma ciência voltada para a delimitação muito específica em relação às diferenças sexuais entre homens e mulheres, pautada por supostas assimetrias sexuais, é privilegiada em detrimento de dados oferecidos por estudos voltados para a desconstrução desses signos a partir da relativização dessas mesmas marcas, como aqueles que desde a década de 1990 vêm colocando em suspenso os próprios dados genéticos e cromossômicos, uma vez que, como provocado por pesquisas como a de Fausto Sterling (1993), se levados em consideração os dados cromossômicos, seria possível encontrar no mínimo cinco sexos.

Dentre os já citados perigos a que esse tipo de relativização da “natureza” possibilitada pela desestabilização das categorias homem e mulher levaria, além dos riscos mencionados, ganha força o que se refere à extinção da espécie humana. Como encontrado no discurso de Malta:

Seria importante que aqui eu estivesse falando de quê? De esgoto, de rio, importante; de calçamento, de asfalto, importante. Mas o importante são as pessoas e *não existe pessoa sem família. Não existe pessoa sem gestação.* Não existe ser humano para andar em ponte. *Não existirá homem nem mulher para tomar conta da Amazônia sem gestação* (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos meus)⁹⁴.

Tão ou mais importante quanto falar de outras pautas como infraestrutura, torna-se necessário e urgente falar do risco que representa esse tipo de relativização dos papéis de gênero. Desconsiderando as infinitas possibilidades que podem motivar as manifestações sexuais, seja por afeto ou simplesmente por prazer, a sexualidade, pautada pelo discurso biológico e religioso, é reforçada como condicionada à união monogâmica, limitada unicamente aos fins reprodutivos. Assim, reforça-se o papel marginal das práticas sexuais e eróticas dissidentes da heterossexual, ao mesmo tempo que as culpabiliza por um suposto possível fim da espécie humana.

Por tudo isso, a criança e a família receberam muita atenção por parte de neoconservadores que buscaram com diferentes estratégias a restauração da “família tradicional”. Assim, a família emerge como importante elemento na manutenção da

⁹⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437521>. Acesso em: 11 abr. 2018.

normatividade neoliberal, seja reforçando os papéis sociais de gênero, legitimando o papel da mulher como a responsável pelo sucesso (econômico) e harmonia do lar, pelo reforço das suas funções “naturais” de esposas e mãe, seja como núcleo privado responsável pelo reforço das questões morais, quando o Estado supostamente oferece uma Educação que fere seus preconceitos morais e religiosos, ainda que disfarçados de liberdade de expressão.

Além das muitas tentativas de reforços jurídicos em defesa de uma legislação que limitasse o conceito de família formado a partir de um homem e de uma mulher, na Educação esses esforços voltaram-se ao combate incessante das pautas de gênero e sexualidade, passando pela convocação das famílias como olheiras e responsáveis pela denúncia⁹⁵ de docentes que ousassem discutir certos assuntos em sala de aula. Essa apropriação que, mesmo religiosa, busca se pautar pelo discurso científico também pode ser vista como uma das muitas anomalias (no sentido de que, se não contraditória, no mínimo incomum) possibilitadas por essa arquitetura que faz aproximar interesses antagônicos. Um determinismo científico capaz de fundamentar discursos de ódio que, ao mesmo tempo que reforçam binarismos e assimetrias que são caros à comunidade de LGBTI+ (reforçando-os como dissidentes e anormais), também buscam reforçar os papéis de gênero e determinar os papéis sociais de homens e mulheres.

Os fundamentalistas religiosos foram perspicazes no investimento que fez aproximar o discurso religioso moralista de um discurso científico, uma vez que souberam explorar o caráter regulatório e normatizador da Ciência, aquela que constantemente é acionada para legitimar o que seja certo, normal e, portanto, autorizado, dito e não dito. Apesar disso, cabe destacar o quanto por vezes esses discursos também buscaram deslegitimar dados científicos, a exemplo dos já citados discursos que tentavam destituir a cientificidade dos estudos de gênero, mas não ficando restritos a isso.

Caminha junto a esse movimento conservador ligado a valores religiosos fundamentalistas, nos últimos anos, a constante tentativa de desestabilização de certo monopólio da verdade e da credibilidade científica. No Brasil e fora, esse tipo de desconfiança para com algumas afirmações pautadas em dados científicos e que buscam colocar em dúvida inclusive o formato esférico da Terra vem aumentando e ganhando força, via canais de mídias sociais alimentados por militantes⁹⁶ empenhados em defender teses conspiratórias.

⁹⁵ Como foi apresentado pelo Movimento Escola sem Partido.

⁹⁶ A exemplo do canal “Professor Terra Plana”, disponível em: <https://www.youtube.com/c/ProfessorTerraPlana>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Dentro do atual governo, quando em falas de ministros como o das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, quando afirmou⁹⁷ que as mudanças climáticas (assim como a “Justiça Social”) seriam apenas pretextos para implantação de uma ditadura. Ou quando esse mesmo ministro (ou o próprio presidente que o escolheu) sugerem que o nazismo teria sido um movimento de esquerda⁹⁸. Apesar de absurdas, infundadas e fortemente criticadas pela comunidade científica internacional, essas afirmações ganham eco e não podem mais, como antes, ser interpretadas apenas como devaneio ou comportamento de um número restrito de lunáticos. Para Albuquerque e Quinan (2019, p. 102),

teorias da Conspiração devem, portanto, ser levadas a sério. Elas são produto de um problema mais profundo: uma crise epistemológica que resulta da relação problemática dos indivíduos com as instituições modernas, que dá lugar ao crescimento da pseudociência e do extremismo religioso. Enquanto o enfraquecimento das instituições modernas merece atenção, novas tecnologias de comunicação também podem favorecer esses fenômenos. Para além da concepção tradicional da divulgação científica, que toma o *status* da Ciência como um dado, e apenas busca maneiras de fazer com que ela atinja o público leigo, é necessário enfrentar o desafio apresentado por discursos que desafiam a autoridade científica.

A própria autoridade à qual recorro, inclusive neste trabalho, a todo momento para fundamentar aquilo que venho trazendo como dado científico por vezes é reivindicada também por grupos e pessoas empenhadas na fundamentação de discursos conservadores e retrógrados, como verificado nos trabalhos de pesquisadores como Jorge Scala e Christina Hoff Sommers. Tal problemática parece evidenciar as contradições e os limites colocados ao discurso científico, desafiando a *epistême* de nossa época, demonstrando o quanto por vezes a tão reivindicada (repite: até mesmo por nós na academia) autoridade científica é também disputada na luta política. A pandemia de Covid-19 e a maneira como remédios sem eficácia comprovada foram oferecidos por profissionais da Medicina como possibilidade de tratamento precoce, colocando em risco milhares de vidas, é o exemplo mais recente desse tipo de investimento.

Uma das novidades dessa nova arquitetura irrompida em nosso presente histórico talvez seja essa: a crise dos discursos daqueles que, numa linguagem foucaultiana, teriam o monopólio, o direito privilegiado de fala, levando à profusão de discursos pseudocientíficos, muitas vezes fundamentados em teses conspiratórias, como a que veremos na sequência, e que ajudaram na disseminação do discurso antigênero no Brasil.

⁹⁷ Para mais, ver: <https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-justica-social-e-clima-sao-pretextos-para-a-ditadura/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁹⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-brasilia/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

3.5 O Brasil como país “cristão” e a tese de perseguição cristofóbica

Mais do que alarmar a sociedade a respeito do perigo que o avanço desses temas representava, era preciso fortalecer certa unidade entre esse “eles” (nossos algozes) e o “nós” (os perseguidos). Assim, na esteira desses argumentos, surgem discursos que buscam colocar uma suposta maioria contra uma minoria autoritária, em que essa minoria encontraria diferentes maneiras de reprimir a maioria cristã, limitando sua ação e seus valores, fazendo parte dessa tese a de uma “perseguição cristofóbica”⁹⁹ sofrida por religiosos e famílias que professam a fé cristã.

A esse respeito, é possível encontrar pronunciamentos como os que seguem:

Nós não somos contra a religião, de forma nenhuma, mas o *radicalismo que vai ser implantado aqui no País é muito perigoso*. Então, nós pedimos encarecidamente ao nosso presidente que vete essa situação e passe uma peneira bem fina na questão de esses imigrantes virem para o País. Não queremos que o nosso País seja “islamificado”, de forma nenhuma. Aqui, nós somos mais de 90% de cristãos. Infelizmente, estamos vendo, pelo mundo afora *tantas mortes no segmento do cristianismo*, todas elas praticadas por *esses radicais*. A *cristofobia no mundo está muito inflamada*, muito avançada, e não vemos mídia nenhuma falar sobre esse assunto. Então, queremos fazer esse pedido ao presidente Michel Temer. *O nosso país é cristão — você que é católico, você que é evangélico, você que é protestante, todos nós somos cristãos —, e queremos defender o nosso País*¹⁰⁰ (Deputado Victorio Galli (PSC-MT), registro no Diário da Câmara dos Deputados de 15 de junho de 2017, grifos meus)¹⁰¹.

Quero denunciar a formatação asquerosa de alguns membros da Esquerda brasileira que estão tentando desqualificar o nosso trabalho nesta Casa, tentando *desunir os cristãos que estão se unindo*. Temos divergências doutrinárias, isso é fato. Quando nós tocamos nessas questões, não é aqui dentro que nós vamos tratar disso, mas sim dentro dos templos, das igrejas. Agora, aqui, sim, nós, cristãos, estamos unidos contra *essa agenda maldita* LGBT, essa cultura *gay* e principalmente a ideologia de gênero, que tem tentado destruir a inocência das nossas crianças e tentado destruir a heteronormatividade no nosso país. Assim é a cultura judaico-cristã neste País. O nosso país foi fundado com a missa que foi celebrada nesta Terra de Santa Cruz e não adianta agora alguns ideólogos — que agora descobriram a roda — dizerem que tudo isso não existe, que é tudo uma mentira, uma construção social. Eles *estão perdendo força nesta Casa e estão perdendo força no nosso país, diante dos 170 milhões de brasileiros que se declaram cristãos*. E nós não vamos mais ficar calados (Deputado Flavinho (PSB-SP), registro no Diário da Câmara dos Deputados de outubro de 2017, grifos meus)¹⁰².

⁹⁹ A força desse tipo de argumento não ficou limitada aos espaços religiosos ou parlamentares. Já é possível perceber a produção de publicações que se voltam para a defesa dessa tese, a exemplo dos livros *Cristofobia: a perseguição aos cristãos no século XXI*, de Luis Antequera (que já se encontra em sua segunda edição), e do livro *A cristofobia no século XXI: entendendo a perseguição aos cristãos no terceiro milênio*, de Daniel Chagas Torres, publicado em 2015.

¹⁰⁰ <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170615001040000.PDF#page=73>.

¹⁰¹ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170615001040000.PDF>. Acesso em 14 abr. 2018.

¹⁰² Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020171020001840000.PDF#page=44>. Acesso em: 01 maio 2018.

E estamos vivendo um momento, senador Eduardo, de "crisofobia". Eles nos odeiam, porque somos cristocêntricos – o centro é Cristo. São dias de "catolicofobia", dias de ódio aos católicos, à fé católica; de "evangelicofobia"; de "espiritismofobia" (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos meus)¹⁰³.

Na onda dos movimentos minoritários que emergiram e ganharam força nas últimas décadas, pautados pela organização e reivindicações em torno de pautas identitárias¹⁰⁴, pode-se dizer que os evangélicos vêm buscando, através e a exemplo de discursos como esses, se afirmar como minoria. Segundo Burity e Giumbelli (2020, s/p), “Ao menos no caso brasileiro, os evangélicos vêm agenciando com perspicácia a alternância entre se constituir como minoria e se afirmar como parte de uma maioria”.

Ao mesmo tempo que reivindicam para si o *status* de “minoria”, quando comparada a religiões maiores como a Católica, esses mesmos evangélicos buscam confundir seus interesses com os de outras religiões cristãs de modo a se afirmar como maioria para reivindicar para si e justificar perante “os outros” a importância de suas demandas políticas escolhidas democraticamente nas urnas.

Isso fica evidente quando, em momentos como o atual utilizam-se argumentos discursivos, a exemplo dos que os fazem denunciar uma possível perseguição cristofóbica ou quando, para defender projetos societários baseados em valores morais religiosos, sob a defesa de que o Brasil seria um país cristão, fundando-se em dados estatísticos acerca dos brasileiros que se identificam como cristãos, fosse recorrendo à História para justificar essa “originalidade” da cristandade brasileira, como diante do episódio da primeira missa, celebrada pelo frei franciscano Henrique de Coimbra, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 1500, simbolizando o início do processo de colonização e cristianização do Novo Mundo. O deputado Flavinho parece desconsiderar outros dados também históricos, como os que dizem respeito ao genocídio dos povos originários que se seguiu ao processo de colonização portuguesa cristã e o aniquilamento de qualquer manifestação religiosa nativa.

Além disso, ao reforçar o sufixo “fobia”, utilizado com frequência pelo movimento LGBTI+ para se referir às muitas violências sofridas pelas chamadas minorias sexuais, ao que parece, o deputado Magno Malta tenta transformar as críticas democráticas dirigidas às religiões cristãs (quando das tentativas de imposição de seus dogmas em espaços laicos) em ataque motivado por preconceito, numa tentativa de querer se autoproclamar grupo perseguido.

¹⁰³ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437521>. Acesso em: 11 abr. 2018.

¹⁰⁴ Aspecto mais bem explorado no Capítulo 5.

Apesar de esse tipo de argumento ser trazido, é importante ressaltar que os chamados crimes motivados por perseguição e preconceito religioso na sua grande maioria ocorrem contra pessoas de religião de matriz africana. Segundo dados do Disque 100¹⁰⁵, foram registradas 61 denúncias sofridas por praticantes de religiões de matriz africana (a maioria do Candomblé e da Umbanda), contra 38 sofridas pelas pessoas cristãs (embora a matéria distinga entre católicos (12), Testemunha de Jeová (12), evangélicos (11), cristãs (3) e protestantes (1)).

A tese de perseguição cristofóbica seria comprovada também pela demonstração do desrespeito para com alguns símbolos caros aos cristãos:

Aberração de um homem entrar com a imagem da Virgem Maria – um dos símbolos sagrados dos mais importantes para os católicos e para nós, evangélicos, também; nós só não adoramos, mas é a mãe de Cristo – em cima do pênis, senador Jorge, num museu, e depois ralar a imagem de Nossa Senhora num ralador de coco e jogar o pó em cima do pênis. É uma obra de arte e defendido como artista pelos esquadropatas... E a comunidade católica do Brasil vai se calar?! Na marcha *gay*, em São Paulo, há três anos, levaram símbolos da Igreja Católica em posição sensual para a avenida. Eu me levantei nesta tribuna e daqui tomei dois processos, porque me levantei na defesa desses valores. E sou de confissão evangélica. Silas Malafaia tomou três. Está pior do que eu, porque tenho imunidade e ele não tem. O travesti se colocou na cruz, crucificado, sangrento, e não queria que nós reagíssemos. Na cruz morreu o meu Cristo, Aquele que deu a vida para me dar a vida, o Senhor da vida, que está acima da vida e da morte, zombado, anarquizado. E aí somos nós que vamos nos calar?! Calar jamais! (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento realizado em 05 de fevereiro de 2018, grifos meus)¹⁰⁶.

A partir de discursos como esses, descontextualizados e com o objetivo primeiro de chamar a atenção para um suposto desrespeito à simbologia cristã, tal enunciado, somado aos demais trazidos neste capítulo, aponta para a utilização de uma estratégia discursiva eficaz, que tem como intuito alarmar a sociedade e, mais do que isso, criar uma legião de apoiadores como resposta a uma série de ameaças que se instaurara na sociedade brasileira e que precisava ser contida. Fosse pelo perigo de um suposto aparelhamento estatal promovido por partidos de esquerda através da doutrinação marxista nas escolas, fosse pelo avanço de pautas como gênero e sexualidade, que afrontariam os valores da tradição moral e da fé cristã.

Acredito que seja indispensável a compreensão do conceito de “pânico moral” para entender esse avanço, uma vez que os enunciados e discursos mobilizados com frequência pelos fundamentalistas visavam chamar a atenção e, mais do que isso, alarmar a sociedade com o uso de diferentes termos, como “ideologia”, “doutrinação”, “perseguição”, “destruição” etc. Para Miskolsci,

¹⁰⁵ Dados extraídos de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23276>. Acesso em: 01 fev. 2019.

o modelo que explica os pânicos morais a partir de grupos de interesses afirma que a mídia, as associações profissionais, os departamentos de polícia, os grupos religiosos e organizações religiosas podem agir de forma a trazer à baila algum temor social já existente e o *transformar na questão do momento*. Esse *interesse de um grupo (ou grupos)* pode contradizer ou ser até mesmo irrelevante para as elites. A questão central nessa forma de compreensão do fenômeno é *cui bono?* Quem se beneficia com o pânico moral? Quem ganha se um determinado assunto é reconhecido como um perigo para a sociedade? Os ganhos em uma batalha que envolve o pânico moral podem ser materiais e/ou morais. É certo que avançar em uma causa moral ou ideológica aumenta o *status* de um grupo tanto quanto reforça coletivamente os valores que tal grupo defende (MISKOLCI, 2007, p. 115-116, grifos meus).

Assim, o conceito de pânico moral elaborado por Cohen (1972) e debatido atualmente por Miskolci (2007) ajuda a compreender a força desses discursos neoconservadores no contexto em questão, bem como tudo que foi mobilizado a partir deles no que diz respeito às moralidades religiosas, visto que, para Miskolci (2007), nunca são espontâneos e catalisam temores já existentes num determinado grupo. Tal compreensão parece auxiliar também no entendimento da aproximação do Movimento Escola sem Partido com grupos religiosos, cujas pautas de gênero e sexualidade já eram caras, ao mesmo tempo que um ataque sistemático ao governo federal era promovido por diferentes frentes.

Além disso, nesse contexto, as redes sociais emergem com força, sendo utilizadas para divulgação desse pânico e disseminação do discurso de ódio desde informações publicadas em plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp e em *blogs* pessoais ou de grupos identificados com uma agenda neoconservadora e neoliberal, a exemplo do Movimento Brasil Livre¹⁰⁷, ambos promovendo informações deturpadas e equivocadas a respeito do que seria uma educação para o gênero e para a sexualidade¹⁰⁸.

Em páginas de redes sociais do Movimento Escola sem Partido, mesmo que em forma de comentário de prováveis seguidores e apoiadores, é possível encontrar imagens como a que segue:

¹⁰⁷ <https://mbl.org.br/>

¹⁰⁸ A disseminação de conteúdos sobre os perigos da “ideologia de gênero” pode ser conferida em vídeos disponibilizados por canais do YouTube, em páginas como as do MBL (Movimento Brasil Livre): <https://www.youtube.com/watch?v=CD8hh85C9AI>, “Mamãe falei”: <https://www.youtube.com/watch?v=XreOQIDVQsU>. Ambos acessados em 17.06.2020.

Figura 1 – Charge criticando professores



Fonte: <https://profscontraoesp.org/2016/06/03/o-odio-aos-professores/>

Ainda que meu enfoque neste trabalho sejam os discursos encontrados em *sites* como o da Câmara e o do Senado e que alguns trabalhos já tenham se voltado especificamente para a análise desse tipo de discurso imagético, acredito que a imagem ilustra sobremaneira os diferentes enunciados aqui já trazidos, além, é claro, de demonstrar o quanto esse tipo de discurso, ao ser veiculado em redes sociais e grupos de comunicação (e por ser imagem de fácil leitura), atinge um grande número de pessoas em breve espaço de tempo. Na imagem, uma professora representando a escola pública (e, portanto, também o Estado) e carregando diferentes símbolos (inclusive de filiação partidária) vomita lixo na cabeça de um estudante (além de jovem, inocente e com semblante esmaecido) em meio a afirmações que buscam incentivar o sexo em detrimento da religião – portanto simbolizando as diferentes ameaças e os perigos que podiam ser percebidos naquele contexto de avanço de uma agenda progressista.

Esse sentimento de ameaça a uma suposta ordem moral estabelecida historicamente é dividido e partilhado por pessoas e grupos que se sentem responsáveis pela sua manutenção; logo, mais do que acionar esse pânico, é preciso que algo seja feito. Nas palavras de Miskolsci: “O algo a ser feito aponta para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, novas leis ou até mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida” (2007, p. 112). Isso ajuda a explicar o ataque sofrido por pautas como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização do aborto e o kit anti-

homofobia, que, podemos dizer, andaram juntas e ajudaram a sustentar a retirada do gênero e da sexualidade dos documentos aqui em questão.

Os discursos encontrados no enunciado que contemplava a defesa das crianças perante uma ação docente “inadequada”, buscando restringir a liberdade de cátedra dos profissionais da Educação, e que por vezes aparecem em forma de criação de uma legislação específica como maneira de controlar e intimidar quem ousasse insistir na tentativa de, no caso aqui abordado, trabalhar com as questões de gênero e de sexualidade em sala de aula, também são resultado desse tipo de estratégia.

Não bastasse a tentativa de interferência nas discussões propostas pelo PNE e pela BNCC, esse tipo de discurso tentou também alterar documentos como a própria LDBEN de 1996, entre outras legislações voltadas para a Educação e que há tempos estavam comprometidas com a garantia de certo tipo de inclusão. No que se refere à apresentação de projetos de leis, destacam-se nesse período alguns, como o PL nº 7.180/14, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), cujo objetivo principal seria alterar o Inciso XIII do Art. 3º da LDBEN, buscando assegurar o

respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

O mesmo deputado apresentou o PL nº 7.181/14¹⁰⁹, que pretendia garantir a inclusão desse mesmo texto nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Na linha desse tipo de proposta de projeto de lei, posteriormente foi apresentado aquele que é considerado um dos mais polêmicos, o PL nº 867/15, pois se refere a incluir nas Diretrizes Curriculares Nacionais o “Programa Escola sem Partido”. Apresentado pelo deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF), dentre os muitos absurdos do documento destaca-se a determinação de que seja entregue previamente aos pais ou responsáveis o material que será desenvolvido em aula pelo professor. E determina que “são vedadas, em sala de aula, a prática da doutrinação política ideológica, bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes” (PL nº 867/15, p. 2).

Ainda que ao menos em nível federal nenhum desses projetos ou ideias tenha avançado a ponto de serem sancionados, a proliferação dessa cadeia de enunciados e discursos, somada à projeção midiática e à mobilização popular que se seguiram, reverberou na versão final dos documentos do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606723>.

Curricular, numa demonstração direta de que tais discursos alcançaram seus objetivos, mediante a invisibilização de alguns desses temas em sala de aula.

A sexualidade e os discursos que se voltam para ela com o objetivo de produzir, reproduzir e normatizar determinados comportamentos, conforme apontado por Foucault (1999), ajudam a localizar as disputas políticas curriculares durante a elaboração do PNE e da BNCC e os discursos conservadores voltados para ela, como produtores e reprodutores de sentidos. Como práticas de subjetivação, tais discursos, ao mesmo tempo que afirmavam comportamentos e práticas sexuais heterossexuais como normais, buscavam interditar e constringer práticas e comportamentos considerados desviantes do comportamento heterossexual, bem como as políticas de enfrentamento às violências motivadas por lesbo/homo/bi/transfobia.

4 BRASIL, QUAL É O TEU NEGÓCIO? A BÍBLIA, O BOI E A BALA

Devemos retornar a um mundo em que não apenas a razão, mas a razão e a moral, como parceiros iguais, devem governar nossas vidas, onde a verdade da moral é simplesmente uma tradição moral, a do Ocidente cristão, que criou a moral da civilização moderna¹¹⁰.
(Friedrich Hayek, 1984)

Ainda que as análises até aqui tenham se centrado na atuação da bancada fundamentalista religiosa, com base nos discursos neoconservadores mobilizados durante a elaboração das políticas educacionais PNE e BNCC de modo a afastar qualquer discussão relacionada às questões de gênero e sexualidade, cabe chamar a atenção também para grupos que, apesar de serem laicos, também se fortaleceram ao defender valores conservadores, a exemplo das chamadas bancadas da Bala e do Boi. Já é consenso na literatura que essas forças, ao se unirem, tornaram-se um bloco importante na condução dessa onda neoconservadora no Brasil, interferindo no rumo das políticas públicas e, obviamente, no processo de rearticulação política que levou ao Golpe de 2016 e a chegada ao poder de um dos projetos mais conservadores e fundamentalistas, ao mesmo tempo que neoliberal.

Após percorrermos o contexto que culminou na elaboração das políticas educacionais PNE e BNCC, bem como a força do discurso fundamentalista religioso nas discussões que as antecedeu e a maneira como ganhou espaço nas versões finais dos documentos, neste capítulo caracterizo algumas das potências políticas que ganharam espaço no cenário nacional no mesmo contexto em que as discussões parlamentares, foco deste trabalho, eram debatidas. Além disso, busco entender o fortalecimento de uma coalizão política estratégica na elaboração e condução de políticas públicas no Brasil em diferentes áreas e a emergência do elo entre grupos neoconservadores e uma agenda político-econômica neoliberal.

Em outras palavras, busco compreender como e através de que tipo de articulações as agendas e demandas de grupos neoconservadores vêm ganhando espaço no mesmo cenário político que os interesses neoliberais, a ponto de formar alianças decisivas na condução e tomadas de decisão que vão desde as políticas educacionais, passando pelas de segurança pública e de Direitos Humanos até às políticas econômicas, em que a moralidade e o conservadorismo surgem como um etos importante que une interesses – inclusive aparentemente antagônicos. Desse modo, ganha centralidade a atuação das bancadas temáticas e das frentes parlamentares no processo de formulação e implementação das

¹¹⁰ Friedrich Hayek, *Closing Speech* na Sociedade Mont Pèlerin em 3 de março de 1984.

políticas públicas, como a formação de grandes coalizões políticas para garantir a governabilidade.

Para tal intento, apoio-me em autores como Joanildo Burity (2005; 2008) e Jung Mo Sung (2017; 2019) e suas pesquisas sobre a articulação entre religião e Estado, além da análise das muitas problematizações e hipóteses levantadas nos últimos anos por aqueles interessados em entender o fenômeno de articulação e fortalecimento desses diferentes grupos. Nas linhas que seguem, defenderei a tese de que tal coalizão foi uma resposta possibilitada pela normatividade neoliberal como maneira de frear os avanços ocorridos em diferentes áreas nos últimos anos. As teorizações realizadas por Wendy Brown (2019), ao pensar o tradicionalismo moral como elemento do neoliberalismo, bem como as mobilizações em torno da alteração de alguns textos jurídicos como expressão estratégica desses grupos, são fundamentais para os objetivos deste capítulo.

4.1 A Bíblia: Bíblia sim, Constituição não!

Serafina é o rosto evangélico brasileiro: mulher, negra e de baixa renda. Na igreja relativamente pequena, se comparada ao Templo Salomão da Igreja Universal, a maioria ali presente confirmou o que levantaram os dados de uma pesquisa de janeiro de 2020, do Instituto Datafolha: um rosto feminino, negro, que ganha até dois salários mínimos por mês e tem apenas o ensino médio completo é rosto da religião evangélica hoje. Bem diferente, no entanto, é o perfil dos líderes evangélicos que decidem atuar na esfera política, seja nos bastidores ou sob os holofotes¹¹¹.

Enquanto o segundo capítulo mostrou que, no Brasil, diferentes grupos vêm disputando sentidos no campo das políticas de currículo e educação, mais precisamente nos documentos do Plano Nacional de Educação e na Base Nacional Comum Curricular, o terceiro capítulo mostrou que um desses grupos que mais se sobressaiu e conseguiu se impor sobre tal legislação educacional pela mobilização de diferentes estratégias discursivas foi o dos religiosos cristãos. No caso brasileiro, sobressaem os católicos apostólicos romanos, os evangélicos de diferentes células neopentecostais e os protestantes.

Seja através da retirada das pautas de gênero e sexualidade, seja através da imposição do ensino religioso¹¹² e toda a mobilização popular que esses grupos atingiram, podemos

¹¹¹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/dominio-da-fe-e-da-politica-o-projeto-de-poder-dos-lideres-evangelicos-no-brasil>.

¹¹² A esse respeito, Lima e Hypólito citam: “Ainda em relação à BNCC, cabe destacar que em sua terceira versão também haviam sido excluídas questões referentes ao ensino religioso. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em setembro de 2017, que o ensino religioso fosse *confessional*, ou seja, que os professores pudessem promover as crenças nas aulas. Assim, em novembro de 2017, Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Educação, e Rossieli Soares da Silva, secretário de Educação Básica do MEC, declararam

afirmar que foram fundamentais na cruzada estabelecida contra as demandas de uma agenda política humanista e de Direitos Humanos, influenciando inclusive no desenho do novo cenário político atual; mais do que isso, sendo um dos pilares fundamentais na arquitetura desse novo cenário. Para entendermos o estabelecimento desses atores religiosos e sua crescente influência sobre as políticas públicas, neste subcapítulo, buscarei contextualizar a atuação desses grupos, bem como caracterizá-los e entender o crescimento deles nos últimos anos na política nacional.

Parto da defesa de que a religião no Brasil nunca deixou de estar presente no espaço público. Ainda que a Proclamação da República (1889) e o processo de secularização que se seguiu tivessem representado um rompimento com a religião oficial do Império, os dogmas e a manifestação da fé cristã e suas moralidades encontraram formas de se perpetuar na sociedade até os dias atuais. Basta recorrermos às festas e aos feriados do nosso calendário oficial, à presença do ensino religioso nas escolas e à simbologia religiosa cristã em espaços públicos, como câmaras e assembleias legislativas. Outro aspecto a ser considerado sobre essa presença religiosa no cenário pós secularização diz respeito à atuação de algumas igrejas cristãs em momentos políticos recentes da nossa história, como quando se apresentavam para defender e lutar por justiça social e direitos humanos.

Entendida como uma teologia política na qual o Evangelho é interpretado à luz da libertação do povo oprimido, e a figura de Jesus Cristo passa a ter papel central na luta pela transformação social, a Teologia da Libertação ganhou expressividade e notoriedade na década de 1960. Em sua obra *Marxismo e Teologia da Libertação*, Michael Lowy¹¹³ mostra a influência da obra de Marx na Teologia da Libertação e esta na Igreja Católica em nível de América Latina e, conseqüentemente, de Brasil, em que, apesar de ainda muito se discutir a respeito da ligação entre marxismo e religião, não se pode negar a existência de uma Igreja crítica, que desenvolveu/desenvolve um importante trabalho com a “base”, e que atuou/atua diretamente com questões sociais, desenvolvendo papel mais progressista em diferentes momentos da história latino-americana, mesmo estando hierarquicamente presa a uma estrutura conservadora como a do Vaticano.

No Brasil, essa teologia tornou-se popular e conhecida pelas obras do teólogo Leonardo Boff, que defendia: “Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a Teologia da Libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o

que houve consenso de que a versão final da BNCC terá menção ao ensino religioso, mas que ainda não havia sido definido como isso aconteceria” (LIMA, HYPÓLITO, 2019, p. 12).

¹¹³ LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

oprimido de qualquer ordem que ele seja” (BOFF, 1985, p. 40). Nessa direção, ao lembrar da atuação de algumas igrejas cristãs no decorrer da segunda metade do século XX, é possível perceber um envolvimento voltado para a defesa dos Direitos Humanos e a luta por uma certa “justiça social”, como na batalha travada contra as ditaduras civil-militares na América Latina e contra o racismo nos EUA. Segundo Sung (2017, p. 234),

geralmente, as igrejas que aceitaram a secularização do mundo moderno justificaram e justificam as suas ações no campo social e político em torno da noção de direitos humanos: a ação sociopolítica dos grupos religiosos e das igrejas seria uma forma de responder ao chamado de Deus e, ao mesmo tempo, defender os direitos humanos. Em outras palavras, o discurso da defesa dos direitos humanos foi uma maneira de traduzir em linguagem secular compreensível e aceitável pela sociedade moderna o que esses grupos e igrejas entendiam e entendem como missão dada por Deus.

Ainda que Sung chame a atenção para essa característica de alguns setores das igrejas cristãs, aproveitando o mesmo exemplo trazido a respeito do contexto das ditaduras latino-americanas, enfatizo que isso não deve ser generalizado como movimento ou ação de toda igreja, como a Católica Apostólica Romana. Até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil muitas vezes esteve dividida no que diz respeito à orientação sobre determinados assuntos, demonstrando impasse na tomada de algumas decisões.

Embora houvesse, sim, núcleos cristãos articulados na defesa da democracia e lutando contra a tortura institucionalizada pelo regime no Brasil, também é inegável a atuação de algumas igrejas cristãs na manutenção das ditaduras civil-militares das décadas de 1960, 1970 e 1980; mais do que isso, um clero ligado à classe média nacional que por meio de uma série de manifestações públicas na luta pela preservação da família, da liberdade e contra o comunismo do contexto da Guerra Fria, ajudou a alicerçar o Golpe Civil-Militar de 1964. Como exemplo, lembro aquela que ficou conhecida como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, mobilizada por alguns núcleos de igrejas cristãs em março de 1964, após o pronunciamento do então presidente João Goulart, ao anunciar um programa de reformas de base.

Figura 2 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964



Fonte: <https://istoe.com.br/um-brasil-confuso/>

Tais manifestações, tanto contra quanto a favor do *status quo*, reforçam nossa defesa de que não se pode falar de uma igreja (católica ou evangélica) homogênea. Isso nos ajuda a lembrar quão complexas são as instituições, com suas próprias divergências internas, levando-nos também a refletir sobre a dificuldade e os riscos de análises generalizantes, simplistas e apuradas.

Da mesma maneira, Machado e Burity (2014) lembram que a literatura brasileira sobre religião e Estado indica que, apesar de alguns evangélicos lutarem também contra o autoritarismo e pelo restabelecimento de um regime democrático no Brasil, a maioria dos grupos pentecostais apoiou os militares e não se uniu aos movimentos sociais que tomaram a frente do projeto democrático, ainda que na década de 1980 os evangélicos tivessem pouca presença na política, se comparados aos católicos.

Ao lado desse avanço de igrejas neopentecostais vê-se também a diminuição da atuação de uma Igreja Católica Apostólica Romana comprometida com pressupostos humanistas e de reafirmação dos preceitos democráticos, fazendo crescer e emergir grupos tradicionais e conservadores ao longo das décadas de 1990 e das primeiras do século XXI. O papado de João Paulo II de certa maneira demonstrou o afastamento da Igreja Católica dos ideais defendidos pelos clérigos e adeptos da Teologia da Libertação e a aproximação de alas mais conservadoras, como a Opus Dei e a Renovação Carismática Católica¹¹⁴.

¹¹⁴ Grupos ligados à hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana reconhecidos pela atuação na defesa de interesses e valores conservadores tradicionais. A ortodoxia católica.

Autoridades eclesiais progressistas eram substituídas aos poucos por padres e bispos alinhados a um projeto de Igreja menos política e militante e mais espiritualizada e clientelista. Na TV, assim como o *show business* evangélico, o fenômeno padre Marcelo Rossi¹¹⁵ ganhava espaço em programas da TV aberta com músicas voltadas tanto para o público infantil quanto para o jovem e o adulto, transformando até mesmo o ritual litúrgico engessado da missa sagrada num espetáculo festivo animado por música e dança.

Tal fenômeno era visto como uma tentativa de “reciclagem” da Igreja Católica Romana frente à perda de adeptos católicos para igrejas neopentecostais, gerando muitas críticas por parte do clero ligado à Teologia da Libertação. Nomes como Frei Betto e o teólogo Leonardo Boff acusavam esse modelo de expressão religiosa de privilegiar a emoção e o espiritual em detrimento do racional e do social, levando ao subjetivismo e ao conservadorismo: “‘O neoliberalismo precisava ter seu sacerdote e o encontrou’, comentou o cantor e compositor Zé Vicente, que faz sucesso no meio das CEBs” (ANDRADE, 2010, p. 74-75).

Mesmo que o Padre Marcelo Rossi destacasse seu pertencimento à Igreja Católica e não a grupos internos como a RCC (ANDRADE, 2010), ele recebia maior apoio entre o clero e os leigos identificados com a RCC e demais grupos conservadores. Andrade (2010) ressalta que, embora esses grupos critiquem o discurso politizado da Teologia da Libertação, estão longe de uma postura apolítica:

No discurso e nas práticas dos carismáticos não se verifica um tradicionalismo religioso, que se caracteriza por um cultivo da religiosidade como assunto extramundano, indiferente às questões seculares e passível de conviver com qualquer código ético ou social que não hostilize a religião. Ao contrário, há aqui uma reasserção conservadora da religião. Esta é marcada pela reação a momentos de politização do campo religioso, quase sempre associada à legitimação de um discurso secular que desqualifique ou reprima as manifestações intramundanas de base religiosa, reconstituindo os elementos mais quietistas do discurso religioso em articulação com uma postura ativa de conservação ou reafirmação da ordem vigente. A reasserção conservadora da religião não necessariamente rompe com a política, mas desmotiva e reprime sua irrupção no discurso religioso e vigia qualquer trânsito nas fronteiras da prática intraeclesial com a dinâmica social mais ampla. Enquanto o tradicionalismo religioso é marcado pela alienação política, a reasserção conservadora apresenta claros traços de reacionarismo político (ANDRADE, 2010, p. 85).

Nessa direção, entendo que a figura do padre Marcelo Rossi seja um expoente importante para entendermos essa guinada de orientação de uma Igreja Católica reconhecidamente voltada às lutas das minorias sociais e à justiça para uma igreja menos “popular” e mais voltada para o espiritual e o moral, ainda que sem assumir o papel político

¹¹⁵ Ainda que outros padres cantores tenham surgido antes do padre Marcelo Rossi (como o padre Zezinho e o padre Antônio Maria), nenhum deles parece ter recebido o espaço midiático que Rossi recebeu, levando verdadeiras multidões em seus shows (eu mesmo cheguei a ir a um), ganhando o carisma e simpatia até mesmo de não católicos.

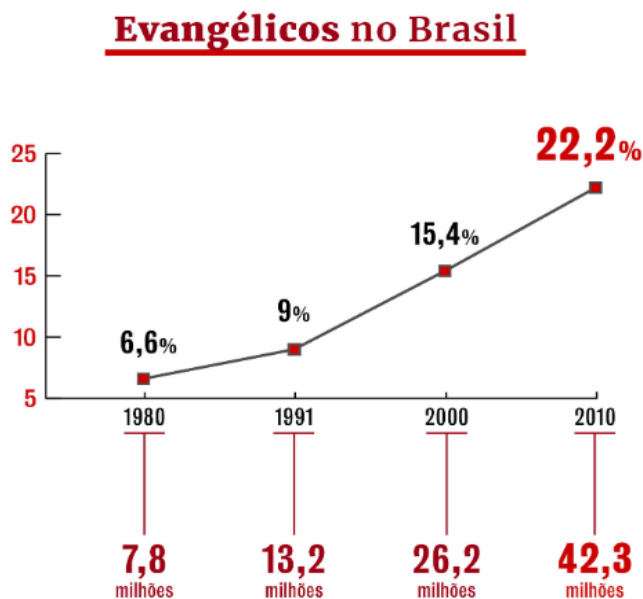
ideológico desse tipo de atuação, aproximando-se de algumas células de igrejas evangélicas, como as neopentecostais fundamentalistas.

Se até a década de 1980 os seguidores da Teologia da Libertação apareciam com mais frequência no cenário das disputas político-partidárias (inclusive apoiando publicamente candidatos de esquerda), durante a década de 1990 foi possível perceber a candidatura de católicos carismáticos em diferentes siglas partidárias, a maioria no PSDB (ANDRADE, 2010). Isso ajuda a desmistificar a ideia de que a onda neoconservadora que estamos vivendo atualmente foi movida exclusivamente por setores evangélicos. Ainda que a Igreja Católica não tenha a mesma expressividade de líderes religiosos candidatos (como padres, freis etc.), utilizando essa denominação como os pastores e bispos evangélicos costumam usar em suas vidas políticas, muitos candidatos a cargos políticos são leigos católicos, com seus dogmas e crenças orientados pela fé e pelas moralidades cristãs. Soma-se a isso a frequente presença de autoridades religiosas, tanto evangélicas quanto católicas, em discussões públicas, como quando estão em pauta assuntos como a descriminalização do aborto, a utilização de *canabis* para fins medicinais e nas próprias assembleias de discussões sobre retirada/permanência dos termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” do PNE, quando com frequência padres, bispos e pastores foram levados para defender seus pontos de vista, na maioria das vezes como autoridades ou especialistas no assunto, de forma a legitimar os argumentos trazidos por vereadores e deputados alinhados com o discurso moralista e conservador.

No tocante à presença evangélica, não por acaso, no decorrer da década de 1990 houve também crescimento no número de evangélicos disputando espaços na política. Em matéria divulgada pelo *Brasil de Fato*, especialistas e evangélicos ouvidos explicam que “o avanço dos evangélicos sobre/na política responde a um projeto de poder instigado pelos líderes religiosos e em aliança com a direita brasileira”¹¹⁶. Dados tirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentados pelo *Brasil de Fato* nos ajudam a perceber esse crescimento, que não ficou restrito à década de 1990, mas pode ser percebido também nos primeiros anos do século XXI, como mostra a Figura 3.

¹¹⁶<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/dominio-da-fe-e-da-politica-o-projeto-de-poder-dos-lideres-evangelicos-no-brasil>

Figura 3 – Evolução do número de evangélicos



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/dominio-da-fe-e-da-politica-o-projeto-de-poder-dos-lideres-evangelicos-no-brasil>

Essa curva ascendente de evangélicos no país, segundo a mesma matéria, explicaria o aumento do número de parlamentares evangélicos, tanto no cenário federal quanto nos estados e municípios. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a representação no Congresso Nacional teria subido de 12 evangélicos, em 1982, para 89, na legislatura de 2018. Embora não haja consenso a respeito desse fenômeno que explicasse tal crescente, alguns autores sugerem alternativas que auxiliariam na compreensão.

Em artigo, Cunha (2002) já chamava a atenção para a ampliação dos canais evangélicos na indústria fonográfica e televisiva, não mais por meio de algo intimista como o culto na comunidade, mas de um formato novo que afetava grande número de pessoas, um show comandado por apresentadores (pastores) com pregações animadas por música e dança. Para pensar sobre a crescente influência das religiões nas grandes mídias, que ajudaria a explicar, de certa forma, esse aumento da popularidade de algumas igrejas neopentecostais, Cunha ressalta:

A mídia evangélica passou a desempenhar papel central como mediadora no processo de identificação com a sociedade de consumo. Os grupos que a controlam elegeram o mercado fonográfico como o espaço privilegiado para conquista dos fiéis, copiando modelos seculares de apelo popular e transpondo-os à cultura evangélica. Os evangélicos passaram a ocupar mais espaço no rádio e na TV (adquirindo até mesmo redes de TV), e os programas passaram por uma transformação, ancorados pelo mercado fonográfico (CUNHA, 2002, p. 18).

No Brasil, destacam-se programas como o *Show da Fé* e o *Espaço Vida Vitoriosa*, ambos da TV Bandeirantes; o *Fala que eu te escuto*, da TV Record, e os diferentes programas

exibidos em grande parte da grade da Rede TV!, como o *Programa Igreja Universal do Reino de Deus* (transmitido em dois horários, às 13 e às 17 horas), o *Programa Igreja Internacional da Graça de Deus* e o *Igreja da Graça no Seu Lar*. A eclosão desse tipo de fenômeno e a maneira eficiente como atinge grande número de pessoas devem ser consideradas para entendermos o avanço de parlamentares evangélicos em diferentes instâncias legislativas.

O aumento do número de representantes políticos evangélicos, bem como seu fortalecimento frente a pautas de seus interesses, fez com que eles se agrupassem em diferentes frentes, como a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e da Família, da Câmara e do Senado¹¹⁷ e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da Câmara dos Deputados.

Alguns autores acrescentam outros fatores para explicar esse crescimento, dentre eles a assistência social prestada pelas igrejas neopentecostais em lugares aonde o Estado não chega. Para Fernandes (2020), entender o fenômeno do crescimento do número de evangélicos no Brasil passa pela compreensão das mudanças ocorridas nos últimos 30 anos, em que,

evidentemente, a explosão do número de fiéis pentecostais demonstra que tais igrejas vêm sendo capazes de responder a necessidades concretas (de ordem subjetiva e objetiva) de parcelas cada vez maiores do povo brasileiro *em tempos de neoliberalismo*. Aliás, não deve ser coincidência o fato de que a implementação de políticas neoliberais no Brasil tenha sido inaugurada com o governo Collor, no início dos anos 90, e que seja justamente essa a década que marca a primeira grande guinada no aumento do número de fiéis pentecostais no país. É nesse cenário psicossocial que se dá a ascensão das igrejas pentecostais, que pode ser entendida como uma *tentativa da própria classe de lidar com os imensos desafios de sua vida cotidiana, qual seja: como sobreviver no Planeta Favela?* (FERNANDES, 2020, s/p, grifos meus)¹¹⁸.

Levando em consideração o perfil dos evangélicos, trazido no excerto que inaugurou esta subseção, essa luta passa a ser de pobres contra pobres. De um lado, aqueles que lutam pela garantia dos seus direitos (sociais, políticos e civis); do outro, aqueles que, inflados pelos discursos de seus líderes religiosos, acabam muitas vezes por atribuir a sua condição de pobreza à garantia (mínima) desses direitos a “outros” grupos.

Mais do que isso, a maneira como alguns representantes parlamentares identificados com o cristianismo tentam acusar “a esquerda” (no contexto atual, qualquer pessoa que se identifique com pautas humanistas e a garantia dos direitos civis básicos) de ser “cristofóbica” gera em muitos cristãos um sentimento de necessidade de defesa, em que a identificação com outros cristãos que compartilham as crenças (inclusive e principalmente certos valores morais) se sobressai em detrimento de outras tantas, como as muitas violências e

¹¹⁷ Juntamente com a Frente Parlamentar Católica.

¹¹⁸ Entrevista disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-tsunami-pentecostal-brasileiro/>.

precariedades (econômicas, de classe etc.) vividas em seus cotidianos e que passam a ser consideradas reivindicações de seus “algozes” de esquerda.

Pierucci e Almeida chamam a atenção para esse aspecto:

Diga-se, contudo, que a crítica ao Estado feita pelas camadas média e baixa, entre as quais está a maior parte dos evangélicos, não dispensa as exigências de serviços públicos na saúde, educação, segurança, saneamento etc. O discurso a favor do “Estado mínimo” ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público, mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular. Não por acaso, são frequentes *as alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral* como forma de melhorar o desempenho eleitoral (ALMEIDA, 2019, p. 208, grifos meus).

O mesmo público que cresce como consequência das injustiças sociais geradas pelo neoliberalismo defende e alimenta tal sistema, por meio da eleição de representantes evangélicos que salvaguardam pautas como a das reformas trabalhista e da previdência e menor presença do Estado na economia. Soma-se a isso a perseguição de pautas como a dos Direitos Humanos e de seus apoiadores. Na esteira do “bandido bom é bandido morto!”, grupos defensores da garantia de direitos (dos LGBTI+, dos negros, dos indígenas, dos direitos sexuais e reprodutivos etc.) passam a ser considerados inimigos da sociedade (SUNG, 2019), não apenas por denunciarem os excessos da violência policial e do Estado, mas por, segundo seus detratores, reivindicarem privilégios:

Os setores conservadores e autoritários da sociedade, que estão se aliando com o setor neoliberal, é que se colocam contra os direitos humanos, em especial os direitos civis ligados à sexualidade, relações de gênero e família. Essa aliança neoliberal-conservadora entre os defensores do mercado livre – isto é, livre das intervenções do Estado e da sociedade civil diante do mercado neoliberal – e os defensores da família tradicional patriarcal se dá contra os chamados “comunistas”, todos os que defendem os direitos sociais e o Estado de Bem-Estar Social e as vítimas de relações sociais opressivas. Nessa luta, os principais inimigos da humanidade são os pobres (SUNG, 2019, p. 88).

Tendo eleito muitos representantes nas eleições de 2014, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos deputados (a exemplo de nomes como o do deputado federal Jair Bolsonaro (na ocasião, pelo PP-RJ), o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) e o senador Magno Malta (PR-ES)), a bancada religiosa fundamentalista ganhou espaço e seus discursos, aliados ao Movimento Escola sem Partido, conforme verificado nos capítulos anteriores, focaram nos interesses educacionais, mais precisamente na defesa dos seus valores morais e religiosos e na tentativa de perpetuação deles na educação básica.

Ao lado dessa ofensiva na educação, dentre os projetos também polêmicos encabeçados pela Bancada da Bíblia estão o do Estatuto do Nascituro (PL nº 48/07, de autoria

dos deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG))¹¹⁹ e o do Estatuto da Família (PL nº 6.583/13, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE))¹²⁰. Enquanto o primeiro, em linhas gerais, busca aumentar a criminalização sobre o aborto, inclusive tornando crime a interrupção de gravidez em casos que atualmente são permitidos por lei (estupro, risco de morte da mãe ou em caso de feto anencéfalo), o segundo busca reforçar o entendimento do conceito de família como núcleo social composto exclusivamente a partir de um homem e uma mulher, limitando outras possibilidades de composições familiares. Ambos os projetos representam retrocesso e ataque às agendas de direitos reprodutivos e sexuais e ao pouco que houve de avanço nessas áreas nos últimos anos.

Nas eleições de 2018 para a presidência da República, três candidatos eram evangélicos: Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) e Marina Silva (Rede Sustentabilidade), porém, Bolsonaro era o que mais trazia para sua plataforma de campanha discursos e pautas referentes à defesa de certos costumes e valores morais caros a grande parcela da sociedade brasileira, dentre eles as questões relacionadas à política de drogas, violência urbana e aos direitos reprodutivos e sexuais (as já citadas pautas da criminalização do aborto, estatuto da família etc.) e as discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Tais pautas, que já acompanhavam o candidato por boa parte da sua vida pública, ganharam maior visibilidade no contexto eleitoral, em que, diante da repercussão que as discussões de gênero e sexualidade tinham adquirido nos anos anteriores e o pânico moral que se instaurara, foi preciso saber explorá-las a seu favor – o que foi feito e obteve os resultados esperados.

Nesse sentido, o crescimento das bancadas religiosas cristãs nos últimos anos e o avanço de muitas de suas pautas morais na definição e elaboração de políticas públicas parecem ter sido possibilitados por uma série de fatores, sejam aqueles que dizem respeito ao espaço que esses grupos vêm ganhando na mídia televisiva, atingindo significativo número de espectadores, sejam aqueles que localizam na ação social realizada por algumas igrejas evangélicas em suas comunidades uma maneira de ganhar adeptos. Apesar de esses fatores ajudarem a explicar o fenômeno do ponto de vista da análise social e cultural, entendo que é preciso esgarçar essa análise de modo a vislumbrar esse investimento somado a (ou motivado por) um projeto mais amplo, ligado a questões de interesses econômicos, o que buscarei demonstrar na sequência.

¹¹⁹ O PL pode ser encontrado na íntegra em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node016ilvv2az907k1vhj9qn2534kp1547179.node0?codteor=443584&filename=PL+478/2007.

¹²⁰ O PL pode ser encontrado na íntegra em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013.

4.2 O Boi: passando a boiada

Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos¹²¹.

Nos últimos anos, no Brasil, vimos ganhar força grupos comumente chamados de bancadas temáticas, por se aliançarem em torno de temas comuns. Para Ringe e Victor (2013), tais bancadas funcionam como organizações suprapartidárias, cujos integrantes possuem interesses comuns a respeito de um tema político específico. Os autores defendem ainda, segundo Ferreira, que:

essas organizações funcionam como “ponte” para parlamentares que de outra forma não se relacionariam. Esses laços superariam, portanto, divisões institucionais comuns no Poder Legislativo, como as de partidos ou comissões. O fluxo de informações seria facilitado, subcomunidades seriam criadas e o processo legislativo seria beneficiado (FERREIRA, 2019, p. 53).

Mesmo que seja comum a associação dos nomes como bancadas, frentes, *lobby*, no cenário político brasileiro para se referir a esse tipo de agrupamento, Araújo e Silva (2016) chamam a atenção para algumas especificidades que tornariam esses conceitos distintos entre si. Enquanto as chamadas frentes parlamentares são organizações formais¹²², as bancadas temáticas atualmente funcionam como organizações informais, uma vez que não há registro formal que as regularize, embora também não haja impedimento legal para seu funcionamento.

No Brasil, a força política que as demandas e bandeiras levadas ao debate público pela denominada pela imprensa “Bancada BBB”, através de uma rede ampla que fez diminuir os interesses divergentes e lançou luz sobre aquilo que as aproximava, tornou-se uma ampla rede de conexões e interesses, fazendo aproximar diferentes racionalidades, conforme defenderei, inicialmente, refletindo sobre a Bancada do Boi.

Da mesma maneira que afirmei que a religião (cristã) conseguiu se manter presente em diferentes momentos da nossa história, é possível afirmar que as elites latifundiárias e ligadas ao patronato rural conseguiram se manter atuantes na política brasileira até os dias atuais,

¹²¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>.

¹²² Regulamentadas desde 2005 pela mesa diretora da Câmara dos Deputados pelo Ato nº 69, de 10 de novembro de 2005.

elegendo representantes de seus interesses. Como bem lembram Simionatto e Costa (2012)¹²³, a denominada Bancada do Boi seria um dos grupos mais antigos do Congresso Nacional, representando “a permanência e a reprodução de uma mesma classe dominante no poder”, uma vez que está ligada intimamente ao período colonial brasileiro.

Como não é meu objetivo fazer uma historiografia dos grupos dominantes ligados ao latifúndio e à atividade rural no Brasil, mas entender a dinâmica do processo que os fez se articularem a grupos outros em busca de força política e representação, acredito ser indispensável ao menos um breve retrospecto que me leve a observar a atuação e o movimento desse grupo em momentos distintos da história política brasileira: quando da elaboração da Constituição de 1988; no período de implementação de políticas neoliberais do governo FHC; quando da articulação de suas demandas como resposta às políticas dos governos Lula e Dilma; e durante o seu fortalecimento na legislatura 2015-2019.

Parto da Constituição de 1988 por ela marcar o avanço e o estabelecimento de alguns direitos sociais, com base na premissa, fundamentada no próprio documento, do conceito de terra como bem social. Para autores como Mattei (2015), foi por intermédio dela que as reivindicações dos trabalhadores rurais começaram a ter voz. Dentre esses avanços, destaca-se também a criação, como categoria legal e objeto de políticas públicas, das comunidades remanescentes de quilombos, avanços esses que, mesmo “garantidos” pela constituição, foram com frequência afrontados e colocados em suspenso em períodos posteriores.

A exemplo do que já foi verificado em capítulos anteriores, as políticas públicas da década de 1990, a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso, foram fortemente marcadas por um viés neoliberalista privativista. Obviamente, as políticas agrárias e de desenvolvimento rural não passaram intocadas por esse investimento. Segundo Castro e Sauer (2015, p. 11), “no período de neoliberalismo privatista do governo Fernando Henrique Cardoso houve a remoção de todos os obstáculos legais à livre circulação do capital internacional”. É consenso entre alguns pesquisadores da área (Castro; Sauer, 2015; Mattei, 2017; Maluf, 2017) que as políticas do governo FHC acirraram as questões e disputas fundiárias no país.

A década de 1990, mais precisamente a segunda metade, também é marcada pela articulação dos movimentos sociais do meio rural e a organização de suas demandas junto ao

¹²³ Simionatto, I.; Costa, C. R. *Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista. Temporalis*, v. 2, n. 24, p. 215-237, 2012.

poder público¹²⁴, acirrando disputas e levando a conflitos violentos¹²⁵. A soma desses diferentes fatores levou à criação em 1997, pelo Governo Federal, do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, que mais tarde, em 1999, viria a se transformar no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tornando-se o órgão nacional responsável pela definição de todas as ações políticas para o meio rural.

Ainda que posteriormente os governos petistas mantivessem a postura neoliberal de governos anteriores, marcada pela estrangeirização de terras nacionais e abertura ao capital externo, o governo do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, é reconhecido pela ampliação de programas desenvolvidos pelo MDA, com o fomento de políticas de incentivo à atividade rural. Para Mattei,

particularmente nos governos Lula e Dilma (2003-2015), o MDA – enquanto órgão de Estado – foi protagonista de grandes ações em prol da melhoria da distribuição de renda, do enfrentamento da fome e da pobreza e da redução das desigualdades sociais e regionais. Com isso, passou a ser devidamente reconhecido o papel de inclusão social exercido por essa instituição pública. São exatamente esses parâmetros que estão em debate a partir do momento em que o governo atual extinguiu o Ministério, ao mesmo tempo que suas prioridades parecem não se pautar pela trajetória anteriormente mencionada (MATTEI, 2017, p. 169).

Também durante o governo do Partido dos Trabalhadores, em 2007, foi criada a Frente Parlamentar da Terra¹²⁶, formada por parlamentares publicamente identificados com a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável e a agricultura camponesa e familiar, sob o lema “Terra, território e biodiversidade”. A criação da Frente também simboliza uma importante contraposição política aos interesses da Bancada do Boi.

O MDA foi extinto pelo governo Temer logo após a sua posse, após o Golpe de 2016, denunciando, de certo modo, os interesses e a influência também da Bancada do Boi no processo em questão, marcando, assim, uma ruptura de certo modelo de política rural aberta para as questões ambientais e às demandas dos movimentos sociais do campo na direção de uma voltada para o fortalecimento dos interesses do agronegócio, através da agudização de

¹²⁴ A exemplo da criação, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que no ano seguinte se tornaria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

¹²⁵ Sobre alguns desses conflitos, Mattei cita: “Já na esfera agrária, houve diversos conflitos, sendo que dois deles tiveram repercussão nacional e internacional. O primeiro ocorreu em Corumbiara-RO, no dia 9 de agosto de 1995, quando a Polícia Militar, junto com pistoleiros contratados por fazendeiros, desocupou, de forma violenta, a Fazenda Santa Elina. Enquanto mulheres eram mantidas como escudos humanos, os homens foram barbaramente assassinados. Ao final das operações, contabilizaram-se 12 mortes, dezenas de pessoas feridas e mais de 300 presas. O segundo conflito ocorreu em 17 de abril de 1996 na cidade de Eldorado de Carajás-PA. Nesse dia, mais de 150 policiais militares fortemente armados desocuparam a Rodovia PA-150, que havia sido interditada por famílias de trabalhadores rurais sem-terra exigindo um cumprimento de acordo prévio feito com o governo estadual. A desobstrução violenta da estrada resultou em 19 mortes e 69 sem-terra feridos” (MATTEI, 2017, p. 170).

¹²⁶ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/camara-lanca-frente-parlamentar-da-terra/>.

um modelo de neoliberalismo mais perverso, em que o Estado tornava-se cada vez mais fundamental para a sua manutenção.

Em pesquisa realizada por Souza (2017), ao entrevistar o líder da Frente Parlamentar Agropecuária, o deputado Marcos Montes (PSD-MG), é possível verificar a identificação da Frente com partidos de direita e de centro, além do seu apoio ao Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de Dilma:

Quando perguntado se a frente parlamentar se relaciona de forma mais próxima de algum partido ou campo ideológico, Marcos Montes afirmou que a frente tem a tendência de se aproximar dos partidos de direita e de centro. Segundo ele, isso se justifica pelo fato de que o produtor rural inclina-se à defesa da *propriedade privada*. Por fim, Marcos Montes afirmou que as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro – principalmente em relação ao *impeachment* – *impactaram positivamente a atuação da Frente Parlamentar Agropecuária*. O deputado disse que as políticas defendidas pelo governo Dilma iam *na contramão dos interesses dos produtores agropecuários*. Assim, o impedimento de Dilma Rousseff foi *uma vitória para esta organização* que se mobilizou politicamente em prol do afastamento da presidente (SOUZA, 2017, p. 34, grifos meus).

Como exemplo desse “impacto positivo”, acredito que o deputado estivesse se referindo à flexibilização da legislação trabalhista no que diz respeito à definição de trabalho escravo ou ao andamento de projetos que buscavam flexibilizar a utilização de agrotóxicos, uma vez que algumas das exigências mais antigas desse grupo são as que se referem à exclusão de termos como “trabalho análogo à escravidão” e jornadas exaustivas, por exemplo. Não por acaso, o deputado Marcos Montes (PSD-MG) foi anunciado como vice-líder do governo Michel Temer em agosto de 2016.

Como já observamos, a atuação dos *think tanks* e os interesses empresariais no processo decisório das políticas de educação, da mesma maneira é possível perceber a influência, a atuação e o investimento desse tipo de organização sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária e, conseqüentemente, sobre a Bancada do Boi. Para entendermos a força política dos interesses da bancada em questão, torna-se fundamental que observemos as instituições e organizações que a apoiam, como o Instituto Pensar Agropecuária¹²⁷ e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil¹²⁸.

Segundo Rodrigues (2015)¹²⁹, o Instituto Pensar Agropecuária é um *think tank* criado por entidades do setor produtivo agropecuário que fornece subsídios materiais, como pareceres, proposições e estudos, como “subsídios informacionais que orientem a discussão com os diversos segmentos durante a atuação legislativa” (SOUZA, 2017, p. 36), além de

¹²⁷ Ver: <https://www.pensaragro.org.br/>

¹²⁸ Ver: <https://www.cnabrazil.org.br/>

¹²⁹ RODRIGUES, Roberto. Amplia-se o centro privado de inteligência da agropecuária brasileira [entrevista a Paulo Roque]. *AgroAnalysis*, v. 35, n. 6, p. 7-9, 2015.

assessoramento para a atuação da Frente Parlamentar Agropecuária. Segundo João Henrique Hummel Vieira, diretor executivo do IPA, em entrevista a Souza (2017), “a função do Instituto Pensar Agropecuária é apresentar argumentos e informações para os parlamentares, de forma que eles possam tomar as devidas decisões políticas”. O IPA também custeia as atividades da Frente Parlamentar Agropecuária através das entidades vinculadas (SOUZA, 2017)¹³⁰.

A respeito das definições e o papel do Estado no que concerne a esse grupo, Bruno (2002) ressalta:

Os parlamentares ruralistas ora priorizam a defesa da livre-iniciativa para fazer frente à emergência de um novo padrão de desenvolvimento e à redefinição de posições hegemônicas nas cadeias agroindustriais, ora exigem a tutela e os favores do Estado, cujo dever prioritário seria protegê-los (BRUNO, 2017, p. 160).

Essa contradição parece convergir com aquelas já apontadas aqui a respeito da Bancada da Bíblia, em que ao mesmo tempo que seus integrantes defendem menor regulação por parte do Estado nas questões e interesses econômicos (apoiando parlamentares e projetos nesse sentido), o Estado é chamado para legislar a favor da defesa de seus interesses e valores morais.

Outra contradição demonstrada por Bruno (2017) está na identidade ruralista do projeto neoliberal do agronegócio brasileiro. Para ele, essa identidade é marcada por uma ambivalência. De um lado, a defesa de uma agricultura modernizada tecnicamente; de outro, a defesa e permanência de padrões de conduta conservadores, o que ajuda a compreender também a aproximação com grupos políticos não ligados às questões fundiárias diretamente, como a bancada religiosa fundamentalista e a Bancada da Bala. Embora a associação direta entre esses grupos religiosos e as pautas neoconservadoras sejam explícitas, cabe salientar que a atuação desses grupos não se restringe a elas. É possível perceber também o envolvimento desses grupos e partidos disputando outras pautas. Para Brown,

o desmonte da provisão pública vai rotineiramente de par com normas da *esfera privada estendida* para deslegitimar o conceito de provisões de bem-estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade. À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “*familiarizada*” de outro pela *racionalidade neoliberal*, esses processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (BROWN, 2019, p. 132-133, grifos meus).

Assim como dentre as estratégias utilizadas pelos parlamentares evangélicos está a de culpabilizar “a esquerda” e suas reivindicações pelos desvios morais e a diminuição dos valores tradicionais da sociedade brasileira, uma das estratégias usadas pela Bancada do Boi é a de acusar os “excessos” da legislação atual, que, ao se pautar por princípios de proteção

¹³⁰ Monografia: institucionalização das frentes parlamentares...

ambiental (Código Florestal Brasileiro), seria um entrave para os negócios do setor e o consequente bom andamento da economia. A “esfera pessoal e protegida” (de alguns poucos) precisa ser garantida. Isso torna-se verificável quando ao lado do avanço das pautas neoconservadoras na Educação vimos avançar também interesses relacionados à diminuição do papel do Estado no que concerne a enfrentamento do desmatamento, retirada de direitos trabalhistas, disputa por territórios, proibição de uso de alguns agrotóxicos comprovadamente nocivos etc., tendo como seus defensores as mesmas bancadas articuladas na defesa de valores tradicionais.

A PEC 215¹³¹, que desde 2000 é trazida com frequência pela Bancada e que tem como objetivo restringir ao Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação de territórios indígenas e quilombolas, alterando a Constituição Federal numa tentativa de diminuição do poder político dos povos indígenas e quilombolas, é um bom exemplo disso. Segundo Almeida, um exemplo é

a disputa do PSC pela Funai, órgão federal central no processo de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Na CPI da Funai-Incra, na Câmara dos Deputados, a *Frente Parlamentar Evangélica operou como linha auxiliar da denominada bancada do agronegócio* e da mineração em oposição aos que militam pelos direitos dos indígenas sobretudo à terra. Interessa à Frente Evangélica abrir espaço para ação missionária evangélica entre os indígenas como forma de legitimação interna dos políticos religiosos. Terras e almas são bens em disputa que articulam diferentes atores do Congresso Nacional (ALMEIDA, 2017, p. 16).

Essa complementariedade, demonstrada tanto na defesa de alteração na legislação quanto na disputa pelos órgãos responsáveis, faz com que não possamos ingenuamente pensar na tentativa de incursão de grupos religiosos em aldeias indígenas para fins de “evangelização” separada das disputas por terras, por exemplo. Assim, a aproximação de bancadas e frentes temáticas em torno de alguns interesses é mantida por uma relação de compadrio e cumplicidade, em que o que é defendido por uma também deve ser sustentado pela outra.

A citação abaixo, referendada no documento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) a respeito do perfil do Congresso na legislatura 2015-2019 (legislatura que compreende a baliza temporal de minha empiria), já dizia muito sobre a parceria e a força política entre as Bancadas da Bíblia e do Boi e a defesa de seus *lobbys*:

Nem governo, nem oposição, o que contou pontos decisivos para a aprovação da lei ambiental e para a substituição do kit anti-homofobia foram as forças de articulação das bancadas ruralista e evangélica. Com as alas suprapartidárias fortalecidas, dizem especialistas, podemos esperar um congresso conservador para temas como o confisco de terras utilizadas para trabalho escravo e a descriminalização do aborto,

¹³¹ Para mais informações, ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-215-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quais-os-proximos-passos-6520/>.

além dos pontos mais polêmicos discutidos pela reforma política, como a cota para mulheres no Parlamento (DIAP, 2014)¹³².

Do mesmo modo que essas bancadas fazem aproximar muitos de seus interesses diretos, como já visto, elas se articulam em torno de projetos societários, qual seja o interesse do fortalecimento do papel do Estado quando da manutenção de seus privilégios e quando da tentativa de diminuição e esvaziamento do político, estratégias fundamentais para a manutenção da normatividade neoliberal. A esse respeito, chamo a atenção para a maneira (talvez cínica) como esses grupos se autointitulam “neutros” em relação a determinadas pautas e discussões, como verificado em falas do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária no contexto de discussão da portaria que buscava alterar o artigo do Código Penal que conceitua o trabalho escravo: “Nós vamos tentar colocar o máximo de pessoas que tenham condições de debater a questão ambiental no Brasil, *não de forma ideológica nem radical*, mas de forma equilibrada. Vamos tentar, sim, ter uma grande maioria”¹³³ (grifos meus); “Espero que ele não recue e que chame todo mundo para uma mesa-redonda com o setor empregador, a frente parlamentar e todas as partes envolvidas para discutir *com muita democracia, sem ideologia*”¹³⁴ (grifos meus).

Nota-se que a fala do deputado se aproxima dos argumentos defendidos pela bancada evangélica e dos autores do ESP, em que qualquer questionamento referente à manutenção de seus privilégios (de classe, de gênero, étnico-raciais etc.) é colocado sob suspeita e acusado de ser radical, ideológico ou doutrinário. “Muita democracia”, conforme a fala do deputado, está ligada à garantia de um debate político autoritário e sem oposição. Assim, “democracia” parece emergir como um significante vazio (LACLAU, 2011) em disputa, ao ser esvaziado de um certo sentido (não ontológico, mas partilhado, de que a igualdade política é o que a sustentaria) e ressignificado por esses grupos como maneira de frear a atuação da oposição.

Quando o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial¹³⁵ ocorrida no dia 22 de abril de 2020, proferiu as palavras que usei para introduzir este subcapítulo, ficou explícita (pra não dizer descarada e vergonhosa) a intenção de que fossem modificadas e aprovadas legislações voltadas à agricultura e à proteção ambiental, enquanto a imprensa estivesse entretida na cobertura da pandemia da Covid-19, que se alastrava pelo

¹³² DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ACESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do novo Congresso*. Legislatura 2015-2019. Brasília, 2014.

¹³³ <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>.

¹³⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/trabalho-escravo-com-portaria-governo-fez-mudanca-que-tramita-no-congresso-ha-14-anos.ghtml>.

¹³⁵ Essa reunião não era pública, sendo restrita aos ministros e ao presidente. O vídeo só veio a público quando, por pressão da oposição, foi autorizada a sua divulgação pelo STF.

Brasil e o mundo. Tal intenção lança luz sobre os interesses de deixar de fora qualquer possibilidade de resistência ou disputa política protagonizada por grupos de oposição. Pela prática do “parecer, caneta, parecer, caneta” (alusão à assinatura do presidente na aprovação dos pareceres), buscava-se facilitar e garantir a hegemonia dos interesses historicamente disputados pela Bancada do Boi – não mais no espaço político, democrático e republicano, mas de maneira impositiva e autoritária.

4.3 A Bala: direitos humanos para humanos *de direita*

Este subcapítulo se dedicará à apresentação da apelidada pela imprensa “Bancada da Bala” em função de seus integrantes e interesses representarem – e serem financiados por – a indústria armamentista e de munições. Além disso, buscarei mostrar como atua e se articula a outras bancadas aqui já trazidas no contexto em questão. O trocadilho com o qual resolvi batizá-lo prenuncia algumas das conclusões feitas a partir da análise da atuação dos parlamentares dessa bancada e a maneira como se uniram às outras, em que a apresentação de projetos que visavam alterações legislativas foi frequentemente perpassada por discursos de ataque à agenda de Direitos Humanos.

Diferentemente das bancadas da Bíblia e do Boi, a denominada Bancada da Bala emergiu nos anos 2000 e ganhou mais representantes e visibilidade nas décadas seguintes (mais especificamente, na 54^a e 55^a legislaturas), o que não significa dizer que as pautas e bandeiras defendidas por ela não sejam mais antigas; pelo fato de o perfil de alguns de seus membros estar intimamente ligado aos quadros das Forças Armadas, de certa maneira ressuscitando fantasmas do período da Ditadura Civil Militar, vivido entre 1964 e 1985, no Brasil ou pela proposição de projetos como a da PEC nº 171/93, que já propunha a redução da maioria penal.

Ainda a respeito dos integrantes desse grupo, cabe destacar, amparado por informações extraídas da matéria jornalística de Fonseca e Medeiros (2016)¹³⁶, que a composição dessas bancadas temáticas não pode ser pensada de maneira isolada, ou seja, é muito comum que um integrante da Bancada da Bala também pertença e atue na defesa dos interesses de outra. Dos 35 deputados que compunham a Bancada da Bala na 54^a legislatura, dezoito também integravam a Bancada do Boi, e quinze a Bancada da Bíblia, fortalecendo a tese de que esses diferentes grupos, ao se aproximarem, fosse através da assinatura para a

¹³⁶ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>

criação de suas “frentes” (para o qual é pedido um número mínimo exigido em regimento que as regulariza), fosse através da assinatura e apoio público a projetos de lei, formavam um importante bloco político, neste caso reconhecido como de extrema direita.

Em linhas gerais, são temas centrais da Bancada da Bala questões relativas à segurança pública e à política criminal. Segundo o Art. 22, Inciso I da Constituição de 1988, é do Poder Legislativo a prerrogativa do estabelecimento e definição de normas a respeito da segurança pública, o que torna a Câmara dos Deputados espaço privilegiado de atuação dos representantes eleitos por sustentarem e defenderem interesses diretamente relativos a tais temas. Dessa maneira, é possível perceber o aumento do número de deputados eleitos relacionados profissionalmente a essas áreas. Para Quadros e Madeira,

à semelhança do que ocorre com os pastores que migram dos “cultos” para o plenário, policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de modo geral). Assim, o *modus operandi* da Bancada da Bala igualmente nos permite considerá-la como um autêntico grupo de pressão de cariz conservador que se instalou no interior do Congresso Nacional (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 505).

Ainda que, conforme sinalizado, a discussão e as definições sobre segurança pública sejam responsabilidade do Legislativo federal, é possível perceber também um importante crescimento desse grupo em outras instâncias, como nas casas legislativas estaduais e municipais (MIRANDA, 2019), demonstrando o quanto o fortalecimento dos interesses defendidos por ele não se limita à Câmara dos Deputados, por serem pautas que ganham força e aderência popular.

A respeito dessa capilaridade e apoio de grande parte da população, é fundamental pensar sobre o papel da mídia (em grande parte a televisiva) na abordagem de temas complexos e sensíveis da sociedade brasileira, como as questões relacionadas à insegurança e à violência das grandes cidades, o consumo de drogas etc. Assim como nos últimos anos emergiram e ganharam notoriedade canais evangélicos com programas de TV voltados para o fortalecimento da fé (cristã), assistimos também ao crescimento de programas de TV no estilo “sensacionalista” que ocupam canais de TV aberta no Brasil. Sobre este estilo:

O objetivo principal do jornalismo sensacionalista é aumentar a venda de jornais (jornalismo impresso), a audiência dos ouvintes (rádio) ou telespectadores (televisão). Obviamente, essa atitude pode diminuir o foco jornalístico aos assuntos mais objetivos e que atendam aos critérios de noticiabilidade para assuntos mais populares, apelativos e que rendam bastante audiência. A mídia sensacionalista expõe programas de rádio/televisão e jornais em que se divulgam livremente: a violência nas favelas, crimes passionais, escândalos envolvendo anônimos ou famosos, “curiosidades”, prisões de bandidos perigosos, assassinatos e afins devido a todo o apelo que estes temas têm sobre a população (RIBEIRO, 2016, p. 184).

Programas como *Cidade Alerta* (TV Record), *Brasil Urgente* (TV Bandeirantes) e *Alerta Nacional* (Rede TV!) são exemplos desse estilo jornalístico na TV aberta brasileira, além de outros produzidos, voltados e exibidos para a população local, como *Balanço Geral* (TV Record-RS). Não coincidentemente, esses canais são os mesmos que transmitem programas voltados para o público evangélico, como os já citados *Show da Fé* e *Espaço Vida Vitoriosa*, ambos da TV Bandeirantes; *Fala que eu te escuto*, da TV Record, e os diferentes programas exibidos em grande parte da grade da Rede TV!. Essa simbiótica relação não é percebida apenas na composição da programação dessas emissoras, mas também na postura de alguns apresentadores/jornalistas, em que a eloquência e a altivez com que se expressam muito se assemelha à performance de um pastor em seu púlpito. Na abertura de um dos programas do *Alerta Nacional*, o apresentador Sikêra Jr. Diz o seguinte:

Olá, boa noite! Meu nome é Sikêra Jr. Olá, *humanos*. Este é o Alerta Nacional, aqui na crítica Rede TV! para todo o Brasil. E é no início do Programa que *eu peço ao meu Senhor Jesus Cristo* que te ilumine, te proteja, te livre do mal, te oriente em tudo o que você for fazer, tá?! Seus negócios, projetos, seus estudos, e que ele livre a sua casa, o seu estabelecimento comercial, que ele preserve o seu emprego, e limpe e deixe longe de você o invejoso, o fofoqueiro, o mentiroso, o *drogado*, os *comunas safados*, os cabeças de pirote, o que não presta!”¹³⁷ (grifos meus).

A fala do apresentador me parece um bom exemplo para pensarmos na união – ou “aglutinação”, conforme proposto por Petõ (2015) no contexto aqui analisado – de diferentes enunciados que, separados, já despertam certos medos na sociedade brasileira. Ao acionar uma série de sujeitos no aglutinador “o que não presta”, há a intenção evidente de criar uma barreira quase imagética entre o “nós”: cristãos, trabalhadores, “empreendedores”, estudiosos, pessoas “de bem”, e os “outros”: os delinquentes e bandidos e, óbvio, os comunistas/esquerdistas.

Mesmo que essa abertura dos canais de TV para esses programas e a maneira como buscam influenciar a opinião pública a respeito desses temas ajudem a explicar o fortalecimento da Bancada da Bala, bem como a defesa de seus interesses em diferentes instâncias, outros fatores devem ser levados em consideração quando da análise desse fenômeno em nível nacional. Nesse sentido, na sequência, apresento algumas hipóteses levantadas por diferentes pesquisadores de forma a compreender a emergência dessa bancada e a maneira como consegue fazer avançar seus interesses.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/11)¹³⁸ pelo governo do PT, que em linhas gerais buscava “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas

¹³⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=xjG5d6devf0>.

¹³⁸ Para mais informações, vide: <https://www.camara.leg.br/noticias/221743-camara-aprova-criacao-da-comissao-nacional-da-verdade/>.

entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”¹³⁹, desagradou e mobilizou alguns grupos militares de alta patente. Tal desagrado também foi fundamental para o fortalecimento desse grupo e a consequente articulação conservadora que se seguiu, uma vez que a Bancada da Bala, como já apontado, também é integrada por representantes militares.

Autoras como Rodrigues (2018) defendem, inclusive, que essa onda conservadora vivida nos últimos anos no Brasil pode ser explicada pela maneira como foi (mal) conduzido o processo de abertura política e da Anistia, que não condenou os crimes bárbaros e as violações de Direitos Humanos cometidos pelas forças militares brasileiras no período em questão. Para Rodrigues,

é difícil elaborar o que resta da ditadura – se desde a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, vivemos sob um silêncio forçado, que nos obriga a calar sobre o passado e nos impede de combater a violência do presente. Caminhar em direção a uma sociedade mais igualitária passa por concluir o luto político pelas perdas da ditadura e pelas chacinas, pelos assassinatos e pelos extermínios que continuam a ocorrer no regime democrático brasileiro, incapaz de fazer cessar a brutalidade da polícia militar na vida cotidiana. Se antes os alvos eram pessoas organizadas em movimentos contrários à ditadura, o que se vê desde os anos 1980 é a criação de novos alvos – os negros, os pobres, as mulheres, os indígenas, as pessoas LGBTQI –, em uma guerra contra o povo em nome de um regime democrático paradoxal, em que as regras do jogo estão sempre sendo modificadas para que nunca haja lugar justamente para o povo, aquele em nome de quem a democracia deveria existir (RODRIGUES, 2018, p. 23-24).

A maneira como o então deputado Jair Bolsonaro dedicou seu voto “à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra” quando da votação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, saindo ileso de qualquer tipo de punição, enriquece o argumento dessa tese. Ainda na esteira do raciocínio de Rodrigues (2018), foi no contexto da votação do processo do Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de Dilma Rousseff (que na ocasião não representava apenas a instância maior do Executivo, mas uma mulher, ex-presa política do período da ditadura e que havia testemunhado os crimes do regime nos autos da CNV) que o deputado citado se “banhou nas águas do neopentecostalismo e ganhou apoio de certos grupos evangélicos” (p. 26), numa demonstração simbólica evidente da simbiose entre os valores do “capitão” militar e os do “Messias”, o homem evangélico temente a Deus. Tal contradição simbolizada na figura do deputado, no que se refere à defesa de torturadores, ao mesmo tempo que reforçava seus laços com uma religião cristã, parece não ter gerado estranhamento, antes o contrário. O reforço desse tipo de vínculo aparentemente antagônico era uma resposta necessária às urgências daquele contexto, qual seja, o de fortalecimento dos valores morais religiosos e de deslegitimação e enfraquecimento da democracia.

¹³⁹ Segundo o site <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnvn.html>.

Obviamente, a defesa dos interesses militares também não se restringiu à elaboração de projetos que buscavam limitar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade; pode ser percebido também na luta política pela manutenção dos privilégios desse grupo, como, por exemplo, na Reforma da Previdência¹⁴⁰.

Dos muitos projetos mobilizados pela Bancada da Bala de maneira a apontar o acirramento de tais demandas no mesmo contexto¹⁴¹ aqui analisado a respeito dos discursos em que se fez crítica à agenda de gênero e sexualidade, trago para ilustrar alguns dos discursos utilizados na defesa de projetos apresentados nesse mesmo espaço temporal, a exemplo do projeto do Estatuto do Desarmamento, da redução da maioria penal e da privatização dos presídios. Esses são alguns dos projetos encabeçados pela Bancada da Bala e que parecem ter alimentado os discursos entendidos aqui como neoconservadores que, ao explorar temas caros à sociedade brasileira, como a falta de segurança dos grandes centros urbanos, a impunidade gerada pelo “excesso de direitos humanos” e a narrativa do “bandido bom é bandido morto!”, ganharam capilaridade e aderência popular.

Seguem alguns discursos relacionados diretamente a esse tipo de narrativa.

Comissão da Verdade. Vamos aproveitar e falar um pouquinho sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, é o dia internacional da vagabundagem. Os direitos humanos no Brasil só defendem bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos. O Dia Internacional dos Direitos Humanos no Brasil serve para isso. E isso está na boca do povo nas ruas (Deputado Jair Bolsonaro (Bloco/PP-RJ), pronunciamento em 09 de dezembro de 2014)¹⁴².

Não podemos aceitar que hoje o policial vá para as ruas com duas certezas, se esta proposta passar aqui: a certeza de que pode não voltar, porque, se trocar tiro com o bandido, pode morrer; e agora a certeza de que, se trocar tiro com o bandido e o bandido morrer, ele será autuado em flagrante e ficará preso. Nós não precisamos e não devemos legislar para bandido! Aqueles que acham que bandido é bom, que os levem para suas casas, *porque bandido bom é bandido morto! Que viva a família!* (Deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA), discurso em 18 de março de 2015)¹⁴³.

Agora, existe a corrente que está se mobilizando a duras penas para tentar dissuadir a população disso. É possível ver os trabalhos que eles estão fazendo para quebrar essa *vontade popular* e deixar a criminalidade campear em nosso País: "*Do jeito que está, está bom*". O povo está preocupado com segurança, *com seus filhos*. Então,

¹⁴⁰ Para mais, ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38230284>

¹⁴¹ Por tratar do contexto, destaco que alguns projetos podem ter datas que fogem à baliza temporal proposta por mim para as análises dos discursos das políticas de educação pois, embora possam ter datas anteriores/posteriores, ganharam andamento no período em questão, a exemplo da PEC 171 de 1993 (referente à redução da maioria penal), que foi aprovada em julho de 2015. O que corrobora a tese defendida por mim neste trabalho, em que o momento político foi profícuo para o avanço desse tipo de demanda.

¹⁴² Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=2&nuSessao=284.4.54.O&nuQuarto=54&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:46&sgFaseSessao=BC+++++++&Data=09/12/2014&txApelido=JAIR+BOLSONARO&txFaseSessao=Breves+Comunica%C3%A7%C3%B5es+++++++&dtHoraQuarto=13:46&txEtapa=Sem+supervis%C3%A3o>

¹⁴³ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=035.1.55.O&nuQuarto=78&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:45&sgFaseSessao=CG&Data=18/03/2015>

eles esquecem o que está acontecendo (Deputado Delegado Edson Moreira (Bloco/PTN-MG), discurso em 14 de maio de 2015, grifos meus)¹⁴⁴.

A nossa Lei de Execução Penal tem que ser *jogada no lixo*. Ela tem que ser totalmente alterada. [...] Precisamos aprovar projetos que ajudem a reduzir os 56 mil homicídios do ano passado. Precisamos *endurecer a legislação penal*. Precisamos retirar essas pessoas do convívio com o *cidadão de bem*. Não podemos mais tolerar que o cidadão de bem fique atrás das grades, preso em sua casa, enquanto os marginais, os bandidos tomam conta da situação. Após a redução da maioria penal, esperamos conseguir aprovar nesta Casa mais projetos que endureçam a legislação penal. Assim talvez tenhamos um país mais seguro e mais digno para nós, *para nossos filhos*, para nossa sociedade (Deputado Capitão Augusto (PR-SP), discurso em 11 de junho de 2015, grifos meus)¹⁴⁵.

Da mesma forma que a “família” precisava se armar (pra usar termo utilizado pelo MESP) contra a ideologia de gênero e a doutrinação marxista oferecida pelas escolas¹⁴⁶, era preciso estender essa proteção para a propriedade e os bens privados. Se, a partir do já visto, a unidade familiar emerge como um bem privado que precisa ser conservado, também se faz necessário protegê-la em seus aspectos físicos e patrimoniais; além do apelo à defesa da família e dos filhos presente na maioria dos discursos acima, que os liga facilmente aos discursos e enunciados da Bancada da Bíblia, chama a atenção também o ataque aos Direitos Humanos.

Assim, com base nesses discursos, é possível tecer algumas reflexões que conectam a lógica excludente e neoliberal às questões de moralidade que amparam tais iniciativas. Com o apelo ao recrudescimento da legislação, seja autorizando uma excessiva abordagem policial sem possibilidade de punição¹⁴⁷, seja reduzindo a maioria penal ou ampliando a utilização de armas de fogo, há a tentativa de imposição de uma suposta ordem moral em que (alguns) valores e a moralidade parecem ser um caminho pelo qual a racionalidade neoliberal busca responsabilizar os indivíduos pelas suas escolhas.

Da mesma maneira que os interesses de grupos privados estiveram disputando políticas públicas educacionais e de desenvolvimento rural, é possível perceber os interesses privados também sendo manifestados através da atuação da Bancada da Bala. Em países como o Brasil, cujos dados da violência da polícia e sua atuação falam por si sós¹⁴⁸, é necessário que esse tipo de investimento seja explicado não somente pelo caráter moral, mas

¹⁴⁴

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=109.1.55.O&nuQuarto=66&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:10&sgFaseSessao=BC&Data=14/05/2015>

¹⁴⁵ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=149.1.55.O&nuQuarto=39&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:16&sgFaseSessao=BC&Data=11/06/2015>

¹⁴⁶ Conforme verificado no Capítulo 3.

¹⁴⁷ Em linhas gerais, o Projeto de Lei n° 846/15 tinha como objetivo tornar crime hediondo o assassinato de integrantes das Forças Armadas, do Sistema Prisional, além de policiais quando estes estiverem no exercício da função ou forem assassinados devido ao cargo que ocupam.

¹⁴⁸ Ver: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

também pelo econômico e mercadológico, em que a mobilização dessa narrativa parece fundamentar o avanço de interesses de grupos como o da indústria armamentista. Para Telles,

esta é questão que pode ser aqui retomada sob um lado bem concreto, nas materialidades das formas de controle e gestão dos espaços urbanos e suas populações. É questão trabalhada por Stephen Graham ao discutir a lógica militarizada de controle e gestão dos espaços das cidades, sob a figuração das “guerras urbanas”, essa noção que circula amplamente entre autoridades policiais e gestores urbanos – cidades vistas como espaços intrinsecamente problemáticos, pontilhadas por lugares de concentração de populações sob suspeita, insurgentes, protagonistas de mobilização, dissensão, insubordinação e protestos que ameaçam a segurança dos mercados. Pois bem. E este é o ponto que interessa aqui enfatizar: “o novo urbanismo militar”, diz o autor, alimenta-se de experimentos, procedimentos, técnicas e tecnologias testados em zonas de guerras coloniais – Iraque, Afeganistão e, sobretudo, Gaza. Modelos explicitamente coloniais de pacificação, militarização, controle e contenção, testados e afinados nas ruas do Sul global, estão espalhados pelas cidades do centro capitalista do mundo e tendem a se difundir por todos os lados, nas trilhas do hoje expansivo e altamente lucrativo mercado da segurança, também ele globalizado, por onde circulam, junto com equipamentos, dispositivos de vigilância e armamentos, os escritórios de assessoria, agências de treinamento, manuais e seus protocolos e recomendações para lidar com a “guerra urbana” e ensinar as forças da ordem a fazer uso das técnicas da chamada “gestão de multidão” testadas nos Territórios Ocupados Palestinos. Jeff Halper vai mais longe e fala de uma palestinação do mundo, da qual é expressão justamente o urbanismo militarizado discutido por Graham¹⁴⁹.

Tal leitura nos faz refletir sobre o papel da legislação penal brasileira e a maneira como vem sendo disputada por esses grupos por ser um espaço privilegiado para a defesa de seus interesses, servindo como fonte de lucro ao capital, na associação dos interesses da indústria militar, da indústria bélica e da indústria de segurança, somada à tentativa de privatização de presídios e os mecanismos paraestatais presentes em grandes cidades como o Rio de Janeiro, a exemplo das milícias¹⁵⁰. Essa espécie de administração dos excedentes, conforme citado por Telles acima, está intimamente ligada à necropolítica proposta por Mbembe (2018), uma tecnologia a favor da morte (de alguns).

A guerra fomentada pela indústria de armas não é percebida somente nos grandes centros urbanos, mas também em zonas rurais, em que o direito ao porte de armas de fogo e maior flexibilização da legislação que versa sobre o tema também são interesse da Bancada do Boi:

Embora o mercado possa estar interessado na liberação do porte de arma, e essa seja uma pauta de interesse dos fazendeiros suscetíveis ao discurso armamentista, dispostos a matar indígenas para conquistar mais terras para o agronegócio, é pela formação de milícias e contra a população pobre que essas armas vão ser disparadas ainda mais (RODRIGUES, 2018, p. 29).

¹⁴⁹ Extraído de <https://diplomatie.org.br/a-violencia-como-forma-de-governo/>. Acesso em 01. Jun. 2020.

Levando em consideração dados como os que mostram que os indivíduos que mais sofrem com a truculência da violência são os jovens negros e moradores da periferia¹⁵¹, sujeitos alijados dos processos de inclusão e gerados pelos de exclusão oriundos da normatividade neoliberal, que naturaliza as desigualdades e injustiças sociais e a moralidade, somada ao resquícios do nosso passado colonial e escravista, torna-se um critério para incluir/excluir, dividir humanos de não humanos, em que a exclusão é naturalizada como um direito a ser negado a quem não for considerado apto a ser um sujeito de direitos.

No contexto aqui em questão, e a partir dos discursos acima citados, é possível perceber um movimento que busca subverter tanto a ideia do que seja direito quanto limitar e redefinir o que seja ser “humano”. A agenda de Direitos Humanos, pelo que vem sendo discutido em áreas como o Direito Penal, também é colocada em suspenso. Ao disputar a agenda dos Direitos Humanos, esses grupos neoconservadores buscam ter autoridade para definir o que é esse humano, como no *slogan* tão difundido entre os neoconservadores: “direitos humanos para *humanos direitos!*”, baseado em concepções de juízo de valor moral.

Ainda que atualmente os Direitos Humanos sejam uma categoria associada às bandeiras dos movimentos sociais mais progressistas na luta contra as opressões (verificado, inclusive, dentre os discursos trazidos acima), como a dos negros contra o *apartheid* nos EUA, a das demandas das mulheres das diferentes ondas do feminismo ou a do movimento LGBTI+ ao galgar direitos como da união civil e da adoção de crianças, cabe salientar que tal categoria não é estática. Conforme apontado por Emmerick (2013, p. 90), “o direito, enquanto instrumento normatizador do social, não é estático ou neutro. Assim, sobre ele pairam inúmeras disputas políticas e sociais”. Dessa forma, historicamente a legislação como legitimadora do que seja direito é disputada por diferentes forças políticas.

Esse tipo de disputa pela extrema direita em torno da agenda de Direitos Humanos, a partir de argumentos controversos baseados também e principalmente em interesses econômicos e que ganha eco num senso comum orientado pela mídia televisiva, opera com a mesma estratégia de pânico moral utilizada pela Bancada da Bíblia, mascarando os abismos sociais presentes no Brasil e contribuindo para uma arena que parece colocar cada vez mais pobres contra pobres.

Embora eu tenha lançado luz apenas para a atuação dessas bancadas, ressalto que muitas outras poderiam ser trazidas como exemplo de articulação de interesses privados e seus *lobbys*, como as empresariais, a das empreiteiras e a das construtoras ou a própria Frente

¹⁵¹ Dados verificados em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>.

Parlamentar pelos direitos LGBT, que também ganhou força e notoriedade nesse mesmo contexto, tornando-se um contraponto aos grupos conservadores em muitas discussões. Porém, entendi que a Bancada BBB foi a que mais ganhou visibilidade midiática em torno de questões que ora orbitavam entre questões de interesses morais, ora em questões de interesses econômicos e mercadológicos. Assim, as Bancadas da Bíblia, do Boi e da Bala, ao se articularem em torno de estratégias de pânico moral, tanto na reverberação desse discurso dogmático religioso nas políticas educacionais aqui trazidas quanto no aumento de poder de seus representantes políticos articulados, apontam para a urgente necessidade de compreensão desse fenômeno, ainda mais quando pensamos que esse avanço ocorreu em paralelo ao recrudescimento da austeridade neoliberal, em que a religião, a moralidade e o conservadorismo se tornaram elementos fundamentais para a sua manutenção.

4.4 Convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo

A expansão da “esfera pessoal protegida” em nome da liberdade, então, não apenas assegura poderes desigualitários de classe, gênero, sexualidade e raça; ela gera um *imago* e um *ethos* da nação que rejeitam uma ordem pública, plural, secular e democrática em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar. Aquela é caracterizada por compromissos com uma abertura modesta, diversidade, igualdade social e política e o Estado de direito. Esta, especialmente em sua forma tradicional, é murada homogênea, unificada, hierárquica e autoritária.
(BROWN, 2019, p. 144)

Levando em consideração tudo o que foi realizado até aqui, acredito ser importante resgatar alguns dos questionamentos feitos ainda no primeiro capítulo: seria possível um governo fundamentado em princípios liberais/neoliberais se aproximar de (ou ser legitimado por) grupos tradicionais conservadores? Poderia um governo autoritário seguir princípios liberais/neoliberais? Os rumos tomados pela política brasileira nos últimos anos vêm provando que não somente seria possível esse tipo de aproximação como seria ela fundamental para a manutenção da normatividade neoliberal.

Da mesma maneira, penso que já tenham sido muito evidenciadas as aproximações e alianças entre diferentes grupos e forças políticas que, mesmo com interesses divergentes, estiveram à frente da onda neoconservadora e retrógrada que nos últimos anos se fortaleceu no Brasil. No tocante a essa – a princípio “contraditória” – aproximação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, neste subcapítulo tenho como objetivo reforçar a tese perseguida por mim desde as primeiras páginas deste trabalho, a de que os discursos moralistas mobilizados por fundamentalistas religiosos como maneira de frear as discussões de gênero e sexualidade

nas políticas curriculares e educacionais não se explicam somente pelo viés da moralidade, devem ser complexificados e contextualizados, pensados como etos fundamentais para o fortalecimento da ordem neoliberal. Nas linhas a seguir, associado às pesquisas de Wendy Brown, em diálogo com outros pesquisadores, buscarei compreender esse fenômeno.

Wendy Brown (2006; 2019) sugere algumas possíveis explicações com base em análises do contexto norte-americano e que, de certa maneira, corroboram alguns dos argumentos apresentados pelos pesquisadores brasileiros que buscam compreender tal fenômeno no próprio país. Em *Nas ruínas do neoliberalismo* (2019), a cientista política apresenta análises que se voltaram para a compreensão desse fenômeno que faz aproximar racionalidades distintas.

Dentre essas análises estão: a de Complemento (baseado em Irving Kristol, que defende que o amparo dos valores morais seriam um complemento essencial aos mercados livres); a de Hibridismo (tese da própria Brown em *American nightmare*, em que a autora indica que a racionalidade neoliberal facilita a implementação do neoconservadorismo. Ainda que divergentes em diferentes aspectos, neoliberalismo e neoconservadorismo se “hibridizam”, convergem no esvaziamento do político); a de Ressonância (tese de William E. Connolly, que propõe uma teorização sobre a ressonância entre a cultura capitalista e o cristianismo evangélico contemporâneo); a de Convergência (Melinda Cooper indica que a convergência entre neoliberalismo e conservadorismo acontece tendo como ponto em comum a defesa dos valores da instituição família); e a de Exploração Mútua (em que essa aproximação entre fanáticos religiosos e políticos sem religião seria encorajada em nome da defesa de interesses comuns, diminuindo o peso das suas diferenças e explorando aspectos que pudessem fortalecê-los politicamente).

Para Brown, tais análises têm sua relevância e trazem aspectos importantes para pensarmos sobre o presente político, apesar de nenhuma das teorias apreender “o lugar da moralidade tradicional dentro da razão neoliberal” (BROWN, 2019, p. 118). Segundo a autora, é com o trabalho elaborado pelo próprio Friedrich Hayek e suas reflexões em torno da relação entre mercado e moral no projeto neoliberal (algumas delas já citadas aqui) que se adquire uma articulação teórica mais poderosa para a reflexão sobre essa aproximação, em que

o mercado e a moral, igualmente importantes para uma civilização próspera, estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição. Essa ontologia apresenta compatibilidade perfeita entre a (e em meio à) disciplina e liberdade, herança e inovação, evolução e estabilidade, autoridade e independência (BROWN, 2019, p. 118).

Compreender o lugar da tradição na teoria de Hayek passa inevitavelmente pelo entendimento a respeito da ideia de liberdade. Opondo-se a compreensões que associam liberdade à emancipação ou até mesmo independência em relação às tradições e normas, para ele a liberdade é antes a aptidão para experienciá-la em meio à códigos de conduta oriundos da tradição e consagrados “nas leis, nos mercados e na moralidade juntos” (BROWN, 2019, p. 120), sem ser de maneira coercitiva. Nessa perspectiva,

a liberdade, mais do que limitada pela tradição moral, é em parte constituída por ela. Inversamente, a liberdade moral, mais do que desafiada pelos esquemas de justiça impostos politicamente, é destruída por eles. Esse quadro prepara o terreno para o desmantelamento da democracia robusta em nome da liberdade e dos valores morais. A tradição equipara-se à ontologia dos mercados (BROWN, 2019, p. 120).

Nessa simbiótica relação entre tradição moral e liberdade, a primeira ancoraria e promoveria a segunda, que, por sua vez, reforçaria a tradição. Por mais paradoxal que nos pareça, Hayek explica que essa relação de dependência acontece pelo “alto grau de conformidade voluntária” (governamentalidade, para Foucault) gerado pela tradição – não uma tradição e autoridade que vem do passado, “mas da experimentação e da evolução que a liberdade permite” (BROWN, 2019, p. 122-123). Para Brown, a análise sobre a tradição feita por Hayek é extraída do modelo de mercado, sendo os mercados também, para ele, uma forma de tradição.

A despeito dessa “organicidade” da tradição, Hayek reconhece a religião como elemento fundamental para sua manutenção e preservação. Apesar disso, é preciso reconhecer também em sua teoria a centralidade da crítica feita à ideia de soberania política ancorada em desígnios e vontade divina. Assim:

O amálgama entre tradição e liberalismo, como faz Hayek, então, coloca o liberalismo em um caminho perigoso, segundo a própria perspectiva de Hayek. Sua reconfiguração do liberalismo *suprime a autoridade da vida política e a confere às normas e práticas impregnadas de religião*. O político, despojado da soberania e do interesse público, fica limitado a gerar regras aplicadas universalmente (que são elas mesmas as melhores possíveis quando são codificações de normas que emanam da tradição) e técnicas que têm a característica de serem práticas, muito mais do que verdadeiras. A tradição assegurada pela religião, por outro lado, assume o manto da incontestabilidade e de verdade simbólica ao mesmo tempo que se serve como um *limite ao político*. Esta formulação explica uma vertente da racionalidade que organiza nosso predicamento atual: *a verdade suprimida da vida política é transferida para declarações morais ou religiosas enraizadas na autoridade da tradição*. O efeito é dissociar verdade da responsabilidade [*accountability*] (uma receita do autoritarismo), contestar a igualdade e a justiça por meio da tradição, e eliminar a legitimidade da soberania popular (BROWN, 2019, p. 125-126, grifos meus).

Ao utilizarem-se da estratégia de disseminação de pânico moral, por meio de discursos e enunciados como os que associavam o avanço da pauta de gênero a uma agenda marxista que teria como um de seus objetivos a destruição da instituição familiar, fazendo com que

algumas famílias reivindicassem o direito à educação integral dos filhos, esses atores políticos buscavam subverter sentidos como os de Estado e democracia, bem como limitar e hegemonizar outros, como o de educação.

Brown (2019) argumenta ainda que o fortalecimento da família tradicional e da lógica filantrópica é uma resposta à diminuição do papel protetor do Estado. Chama a atenção aqui certa contradição oriunda dos interesses desses grupos neoconservadores: ao mesmo tempo que defendem um Estado menos regulador na economia e com menos participação nas políticas sociais, esse mesmo Estado é reivindicado para regular juridicamente as moralidades públicas, na defesa de interesses desses mesmos grupos que trazem para si a tarefa de garantir a manutenção de certos costumes e valores morais.

Se, por um lado, a democracia é subvertida profundamente pela privatização econômica neoliberal, por outro, “a privatização por meio da familiarização e da cristianização realizada pela extensão da ‘esfera pessoal e protegida’ subverte a democracia por meio de valores morais antidemocráticos, ao invés de valores capitais antidemocráticos” (BROWN, 2019, p. 141). Para Brown, esse aspecto é extremamente “importante na geração psíquica e política da formação de uma cultura política liberal autoritária” (BROWN, 2019, p. 142) em que hierarquia, exclusão, homogeneidade, fé, lealdade e autoridade (coordenadas da religião e da família) “ganham legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia” (BROWN, 2019, p. 142). Assim, a família assume ares de instituição privada que deve ser protegida:

Embora os neoconservadores promovessem os valores familiares por razões morais e os neoliberais por razões econômicas, *suas agendas juntavam-se* em políticas por meio das quais as “obrigações naturais” e o “altruísmo” das famílias substituiriam o Estado de bem-estar e operariam tanto como “um primitivo contrato de seguro mútuo quanto [...] como um contrapeso necessário às liberdades do mercado”. Ademais, para os intelectuais e elaboradores de políticas neoliberais a família não era apenas uma rede de proteção, mas um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade [...]. Se os indivíduos pudessem voltar a depender da família para tudo, desde manter filhos gerados fora do casamento até o custeio da faculdade, eles também seriam ressubmetidos à autoridade, moralidade e disciplina econômica da família (BROWN, 2019, p. 114, grifos meus).

Dos muitos discursos e enunciados que foram apresentados, fosse pela Bancada da Bíblia quando da defesa dos valores morais nas discussões do PNE e da BNCC, fosse pelas demais bancadas quando da defesa de argumentos que buscavam garantir a proteção física de suas famílias ou até mesmo a apelação pública a essa instituição quando usada para justificar o voto pelo *impeachment* de Dilma, a centralidade que a família recebe merece atenção.

O já citado Projeto de Lei nº 3.179/12, que buscava regulamentar a educação domiciliar no país, ou os propostos pelo MESP a respeito da autonomia das famílias na

educação dos filhos, parecem bons exemplos para refletirmos sobre essa centralidade. Ao relegar às famílias o direito exclusivo e a responsabilidade da educação domiciliar em projetos como o do *homeschooling*, de certa maneira o Estado se desoneraria e se desimiscuiria de tal tarefa, limitando o conquistado direito à Educação como um bem público e republicano, tornando-o privado.

Aos poucos, garantias que antes eram da ordem do coletivo, como a própria previdência social, são substituídas pela capitalização individual, e o coletivo fica restrito aos membros da unidade familiar. Assim, uma educação doméstica favoreceria o individualismo, contribuiria minando as bases da solidariedade e exaltando a meritocracia, fundamentais para a manutenção da normatividade neoliberal, baseada na concorrência, não somente no que diz respeito ao sucesso profissional imediato dos filhos, ligados a ampliação e acumulação do capital cultural, mas também do capital econômico. Tal empreendimento coloca em relevo uma educação em que a instituição familiar se torna um núcleo empresarial capaz de garantir, inclusive, a seguridade social dos mais velhos, a longo prazo.

Essa compreensão reforça a tese defendida por Brown (2006) a respeito do quanto tais interesses e investimentos privados buscam enfraquecer o político e os interesses públicos democráticos. Para ela, “o familismo é um requisito essencial e não um aspecto incidental da privatização neoliberal de bens e serviços públicos” (BROWN, 2015, p. 105-106, tradução minha). O peso da responsabilidade que recai sobre as mulheres, invisibilizado pela naturalização de seu papel de gênero em detrimento das relações de poder que as submetem, é intensificado pelo neoliberalismo. Segundo Moll (2010), o discurso neoconservador da década de 1970 no contexto norte-americano já defendia a ideia de que as mulheres “deveriam ser donas de casa amáveis e obedientes; assim garantiriam a moral, a estabilidade da família, da sociedade e seriam recompensadas pela segurança e proteção de seus maridos” (p. 76).

Além da esfera pessoal e protegida, representada pela defesa incessante da “família”, segundo Brown (2019), Hayek apresenta outras técnicas que contribuem para a aproximação entre moralidade tradicional e neoliberalismo e a diminuição das contradições oriundas desse encontro:

limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família. Juntas, estas três técnicas garantem um lugar e um poder social às reivindicações da tradição e de suas liberdades peculiares, ao mesmo tempo que restringem reformas enraizadas no racionalismo, no planejamento ou em outras formulações não orgânicas do bem. Juntas, elas *promovem a moralidade tradicional e o mercado ao mesmo tempo que contêm o alcance do político e restringem as reformas democráticas da sociedade* (BROWN, 2019, p. 127-128, grifos meus).

A “esfera pessoal e protegida”, ao lado da valorização do indivíduo e da crítica ao excesso de intervenção estatal na economia, emerge como um ponto que faz conectar privatização econômica e tradição moral. Ainda que a aproximação entre mercado e moralidade instalados nos locais em que democracia e sociedade se encontravam fizesse parte do projeto de Hayek, Brown chama a atenção para os rumos que levaram a moralidade presente no modelo de Hayek ser ignorada em nome da desregulação da economia, o que, acredito, também ajuda a explicar muitas das análises que interpretam o neoliberalismo como limitado à esfera da privatização e do aniquilamento do poder do Estado.

Essa dependência entre mercado e tradição moral não fazia parte dos projetos propostos pelos primeiros pensadores neoliberais. Assim, o modelo de aliança antidemocrática vivenciada em países como EUA e Brasil nos últimos anos surge como um *Frankenstein*, uma rearticulação necessária para a manutenção de um neoliberalismo em ruínas (Brown, 2019).

No contexto brasileiro aqui abordado, esse *Frankenstein* encontrou um terreno fértil que facilitou o seu desenvolvimento, tendo em vista alguns traços culturais oriundos de nosso passado colonial, patriarcal, cristão, escravista e militar. Em nome e em defesa da família, da moral conservadora, da propriedade privada e do bom andamento do mercado, nosso “pierrô retrocesso” brasileiro ganhou corpo, vida e voz, representantes e seguidores. Para Wendy Brown,

os direitos são a ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade, a civilidade e a inclusão são contestados nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo hétero patriarcal cristão (BROWN, 2019, p. 140).

Nessa perspectiva, a comunidade LGBTI+, ao ressurgir e disputar em diferentes espaços a ampliação e a garantia de direitos como o da criminalização da homofobia e a união civil entre pessoas do mesmo sexo ou até mesmo a luta das mulheres pelo direito ao aborto seguro, tem suas bandeiras de lutas entendidas como busca por privilégios e excesso da atuação do Estado, numa tentativa de limitar dimensões das expressões sexuais e de gênero à esfera privada, em que, mais uma vez, pode ser percebida uma tentativa de exclusão da dimensão política desses grupos.

Além disso, as pautas LGBTI+, ao lado de outras identitárias e dos direitos sexuais e reprodutivos, passam a ser criticadas e consideradas uma tentativa de imposição dos valores de uma “minoridade” sobre uma “maioria”, ao serem sustentados argumentos que têm como objetivo destacar o Brasil como país majoritariamente cristão. A exemplo dos discursos e

enunciados que se ancoravam na disseminação de uma suposta perseguição cristofóbica no Brasil, não é de hoje que esse tipo de argumento é apresentado no país.

Nas discussões a respeito dos projetos de criminalização da homofobia na primeira década dos anos 2000, os representantes das bancadas evangélica e católica utilizavam como defesa da sua não aprovação o cerceamento do que eles chamavam de opiniões e liberdade de expressão relacionadas a possíveis condenações públicas da prática homossexual ancoradas em preceitos religiosos.

Baseada no exemplo da legislação norte-americana, Brown (2019) cita que a revolução neoliberal trouxe com ela também uma jurisprudência neoliberal, em que a liberdade desatrelada da democracia e da sociedade seria “a ferramenta mais poderosa para substituir o governo democrático pelo mercado desregulado e pela moralidade tradicional¹⁵²” (2019, p. 135).

A atuação de grupos como a Aliança em Defesa da Liberdade (Alliance Defending Freedom), segundo Brown (2019) “o braço mais poderoso da cristandade evangélica nos Estados Unidos” (p. 135), é um bom exemplo para pensarmos a respeito da tentativa de contestação da igualdade e da lei antidiscriminação como estratégia que busca transformar discursos e atos preconceituosos e discriminatórios em direito à liberdade de expressão, de maneira que

a estratégia de longo prazo da ADF é (re)cristianizar a cultura por meio de contestações de aparatos políticos e legais comprometidos com o secularismo, o igualitarismo e a inclusão. Conforme declara uma página da internet da ADF: “Sua fé não é privada, e ela é mais do que o local em que você louva aos domingos. Ela é quem você é, e ela influencia o modo como você vive todos os dias da semana. Mas hoje há uma série de esforços para retirar a influência moral da religião na sociedade por meio de sua censura em praça pública. As pessoas de fé são cada vez mais ameaçadas, punidas e silenciadas simplesmente por viverem de acordo com suas crenças” (BROWN, 2019, p. 137).

Ao nos voltarmos para a apelação do discurso como o de Malta¹⁵³, ou ainda ao discurso de Bolsonaro quando da abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 22 de setembro de 2020, quando afirmou que “a liberdade é o bem maior da humanidade. Faço um apelo a toda comunidade internacional: pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia”¹⁵⁴, é possível perceber certo alinhamento discursivo com o que vem sendo defendido por grupos fundamentalistas cristãos norte-americanos.

¹⁵² Aspecto fundamental para a compreensão da união de diferentes moralidades, que será explorado no capítulo seguinte.

¹⁵³ Vide página 111.

¹⁵⁴ Para mais informações, vide: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/13/cristofobia-projeto-de-poder-e-as-resistencia-da-luta-crista>.

Assim, a utilização desse tipo de retórica pelas bancadas neoconservadoras, ao lado de muitas das que foram trazidas no capítulo anterior, parece ser uma transposição dos argumentos também utilizados no contexto norte-americano pelos parlamentares religiosos locais. Dessa forma, a união entre diferentes forças internas e externas parece ser fundamental para a tentativa de colocar em prática um projeto de sociedade, seja nos EUA, seja em países como o Brasil, em que grupos políticos sustentados por valores neoliberais se coadunam com parcelas historicamente conservadoras na tentativa de subverter as legislações vigentes e submetê-las às suas vontades.

Essa ideia já debatida de que os valores da maioria estariam sendo submetidos por uma suposta “ditadura da minoria” desafia os valores democráticos. Tal compreensão estaria limitada a uma ideia de democracia perigosa, restrita à opinião e vontades da maioria, colocando-nos à beira de um Estado teocrático totalitário, submetido a uma legislação e a políticas públicas orientadas e constrangidas por valores morais de origem religiosa.

Figura 4 – Divulgação de igreja neopentecostal no Rio de Janeiro



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/aviso-de-que-jesus-cristo-esta-vindo-intriga-cariocas-22490984>.

Na imagem, o registro feito na cidade do Rio de Janeiro, onde é comum ver pichações como essa ao andar por alguns bairros. Para Wendy Brown, essa subversão da noção de democracia seria possibilitada pela privatização econômica neoliberal, que “gera e legitima a desigualdade, a exclusão, a apropriação privada dos comuns, a plutocracia e um imaginário democrático profundamente esmaecido” (BROWN, 2019, p. 87).

Se, em nome do mercado e do bom andamento dos negócios, uma suposta ordem social é necessária, mais do que ter o direito de prender, matar e definir o que é humano, é preciso também encontrar formas de silenciar qualquer iniciativa das minorias que ousem questionar esse ordenamento. É preciso que reivindicações, movimentos sociais e formas de participação política direta sejam silenciados em nome dessa ordem. A Lei Antiterror, sancionada em 2016 pela presidenta Dilma e que, segundo seus críticos, tem como objetivo a criminalização dos movimentos sociais¹⁵⁵, é um bom exemplo disso.

Assim, esse conservadorismo não é apenas neoconservador, mas retrógrado, uma vez que, mais do que conservar, ele tenta retroceder, resgatando supostos valores de outros espaços-tempos. O conceito de “retrotopia” apresentado por Bauman (2017) parece preciso para pensar sobre essa espécie de saudosismo a um suposto passado “melhor” que nunca existiu, mas que anima e motiva as insurgências contra qualquer luta por direitos sociais, dentre eles o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos, em que “a promessa de recuperar um mundo que não existe mais cria uma base extraordinária para o autoritarismo” (BROWN, 2020)¹⁵⁶.

Casara (2019) apresentou a hipótese de que o Brasil seria o local ideal para servir de laboratório a esse novo neoliberalismo ultra-autoritário, nos moldes do que teria sido o Chile de Pinochet, na década de 1970. Segundo ele,

o que há de novo, e revela a engenhosidade do modelo, é que essa nova forma de governabilidade que surge da crise produzida pelos efeitos do neoliberalismo (desagregação dos laços sociais, demonização da política, potencialização da concorrência/rivalidade, construção de inimigos, desestruturação dos serviços públicos etc.) promete responder a essa crise com medidas que não interferem no projeto neoliberal e, portanto, não alcançam a causa da cólera e do ressentimento da população. Para iludir e mistificar, criam-se inimigos imaginários (os direitos humanos, a democracia representativa, a degradação moral, a depravação sexual, a diversidade, as minorias, Lula, Kirchner, Sócrates etc.) que são apresentados como os responsáveis pelos problemas concretos suportados pela população¹⁵⁷.

Os direitos e as lutas dos LGBTI+, assim como qualquer direito que pareça desafiar o monopólio do sujeito branco, de classe média, heterossexual e cristão, tornam-se um inimigo a ser combatido. Nas palavras de Brown (2019, p. 110): “Deus, família, nação e livre iniciativa” é um mantra conservador familiar. Esses compromissos, no entanto, não coabitam facilmente fora de um quadro binário da Guerra Fria, no qual se presume que o socialismo se opõe a cada um e, desse modo, une-os”. Em outras palavras, os inimigos de outrora (de um gradiente que vai desde os comunistas “comedores de criancinhas” até os ativistas e

¹⁵⁵ Para mais informações, ver: <https://www.politize.com.br/lei-antiterrorismo/>.

¹⁵⁶ <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>.

¹⁵⁷ <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-e-autoritarismo-historia-de-amor/>.

defensores da social-democracia) são ressuscitados e personificados naqueles que lutam pela ampliação e garantia dos direitos humanos. O anticomunismo, ao lado do fundamentalismo religioso e do libertarianismo se fundem nos discursos reacionários conspiratórios e se fortalecem nas instâncias políticas (MIGUEL, 2016).

Nessa direção, a utilização do sintagma “ideologia de gênero” pelas bancadas fundamentalistas, somada ao “medo do comunismo”, entre outros medos que sustentam a cultura brasileira, baseada no cristianismo, na propriedade, na família e no direito de defesa de seus interesses, teve diferentes objetivos, fosse para unir diferentes siglas partidárias em torno de um inimigo a ser combatido, fosse para alarmar pais e mães sobre os “perigos” do emprego de tal ideologia nas escolas. Em outras palavras, o ataque à pauta moral foi a ponta de lança capaz de aglutinar diferentes grupos com a desculpa de necessidade de conservação e restauração dos valores morais.

Essas diferentes estratégias incentivam hostilidades com os chamados grupos minoritários a partir da mobilização de critérios morais, naturalizando as desigualdades e apostando na crença de que elas sempre existiram ou, mais do que isso, que são naturais, fruto da vagabundagem inerente ao brasileiro.

É notável e interessante observar que o fortalecimento das bancadas aqui referenciadas, bem como sua aproximação, se deu durante os governos petistas de Lula e Dilma, caracterizados por um modelo de neoliberalismo progressista e responsável pelo avanço de algumas conquistas dos chamados grupos minoritários e por uma agenda de direitos humanos, demonstrando sua plasticidade e capacidade de transformação:

Disfarçado, o neoliberalismo revela-se plural e plástico. Pode-se, então, falar em um novo neoliberalismo, “ultra-autoritário”, que não só se alimenta da crise (e gera crises para esse fim), como também fabrica e persegue “culpados” pelos danos causados pela própria lógica neoliberal. Se, por um lado, o novo neoliberalismo (no Brasil, com Bolsonaro; nos EUA, com Trump) surge como uma “resposta” (populista, que manipula afetos produzidos na fronteira entre “nós, os insatisfeitos” e “eles, os causadores da insatisfação”) aos danos perversos gerados pelo neoliberalismo “clássico” (no Brasil de FHC, nos EUA de Clinton), por outro continua a servir aos mesmos objetivos, mais precisamente: a busca de lucros ilimitados, a “financeirização” do mundo, a destruição dos obstáculos ao poder econômico e o controle dos indesejáveis (pobres e inimigos políticos do neoliberalismo). Em resumo, com ou sem verniz democrático, o neoliberalismo, que se revela adaptável a qualquer ideologia (inclusive ao fascismo), sustenta e atende à lógica do capitalismo global (CASARA, 2019)¹⁵⁸.

Tal ofensiva conservadora mobilizada pela Bancada BBB pode ser interpretada como uma tentativa de frear tais avanços, fosse através do Golpe jurídico, parlamentar, civil e midiático de 2016, fosse através da apresentação de projetos que visavam alterar algumas

¹⁵⁸ <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-e-autoritarismo-historia-de-amor/>.

legislações, a exemplo das questões relativas às demarcações de terras dos povos originários, liberação de agrotóxicos, armamento da população e diminuição da maioria penal ou o ataque aos profissionais da Educação que levassem às discussões sobre gênero e sexualidade para a sala de aula. Em outras palavras, o aniquilamento da agenda de Direitos Humanos como maneira de diminuir e impossibilitar o político.

Essa compreensão sustenta e enriquece a tese defendida por mim de que os discursos e enunciados neoconservadores fundamentalistas, ancorados em valores de tradição moral religiosa mobilizados durante o processo de elaboração dos documentos PNE e BNCC, não podem ser descontextualizados dos interesses de um projeto de normatividade neoliberal mais radical, em marcha na sociedade brasileira e em outros países. Mais do que isso: a mobilização de tais argumentos, sustentados pelo pânico moral gerado pela falácia da “ideologia de gênero”, utilizou a retórica da suposta autoridade da tradição para impor certos valores às políticas curriculares aqui em questão, ao mesmo tempo que buscava minar o político e contestar os ideais de igualdade e de justiça social.

Dessa maneira, as racionalidades neoliberal e neoconservadora, ao se unirem em torno de algo comum, fortalecem seus representantes políticos e o consequente ataque às instituições públicas e democráticas. Essa “nova” configuração emerge como alternativa à crise gerada pelo próprio neoliberalismo, tornando essa nova arquitetura fundamental para sua sobrevivência. Tal perspectiva contribui para uma maior compreensão a respeito da atuação dos grupos religiosos nos Poderes Legislativo e Executivo e, conseqüentemente, para um entendimento mais amplo das conseqüências dessa atuação e do modo como o currículo e demais legislações foram/são campo de disputa de significação de sentidos por diferentes grupos empenhados em torno de distintos modelos societários.

5 VAMOS PRA RUA!(!?): DAS POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS

Talvez a não violência exija certo distanciamento da realidade tal como ela se constitui hoje, deixando abertas as possibilidades que pertencem a um novo imaginário político.
(BUTLER, 2021, p. 26)

Considerando o que foi construído até este momento, para aqueles cuja esperança de dias melhores ainda seja um horizonte possível, talvez reste a pergunta: diante de tudo isso, o que fazer?! Diante dessa realidade vivida por nós, brasileiros, e que mais se parece com uma ficção distópica, o que pode ser feito e por quem?! “*Vamos pra rua!*”, como impunha Cazusa, na letra de *Burguesia*?

As páginas que seguem em forma de capítulo possivelmente figurassem mais como um *post scriptum*, uma espécie de apêndice, diante da acusação de alguns de não estar diretamente ligada à defesa da tese ou que não figurassem como parte dos argumentos que utilizei para “estruturar” este trabalho. Entendendo e respeitando que tal crítica possa ser apontada, insisti na utilização das reflexões aqui propostas como capítulo pelos motivos que se evidenciarão na sequência, além de, como já sinalizado, eu me opor a um trabalho “redondo”, metodologicamente alinhavado, costurado, embora aceitando que por vezes tenha resvalado e caído nas armadilhas cavadas por anos de um saber alicerçado na busca de verdades.

Se, como visto, a análise deste tempo proposta por mim possibilitou a reflexão a respeito da “nova” arquitetura de um programa neoliberal mais radical e seus efeitos deletérios, tal material também contribui para fins de vislumbrar as fragilidades e insuficiências dos nossos quadros políticos e do que viemos utilizando como alternativas de resistência. De acordo com os caminhos trilhados até aqui a respeito do encontro e do fortalecimento da atuação de setores neoliberais e neoconservadores, me parece inevitável em uma pesquisa como esta pensar em possibilidades de resistência e enfrentamento a momentos como esse, que, ao mesmo tempo que faz retroceder políticas públicas em diferentes áreas, busca também culpabilizar as “minorias” e os movimentos sociais pelas crises, transformando em “privilégios” conquistas mínimas possibilitadas pela democracia neoliberal progressista de um passado recente.

Para aqueles e aquelas comprometidos/as com algum tipo de mudança ou que outrora apostavam em um outro mundo possível, acredito ser indispensável uma problematização sobre a conjuntura política e econômica singular descrita anteriormente, reconhecendo o

caráter performático e adaptativo do projeto neoliberal e, com isso, pensar também em estratégias de organização e resistência frente a ele.

Assim, me interessa neste capítulo refletir sobre como ficam as alternativas de resistência diante de um neoliberalismo que, além de não entregar o que foi prometido, produziu como resposta uma reação neoconservadora, retrocedendo a ponto de culpar as políticas identitárias pela crise gerada por ele mesmo. Em outros termos, como responder à promessa de possibilidade de “vidas mais vivíveis” que não fora cumprida pelo neoliberalismo progressista e que, no momento atual, ainda mina possibilidades de ações coletivas, e as políticas voltadas para o enfrentamento das violências vividas em espaço como o da escola? Como propor uma reflexão teórica pautada na crítica na aposta identitária, sem que essa mesma crítica seja apropriada pelos atores políticos que hoje atacam as pautas sustentadas pelos coletivos e movimentos sociais? Ou, ainda, como responder à interpelação de grupos religiosos que se apresentam como minoria também disputando a noção de identidade? Ou de grupos como o MBL, que reivindicam para si a nomenclatura de “movimento social”? Talvez a proposta seja menos buscar uma resposta para essas questões e mais refletir sobre possibilidades de ações coletivas e/ou individuais que limitem a atuação de agendas políticas pautadas no esvaziamento do político, no ataque aos Direitos Humanos e à democracia.

De modo a compreender os limites e as fragilidades de grupos que fizeram/fazem oposição a essa atuação neoconservadora do neoliberalismo, retomo aqui o referencial com o qual iniciei as reflexões deste trabalho, não somente pelo caráter de fidelidade e coerência com o qual me associei a esses autores, mas por acreditar que tanto Judith Butler (2015; 2018) e Wendy Brown (2019) quanto Foucault (2010a; 2010b) oferecem um quadro de reflexões potentes também para o que fora proposto neste capítulo. Embora guardem importantes distinções em suas proposições analíticas, é possível traçar pontos de convergência e de diálogo entre esses diferentes autores quando das propostas de reflexão a respeito do debate oportunizado aqui. É dizer que a revisão da analítica de poder realizada por e a partir desses autores também os levou a pensar formas outras de resistir, e são algumas dessas reflexões que pretendo aqui explorar.

5.1 Da aposta nas pautas identitárias

Como verificado, esse neoliberalismo contemporâneo agudiza processos de exclusão e aposta na tentativa de silenciamento da diferença; em decorrência, pode-se afirmar que ocorre em paralelo um acirramento de discussões que buscam entender o fenômeno e até freá-lo,

propondo alternativas tanto teóricas quanto práticas. Por vezes, a troca de acusações entre algumas filiações teóricas (teoria crítica *x* teoria pós-crítica, por exemplo), na academia e fora dela, parece querer eleger um culpado, um bode expiatório que ajude a entender como chegamos a “esse ponto”.

Essas acusações ocorridas dentro desse “nós”, esses que se dizem comprometidos com algum tipo de mudança social, sejam elas as de classe (aqueles ligados às teorias materialistas ou críticas e que apontam para a insuficiência e menor importância das questões culturais/identitárias) ou as que buscam garantir que certas vidas possam ser mais vivíveis (aqueles que pautam suas demandas na reiteração da ideia de identidade) e os chamados pós-identitários (cuja crítica repousa nas fragilidades e limites que uma ideia ingênua de emancipação política total ou os próprios limites da agenda identitária podem representar). Tal complexidade e divergências teórico-práticas dentro desse “nós” apontam para as contradições geradas pela forma atual de neoliberalismo também dentro do que aqui chamarei de “resistência” e que merecem igual atenção.

A centralidade que as questões identitárias assumiram no contexto que propus analisar nesta tese, uma vez que fundamentaram muitos dos avanços ocorridos nas diferentes políticas públicas da escola e fora dela, fruto das lutas dos movimentos sociais e usadas também por aqueles empenhados em buscar culpados pelas crises econômicas/morais, me obriga a refletir sobre os limites, fragilidades e potências dessas pautas e suas articulações.

Dentre as muitas contribuições dos chamados Estudos Culturais, é certo, encontram-se aquelas relativas ao desenvolvimento das noções de sujeito, cultura e identidade e que se difundiram com pesquisadores como Stuart Hall (2002; 2003) e, no Brasil, Tomaz Tadeu da Silva (1999; 2000). Tais contribuições, ao lado do desenvolvimento de outras filiadas ao pós-estruturalismo, passaram a fazer parte de pesquisas em diferentes áreas, sendo absorvidas também pelos movimentos sociais¹⁵⁹.

Assim, os coletivos sociais de negros/as e LGBTI+, entre outros, baseados na afirmação e reforço de algumas características compartilhadas, sejam elas relacionadas aos aspectos físicos (como cor da pele, traços fenotípicos, etc.), sejam as que dizem respeito às práticas sexuais “desviantes”, passaram a utilizar de forma sistemática ou como substrato teórico a noção de identidade para suas reivindicações políticas, forjando assim as chamadas políticas identitárias.

¹⁵⁹ Não quero, contudo, dizer que só a partir dessas pesquisas os movimentos passaram a se pautar pela ideia de identidade. Quando pensamos na história dos movimentos negro, feminista e LGBTI+, por exemplo, é possível dizer que já surgiram em função de certos traços identitários. Porém as reflexões teóricas possibilitadas inclusive em função das agendas desses grupos, levaram a um maior debate a respeito da constituição dessas identidades.

Os avanços e conquistas jurídicas dos últimos anos em relação às políticas sexuais e de gênero, levadas a cabo pelo movimento LGBTI+ (ou as ações afirmativas e de antidiscriminação étnico-raciais mobilizadas pelos movimentos negro e indígena) em sua grande maioria foram sustentadas por essa ideia de identidade como instrumento fundamental para organização de suas demandas políticas.

Sem ter o objetivo de diminuir o peso dessas conquistas ou negar a importância delas no combate e enfrentamento da lesbo/homo/bi/transfobia e ao racismo, visto que alguns avanços tenham ocorrido e reconhecendo o protagonismo dos movimentos sociais nesse processo, defendo a necessidade de uma discussão teórica mais profunda, comprometida ética, estética e politicamente, a respeito dos perigos que a emergência de uma noção superficial e acrítica sobre as identidades pode assumir, invisibilizando, inclusive, processos de exclusão. Assim,

para além das inegáveis conquistas jurídico-políticas da comunidade LGBT, por meio da aliança entre o Estado e movimentos sociais, pode-se observar reconfigurações de sofisticadas estratégias biopolíticas de controle e regulação da própria população LGBT, tanto do ponto de vista do Estado como do ponto de vista dos próprios movimentos. Ou seja, com os processos de governamentalização dos movimentos, impõe-se o risco de que estes percam a capacidade criativa de crítica e autocrítica presente em períodos anteriores da história dos movimentos de homossexuais. Neste contexto, o preço a pagar pode ser uma participação pacificada, incluída na ordem social estabelecida, heteronormativa, ou seja, uma ordem social alicerçada na ideia de normalidade heterossexual (CESAR; DUARTE; SIERRA, 2013, p. 196).

A maneira como as mínimas conquistas político-jurídicas LGBTI+, na escola e fora dela, foram com frequência foco dos ataques dos grupos políticos neoliberais e neoconservadores durante o processo de elaboração dos documentos PNE e BNCC demonstra a fragilidade desses ganhos e o quanto o processo de produção desse tipo de demanda identitária estava sustentado pela ideia limitada e insuficiente da “tolerância”, possibilitada pelo neoliberalismo “progressista” de outrora.

Críticas feitas às chamadas “pautas identitárias” são observadas vindas de diferentes perspectivas teóricas. Desde as movidas pela teoria marxista, cuja maior ressalva repousa na fragmentação que as pautas identitárias teriam causado numa suposta organização de classe (em que a ascensão de democracias de extrema direita, vista em muitos países nos últimos anos, seria consequência dessa fragmentação), até as sustentadas pelas teorias pós-estruturais, com base na crítica à maneira como as pautas identitárias, ao reforçar o lugar “do outro”, do anormal, forjaram suas conquistas a partir do manto falacioso do respeito “à diversidade”, da “inclusão” e da tolerância.

Acredito que entender essas tensões e disputas que parecem dividir e enfraquecer a luta política daqueles que estão na academia e nos movimentos sociais torna-se importante para repensar nossos quadros e ações políticas. Início propondo um diálogo entre duas pesquisadoras que, de certa maneira, são reconhecidas como expoentes dessa discussão: Judith Butler e Nancy Fraser. Tais autoras, nos últimos anos, vêm fazendo um diálogo crítico mútuo, baseado na demonstração e crítica a supostas fragilidades analíticas uma da outra.

No texto *Meramente cultural*, Butler faz algumas reflexões a respeito das tentativas de separação e até mesmo batalhas travadas entre a ortodoxia marxista e os chamados estudos culturais, dos quais, inclusive, ela é associada. Para ela, as questões *queer*, assim como as chamadas “políticas de identidade”, tendem a ser relegadas a um espaço meramente cultural:

Se as lutas de classe e de raça são entendidas como profundamente econômicas, e as lutas feministas como às vezes econômicas e às vezes culturais, as lutas *queer* são entendidas não apenas como lutas culturais, mas ainda como típicas da forma “meramente cultural” que os movimentos sociais contemporâneos assumiram (BUTLER, 2016, p. 237).

Ao dialogar com Nancy Fraser, Butler destaca a tentativa da também filósofa e pesquisadora de oferecer um quadro referencial abrangente que dê conta das diferentes relações que interligam e aproximam distintos tipos de lutas emancipatórias. Ainda assim, Butler considera insuficiente tal empenho, uma vez que, apesar de entender que os diferentes movimentos têm a ver com a luta por justiça social, Fraser “reproduz a divisão que localiza certas opressões como parte da política econômica e relega outras à esfera exclusivamente cultural” (BUTLER, 2016, p. 237).

As contribuições dos avanços da Psicanálise, das chamadas feministas socialistas e demais pesquisas das décadas de 1970 e 1980 contribuíram de forma significativa para pensar a sexualidade e o gênero como constitutivos também da economia política e do modo de produção nas sociedades capitalistas. Apesar disso, a análise materialista não reconhece as questões *queer* no plano material e econômico, restringindo-as ao plano do reconhecimento cultural, o que leva Butler a fazer algumas provocações.

É possível distinguir, mesmo analiticamente, entre uma falta de reconhecimento cultural e uma opressão material, quando a própria definição legal de “pessoa” é rigorosamente circunscrita às normas culturais que são indissociáveis de seus efeitos materiais? (BUTLER, 2016, p. 241).

Para Butler, é um equívoco tal restrição, uma vez que a manutenção da sexualidade heterossexual normativa é essencial ao funcionamento da economia política. Ela sugere que, ao partir do entendimento da sexualidade como dado natural inquestionável, tais teorias continuam reforçando e delimitando quais pessoas podem ou não serem reconhecidas. Butler conclui o texto criticando a sempre presente necessidade de uma suposta “unidade” dentro da

esquerda e o quanto tal premissa desmerece e domestica a diferença, suprimindo e desconsiderando outras formas de luta necessárias e urgentes. Na mesma direção, para Macedo (2006), tais teorizações críticas dificultam a possibilidade de pensar a diferença, seja no currículo, seja na sociedade moderna, uma vez que “a vinculação da emancipação à ideia de classe condiciona a subjetividade individual à coletiva, dificultando a tematização da diferença” (MACEDO, 2006, p. 291).

Inspirado por tais reflexões, busco me afastar de compreensões que colocam em oposição economia e identidade no debate sobre uma agenda política de esquerda, por entender que esse tipo de polarização não contribui para o debate, tampouco para a reflexão sobre as estratégias possíveis de resistência ao momento político atual. O confronto gerado pelos/entre os diferentes coletivos de minorias que dividem formas distintas de precariedades, ao buscar limitar e, com isso, hegemonizar entre os demais uma pauta como “a mais legítima”, enfraquece muitos coletivos e atores políticos por meio dos quais é possível fazer um enfrentamento aos avanços das agendas neoconservadoras e neoliberais em países como o Brasil. Mais do que isso, eles buscam na desqualificação do outro (ou outros) vencer uma disputa que parece fazer mais sentido dentro de um enquadramento normativo do qual pretendem fugir, qual seja, o neoliberal. Assim, acredito, como Macedo (2015, p. 895), que “não há debate possível se o Outro é desqualificado e localizado no lugar do inimigo ou quando se apela para um medo genérico por um inimigo não muito visível”.

Essa guinada, diferente do que defendem alguns teóricos da teoria crítica, não significou abandono dos interesses políticos ou imobilidade dos agentes responsáveis pelas transformações sociais. O que os Estudos Culturais proporcionaram foi apenas o abandono e o questionamento de uma concepção ingênua de revolução (para usar uma expressão marxista) ou transformação total das estruturas que seriam as causadoras das injustiças – mais especificamente as econômicas.

Nesse sentido, as discussões desenvolvidas no/pelo campo curricular também sofreram com essa mudança de perspectiva. Autores como Silva (1999), ao destacar a discussão sobre cultura e currículo, entendendo o currículo como prática de significação e não mais como centrado no conhecimento, acabaram se afastando das teorias materialistas e da chamada Nova Sociologia da Educação, de Michael Young (1971; 1973).

Apesar dessa problematização e da importância que as questões identitárias assumem nessa discussão, ao se voltar para o problema do fundamento político que sustenta as políticas sexuais e identitárias e que muitas vezes se tornam aliadas do sistema que tentam subverter, ancoradas na ideia de que os discursos e ideias que fundamentam tais políticas não escapam

da normatividade heterossexual, pelo contrário, alimentam assimetrias e binarismos, Butler e demais intelectuais associados à chamada “Teoria *Queer*” propõe uma política e teoria pós-identitárias.

O livro *Problemas de gênero* funda o que hoje chamamos de Teoria ou Estudos *Queer*. Lançado em meados da década de 1990 nos Estados Unidos, somente foi traduzido e publicado no Brasil em 2003. No livro, a autora oferece uma reflexão teórica a respeito das questões identitárias, mais especificamente àquelas relacionadas à agenda feminista e à maneira como o movimento até então apropriava-se da categoria “mulher” para suas reivindicações.

Para ela, o esforço das feministas da primeira e da segunda ondas para universalizar o que seria o sujeito mulher, na busca por elementos e características que lhe possibilitassem uma unidade a partir de opressões compartilhadas, acabavam conferindo-lhe certa essência, uma vez que descontextualizavam a experiência do gênero ao não levar em consideração uma série de outros marcadores sociais. Além dessas críticas, ancorada nas reflexões de Foucault acerca da reprodução dos sistemas jurídicos de poder, Butler propõe pensar sobre o quanto a produção de certos sujeitos acaba reforçando os diferentes sistemas que tentam combater:

A formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. E, assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído –, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2003, p. 18-19).

Dessa forma, a noção de performatividade torna-se fundamental para a compreensão a respeito dos limites e fragilidades das políticas identitárias. Diferentemente do que muitos podem pensar, embora tal conceito assuma certa centralidade, tanto nesse livro quanto em publicações posteriores, cabe salientar que Butler não o criou, mas o desenvolveu e o problematizou a partir de outros filósofos da Linguística, a exemplo de Jaques Derrida e John Austin. E é de Austin que Butler opera com a performatividade na sua filosofia, com base na noção performativa da linguagem. Para esse filósofo da linguagem, falar é fazer, ou seja, de alguma maneira toda a norma, lei ou ciência estão submetidas à linguagem. Butler recupera de Austin a noção de performatividade da linguagem ao sustentar que a força de autoridade do ato performativo se acumula pela citação de um conjunto de práticas anteriores que dão

autoridade ao performativo ou, dito de outro modo, é pela repetição, reiteração da norma¹⁶⁰ que se funda e sustenta a força da lei. Essa compreensão lança as bases para o desenvolvimento do que a autora chamará de performance de gênero:

Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em formas do gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária — um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito (BUTLER, 2003, p. 200, grifos meus).

Tais compreensões são caras a Butler porque auxiliam na desestabilização das afirmações teóricas que até então sustentavam uma divisão entre sexo e gênero, sendo o primeiro entendido como construção cultural e o segundo como dado natural. A partir de *Problemas de gênero* foi possível questionar o quanto o sexo e a sexualidade, assim como o gênero, também são construções culturais, retroalimentadas e sustentadas por instituições, discursos e normas, em que o corpo deixa de ser um dado natural e passa a ser uma “superfície politicamente regulada” (BUTLER, 2003). Essa leitura de Butler confirma o que fora verificado quando das análises dos discursos que com frequência buscavam na Biologia, na natureza, um limite para os debates sobre o gênero nos documentos trazidos aqui. A partir de Butler, é possível colocar em suspenso a ideia de que a materialidade biológica é uma expressão “pura” do mundo físico. Ela é, pois, uma norma que produz esse mundo físico e certo tipo de reconhecimento.

Nessas afirmações, Butler resgata de Derrida as críticas em relação a uma suposta unidade do signo e à própria metafísica, ou seja, para ela não há identidades que precedam as normas de gênero; é o próprio exercício que as cria. Sendo assim, o gênero transforma-se em uma repetição de normas, mas uma repetição que nunca se dá da mesma maneira, o que a autora chama de “repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2003), que seriam a reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, mas que ao mesmo tempo abre a possibilidade de uma nova experiência de performance, em que

o fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas

¹⁶⁰ O caráter reiterativo da norma recebe atenção em outros textos da autora, a exemplo de: BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p. 201, grifos da autora).

Em publicações mais recentes, Butler (2018) parece apostar menos na ideia de desconstrução dessas fronteiras e mais no questionamento das normas que as produzem, ou seja, questionar as normas que produzem tais nomeações. Normas essas que, inclusive, são utilizadas para garantir certa inclusão, segundo ela:

A inclusividade não é o único objetivo da política democrática, especialmente da política democrática radical. É verdade, é claro, que qualquer versão de povo que exclui uma parte do povo não é inclusiva; portanto, também não é representativa. Mas também é verdade que cada determinação para o povo que exclui alguns não é inclusiva e por esse motivo não é representativa. Mas também é verdade que cada determinação de “o povo” envolve um ato de demarcação que traça uma linha, geralmente com base na nacionalidade ou contra o contexto de Estado nação, e essa linha se torna imediatamente uma fronteira contenciosa. Em outras palavras, não existe possibilidade de “o povo” sem uma fronteira discursiva desenhada em algum lugar, traçada ao longo das linhas dos Estados nações existentes, das comunidades raciais ou linguísticas ou por afiliação política. O movimento discursivo para estabelecer “o povo” de um modo ou de outro é uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como a fronteira de uma nação ou como o limite da classe de pessoas a serem consideradas “reconhecíveis” como povo (BUTLER, 2018, p. 10-11).

Essa questão é útil quando pensamos os limites das questões identitárias, levando em consideração que qualquer política pautada por uma suposta ideia de identidade pressupõe também lidar com as normas pelas quais essa inclusão foi produzida. Para isso ela propõe questionar as normas que constituem essa inclusão, ou seja, pensar nessa inclusão que produz a exclusão, no mesmo processo. Somadas às críticas já apresentadas no Capítulo 3 em torno da ideia de diversidade como conceito limitado e subordinado a hierarquias e assimetrias sexuais e de gênero, surgem críticas como a mobilizada por Butler no que se refere à normatização de determinados grupos em torno da defesa de uma suposta identidade.

Aproximando essa discussão da educação e das políticas curriculares, desde muito tempo já é possível perceber pesquisadores da área apontando para os limites da pauta identitária ou a maneira como determinadas demandas foram incorporadas nos documentos voltados para a Educação. Autores como Maura Corcini Lopes, ao olhar para a constituição desse modelo de políticas de inclusão, afirmam que “A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações” (LOPES, 2009, p. 156), em que tanto a inclusão quanto a exclusão emergem como “invenções constituídas também no jogo econômico de um Estado neoliberal” (LOPES, 2009, p. 153).

Com base nisso, é possível afirmar que, assim como os discursos e políticas educacionais de cunho mais conservador, os discursos e políticas pautados pela diversidade

também mobilizam mecanismos de governamentalidade dos sujeitos, a partir da tentativa de estabelecimento de definições sobre determinados comportamentos sexuais, ainda que comportamentos sexuais dissidentes. São equivalentes no sentido de que ambas se pautam pela governamentalidade a partir de práticas de subjetivação.

Tal compreensão corrobora meu entendimento de que as políticas identitárias e inclusivas dos governos Lula e Dilma, ainda que fortemente marcadas por um verniz progressista, devem ser compreendidas como uma performance, uma adaptação possibilitada (e exigida) pela própria normatividade neoliberal em nome de sua manutenção.

De maneira a afastar qualquer tipo de aproximação entre as críticas e considerações eticamente responsáveis (produzidas tanto na academia quanto nos movimentos sociais) daquelas utilizadas constantemente por atores políticos neoliberais/neoconservadores para atacar ações afirmativas das minorias, ressalto que são substancialmente distintas. Enquanto a primeira busca oferecer um quadro teórico que problematize as noções de identidade que naturalizam e invisibilizam relações de poder, a segunda pauta-se pela constante tentativa de silenciamento dos grupos minoritários e suas reivindicações políticas, motivada por um ressentimento branco, heterossexual e de classe média que enxerga no mínimo avanço social uma busca por privilégios e mina noções voltadas para a busca por justiça social e soberania popular, numa tentativa de esvaziamento da dimensão política.

Reconheço o risco de que uma crítica como essa, pautada no apontamento das fragilidades e limites das políticas identitárias, no contexto atual, possa ser mobilizada também por atores políticos conservadores como argumento para o desmantelamento de políticas públicas e a agudização do discurso de que tais políticas são privilégios. Assim, na sequência, buscarei me afastar desse tipo de armadilha, refletindo sobre o que acredito e defendo como política de resistência e enfrentamento tanto ao momento político que estamos experienciando quanto a hierarquias, discursos e tentativas de normatização das condutas e práticas sexuais e de gênero.

5.2 Algumas considerações sobre o resistir: ética/estética da resistência e políticas de aliança

Se, num estágio anterior, seja sob a égide de uma “governamentalidade democrática” proposta por Gallo ou a definição de “neoliberalismo progressista” afirmada por Fraser, as questões que pautavam as discussões dentro do movimento social giravam em torno da defesa das políticas identitárias, ao mesmo tempo que na crítica feita à maneira como tais políticas legitimavam a governamentalidade e a afirmação de um certo sujeito universal, em seu

estágio atual, o neoliberalismo exige que ofereçamos outras respostas sobre nossa atuação política. Pensado nisso, entendo que o que fora apresentado por Foucault, Butler e Brown a respeito das formas de resistência seja profícuo para essa reflexão.

Conforme verificado no segundo capítulo desta tese, Foucault propõe reflexões acerca das formas de constituição dos sujeitos a partir de práticas de subjetivação, numa tentativa de controle e governo; é por meio desses mesmos processos que o filósofo oferece possibilidades de resistência. Ou seja, as mesmas instituições voltadas para a produção de determinados sujeitos e suas subjetividades emergem como espaço de produção de outras subjetividades. Os processos de subjetivação são uma categoria central e decisiva no exercício de poder da racionalidade neoliberal, tornando-se fundamentais também para a reflexão sobre poder e resistência a essa mesma governamentalidade, conforme pensado por Foucault, mais precisamente a partir de publicações como *Segurança, território e população* (2008a) e *O sujeito e o poder* (1984).

Ao desestabilizar a noção de poder como algo emanado de um ponto central (do Estado e seu aparato jurídico, por exemplo), um poder metafísico, caro a reflexões como as propostas pela Teoria Marxista, nessas obras Foucault propõe pensar o poder como múltiplo e aberto à possibilidade de resistência:

Pois, se é verdade que no coração das relações de poder e como condição permanente de sua existência existe uma “insubmissão” e liberdades essencialmente recalcitrantes, não existe relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem uma reversão possível; toda relação de poder implica, portanto, ao menos de forma virtual, uma estratégia de luta, sem que por isso elas venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem uma para outra uma espécie de limite permanente, um ponto de reversão possível (FOUCAULT, 1984, p. 319).

Assim, poder e resistência seriam interdependentes. Seguindo essa compreensão, é possível localizar a possibilidade de práticas de resistência em Foucault como ligadas diretamente às relações de poder que, ao mesmo tempo que se voltam para a produção de corpos e subjetividades, também possibilitam práticas de insubmissão – portanto, práticas de liberdade.

Com o intuito de diminuir os efeitos da governamentalidade neoliberal no que diz respeito a sucessivas investidas e ataque às políticas voltadas para as diferenças sexuais e de gênero, antes mascaradas e constrangidas pelo manto da inclusão e da diversidade, agora atacadas e perseguidas pelo avanço neoconservador e pelo recrudescimento neoliberal, trago para esta reflexão o que Foucault propõe a partir do que chama de ética/estética da existência como prática de liberdade.

Se antes a aposta no sujeito de direito mobilizado pelas lutas identitárias, como já verificado, acabou perseguindo o reconhecimento de certas identidades, definindo e limitando comportamentos que fossem incluídos, ainda que sob o manto da tolerância, os atuais mecanismos de governamentalidade neoliberal que buscam estancar discussões que possibilitem uma certa desestabilização nas noções de gênero, sexo e sexualidade, capturando as diferenças sexuais e restringindo tais experiências à heterossexualidade compulsória, exigem um esforço ainda maior. Para Foucault, “Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (1995, p. 239).

Da mesma maneira que as reflexões de Foucault a respeito do neoliberalismo mereceram ser revisitadas, também o que filósofo propôs como possibilidade de resistência frente a essa governamentalidade não ficou livre de atualização e crítica. As contribuições dos Estudos *Queer* e as reflexões propostas por Judith Butler, além das problematizações em torno dos limites das pautas identitárias acima desenvolvidos, também nos ajudam a pensar sobre as possibilidades de rearticulações possíveis e necessárias que façam frente ao neoliberalismo na sua forma atual.

Partindo de tais premissas, a subjetividade emerge como possibilidade de contingência, imprevisível enquanto totalidade calculável. Tanto para Foucault quanto para Butler e Brown, o sujeito seria constituído pelas e nas relações de poder, não podendo existir fora delas. Essa promessa de liberdade estaria intimamente ligada às formas de dominação política e à governamentalidade, uma vez que essa suposta emancipação do sujeito seria um horizonte impossível de ser alcançado.

Assim como em Foucault é possível perceber uma mudança de perspectiva quando em consideração ao que ele vinha produzindo em torno da analítica do poder e propondo, inclusive, pensar a possibilidade de resistência em novos moldes, ao observarmos a trajetória da obra de Butler tendemos a perceber também uma mudança de uma teoria de gênero para uma mais política. Ela mesma assume em sua obra mais recente que “uma questão com a qual muitas vezes me defronto é a seguinte: como transitar de uma teoria da performatividade de gênero para uma consideração sobre as vidas precárias?” (BUTLER, 2018, p. 34). Autoras como Rodrigues (2019) chamam a atenção para o fato de não haver mudança, uma vez que as discussões de gênero propostas pela filósofa desde suas primeiras publicações são também políticas.

Butler indica que, em *Problemas de gênero*,

algumas vezes parecia que certos atos que os indivíduos podiam executar tinham ou podiam ter um efeito subversivo sobre as normas de gênero. Agora estou trabalhando a questão das alianças entre várias minorias ou populações consideradas

descartáveis; mais especificamente, estou preocupada com a maneira pela qual a precariedade – esse termo médio e, de algumas formas, esse termo mediador – pode operar, ou está operando, como um lugar de aliança entre grupos de pessoas que de outro modo não teriam muito em comum e entre os quais algumas vezes existe até mesmo desconfiança e antagonismo. É provável que *uma questão política tenha permanecido praticamente a mesma*, ainda que o meu foco tenha mudado, e essa questão é que *a política de identidade não é capaz de fornecer uma concepção mais ampla do que significa, politicamente, viver junto, em contato com as diferenças*, algumas vezes em modos de proximidade não escolhida, especialmente quando viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político (BUTLER, 2018, p. 34, grifos meus).

Para compreender o que a autora propõe como alternativa teórica e prática na construção de coalizões políticas, parece-me fundamental lançar mão das reflexões oferecidas em torno do que ela vem desenvolvendo a respeito da ideia de precariedade, de vulnerabilidade e das políticas de coalizão. A ideia de política de coalizão presente em suas abordagens na década de 1990 é, de certa maneira, ampliada em *Corpos em aliança* (2018). As uniões transitórias possibilitadas a partir de coalizão entre grupos minoritários e mobilizadas por questões distintas em torno de propostas em comum apresentam-se como possibilidade de resistência coletiva, diante da suspensão de agendas definidas unicamente em torno de pautas identitárias predefinidas e essencialistas.

Para Butler, a precariedade que atinge os sujeitos de maneira diferenciada deve ser pensada como ponto em comum capaz de estabelecer alianças para além de eventuais laços identitários que permitem se agrupar em subgrupos, ou seja, a ideia de que nos juntamos não por algo em comum (traços identitários partilhados), mas por sermos constitutivamente precários, dependentes uns dos outros. Uma condição de precariedade que é constitutiva da gente. Dessa maneira,

precariedade é a rubrica que reúne mulheres, *queers*, pessoas transgêneras, os pobres, os habilitados de modo diferente, os apátridas, mas também minorias religiosas ou étnicas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (de fato, ela perpassa todas essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não se reconhecem como pertencentes uns aos outros (BUTLER, 2015, p. 58).

A autora considera essa questão uma preocupação teórica, mais que biográfica, uma vez que sua compreensão passa pela investigação dos termos “performatividade” e “precariedade”, a fim de entender o elo ou enquadramento que coliga as minorias sexuais e de gênero às populações precárias de modo mais geral. No livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, a partir de eventos como os movimentos Occupy, Women in Black, Mães da Praça de Maio e a Primavera Árabe, entre outros, Butler propõe pensar a reunião dos corpos também como representação performativa, sendo o livro um marco teórico a respeito de uma democracia radical. Isso nos leva a refletir,

dentre outras coisas, sobre a relação entre as formas de performatividade linguística e de performatividade corpórea:

Um argumento importante que se segue é que importa que os corpos se reúnam em assembleia e que os significados políticos transmitidos pelas manifestações sejam não apenas aqueles transmitidos pelo discurso, seja ele escrito ou falado. [...] Formas de assembleia já têm significado antes e apesar de qualquer reivindicação particular que façam. [...] A reunião significa para além do que é dito, esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade (BUTLER, 2018, p. 13-14).

Nessa direção, podemos constatar que a materialidade faz coisas não apenas com as palavras, mas também com os corpos, corpos estes que nos fazem pensar sobre a possibilidade da atuação política da performatividade. Uma reflexão acelerada talvez nos fizesse concluir que corpos em aliança, em assembleia, têm sua potência política na fala, no dito, nas palavras de ordem que unem as vozes, mas não apenas. Ao citar como exemplo formas outras de reunião dos corpos, como manifestações políticas em forma de vigílias e funerais (no Brasil, podemos usar como exemplo a morte de algum estudante morador de comunidade morto pela polícia, seguido de protestos “silenciosos”), Butler lembra que a fala não é a única maneira pela qual os corpos podem agir politicamente, ainda que calados, em silêncio; a união desses corpos e o espaço ocupado já significam muito. As notas de repúdio organizadas e assinadas por grupos, instituições e movimentos sociais, que se popularizaram no período da pandemia da Covid-19 diante da impossibilidade de manifestações públicas presenciais e que se tornaram uma maneira de manifestação política frente a declarações de políticos e instituições, embora recebessem críticas no que diz respeito à sua ineficácia, podem ser um bom exemplo para pensarmos a respeito dessa união de corpos, uma união de vozes ainda que materializadas em um documento “virtual”.

Mas se, como visto em *Problemas de gênero*, a performance (de gênero) era considerada uma questão linguística, como os atos corporais, materiais, se tornam também performativos? Para responder a essa questão, Butler retoma alguns conceitos desenvolvidos antes, como corpo, vulnerabilidade e precariedade. Embora em obras anteriores a filósofa tenha definido de forma distinta precariedade e vulnerabilidade, em *Corpos em aliança* a autora parece aproximar esses conceitos, sendo mais útil para as reflexões propostas no livro:

Como mencionei antes, a *precariedade* é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparação adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de *vulnerabilidade* e exposição maximizada de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 40, grifos meus).

Butler toma de Foucault os conceitos de biopolítica e biopoder para refletir sobre as estratégias articuladas que possibilitam a precarização das vidas. Enquanto a biopolítica se volta para o controle da população, o biopoder é uma técnica que, mediante mecanismos distintos, tem como objetivo interferir em todas as esferas da vida social e atua sobre o corpo, o biológico dos indivíduos.

Reatualizando a teoria de Foucault e reafirmando a importância da genealogia do presente, que faz emergir a problemática das formas de poder contemporâneas, a autora acrescenta ainda o conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo Achille Mbembe (2018), que acredita que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte estão cada vez mais sofisticadas. Assim, a biopolítica de Foucault seria insuficiente para pensar a racionalidade neoliberal nos moldes atuais, pois refere-se mais à gestão da vida dos sujeitos incluídos, enquanto a necropolítica permite pensar sobre a administração daqueles que sequer foram incluídos.

Com base nesse quadro conceitual e teórico que a autora apresenta, a vulnerabilidade de algumas populações pode ser considerada uma maneira de indicar qual população poderá ser dizimada. Isso para ela “produziu um paradoxo no neoliberalismo e sua noção de “responsabilização”, que designa essas populações como responsáveis por sua própria posição precária ou da sua experiência acelerada de precarização” (BUTLER, 2018, p. 158). Dessa maneira, vulnerabilidade, precariedade e responsabilização,

além de serem condições objetivas, são, também, elementos manipulados psicologicamente pelo poder social, para que o processo das subjetivações neoliberais se realize. Há uma manipulação do poder sobre a precariedade e vulnerabilidade induzidas, ou seja, aquelas produzidas pelo sistema econômico e político do capital (MARINHO, 2020, p. 236).

Essa “fantasia” imposta pelo neoliberalismo, de que somos empreendedores de nós mesmos – logo, responsáveis tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso –, nos aproxima também das reflexões propostas tanto por Foucault quanto por Brown, no tocante à Teoria do Capital Humano, que, como vimos, foi o substrato para as práticas de subjetivações contemporâneas. É a ideia da autossuficiência como algo moral, numa sociedade em que os indivíduos passam a ser vistos como empresas que competem entre si, ou seja, os indivíduos como sujeitos capazes de pagar pelos serviços de saúde, de educação, de segurança etc., necessidades básicas que deveriam ser garantidas pelo Estado. Mais do que isso, um enquadramento que culpabiliza os *losers*¹⁶¹ pelos seus fracassos e insuficiências, ainda que numa sociedade que não ofereça condições materiais equânimes para isso: “Eles perdem sua validade política e

¹⁶¹ “Perdedores”, numa tradução livre do inglês para o português.

ganham outra, econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores” (BROWN, 2018, p. 8).

Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, as políticas adotadas pelos governos atuais apontam cada vez mais para diferentes formas de precarização da vida, seja restringindo e inviabilizando discussões sobre gênero/sexualidade e as diferenças no espaço escolar, seja limitando o acesso à previdência social, seja pela reforma trabalhista que privilegia as grandes empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores, seja revisando as normas para demarcação e distribuição de terras indígenas e quilombolas ou até mesmo retrocedendo em políticas públicas voltadas para o controle do desmatamento.

A partir da teoria de Butler e o trânsito entre uma teoria da performatividade de gênero e uma teoria política, podemos dizer que o corpo se torna o encontro entre a condição precária, a vulnerabilidade induzida por políticas de precarização da vida e a possibilidade de resistência a essas políticas. Nessa direção, a subversão do corpo e dos corpos em aliança se manifesta como possibilidade de resistência ao sistema neoliberal, tornando-se formas plurais de ação performativa e coalizões políticas potentes, sendo fundamental para as reflexões acerca de nossos ativismos no Brasil e fora, seja nos lembrando do potencial político das multidões e, porque não dizer, da importância da desobediência civil, seja nos fazendo refletir sobre os limites de nossa democracia neoliberal e a urgente necessidade de organização e resistência. Além disso, aponta ainda para a potência dos termos *performance/performatividade*, tanto para pensar nas questões que são úteis à Teoria *Queer* e aos estudos de gênero e sexualidade quanto para pensar nas possibilidades de organização e mobilização de corpos em assembleia e sobre os limites das lutas e políticas identitárias contemporâneas.

Em entrevista concedida à véspera do lançamento do livro *Nas ruínas do neoliberalismo*, Wendy Brown, ao ser questionada a respeito da mobilização dos movimentos sociais, chamou a atenção:

No momento, essa é a grande questão. Temos, de um lado, o *Black Lives Matter*, as feministas, os movimentos pelos direitos dos migrantes, pela Justiça Climática, o *Extinction Rebellion* e muitos outros. Enfim, um grande leque de ativismos que se mobilizou para a eleição, mas que entendeu imediatamente que deveria *voltar ao seu trabalho nos movimentos sociais*. Não vamos conseguir nada vindo de dentro [do governo], a menos que os movimentos continuem crescendo. Os movimentos sociais de esquerda, os populismos de esquerda não podem permitir que toda a energia dos movimentos sociais seja desviada para a política legislativa e eleitoral, onde seria neutralizada e diluída. Em vez disso, os movimentos têm que voltar às ruas, têm que voltar à organização e a mobilizar as pessoas que ainda não participam. [...] Os movimentos sociais precisam crescer, precisam sair das bolhas, sair para se organizar. Estou falando da organização convencional, o tipo de organização que sai do Facebook e das redes sociais e vai ao encontro do ser humano em seus bairros, em suas casas, em suas comunidades, onde essas pessoas vivem e, mobilizando-as

por mundos melhores, torna-se parte dessas comunidades. Se isso não acontecer, os movimentos sociais continuarão sendo um estímulo efetivo para a política eleitoral, mas não terão o poder real de fazer cumprir suas reivindicações nem crescerão para além da população basicamente urbana com a qual já dialogam hoje¹⁶².

Se é nas comunidades carentes que as bancadas fundamentalistas buscam se instaurar, é lá também que devemos estar. Aposto na resistência que se faz no cotidiano por nós, professores e professoras, da educação básica à universitária. É preciso chamar pais e mães para a escola, não sob o manto da vigilância e do constrangimento da ação docente, como proposto pelo MESP, mas para a construção de currículos dialógicos e democráticos.

Além disso, entendo que não é possível discutir uma agenda política de enfrentamento às necropolíticas neoliberais se não conjugada com a defesa incondicional de uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica. Se, conforme elaborado no decorrer desta tese, não podemos pensar as políticas de reconhecimento das diferenças descoladas das questões relativas às políticas de redistribuição de renda (econômicas), também as lutas não podem ser distintas. Talvez aí repouse certo sucesso da governamentalidade neoliberal: a capacidade de rearticulação de grupos que, ainda que com interesses diferentes, e às vezes até contraditórios, conseguiram promover uma rearticulação política capaz de minimizar suas diferenças e usá-las a seu favor, a ponto de consolidar nas políticas curriculares e educacionais trazidas aqui os seus interesses.

Mesmo que tenha ocorrido esse investimento com o objetivo de paralisar o debate em torno desses temas em sala de aula, e sem negar que essas políticas produzem efeitos sobre a escola e seus currículos tentando jogar para fora e excluindo a diferença, numa tentativa de produção e governo de certo tipo de sujeito (FOUCAULT, 1987), defendo que nem mesmo isso pode constranger e evitar que esses temas emergjam no cotidiano escolar. Entendo, ancorado em Macedo, que

o currículo, quando é vida, é bonito, é bonito e é bonito. Sua “boniteza” se manifestará sempre nos espaços-tempos em que a educação acontece e o espelho seguirá respondendo “branca de neve” para a bruxa má. Mas os efeitos de normatividades que tratam a vida como o distúrbio a controlar e a sujeira a eliminar não podem ser desprezados por educadores responsáveis — porque elas atuam sobre nós e porque precisamos seguir com nossas bonitezas (MACEDO, 2018, p. 32).

Nosso compromisso ético e responsável, enquanto educadores e pesquisadores comprometidos com uma prática pedagógica insurgente, é seguir resistindo e afirmando que o currículo é aquilo que acontece, para além do que pode ser previsto, constrangido e limitado pela legislação vigente ou o que se apresente como sendo “currículo”. E é isso também que torna a nossa tarefa de ensinar “mais bonita”.

¹⁶² <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>.

Ao operar com o conceito de resistência no campo curricular, especificamente na resistência à “ideologia de gênero”, Paraíso propõe:

Resistir a toda essa ciranda que envolve currículo, gênero e poder aqui analisada demanda *trabalhar no miudinho, no aqui e agora*, construindo os caminhos possíveis em cada território ou criando possíveis em cada caminhar, sempre apontando para a desterritorialização. Trabalhar no miudinho *para aniquilar a tristeza* que esses e quaisquer outros discursos do ódio, da exclusão, da separação querem ver em nós. Trabalhar no aqui e agora para *promover encontros* que destruam as tristezas que esses e outros projetos produzem e espalham pelo currículo e por todo o social. Estar à espreita de algo que nos toca e nos faça seguir um outro caminho (PARAISO, 2016, p. 405).

Abandonemos, ainda que temporariamente, a ideia de “saída”, uma vez que a aposta incessante numa ideia ingênua dela tenha alimentado formas distintas de exclusão da diferença, a partir das estratégias de inclusão neoliberal, ou até mesmo gerado respostas possibilitadas dentro do quadro de inteligibilidade autorizado por essa mesma normatividade. Assim, acredito e defendo, apoiado pelo autores e autoras trazidos aqui, não como receituário com eficácia certa e garantida, mas como possibilidade de luta e resistência, a necessidade de um investimento radical numa insubmissão diária e cotidiana.

No contexto de discussão dos Planos Municipais de Educação em que tais temas ganharam maior visibilidade midiática, os momentos em que mais senti que fui ouvido por amigos/familiares/pais e mães de alunos resistentes ou que viam com certa desconfiança a possibilidade de discussão das questões de gênero e sexualidade em sala de aula (muito respaldados pelos discursos difundidos por grupos conservadores) foram aqueles em que lancei luz sobre aquilo que nos aproximava: o fato de ser tio, de ressaltar que, nessa condição, seria incapaz de defender qualquer projeto que acreditasse ser nocivo aos meus sobrinhos ou alunos e à sua formação/educação. Ao fazê-lo, era como se eu me humanizasse, falasse de “igual para igual”, explicando em uma linguagem simples e acessível o que pretendia nas discussões de gênero e sexualidade na escola.

Afinal, de que me valeriam todos os anos de investimento em pesquisa, da graduação até o doutorado, passando pelos muitos cursos, eventos e artigos produzidos nesse espaço-tempo, se me garantissem apenas falar para meus pares da academia? Acredito, ainda que sob o risco de estar pautado pela mesma lógica neoliberal que critiquei neste trabalho, de caráter utilitarista da educação (e assumindo também a impossibilidade de escapar totalmente dela), que uma formação que não dialogue com a realidade da maioria das pessoas está fadada a ser preterida por discursos rasos e de senso comum, justamente por esses discursos, ao utilizar a falta de acesso à informação de muitas dessas pessoas, conseguirem se aproximar e se difundir.

Aqui seria importante destacar (e até injusto e irresponsável se não o fizesse) o quanto muitos grupos, coletivos de professores e movimento sociais, vêm buscando, a seu jeito, alternativas de enfrentar e frear esse movimento neoconservador. Além dos movimentos sociais negro, LGBTI+ e MTST, entre outros, surgiram e se fortaleceram nesse mesmo contexto de recrudescimento neoconservador e neoliberal grupos e movimentos como o Escola sem Mordaça, o Professores contra o Escola Sem Partido, ambos produzindo materiais na academia e fora dela voltados para a crítica e a desconstrução de muitos dos discursos e falácias disseminados durante o período abordado aqui. Ou ainda as ocupações feitas por estudantes de escolas e universidades públicas Brasil afora, em 2016, como resposta às políticas neoliberais de governos estaduais e federal sobre a educação, a exemplo da Reforma do Ensino Médio e da PEC 241¹⁶³, que congelaria “gastos” públicos com saúde e educação por 20 anos.

Uma importante conquista na arena da política institucional foi a aprovação da Lei nº 9.277, popularmente conhecida como “Escola sem Mordaça”, elaborada pelo movimento homônimo no Estado do Rio de Janeiro em 2021. Também acredito ser ponderável chamar a atenção para a produção acadêmica que vem sendo desenvolvida nos últimos anos por professores e estudantes das universidades públicas, ainda que constantemente essas instituições e seus profissionais estejam sob ataque, expostos a retaliação, cortes de verbas e até mesmo processos judiciais motivados sob a justificativa da “doutrinação ideológica”, como maneira de restringir e constranger a liberdade de cátedra de professores.

Por tudo isso, é preciso, sim, ir *pra rua!*, pra escola, pra universidade, pra associação comunitária, pro partido político, pro sindicato, e até pras igrejas, para resistir à barbárie, aos discursos de ódio e aos ataques a uma educação de qualidade que, mascarados de restauração de uma suposta ordem e valores morais, reduzem e limitam as formas de ser, de existir, de ser plural e singular, ao mesmo tempo que condicionam e relegam certas vidas à morte, seja atacando em seus discursos formas de ser e existir diferentes, seja submetendo e deixando políticas públicas e o Estado reféns de políticas neoliberais.

¹⁶³ Para mais informações, ver: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-pec-241/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

PRO DIA NASCER FELIZ... ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O novo ódio à democracia pode ser resumido então em uma tese simples: só existe uma democracia boa, a que reprime a catástrofe da civilização democrática.
(RANCIÈRE, 2014, p. 10-11)

Se levasse em consideração os tratados de Metodologia e de escrita de textos acadêmicos tradicionais, este momento da tese, reservado às conclusões ou considerações finais, talvez devesse conter um apanhado de tudo que defendi ao longo deste trabalho, uma síntese acompanhada de uma reflexão sobre os resultados, se meus argumentos utilizados foram capazes de responder à problemática proposta e se dei conta de defender “a tese”. Mas não o farei. Querer responder a essas interpelações me soa um tanto quanto ousado para um texto, uma vez que, depois de escrito, sua interpretação e as reflexões que possibilitou em cada leitor não pertencem mais a mim.

Quando da introdução desta tese, assumi as dificuldades que me atravessavam enquanto historiador de muitas formas, principalmente as relacionadas à dificuldade de análise do tempo presente, uma vez que meu objeto, por ser quase um espectro, o imaginário de um tempo, algo com desdobramentos e dinâmicas que chegavam até mim diariamente, me fizeram constantemente me deparar com avanços e retrocessos em relação àquilo que inclusive eu estava defendendo pela minha escrita, entendendo que o resultado da tese está para além daquilo que está escrito nela.

O que quero dizer é que o processo de seu desenvolvimento não se encerrou nestas folhas, tampouco se resume a elas. Afinal, como querer “dar conta” de um momento, um tempo tão complexo e dinâmico, com atores e forças políticas que por vezes desafiam compreensões prévias sobre conceitos e sentidos?

Assim, neste momento da tese optarei por, a partir do que foi apresentado durante todo o seu curso e tendo como horizonte a compreensão mínima desse “tempo”, que se desdobra até os dias de hoje, pensar esse “agora” (“agora” meses de maio e junho), marcado pelos quase seis meses de Guerra na Ucrânia, desaceleração da pandemia da Covid-19, eleições em diferentes países, dentre os quais o próprio Brasil, e tendo alguns destes processos eleitorais marcados pela tentativa de Golpe e até mesmo ameaça de morte, como no caso da Colômbia, cujo candidato considerado de esquerda precisou lançar mão de um rigoroso esquema de proteção. Pensando no Brasil especificamente, os desdobramentos deste tempo ligam-se intimamente às políticas, decisões, falas e atitudes do atual chefe do Executivo.

Desde os primeiros dias de governo do presidente Jair Bolsonaro, seguidos da escolha de seus ministros e os polêmicos pronunciamentos de alguns deles, a exemplo da fala da ministra da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos (nome que por si só é problemático por inúmeras razões), que afirmou, na semana de posse do presidente, que se iniciava “uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”¹⁶⁴. Tal provocação tinha o objetivo de proclamar a vitória do projeto do presidente que foi eleito com o *slogan* “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e reafirmar o ataque aos avanços das agendas feministas e LGBTI+, numa indicação direta de que as problematizações mobilizadas por esses coletivos haviam chegado ao final.

Na esteira das (muitas) falas e de discursos problemáticos e de ataque aos direitos das minorias durante a administração de Bolsonaro, também chamaram a atenção as declarações do presidente da Fundação Cultural Palmares, Sergio Camargo, que em muitos momentos manifestou falas como “Sou o terror dos *afromimizentos* e da negrada vitimista”¹⁶⁵ ou ainda “Não há salvação para o movimento negro. Precisa ser extinto”¹⁶⁶. Tais manifestações – não só as de muitos desses ocupantes de pastas ou instituições, mas também as do próprio presidente – ao longo desses quase quatro anos de gestão suscitaram muitas críticas e indignação. Para muitos, certos pronunciamentos e posicionamentos da equipe de governo, ao atacar direitos sociais, lutas antirracistas ou uma agenda feminista e LGBTI+ e caminhar em direção a uma agenda moralista e conservadora, seriam apenas “cortina de fumaça” que serviria para escamotear o avanço de reformas econômicas neoliberais, a alteração dos direitos trabalhistas ou os escândalos de corrupção que vêm sendo denunciados e investigados, a exemplo da propina pedida por pastores ligados ao MEC¹⁶⁷.

Entendo que sim, em paralelo a esse tipo de ataque às agendas de grupos e movimentos sociais, outros tantos retrocessos foram e seguem sendo colocados em prática, inclusive e principalmente pelo atual ministro da Economia, o “Chicago boy” Paulo Guedes, que se agudizaram durante e após a pandemia de Covid-19, levando a consequências catastróficas, como a alta da inflação e consequente diminuição do poder de compra dos brasileiros, alterações frequentes na política de preço dos combustíveis e o aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, seguido também do aumento da

¹⁶⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-dameres-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>.

¹⁶⁵ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/04/interna_politica,1302501/sergio-camargo-sou-o-terror-dos-afromimizentos-e-da-negrada-vitimista.shtml.

¹⁶⁶ <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/piores-frases-do-ano-1.387425>.

¹⁶⁷ Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/05/prefeito-diz-a-senadores-que-pastor-cobrou-1-kg-de-ouro-em-troca-de-conseguir-verba-no-mec.ghtml>.

taxa de desemprego, conforme dados lembrados pelo presidente da CUT-CE, merecendo atenção os dados relacionados às diferenças de gênero e étnico-raciais, de que “a taxa de desemprego no Brasil é de 11,7% para homens e 17,1% para as mulheres; para a população negra a taxa de desemprego representa 13,1% para homens negros e inacreditáveis 20,1% para as mulheres negras”¹⁶⁸.

Consigo perceber e entender que a mobilização desse tipo de pautas caras à sociedade brasileira, com o objetivo de causar certos pânicos morais, tende a ser mais eficiente e mobilizar e atingir mais a opinião pública do que as alterações em políticas econômicas, cujos impactos são mais percebidos a médio e longo prazo. Porém me preocupa a utilização da expressão “cortina de fumaça” por entender que ela segue hierarquizando e colocando pautas importantes como as de gênero/sexualidade, antirracistas, ambientais etc. como menores ou menos importantes ou, o que considero ainda pior, descoladas das questões de classe ou econômicas. Ainda que deslegitimar essas questões não seja o objetivo (ou talvez seja?), dizer que manifestações públicas ou alterações em legislações importantes como os documentos trazidos aqui, no que se referem à paralisação de certos temas, serviriam apenas para fazer avançar despercebidos cortes em outros direitos é relegar e diminuir esses outros tantos direitos ao “meramente cultural”.

Conforme demonstrei ao longo deste trabalho, todos esses cortes e ataques não podem ser pensados separadamente, descolados uns dos outros. Defender uma visão biologicista sobre os corpos nos currículos escolares, deslegitimando as problematizações promovidas pelos (e através dos) estudos de gênero, sexualidade e feministas ou defender a legalidade da possibilidade de uma educação doméstica (*homeschooling*), por exemplo, é negligenciar o impacto que isso tem na vida das mulheres, mais especificamente das mulheres pobres.

A violência sofrida pela população LGBTI+ em decorrência da inconformidade de seus corpos e práticas sexuais diante da cisheteronormatividade compulsória faz com que a escola se torne um ambiente hostil. No que diz respeito aos/às pessoas trans e travestis, isso se torna uma realidade ainda mais cruel, levando em consideração que muitos/as não conseguem concluir sequer a educação básica. A falta de oportunidade em decorrência da privação de formação escolar e profissional obriga muitas travestis e mulheres transexuais a encontrar na prostituição de seus corpos a única forma de sobrevivência, expondo-as a diferentes violências físicas, emocionais e simbólicas.

¹⁶⁸ <https://www.cut.org.br/noticias/projeto-de-bolsonaro-e-guedes-destroi-a-economia-e-prejudica-a-classe-trabalhado-74b4>.

A tentativa de hegemonização de certos discursos neoconservadores, materializados nas políticas educacionais trazidas aqui, segue trabalhando na manutenção da cisheteronormatividade e do heterossexismo, numa tentativa de garantir corpos conformados ao binômio masculino/feminino, bem como práticas sexuais coerentes a ele.

Outrossim, é preciso interpretar tais discursos neoconservadores não apenas como motivados por questões morais, mas somados a uma série de fatores relativos ao ataque a uma democracia marcada por uma agenda de Direitos Humanos que emerge como antagônica ao projeto de neoliberalismo atual. Logo, parece fazer mais sentido que um neoliberalismo progressista de um estágio anterior tenha sido substituído por outro com outra face: neoconservador e de ataque aos direitos conquistados anteriormente, ainda que, destaque, tanto a democracia quanto os Direitos Humanos de outrora não tivessem compromisso com mudanças sociais significativas, mesmo que fossem apresentados como tal.

Tais reflexões a respeito das condições de emergência que fazem com que certos discursos e enunciados emergjam em detrimento de outros no espaço-tempo aqui analisado parecem desafiar até mesmo a epistemologia de uma época, ao lembrarmos de relativizações rasas, a exemplo daquelas que buscavam colocar em suspenso a compreensão a respeito do formato da Terra ou as que, no contexto da pandemia de Covid-19, colocaram em xeque a ineficácia das vacinas produzidas ou até mesmo a letalidade do vírus, tornando-se úteis para compreender a emergência desse tipo de discurso e a facilidade com que ganharam popularidade.

Assim como esse ataque não pode ser pensado separadamente, mas como mais uma expressão da performance da normatividade neoliberal específica de um momento, também as lutas e os enfrentamentos a ele devem ser pensados em outros moldes. Talvez a política de aliança proposta por Butler e explorada neste trabalho como uma das possibilidades de resistência nos ajude a entender (tolerar e até defender) a aliança entre Lula e Alckmin, diante da necessidade de uma coligação forte no campo democrático, capaz de derrotar o nefasto projeto societário de Bolsonaro, uma aliança que amortece supostas diferenças ideológicas e lança luz sobre aquilo que os aproxima, a defesa da democracia e suas instituições.

A declaração de inconstitucionalidade do Movimento Escola sem Partido, pela maioria do STF em 2021¹⁶⁹, a já citada aprovação da Lei da “Escola sem Mordaza”, no Rio de Janeiro, também em 2021 ou movimentos como o da carta¹⁷⁰ assinada por entidades do

¹⁶⁹ <http://fepesp.org.br/noticia/escola-sem-partido-stf-declara-inconstitucional-por-9-a-1/>

¹⁷⁰ <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/30/em-carta-entidades-do-agronegocio-defendem-democracia-no-brasil-alternancia-no-poder-e-eleicoes-legitimas.ghtml>

agronegócio em agosto de 2021 em defesa da democracia, por exemplo, poderiam ser pensados como desafiadores aos argumentos que sustentaram a tese defendida por mim neste trabalho. Porém entendo que tais eventos apenas corroboram o que desenvolvi em torno da defesa de que o complexo contexto possibilitado pela normatividade neoliberal não pode ser reduzido a uma luta entre neoconservadores x progressistas ou, no contexto da eleição que se avizinha, entre bolsonaristas x lulistas. Qualquer tentativa de reduzir o momento atual a esse tipo de polarização vulgar é reduzir um contexto em que tantas outras lutas, demandas e acordos também estão sendo produzidos e disputados.

Quem de nós poderia imaginar em 2014 uma aliança entre Lula e Geraldo Alckmin, que, na época, ainda era filiado ao mesmo partido de Aécio Neves, protagonista da revisão do resultado da eleição de 2014 e que, conforme apontado anteriormente, somou-se aos demais fatores que levaram a deposição de Dilma Rousseff e que, para muitos, lançou as bases para a chegada de Bolsonaro à presidência? Se tivesse insistido naquilo de que abri mão, um objeto empírico bem delimitado, temporal e espacialmente, se minha “empíria” fosse “apenas” os discursos parlamentares conservadores, talvez eu me livrasse desse tipo de armadilha. Afinal, os desdobramentos citados acima não pertenceriam àquela baliza temporal proposta por mim e meu objetivo como historiador teria sido atingido. Não caberia mais a mim dar conta do que viesse depois disso, os cientistas políticos que o fizessem.

A partir do que fora verificado, dentre os muitos efeitos nocivos dessa normatividade neoliberal, podemos destacar certo investimento nos processos de desdemocratização e apagamento do político. Logo, parece inevitável, ao menos de imediato, que pensar formas de resistência à tentativa de hegemonização desses sentidos seja justamente investir na ação política nos diferentes espaços, sejam eles institucionais, como as instâncias de processo decisório mediante políticos eleitos democraticamente, seja nos espaços outros, como a comunidade, as igrejas, a escola e o currículo.

Diante das pesquisas de intenção de voto que vêm apontando o favoritismo de Lula para a eleição a presidente da República que ocorrerá em outubro deste ano, falas de Bolsonaro ao longo dos últimos meses vêm buscando, numa estratégia similar à colocada em prática por Donald Trump, deslegitimar tais dados e ao mesmo tempo colocar em suspenso a idoneidade do processo eleitoral brasileiro, sugerindo inclusive o retorno do voto impresso e/ou a realização de uma auditoria externa. Esses sinais, somados aos ataques e ameaças constantes ao STF e ao TSE, parecem apontar para a possível articulação de mais um golpe à democracia brasileira.

A derrota, na eleição de 2020, do ex-presidente Donald Trump – expoente do recrudescimento de políticas de austeridade econômica e um dos símbolos do discurso conservador e de ataque às minorias – nos lembrou que ainda podemos ter esperança em relação não ao fim, mas aos limites que devem impedir o avanço de políticas neoliberais aliançadas com valores neoconservadores que em muitos momentos se aproximam de práticas de regimes totalitários.

Levando em consideração as singularidades de cada local, mas entendendo que o Brasil desse “tempo”, dessa “distopia”, apresentado neste trabalho de certa maneira foi um reflexo do que aconteceu nos EUA (ou um desdobramento), espero/desejo/luto para que, assim como lá, aqui também consigamos estancar esse movimento de articulação neoliberal e neoconservadora, não no sentido ingênuo de “saída” ou de que seja possível dar um fim nesse tipo de articulação, mas, baseado no que foi refletido neste trabalho, consigamos nesse esforço coletivo ressignificar nossas lutas, nossas resistências, nossos valores e, principalmente, nossa democracia. É insistir na retomada do “político” que essa normatividade tentou nos negar.

Nesses dias em que visito meu texto para fins de revisão e conclusão, é inevitável também que não pense nos últimos dados e acontecimentos do cenário nacional, como a retomada e avanço no Senado do PL nº 1.388/22, que autoriza o *homeschooling*, além do documento produzido pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde, subordinada ao Ministério da Saúde, divulgado no último dia sete de junho, que propõe a investigação de mulheres que recorrem ao aborto em casos de estupro. Esses absurdos, somados a tantos outros a que assistimos incrédulos nos quase quatro anos de governo de extrema direita, ocorrem em paralelo ao crescimento da miséria no País, onde pesquisas¹⁷¹ atualizadas revelam que mais de 33 milhões de brasileiros estão passando fome.

Sigo entendendo que o que foi escrito neste trabalho e suas implicações escapam à previsibilidade e não pertencem mais a mim, ficando a cargo de cada leitor a sua interpretação. Mas afirmo que desenvolver esta tese e tudo que ela fez emergir em mim de reflexão e inquietação me levaram ao duplo movimento de, primeiro, entender sua relevância e importância para a reflexão que está sendo produzida nos meios acadêmicos, ao buscar compreender este momento, podendo ser utilizada em futuras pesquisas com intenções semelhantes. Segundo, entendê-la também como um movimento de resistência em meio ao contexto que estamos experienciando, de ataque aos direitos individuais e coletivos, de ataque

¹⁷¹ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-todo-dia-revela-pesquisa.ghtml>.

à vida, afinal, não nos esqueçamos, uma das vereadoras mais votadas da cidade do Rio de Janeiro, negra e assumidamente bissexual, de esquerda e defensora dos direitos das minorias políticas, foi brutalmente assassinada em 2018 em circunstâncias muito controversas e sem que os verdadeiros culpados tenham sido encontrados e julgados.

O desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do indigenista e servidor federal Bruno Pereira, desde o dia cinco de junho deste ano na região do Vale do Javari (Amazonas), ambos reconhecidos expoentes da luta pela causa indígena e socioambiental, alerta a respeito da perseguição sofrida por aqueles e aquelas comprometidos com a denúncia dos interesses escusos de alguns grupos e da violação dos Direitos Humanos no Brasil.

Pro dia nascer feliz ou por “vidas mais vivíveis”, por Marielle Franco e todos aqueles e aquelas que tombaram vítimas da violência motivada por lesbo/homo/bi/transfobia ou pela falta de políticas públicas de qualidade (em especial, as vítimas da pandemia de Covid-19), por Dom Phillips e Bruno Pereira, seguimos lutando, resistindo e dizendo “basta!” e “fora...” a toda e qualquer política que relegue nossas existências à precarização, à perseguição e à morte.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; PERONI, V. A formação das novas gerações como campo para os negócios. In: ADVERSE, Elton. *Liberdade e governamentalidade: Foucault e a genealogia do liberalismo*. *Revista Estudos Filosóficos*, nº 12, 2014.
- AGUIAR, M. Â. S.; DOURADO, L. F. (orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas* [livro eletrônico]. Recife: Anpae, 2018.
- AGUIAR, Márcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernandes (orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. Recife: Anpae, 2018.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”. *Revista Mídia Cotidiana*, v. 13, nº 3, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, v. 50, 2018.
- _____. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, nº 1, jan./abr. 2019.
- ANDRADE, Paula Deporte de; SILVA, Mozart Linhares da. Pedagogias culturais, *homo economicus* e neoliberalismo: uma proposta para pensar a educação contemporânea. *Momento: Diálogos em Educação*, v. 26, n. 2, p. 44-63, jan./jun. 2017.
- ANDRADE, Péricles. Engajamento social versus emoção e tradição: a reassertão conservadora católica no Brasil. In: _____. *Religião e cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- ANUNCIACÃO, D. A. de. Aspectos gerais sobre “proteção social” e políticas sociais no capitalismo: das origens às tendências atuais. In: OLIVEIRA, M. de; BERGUE, S. T. (eds.). *Políticas Públicas: definições, interlocuções e experiências*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. p. 27-40.
- APPLE, Michael W. *Política cultural e educação*. Trad. José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARAÚJO, S. M. G.; SILVA, R. S. *Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa*. 10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/porque- apenas-partidos-analise-das-frentes-parlamentares.pdf>>.
- BALIEIRO, F. de F. “*Não se meta com meus filhos*”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, v. 53, 2018.

BALLESTRIN, L. M. A. *Rumo à teoria pós-democrática?* 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Pelotas, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/35987231/Rumo_%C3%A0_teor%C3%BA_s_democr%C3%A1tica. Acesso em: 14 abr. 2020.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. *Distopia à Brasileira: a (re)produção do discurso antigênero no contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019)*. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: _____ (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-27.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação no debate atual*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. Casa Civil. *Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 1*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904impresao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. MEC. *Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2014*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. MEC. *Base Nacional Comum Curricular (1ª versão)*. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-APRESENTACAO_final_06-10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. MEC. *Base Nacional Comum Curricular (2ª versão)*. Disponível em: <<http://undimesc.org.br/wp-content/uploads/2016/05/2%C2%AA-BNCC-BOOK.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. MEC. *Base Nacional Comum Curricular* (3ª versão). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O segundo Consenso de Washington e a quase estagnação da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 3, p. 3-34, 2003.

BROWN, Wendy. *Edgework: critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. *Political Theory*, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.

_____. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

_____. *Cidadania sacrificial – neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Trad. Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie, 2018. (Pequena Biblioteca de Ensaios.)

_____. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

BURITY, Joanildo. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião – Rever*, São Paulo, n. 4, p. 27-45, 2005.

_____. Religião, política e cultura. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

_____; GIUMBELLI, Emerson. *Minorias religiosas: identidade e política em movimento. Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 1-246, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Deshacer el género*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.

_____. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Meramente cultural. Trad. Alécia Bretas. *Ideias*, v. 7, n. 2, p. 229-248, 2016.

_____. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAETANO, Maria Raquel; MENDES, Valdelaine da Rosa. *Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação*. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, p. 33-43, jan./abr. 2010.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. *Algoritmização das relações sociais em rede, produção de crença e construção da realidade*. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. *Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2015.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudencio (org.). *Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, 2017.

_____; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 49, jan./abr. 2012.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa; SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*, v.13, n.1, p.27-48, jul. 2016.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances*. Lima, 09 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/doutrina/documentos-da-igreja/6616-a-ideologia-do-genero-seus-perigos-e-alcances>>. Acesso em: 12 out. 2017.

CRUZ, Talles do Amaral de Souza. *Diferença em disputa: os embates acerca do kit anti-homofobia (2004-2012)*. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. *“Olha, eu fiz o GDE, meu bem!”: uma análise da capilaridade da política pública curricular no curso Gênero e Diversidade na Escola*. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica: o discurso do mundo “gospel”. *Caminhando*, v. 7, n. 2(10), 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Radiografia do novo Congresso*. Legislatura 2015-2019. Brasília: DIAP, 2014.

DERRIDA, Jacques. *Papel máquina*. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERNANDES, Antônio Sérgio A. O neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil: os equívocos da chamada "literatura crítica". In: III ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA (ENAPG) DA ANPAD, 2008, Salvador.

FERREIRA, Pedro Fernando de Almeida Nery. *Economia política do meio ambiente: identificação da bancada ruralista e outras bancadas temáticas no Congresso Nacional com análise de redes*. 194f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FERREIRA NETO, João Leite. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Rev. Polis e Psique*, V. 7(3), p. 7-25, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. 21. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. Título original: Naissance de la biopolitique. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Coleção Tópicos.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política e sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 17, n. 40, 2019.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade* (impresso), Campinas, v. 35, p. 1.085-1.114, 2014.

FRIGOTTO, Gaudencio. *Escola Pública Brasileira na Atualidade: lições da História*. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. *A Escola Pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBr, 2005. p. 221-254. (Coleção Memória da Educação).

GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017.

_____. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. *Educação e Filosofia*, v. 31, n. 63, 2017b.

HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*, v. 3, p. 99-133, 2012.

HAYEK, Friedrich. The principles of a liberal social order. In: NISHIYAMA, Chiaki; LEUBE, Kurt (orgs.). *The essence of Hayek*. Stanford: Hoover Institution Press, 1984.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18(43), p. 449-502, 2018.

LACLAU, Ernesto. Desconstrucción, pragmatismo, hegemonía. In: MOUFFE, C. *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires: Paidós, 1998. p. 97-136.

_____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 1985.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini: essai sur l'exteriorité*. Paris: Kluwer Academic, 1987.

_____. *Descobrimos a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira de. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, 2019.

LIONÇO, T.; ALVES, A. C. O.; MATTIELLO, F.; FREIRE, A. M. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, v. 18(43), p. 599-621, 2018.

LOBO, Marisa. *A ideologia de gênero na educação – como essa doutrinação está sendo introduzida nas escolas e o que pode ser feito para proteger a criança e os pais*. Curitiba: Ministério Marisa Lobo, 2016.

LOPES, Alice Casemiro. *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Faperj, 2008.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago. 2009.

MACEDO, Elizabeth. A diferença nos PCN do Ensino Fundamental. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 159-186.

_____. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos PCN. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 87-109, 2009.

_____. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 1.530-1.556, 2014.

_____. Mas a escola não tem que ensinar?: conhecimento, reconhecimento e alteridade na Teoria do Currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

_____. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. *Educação em Revista (online)*, v. 34, p. 1-15, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, ago. 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MALUF, Renato S. *Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil*. In _____; FLEXOR, Georges (orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. *Raízes*, Campina Grande, v. 35, n. 1, jan./jun. 2015.

_____. *A política agrária e rural do governo Temer*. In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controles sociais: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 01-128, jan./jun. 2007.

MOLL, Roberto. *Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. *Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?* [S. l.]: Editora da Unesp, 2015. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniaio/2015/43>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NAGIB, Miguel. Canal Central de Oposição. Vídeo *Professor desmoraliza deputado do PSOL | Miguel Nagib vs Glauber Braga | Escola Sem Partido*. YouTube, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZqXM5FHX7g>. Acesso em: 15 abr. 2017.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery de. *Corpos feitos de plástico, pó e glitter: currículos para dicções heterogêneas e visibilidades improváveis*. 413f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O’LEARY, Dale. *The gender agenda: redefining equality*. Lafayette: Vital Issues Press, 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: LEITE, Carlinda et al. (org.). *Políticas, fundamentos e práticas do currículo*. Porto: Porto Editora, 2011. p. 147-160.

PENNA, F. A. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. *Psicologia Política*, v. 18(43), p. 557-572, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação da educação brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PIRES, V. *Economia da educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

PRECIADO, Paul B. *¿Quién defiende al niñx queer?* Barcelona: Macba, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

RINGE, N.; VICTOR, J. N. *Bridging the information gap: legislative member organizations as social networks in the United States and the European Union*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

RODRIGUES, Carla. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. *Em Construção*, n. 5, 2019.

RODRIGUES, Roberto. Amplia-se o centro privado de inteligência da agropecuária brasileira [entrevistado por Paulo Roque]. *AgroAnalysis*, v. 35, n. 6, p. 7-9, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1.237-1.260, jul./set. 2015.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero – neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SIERRA, Jamil Cabral; CESAR, Maria Rita de Assis. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. *Educ. Rev.* [online], n.spe-1, p. 35-51, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.36464>.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie* [online], v. XVII(1), 2018.

SILVA, Marlon Silveira da. *A invenção da inversão: ciência e o desejo entre mulheres*. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C. R. Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista. *Temporalis*, v. 2, n. 24, p. 215-237, 2012.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras, 2009.

SOMMERS, Christina Hoff. *Who stole feminism? How women have betrayed women*. New York: Simon & Schuster, 1994.

SOUZA, Gustavo José Carvalho de. *A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na câmara dos deputados*. 70f. Monografia - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ST. PIERRE, Elizabeth A. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, set./dez, p. 1.044-1.064, 2018.

SUNG, Jung Mo. Religião, direitos humanos e o neoliberalismo em uma era pós-humanista. *Estudos de Religião*, v. 31, n. 3, p. 233-253, set./dez. 2017.

_____. Direitos Humanos, neoliberalismo e religião. *Caminhos*, Goiânia, n. Especial, v. 17, p. 81-95, 2019.

TELLES, Vera. *A violência como forma de governo*. Diplomatique, 139 Ed. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-violencia-como-forma-de-governo/>. Acesso em 01. Jun. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENCATO, A. P.; SILVA, R. L.; ALVARENGA, R. L. A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. *Psicologia Política*, v. 18(43), p. 587-598, 2018.

VERO, Justino. *E por falar em preconceito e gênero...* Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico/GZ Editora, 2016.

WITTIG, Monique. *The straight mind: and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

_____. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. Londres: Profiles, 2019.